

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

LUANA FERNANDES DOS SANTOS AZEREDO

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE  
DESASTRES AMBIENTAIS: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ.

Niterói

2018

LUANA FERNANDES DOS SANTOS AZEREDO

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE  
DESASTRES AMBIENTAIS: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social e  
Desenvolvimento Regional, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Dahmer Pereira.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antenora Maria da Mata Siqueira

Niterói

2018

## Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

A993d Azeredo, Luana Fernandes dos Santos  
O desenvolvimento capitalista e sua relação com os processos de desastres ambientais: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ. / Luana Fernandes dos Santos Azeredo ; Tatiana Dahmer Pereira, orientadora ; Antenora Maria da Mata Siqueira, coorientadora. Niterói, 2018.  
194 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGSSDR.2018.m.12092020773>

1. Capitalismo. 2. Desastre. 3. Desigualdade Social. 4. Produção intelectual. I. Título II. Pereira, Tatiana Dahmer, orientadora. III. Siqueira, Antenora Maria da Mata, coorientadora. IV. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.

CDD -

LUANA FERNANDES DOS SANTOS AZEREDO

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE  
DESASTRES AMBIENTAIS: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social e  
Desenvolvimento Regional, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em: 13 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Dahmer Pereira  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Araújo do Vale  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Soares Dutra  
Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José Luis Vianna da Cruz  
Universidade Federal Fluminense – UFF

## AGRADECIMENTOS

Finalizar uma dissertação não é nada fácil, principalmente quando se precisa dar conta dos afazeres de casa, das necessidades da família e ainda trabalhar fora o dia inteiro. Os momentos de angústia e sentimento de impotência por várias vezes aparecem. As pressões da modernidade, especialmente sobre a mulher, são muitas! E lidar com tudo isso sozinha é definitivamente impossível. Nesse sentido, não posso deixar de agradecer a todos que me sustentaram nessa caminhada tornando este trabalho, em algum nível, coletivo, pois sem o cuidado de cada um de vocês eu não conseguiria!

Início meus agradecimentos primeiramente a um plano maior. Por mais que muitos questionem isso, as experiências que tive ao longo de toda minha vida não me permitem mais negar a existência de uma força superior, a qual aqui agradeço na figura de Deus. Sei que nunca estive só em momento algum!

Agradeço imensamente às minhas queridas orientadoras Tatiana Dahmer e Antenora Siqueira. Viver esse processo com vocês foi algo maravilhoso. Sinto-me abençoada pelo privilégio de ser orientada por duas profissionais altamente competentes, humanas e que realmente se dedicam com todo zelo à formação de pessoas. Duas professoras assistentes sociais que lutam pela sua profissão e pelos seus ideais, exemplos que quero manter como referência para minha vida pessoal e profissional. Obrigada Tatiana por todos os momentos de reflexão, pelo incentivo contínuo e por acreditar em mim! Obrigada Antenora por todo cuidado, pelas horas dedicadas a me ouvir e por ter aceitado viver esse desafio junto comigo!

Agradeço à toda banca por aceitarem o convite. Em especial agradeço ao professor José Luis da Cruz, que mesmo precisando vir de uma cidade distante se colocou à disposição para participar. Não posso deixar de agradecer também às professoras Andréa do Vale e Adriana Dutra pelas preciosas contribuições no processo de qualificação deste trabalho.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da UFF Campos, o qual foi fundamental na minha formação acadêmica e enquanto ser humano. Representado pela professora Antenora Siqueira, agradeço a oportunidade de fazer parte do Observatório dos Desastres Ambientais, um desafio que vem sendo conquistado, principalmente, por nós assistentes sociais, demonstrando que a profissão tem muito a contribuir com o desvelamento das questões ligadas a essa temática, a qual faz parte sim das nossas demandas profissionais!

Agradeço à minha família que, mesmo não compreendendo muitas vezes a minha decisão em ficar dias inteiros estudando, foram muito pacientes e fundamentais para que eu suportasse as adversidades.

Agradeço ao meu esposo Diego Azeredo que nos momentos mais críticos não me deixou só, mas me abraçou e disse que eu tinha capacidade de concluir.

Agradeço à minha mãe pelas orações, pelo leite quente à noite para eu pudesse melhorar logo dos resfriados e prosseguir no estudo.

Agradeço às minhas sogras Adriana Azeredo e Anilza Abreu, bem como aos meus sogros Welton Barreto e Augusto de Souza. Obrigada pela compreensão durante esses dois anos, principalmente nos momentos em que mesmo estando com vocês no final de semana precisei ficar no cantinho em meio aos livros e o computador.

Agradeço à minha irmã Laura Peruzzi, companheira incansável! Uma dívida imensa tenho contigo por toda paciência que precisou ter comigo!

Agradeço às minhas amigas e companheiras de pesquisa Thaís Côrtes e Alessandra Bernardo. Obrigada pelas conversas, pelas trocas, pelo cuidado, vocês são demais!

Agradeço ao meu amigo Paulo Pamplona pelas incontáveis risadas, momentos fundamentais para espairer. Não posso esquecer do café à tarde, nem do lanchinho! Obrigada por tornar esse momento mais prazeroso!

Agradeço à minha amada equipe de trabalho, Sheila Coelho, Beatriz Mesquita, Iza Rocha, Verônica Oliveira, Fernanda Cordeiro, Chiarelly Garcia, Patrícia Nascimento, Izabel Cristina, Júnia Elias e Beatriz Mateus. Saibam que foram fundamentais nesse processo. Obrigada pelas conversas, pelo cuidado, pelo socorro nos momentos de aflição! Vocês já estão marcadas no meu coração!

Agradeço à Sana Gimenes por toda confiança e colaboração ao longo do processo de construção deste trabalho. Sou imensamente grata!

Agradeço ao meu amigo Jorge Vicente de Barros por me socorrer na hora mais importante de todo esse processo. Gratidão!

Agradeço ao professor Arthur Soffiati pela ajuda no acesso a alguns materiais de leitura fundamentais para este trabalho.

Finalizado agradecendo a todos que, mesmo não falando diretamente a mim, estavam torcendo para que tudo desse certo.

## RESUMO

Este estudo investigou a relação entre o modelo de desenvolvimento capitalista e a construção e intensificação dos processos de desastres ambientais, especificamente na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia constituiu-se em pesquisa bibliográfica baseada em produções especializadas (teses, dissertações, livros e artigos) de diversos campos do conhecimento: Sociologia geral, Sociologia dos Desastres, Economia, Geografia, Serviço Social e Ciências Sociais. Os resultados demonstraram que uma lógica predatória esteve presente desde a gênese do sistema capitalista, intensificando-se ao longo do tempo e ditando uma nova sociabilidade ainda não vista na história. Com o espraiamento de tal sistema globalmente seus imperativos passam a agir em todo o planeta configurando, por um lado, centros de dominação e poder, e do outro, bolsões de pobreza, dependência e exploração, com produção de profunda desigualdade social, em especial na era do capitalismo monopolista. O debate dos desastres ambientais perpassa essas questões, posto que tais fenômenos não surgem com o sistema, mas são intensificados a partir, principalmente, de seu estágio mais maduro. Identifica-se então o Norte Fluminense como uma região que sofreu com toda essa lógica, principalmente pela específica conformação socioespacial e econômica brasileira, a qual, pela especificidade histórica, marcou tal região com os piores efeitos que o processo de colonização poderia causar. Em decorrência desses efeitos, identifica-se que os desastres ambientais que ocorrem na região possuem raízes desde o início da sua história. Todavia, novos elementos da contemporaneidade passaram a incorporar esse arcabouço de determinantes sociais, políticos, culturais e econômicos, os quais fazem perdurar no Norte Fluminense desastres relacionados, sobretudo, à inundação, à estiagem, à contaminação de água e à erosão marinha.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Capitalista. Desastre Ambiental. Desigualdade Social.

## ABSTRACT

This study investigated the relationship between the capitalist development model and the construction and intensification of environmental disaster processes, specifically in the North Fluminense Region of the State of Rio de Janeiro. The methodology consisted of a bibliographic research based on specialized productions (theses, dissertations, books and articles), from several fields of knowledge: General Sociology, Sociology of Disasters, Economics, Geography, Social Work and Social Sciences. The results demonstrated that a predatory logic has been present since the genesis of the capitalist system, intensifying over time, and dictating a new sociability not yet seen in history. With the spread of such a system globally, its imperatives begin to act on the whole planet, forming, on the one hand, centers of domination and power, and on the other, pockets of poverty, dependence and exploration, producing deep social inequality, in especially in the era of monopoly capitalism. The debate on environmental disasters pervades these issues, since such phenomena do not arise with the system, but are intensified mainly by their more mature stage. The Northern Fluminense is then identified as a region that suffered with all this logic, mainly due to the specific Brazilian socio-spatial and economic conformation, which, by historical specificity, marked this region with the worst effects that the colonization process could cause. As a result of these effects, it is identified that the environmental disasters that occur in the region have roots since the beginning of its history. However, new elements of contemporaneity have begun to incorporate this framework of social, political, cultural and economic determinants, which in the North Fluminense continue to suffer disasters related, above all, to flooding, drought, water contamination and marine erosion.

**Keywords:** Capitalist Development. Environmental Disaster. Social inequality.

## LISTA DE SIGLAS

CIPA	Complexo Industrial e Portuário do Açu
COBRADE	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
FAP	Fator Acidentário de Prevenção
FECF	Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano e Social
MPF	Ministério Público Federal
MPE	Ministério Público Estadual
NESA	Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais
NTEP	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
ODAm	Observatório dos Desastres Ambientais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
ONU	Organização das Nações Unidas
PADs	Países atualmente desenvolvidos
RAT	Riscos Ambientais do Trabalho
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul
SAT	Seguro Acidente do Trabalho

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Concentração de renda mundial entre os 10% mais ricos de cada país, 2016 – p. 71

Gráfico 2 – Ranking dos países com maior concentração de renda do mundo, 2016 – p. 71.

### **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 - Localidade de Ururai inundada – p. 139.

Fotografia 2 – Rompimento do dique que contem as águas do rio Muriaé - p. 141

Fotografia 3 – Moradores se protegem no segundo andar das casas – p. 142.

Fotografia 4 – Boi morto em estiagem em São Fidélis, 2017 - p. 152.

Fotografia 5 – rio Itabapoana com nível muito baixo, novembro de 2016 – p. 153.

Fotografia 6 - Encontro da água contaminada com a água do rio – 2003 – p. 166.

Fotografia 7 – Praia de Atafona atingida por erosão marinha – p. 168.

Fotografia 8 – Praia do Açú atingida por erosão marinha – p. 170.

Fotografia 9 – Erosão marinha próxima ao Canal da Flecha – p. 171.

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização da região Norte Fluminense – p. 109.

Mapa 2 – Cobertura e uso da terra no Rio de Janeiro – 2016 – p. 144.

Mapa 3 - Cobertura e uso da terra no Município de Cardoso Moreira, 2016 – p. 145.

Mapa 4 – Registros de Inundações no Estado do Rio de Janeiro de 1991 a 2012 – p. 149.

Mapa 5 – Registros de estiagem e seca no Estado do Rio de Janeiro de 1991 a 2012 – p. 151

Mapa 6 – Região do rompimento do Mineroduto Minas-Rio - p. 163.

Mapa 7 – Região atingida pela erosão marinha próxima ao Canal da Flecha – p. 172.

### **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Quadro 1 – Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos – p. 39.

Quadro 2 – Relação de perdas e ganhos sobre classes de cobertura da terra – Brasil – p. 143.

Tabela 1 – Panorama socioeconômico do Norte Fluminense – p. 110.

Tabela 2 – Comparativo entre Percentual de aumento de *royalties* mais participações especiais, e IDHM no Norte Fluminense – p. 125.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DETERMINAÇÕES SOBRE A VIDA SOCIAL</b> .....	18
<b>1.1 Raízes agrárias do capitalismo: o divórcio entre o produtor e os meios de produção.</b> .....	19
<b>1.2 A dominação territorial como estratégia fundamental para a expansão do sistema capitalista.</b> .....	37
<b>1.3. Impactos na formação social brasileira – o capitalismo periférico e a sina do desenvolvimento</b> .....	47
1.3.1 Os rebatimentos da lógica capitalista no processo de colonização brasileira. ....	47
1.3.2 Do campo às cidades: a consolidação de uma sociedade ambientalmente destrutiva, socialmente excludente e insustentável. ....	65
<b>2. OS DESASTRES AMBIENTAIS NA ERA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA: UM PROCESSO EM CONSTANTE PRODUÇÃO E INTENSIFICAÇÃO.</b> .....	78
<b>2.1 Os descaminhos dos países periféricos: dependência internacional e produção de desigualdades sociais.</b> .....	78
<b>2.2 Desastres ambientais: elementos fundamentais para uma reflexão crítica sobre a contemporaneidade.</b> .....	93
<b>3. O NORTE FLUMINENSE DO SÉCULO XVI ATÉ HOJE: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA CAPITALISTA NA CONSTRUÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE DESASTRES AMBIENTAIS.</b> .....	109
<b>3.1. As marcas predatórias do “desenvolvimento” na Região Norte Fluminense: uma reflexão a partir da formação socioterritorial e da exploração econômica.</b> .....	111
<b>3.2. Desastres ambientais socialmente construídos no Norte Fluminense.</b> .....	134
3.2.1 Inundação. ....	134
3.2.2 Estiagem/seca. ....	149
3.2.3 Contaminação de água.....	157
3.2.4 Erosão costeira/marinha. ....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	174
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	181

## INTRODUÇÃO

As inquietações que levaram a autora a debruçar-se no estudo sobre desastres ambientais não surgiram a partir da graduação, ou no momento da entrada da autora na pós-graduação, mas tem suas raízes antes mesmo de tudo isso. A autora vivenciou, desde a infância até a fase adulta, processos de desastres ambientais, mais especificamente alagamentos. No bairro de residência tais alagamentos eram constantes e completou-se mais de 30 anos sem que essa questão fosse resolvida. Ao ingressar na universidade, no curso de Serviço Social, tomou conhecimento sobre o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Campos, o qual ainda hoje realiza estudos na área de desastres ambientais.

Esse contexto oportunizou à autora a construção de reflexões sobre sua realidade até então vivida, mas por uma outra perspectiva, por um olhar acadêmico/científico. A partir da participação no referido núcleo, mais especificamente no Observatório dos Desastres Ambientais (ODAm), foi possível a participação em pesquisas de campo, ampliando, assim, o escopo de conhecimento acerca dessa temática, bem como o levantamento de diversos questionamentos.

Em meio às leituras acadêmico-científicas e memórias da juventude, uma das principais indagações que se fazia era: “os desastres ambientais podem ter se intensificado pela forma histórica de desenvolvimento do capitalismo e assumido consequências específicas em regiões periféricas na contemporaneidade?”.

Muito então se leu sobre o surgimento do capitalismo, sobre sua racionalidade, até mesmo sobre os desastres ambientais. Todavia, a necessidade de compreender a realidade local à luz de tais elementos macro levou a autora a definir-se sobre seu objeto de pesquisa. Com a oportunidade de ingressar em uma pós-graduação, identificou-se o momento propício para se enfrentar o desafio de responder a tal questão.

É importante salientar que a construção deste trabalho parte do olhar de um campo profissional específico – o Serviço Social. O debate de tal temática na profissão ainda é muito tímido – os que já surgiram têm buscado subsídio, principalmente, em fontes teóricas de outros campos de conhecimento, como a sociologia. É fundamental fazer essa consideração, pois a profissão necessita debruçar-se sobre a questão dos desastres ambientais uma vez que possui relação com nossa atuação, porém apenas há pouco tempo esse entendimento tem ganhado certa visibilidade.

Em vista disso, esta dissertação possui especial valor para a autora posto que representa um desafio vencido enquanto assistente social, trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social.

Esta dissertação, portanto, é fruto sim de um processo teórico e metodológico definidos na especialização, mas também de vivências pessoais, profissionais, bem como de um acúmulo de experiências a partir de trabalhos de campo enquanto graduanda.

Assim, o problema empírico ora citado nos levou ao **tema** sobre a questão dos desastres ambientais no Brasil na contemporaneidade.

O nosso **objeto de pesquisa**, em princípio foi a relação estabelecida entre o desenvolvimento capitalista brasileiro e os processos de desastres ambientais, tendo por recorte espacial a localidade de Ururaí, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Inicialmente fomos motivadas pela escolha dessa localidade devido a recorrentes contextos de inundações que a população desse lugar ainda vem sofrendo. Além disso, já existe uma aproximação com essa localidade por ser campo de estudos do referido Núcleo (NESA).

Todavia, ao longo da pesquisa esse olhar foi redimensionado, pois identificamos que ainda existe uma lacuna considerável no campo de estudos relacionando o processo de desastre ambiental às questões de desenvolvimento regional. Considerou-se, portanto, que realizar um aprofundamento no debate mais amplo, voltado para a questão regional, seria fundamental nesse momento – fato esse que produzirá subsídios para melhor se pensar a dinâmica mais local da região em demais trabalhos. Assim, nosso recorte espacial de análise passou a ser a Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

A partir de leituras do campo da Sociologia em geral, Sociologia dos Desastres, Economia, Geografia, Serviço Social e das Ciências Sociais, definiu-se a **hipótese** da pesquisa que sob o lema do desenvolvimento (tratado, nessa ordem, como sinônimo de crescimento econômico, como veremos), tem-se cada vez mais intensificada a investida do capital na configuração espacial do território, no fomento a processos predatórios de produção e na organização da vida social. Isso tem contribuído para a segregação social e espacial de camadas cada vez maiores da população, adensando o povoamento de áreas consideradas de risco ambiental, além da depredação das fontes de vida do planeta, tendo como pano de fundo a instauração de uma sociabilidade predatória que consegue adentrar nos espaços mais particulares da vida.

Para alguns autores como Furtado (2000 e 2009), Harvey (2006), Oliveira (2010) e Latouche (1994), a busca incessante pelo “desenvolvimento” tem levado a uma divisão do mundo em áreas centrais e periféricas, dinâmica essa também percebida em âmbito nacional e

regional. Percebemos que esse contexto tem gerado profundas desigualdades sociais como a territorialização de determinados grupos em um cenário de riscos, o que acaba contribuindo para a produção do desastre ambiental. Na lógica hegemônica os desastres não são tidos como um problema causado pelo desenvolvimento, mas como fenômenos naturais, desligados da lógica estrutural de funcionamento do sistema capitalista, cujo estilo de desenvolvimento, em uma visão crítica, tem se mostrado como ecologicamente predatório e socialmente excludente.

A fim de responder à problemática em questão tem-se por **objetivo geral** deste trabalho, a partir de análise sobre o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro dentro de uma dinâmica mais ampla – que é o processo de acumulação capitalista mundial –, compreender de que modo essa dinâmica contribui para processos de desastres ambientais, partindo da análise de estudo de caso da região do Norte Fluminense<sup>1</sup>/RJ.

Para tanto, alguns **objetivos específicos** foram traçados:

- a) Entender o que significa a forma de acumulação capitalista a partir de uma lógica de crescimento predatório, focando o olhar em como o desenvolvimento desse sistema incide de modo específico na periferia mundial, influenciando, por exemplo, na organização desigual do território urbano;
- b) Compreender de forma crítica a relação existente entre o não acesso à moradia digna e o processo de desastre ambiental;
- c) Identificar e compreender os principais debates em torno do conceito de desastre ambiental no campo acadêmico, apontando para o entendimento desse conceito enquanto impedimento ao desenvolvimento do sistema capitalista ou parte inerente a ele;
- d) Identificar e analisar os principais determinantes dos processos de desastres ambientais na Região Norte Fluminense/RJ.

Três elementos justificam a escolha do tema deste trabalho – (i) a já referida vivência pessoal da autora em processos de desastres ambientais, (ii) a possibilidade de contribuir com populações que passam por esses processos e (iii) um meio de intensificar a presença do debate crítico sobre os desastres ambientais na agenda acadêmica.

Em relação ao primeiro elemento, este trabalho possui relevância pessoal à medida que possibilita o aprofundamento a questões ligadas ao macro, porém que respondem uma vivência pessoal da autora.

Além disso, o NESAs tem se dedicado a pesquisas que de algum modo contribuem para o debate entre população afetada e poder público. Essa possibilidade de contribuição

---

<sup>1</sup> A região a qual nos referimos, compreende os municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis e Cardoso Moreira.

para o fortalecimento dessa população representa, portanto, um forte motivo para escolha desse tema.

As ciências humanas diferenciam-se das naturais por vários motivos, sendo um dos principais a intensidade do seu caráter subjetivo que decorre da relação entre sujeito e objeto. Essa relação se dá de modo diferente visto que o objeto pode se situar em uma zona de proximidade extrema ao cotidiano do pesquisador, ou até mesmo interagir com ele, podendo exercer certa pressão como nos casos onde pessoas tornam-se objetos de estudo (LÖWY, 2000).

Nessa perspectiva as ciências humanas são questionadas quanto à possibilidade de contribuírem para dado fenômeno com neutralidade. Como já explicado acima, uma das razões para a escolha deste tema é contribuir para o fortalecimento da população afetada por desastres ambientais, logo, algumas áreas das ciências poderiam questionar a neutralidade axiológica deste trabalho.

No entanto, Löwy (2000) argumenta que os cientistas sociais possuem uma posição distinta dos demais cientistas, pela sua atividade possuir um caráter político. Além de não existir neutralidade na escolha do objeto e na forma como ele será trabalhado, o fruto do trabalho ainda acaba impactando a sociedade. Dessa forma, o autor ajuda a compreender que o cientista social possui uma posição intervencionista na sociedade e, portanto, a justificativa para este trabalho acima descrita não exclui esta proposta do campo da produção de conhecimento científico.

Já em relação ao terceiro elemento que justifica tal trabalho trata-se da oportunidade de realizar uma dissertação com esse tema, pautada numa análise crítica da realidade. O debate em torno dos desastres tem crescido no mundo, porém no Brasil a discussão ainda é recente, principalmente quando se coloca em questão os determinantes políticos, econômicos e sociais presentes nesse contexto. Daí identifica-se a relevância científica, mas também social, em trazer um tema como este para a agenda de debates acadêmicos, posto que, tanto a naturalização dos desastres, quanto a culpabilização dos atingidos, tem gerado profundos danos ambientais e sociais.

Por isso, entendemos que o desvelamento das determinações que compõem o processo de desastre contribui para uma posição teórica mais crítica a respeito desse conceito, além de trazer à tona os consequentes impactos causados nas vidas de tantas famílias. Esse desvelamento faz parte de uma difícil tarefa na medida em que expõe a fragilidade de se compreender esse processo de modo unilateral, como sendo unicamente fruto de fenômenos naturais. Ao trazer uma outra perspectiva de análise, pautada na totalidade, passa-se a

identificar o papel da sociedade, Estado e esfera privada no contexto do desastre, o que representa a importância política deste trabalho.

Como metodologia, consideramos relevante a realização de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com base em fontes especializadas (teses, dissertações, livros e artigos). O processo de qualificação deste trabalho foi fundamental para o aprofundamento da reflexão acerca das produções já trabalhadas, bem como as possibilidades ainda existentes, o que possibilitou uma melhor definição do traçado teórico e metodológico proposto.

Como principais eixos de análise trabalhamos com: desenvolvimento capitalista, conformação sócio territorial brasileira e desastre ambiental. Para tanto, o referencial teórico-analítico foi constituído por autores como: Marx (2009, 2011), Harvey (2006), Wood (2001), Prado Jr (2011), Maricato (2015), Santos (2000a, 2000b), Santos (2013), Valencio (2009, 2010, 2012), Dobb (2015), Polanyi (2000), Latouche (1994), Acsehrad (2012), Haesbaert (2008), dentre outros.

Primeiramente, realizou-se um resgate das especificidades do surgimento do sistema capitalista, a formação da racionalidade do capitalismo e de sua influência na “organização” da vida social, relacionando elementos como: dominação territorial, colonização, dependência internacional, relação centro e periferia e produção de desigualdades sociais.

A partir daí, tratamos da formação sócio territorial brasileira, pensada a partir do processo de ocidentalização de base colonizadora, já buscando identificar e compreender os nexos causais entre a colonização brasileira e a produção de processos de desastres ambientais, principalmente quando se começa a discutir sobre o urbano industrial.

Optou-se por realizar este estudo primeiramente, pois se considera a relevância de compreender a dinâmica regional do campo de pesquisa a partir do seu envolvimento com um processo maior. Entende-se, portanto, que por mais que cada caso tenha sua especificidade, o que os une é sua existência em um mesmo modelo de sistema produtivo – o capitalismo. Esse olhar voltado para a história nos permitiu, portanto, a compreensão de fenômenos vivenciados por nós hoje, porém que possuem raízes no passado.

O resgate histórico realizado neste trabalho foi de fundamental importância, pois se considerou a realidade como um objeto fruto de múltiplas determinações, em constante movimento, entendendo que sua construção se dá historicamente. Logo, concordamos que “o contraponto passado e presente é essencial, se se trata de explicar ou compreender a realidade social”(IANNI, 2011, p. 61).

Em um momento posterior adentramos mais no debate sobre os desastres ambientais relacionando as discussões de desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como sua intensificação na era do capitalismo monopolista.

No último capítulo o foco volta-se para a análise da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, trazendo elementos para reflexão sobre como suas especificidades de formação sócio territorial influenciam ainda hoje muito do que a Região vivencia – aqui o recorte de análise volta-se para o contexto de desastre ambiental.

## **1. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DETERMINAÇÕES SOBRE A VIDA SOCIAL**

Este capítulo destina-se ao estudo sobre a origem do capitalismo e suas determinações sobre a vida social, focando nos seus rebatimentos nas regiões periféricas ao longo de sua trajetória de “desenvolvimento”<sup>2</sup>. Para tanto, ele é dividido em três seções. Na seção 1.1, levantamos o debate sobre a gênese do sistema capitalista demonstrando como a criação da classe trabalhadora foi fundamental nesse processo. Para tanto, o estudo sobre o cercamento dos campos faz-se indispensável nesse momento.

Na seção 1.2, dentre os vários determinantes do avanço do sistema, destacamos a dominação territorial como forte estratégia de expansão, principalmente a partir das grandes navegações, já apontando para alguns efeitos atuais desse contexto. Chamamos aqui a atenção para a formação das Colônias como local de extração de matérias primas e de mercantilização de mão de obra escrava, e sua importância para a constituição da assim chamada “acumulação primitiva”.

Ressaltamos como a centralidade das relações mercantis cria uma nova dinâmica e constitui polarizações entre os que são proprietários dos meios de produção e daqueles despossuídos em relação aos mesmos.

Demonstramos também como a dominação e exploração territorial tem sido fundamental na construção de estratégias de valorização do capital excedente, recorrendo-se até mesmo à denominada “destruição criativa”, o que aponta uma lógica de desenvolvimento destrutivo que nos faz questionar se essa mesma lógica não tem influenciado os processos de desastres ambientais. Finalizamos a seção relacionando a dominação territorial com a estruturação do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apontando para a concepção dominante sobre progresso enquanto equivalente a desenvolvimento capitalista e quais os problemas que isso gera.

Na última seção, 1.3, relacionamos o debate que se veio fazendo até então, com a realidade brasileira desde seu período inicial de formação sócio territorial. Tratamos, assim, de identificar no cenário global o lugar político no qual essa sociedade se encontrava entre os séculos XV e XIX.

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo entre aspas considerando que, de acordo com nossas leituras, a trajetória do capitalismo não é algo linear nem positivado, mas marcado por profundas contradições e por uma dimensão predatória, como veremos.

Fazemos então um resgate histórico da formação social brasileira, trabalhando com alguns elementos principais desse processo como: a mão de obra escrava, o modelo destrutivo de exploração dos recursos naturais, a formação da classe trabalhadora e o sentido dado à colonização brasileira.

Por fim, realizamos uma análise a partir da articulação de dois segmentos de estudo: o perfil de sociabilidade que foi sendo formado no Brasil a partir da produção no campo, e seu (des)encontro com a nova realidade econômica que se iniciava, tendo como elementos marcantes a industrialização e urbanização.

### **1.1 Raízes agrárias do capitalismo: o divórcio entre o produtor e os meios de produção.**

O estudo sobre a origem do capitalismo possibilita a identificação de visões bastante distintas sobre seu sentido e conformação. Wood (2001) afirma que as ideias a esse respeito giram em torno da origem desse sistema desde a Idade Média – ou até em épocas anteriores a ela, a partir da expansão do comércio ou com as viagens de descobrimentos. A autora afirma que o que mais prevalece nessas explicações é o entendimento da existência de uma tendência ao capitalismo preexistente na humanidade.

É como se houvesse uma lei natural pela qual a sociedade é regida e, por isso, de algum modo essa lei levaria a humanidade a alcançar o estágio capitalista. Segundo as obras fisiocratas há uma ordem natural na sociedade, porém ela não está fora do alcance da intervenção humana, ou seja, “a sociedade pode encontrar-se distanciada de sua própria ‘ordem’, definida como ‘natural’”, devido a algum obstáculo criado pelo homem (NAPOLEONI, 1978).

Por isso, Wood (2001) afirma que para a política clássica a trajetória da história para o capitalismo

foi longa e árdua [...] e houve muitos obstáculos em seu caminho. Mas, apesar disso seu progresso foi natural e inevitável. Assim, para explicar a ‘ascensão do capitalismo’, não é preciso nada além de explicar como os muitos obstáculos a esse movimento de avanço foram superados – alguns de modo paulatino, outros subitamente, com uma violência revolucionária (p.13-14).

Como a autora bem coloca em sua obra, parece, portanto, não haver a concepção do capitalismo ter se originado em algum momento pós-início da história da humanidade, e sim a crença do surgimento, ao menos da sua semente, junto com a própria humanidade.

Podemos analisar que a construção dessa percepção não foi algo natural, mas influenciada por um campo de ideias acerca da natureza humana – a esse respeito, as ideias de Adam Smith (1996) contribuíram em demasia. Para o autor o ser humano é naturalmente egoísta, uma característica inata. Entretanto, tal egoísmo não é necessariamente mau já que possibilita a movimentação da economia, uma vez que cada indivíduo buscando seus interesses próprios beneficiaria a toda sociedade (NAPOLEONI, 1978) – mesmo que involuntariamente. Na teoria de Smith (1996) o mercado, portanto, funcionará a partir dos interesses pessoais de cada agente. A produção de riqueza de um país está, assim, diretamente condicionada pelo desejo egoísta dos ser humano.

Esse entendimento foi extremamente absorvido, embasando, portanto, a concepção de que o “espírito capitalista nasceu” com a humanidade. A lógica é: se tal sistema requer a liberdade para que cada um busque seus interesses e se o ser humano possui essa atitude naturalmente, logo, a essência capitalista surge junto com a humanidade.

Todavia, Wood (2001) faz uma crítica a tal concepção uma vez que não expõe a especificidade do capitalismo, mas o põe como uma continuidade das sociedades precedentes. Pode ser percebido até um certo sentido evolucionista nesses argumentos – “a linhagem do capitalismo evolui, naturalmente, do mais antigo mercador babilônio ou romano para o habitante dos burgos medievais, para o primeiro burguês moderno e, finalmente, para o capitalista industrial”(Ibid., 2001, p. 14).

São várias as narrativas que buscam explicar o surgimento do capitalismo como: a expansão do mercado livre de restrições; o desenvolvimento das técnicas de produção; o surgimento das cidades; a lei da oferta e da procura; e a ocorrência de um processo de acumulação de experiências, a partir dos deslocamentos de centros comerciais.

Guardadas as distinções entre tais modelos de explicação, o que eles possuem em comum é o não questionamento das leis naturais do mercado. De uma forma ou de outra para essas concepções a sociedade alcançou o capitalismo, pois seria esse o curso natural da história (Ibid.).

No entanto, Polanyi (2000) contesta esse discurso natural – o autor defende uma visão bem diferenciada sobre o surgimento do capitalismo, afinal, que o comércio já existia antes do capitalismo é verdade, porém sua natureza era distinta, a obtenção do lucro não era fator primordial na vida econômica até a era moderna. Por isso, ele faz uma distinção entre as sociedade com mercado e sociedades de mercado.

Havia, por exemplo, uma forma distinta de organizar a vida como a “reciprocidade” e a “redistribuição” – “complexas obrigações recíprocas que eram determinadas, por exemplo,

pelo parentesco, ou a apropriação autorizada dos excedentes por algum tipo de poder político ou religioso e sua redistribuição a partir desse centro” (WOOD, 2011, p. 30).

Além disso, outra diferença pode ser apontada entre esses dois tipos de mercado. Anteriormente ao capitalismo, por exemplo, o mercado não era movido à competição, ao contrário, tendia-se à eliminação da competição, pois se julgava ser tal elemento um desorganizador do comércio – por isso mantinha-se a regulação estatal (POLANYI, 2000).

Reconhecidas as contribuições de Polanyi para o estudo sobre o capitalismo, Wood (2001) faz uma ressalva quanto à sua teoria. Os problemas apontados pela autora referem-se à explicação dada por Polanyi sobre “as condições em que surgiu a sociedade de mercado, ao processo histórico que a originou e ao que isso implica em termos de sua compreensão do mercado como forma social”(p. 32). Para Polanyi (2000), a sociedade de mercado surgiu a partir da Revolução Industrial, tendo o Estado um papel fundamental nesse processo, já que a velocidade das mudanças precisava ser controlada, do contrário o resultado seria desastroso.

Nesse sentido, Wood (2001) esclarece que a visão de Polanyi assemelha-se à do modelo mercantil, na medida em que considera o progresso tecnológico como elemento catalisador do desenvolvimento do mercado e que tal progresso apenas não ocorreu do mesmo modo em outras regiões (como no Oriente) devido às condições não favoráveis – existência de “fortes laços de parentesco, clã e tribo [...]”(Ibid., p. 34).

Identifica-se, portanto, um equívoco na ordem das causas dos acontecimentos. Não há uma análise sobre as relações sociais e suas transformações anteriormente ao período da industrialização. Como o ponto de partida para a instauração da sociedade de mercado foi a Revolução Industrial,

os imperativos específicos do mercado capitalista – as pressões da acumulação e da produtividade crescente do trabalho – são tratados não como produto de relações sociais específicas, mas como resultado de aperfeiçoamentos tecnológicos que parecem mais ou menos inevitáveis, pelo menos na Europa (WOOD, 2001, p. 34-35).

Ou seja, as transformações em processo são tidas como frutos da evolução tecnológica e não é levado em conta, por exemplo, as mudanças precedentes a tal contexto - como as relações de propriedade e de exploração.

A autora afirma que essa preocupação apenas se evidenciará nas obras de Marx. A partir delas tem-se uma concepção bastante distinta sobre a origem do capitalismo, a qual transfere o foco da atenção do determinismo tecnológico para as relações no campo entre proprietários de terra e trabalhadores. O debate “sai” da cidade, do comércio, do avanço

tecnológico e volta-se para o campo feudal. Foi nos burgos sim que o comércio maximizou-se, porém algo a mais acontecera para além da formação dos burgos e da expansão do comércio.

“Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza”(Ibid. p. 77).

A origem do capitalismo não se liga, assim, à expansão das relações mercadológicas, mas às transformações nas relações humanas com seu meio de subsistência. Sua origem, então, para esta autora, estaria no campo – local onde tais transformações se iniciaram.

Karl Marx é tido como um dos autores que mais contribuíram para o estudo sobre a sociabilidade burguesa e a compreensão do que seria o capitalismo. A explicação de Marx (2009) para a origem do capitalismo partiria da acumulação primitiva, a qual permitiu que se criasse a condição necessária para tal processo. A acumulação primitiva seria a acumulação de riquezas, proveniente da expropriação do trabalho dos camponeses, dando início a uma relação de propriedade social capitalista, em um lugar específico: os campos da Inglaterra.

Tal concepção da riqueza produzida a partir do campo encontra espaço especial nas teorias fisiocratas. Napoleoni (1978) fez um apanhado em sua obra das principais ideias sobre o pensamento econômico. Ele explica que para os fisiocratas a tarefa do capitalismo é a ampliação do excedente (riqueza produzida que ultrapassa a consumida). É considerado, portanto, que a produção desse excedente apenas se dá a partir de um trabalho produtivo, que para os fisiocratas só pode ocorrer na agricultura.

Ele ainda esclarece que é com base na teoria do excedente que Quesnay (fisiocrata) produziu o *Tableau économique* – uma forma de compreender o sistema econômico. No *Tableau* a sociedade aparece dividida em três classes: a produtiva (arrendatários capitalistas e trabalhadores da agricultura cujo trabalho é produtivo); a estéril (os que exercem atividade à margem da agricultura); os proprietários de terra (o rei, a corte, funcionários públicos e igreja). Essa última classe não desenvolve atividade econômica, mas “possui o direito à percepção dessa renda, ou seja, de todo o ‘produto líquido’” (Ibid. p. 30). Pode-se compreender, portanto, que para os fisiocratas a riqueza não vem do comércio nem da indústria, mas da produção agrícola, uma vez que a renda proveniente daí movimenta a economia por meio de aluguéis, salários e compras, como aponta o autor.

Diz Napoleoni (1978) que o *Tableau* foi por um longo tempo a única análise do equilíbrio econômico. Isso até a produção da teoria marxista. A função do *Tableau* foi descrever a reciprocidade e a interdependência existente entre os fenômenos econômicos,

como também expor como um desses fenômenos se sobressai aos demais, por ser o que garante a amplitude desse esquema. O autor indica que tal fenômeno é o valor do “produto líquido” (do excedente), e é determinado tanto pela fertilidade da terra quanto pela capacidade que o homem possui de explorar seus recursos.

Os fisiocratas entendem, portanto, que o desenvolvimento de todo o sistema se daria mediante a acumulação de capital no setor agrícola. Daí pode-se perceber a importância que as transformações ocorridas no campo tiveram para o fim do feudalismo e início do capitalismo.

Os seres humanos para atenderem suas necessidades ao longo dos séculos, utilizaram a terra como um meio. Nesse processo, as sociedades acabaram se dividindo em classes – os produtores (camponeses) e os apropriadores (WOOD, 2001). Resguardadas as diferentes formas assumidas nessa divisão, algo em comum prevaleceu – o fato dos produtores serem do campo. A autora explica que, nesse contexto, a posse da terra era do produtor, ou seja, a posse do meio de produção - assim, nas sociedades pré-capitalistas o acesso a esses meios era direto.

“Portanto, os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem terem que oferecer sua força de trabalho no mercado como mercadoria” (Ibid. p. 81). Nesse momento, as relações entre produtores diretos e apropriadores ainda não eram intermediadas pelo mercado. Algo então ocorre para que isso passe a acontecer.

O motivo estaria na Inglaterra do século XVI, a qual seguiu um caminho de desenvolvimento bastante distinto das demais regiões. O Estado (século XVI) servia aos interesses da classe dominante, mesmo assim,

a aristocracia não detinha poderes “extra-econômicos” autônomos nem uma ‘propriedade politicamente constituída’ no mesmo grau que seus equivalentes no continente europeu. Por outro lado, havia o que se poderia chamar de uma troca entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia. Na Inglaterra fazia muito tempo que a terra era incommune concentrada[...] Essa concentração da propriedade significa que os latifundiários ingleses podiam usar sua propriedade de novas maneiras (WOOD, 2001, p. 82-83).

Tem-se, portanto, na Inglaterra, uma combinação de poder estatal centralizado, mobilidade territorial e concentração da propriedade (terras/meios de produção). Uma das principais consequências dessa combinação foi a passagem do acesso aos meios de produção das mãos dos camponeses, para os latifundiários – o denominado “cercamento dos campos”.

Tal cercamento, teve sua primeira grande onda no século XVI, quando

os latifundiários procuraram expulsar os plebeus das terras que pudessem ser lucrativamente usadas como pasto na criação de ovelhas, cada vez mais lucrativa. Os comentaristas da época responsabilizaram os cercamentos, mais do que qualquer outro fator isolado, pela praga crescente dos vadios – “homens sem patrão”, despejados de suas terras, que vagavam pelo interior e ameaçavam a ordem social. O mais famoso desses comentaristas, Thomas More, embora fosse, ele mesmo, responsável por cercamentos, descreveu essa prática como ‘a devoração dos homens pelas ovelhas’ (Ibid. p. 91).

Nesse período “os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento” (POLANYI, 2000, p. 52). Esse processo de cercamento dos campos não foi homogêneo, mas possuiu características distintas (DOBB, 2015). O autor explica que a tomada das terras se deu pela via da expulsão à força, porém também ocorreu pelo abandono das propriedades por parte dos produtores. Muitos destes podem ter entregue suas terras sem um ato de expulsão evidente, por encontrarem-se

sobrecarregados pela dívida, ou na parte final do século XVIII e inicial do século XIX, separados de seus empregados secundários na indústria da aldeia, ou então afetados adversamente pela crescente concorrência de fazendas maiores equipadas com novos métodos agrícolas que requeriam capital (DOBB, 2015, p. 230).

Tal processo não estava apenas modificando o campo, mas o mundo, já que representou o nascimento do capitalismo - o Estado monárquico estava contrário a tal movimento, em decorrência da ameaça à ordem pública, por exemplo (WOOD, 2001). Contudo, não sustentou tal posição por muito tempo já que, como explica a autora, os proprietários “conseguiram moldar o Estado de acordo com seus próprios requisitos mutáveis” e então, “não houve mais intervenção estatal, e surgiu um novo movimento de demarcação no século XVIII: os chamados cercamentos parlamentares”, legitimando-os politicamente, e levando os direitos comunais e consuetudinários a serem substituídos pelo direito exclusivo à terra (p. 92).

Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos ladrões (POLANYI, 2000, p. 53).

Dobb (2015, p. 228) afirma que essa época, foi “a fase em que homens desesperados se tornaram assaltantes de estrada, ladrões e vagabundos, sendo igualmente sujeitos às brutalidades da legislação Tudor, com suas marcas de ferro em brasa e seus chicoteamentos, seus enforcamentos e esquartejamentos públicos”. A legislação elisabetana, por exemplo, tratava com forte brutalidade a mendicância. Os que se encontravam nessa situação deveriam ser punidos “pela queimadura através da cartilagem do ouvido direito e, na reincidência, pela morte, sendo a primeira penalidade substituída humanitariamente<sup>3</sup> em 1597 pela de ser despido até a cintura e chicoteado até que o corpo estivesse coberto de sangue” (Ibid. p.237).

É preciso salientar que a essência dessa acumulação primitiva não está simplesmente na transferência de propriedade de uma classe para outra (DOBB, 2015), mas, mais que isso: na transferência de propriedade de pequenos produtores para a burguesia, ocasionando a pauperização daqueles. O cercamento das propriedades, portanto, é entendido como a forma-tipo da acumulação primitiva (MARX, 2009). Logo, não bastava o enriquecimento burguês, mas um enriquecimento “por modos que acarretavam o desapossamento de pessoas diversas vezes mais numerosas do que as enriquecidas” (DOBB, 2015, p. 189).

É importante compreender que apenas a vontade de determinado grupo em passar a assumir um lugar de poder não bastaria para que isso ocorresse. A ascensão do capitalismo, portanto, “foi acompanhada – em alguns aspectos, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo” (HARVEY, 2006, p. 93). Isso significa que o Estado desempenhou um papel decisivo para o avanço de tal sistema. A acumulação primitiva, portanto, tratou-se do “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2009, p. 828), realizado “pela força ou através da violência legalizada por via do Estado” (HARVEY, 2006, p. 91). A separação do produtor do campo dos meios de produção foi, assim, a base do processo de surgimento do capitalismo.

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. (MARX, 2009, p. 829).

Na visão de Polanyi (2000), o cercamento poderia até ter levado a algum progresso, se não fosse a conversão dos campos à pastagem. Segundo o autor, “nos lugares onde se

---

<sup>3</sup> Apesar do termo empregado pelo autor não compreendemos a nova forma de lidar com a situação como sendo mais humanitária.

continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou de forma marcante” (p. 52). Porém, o mesmo não ocorreu em todos os lugares.

Para termos uma noção temporal dos efeitos do processo de conversão dos campos à pastagem, tal movimento já é considerado hoje, século XXI, como uma das nove principais ameaças à terra. Soffiati (2016, p. 21) explica que em “2010, 28 cientistas de renome internacional reuniram-se em Estocolmo, Suécia, para aprimorar o diagnóstico da crise ambiental da atualidade. O resultado foi a identificação de nova ameaças ao planeta”. Dentre elas consta o uso da terra. “A conversão de metade das florestas, principalmente tropicais, em lavouras e pastagens, quebra a capacidade do planeta em exercer suas funções vitais de equilíbrio” (Ibid. p. 23).

A ideia, portanto, de ser o capitalismo um sistema de oportunidades é desqualificada por Wood (2001). Pela lógica dominante, tem-se um sistema sinônimo de oportunidade. Há demandas e ofertas no mercado, há mercadorias disponíveis e pessoas livres para escolhe-las, porém, há um fator que precisa ser problematizado nessa lógica - a distinção do capitalismo não está na oportunidade nem na escolha, mas sim na compulsão (Ibid.).

Isso se observa em dois sentidos: primeiro, a vida material e a reprodução social no capitalismo são universalmente mediadas pelo mercado, de forma que, de um modo ou de outro, todos os indivíduos têm que entrar nas relações de mercado para obter acesso aos meios de subsistência; e segundo, os ditames do mercado capitalista – seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescente produtividade do trabalho – regem não apenas todas as transações econômicas, mas as relações sociais em geral (Ibid., p. 16).

Com o avanço dessas novas práticas, antigos costumes foram sendo deixados para trás.

Desde tempos imemoriais, os camponeses empregaram vários modos de empregar o uso da terra a bem da comunidade aldeã. Restringiram certas práticas e concederam certos direitos, não para aumentar a riqueza dos latifundiários ou do Estado, mas a fim de preservar a própria comunidade camponesa, talvez para preservar a terra e distribuir seus frutos de maneira mais equitativa e, muitas vezes, para sustentar os membros menos afortunados da comunidade. Até a posse ou propriedade privada era tipicamente condicionada por essas práticas consuetudinárias, conferindo aos não-proprietários certos direitos de uso da propriedade de terceiros (WOOD, 2001, p. 90).

Isso significa que por esses costumes, quem não possuía terra poderia de algum modo se beneficiar da posse de terceiros. Havia a preocupação com o sustento até mesmo dos mais necessitados sem posses. Para tanto, alguns direitos eram garantidos como: de pastagem, de

apanhar lenha e colher sobras das lavouras (Ibid.). Logo, a terra poderia até ser uma propriedade privada, porém em determinadas circunstâncias prevalecia sua natureza comunitária.

No entanto, “do ponto de vista dos latifundiários e dos fazendeiros capitalistas adeptos ao melhoramento<sup>4</sup>, a terra tinha que ficar livre de qualquer dessas obstruções, para que eles tivessem um uso produtivo e lucrativo das propriedades” (Ibid. p. 90). Os costumes, então, passaram a assumir papel de obstáculos ao avanço da nova lógica de produção (mercantil) que vinha surgindo. Percebe-se, então, que todo um aparato de proteção social baseado nos costumes foi sendo minado em nome dos imperativos capitalistas.

A pressão pela superação dessas antigas práticas acabou prevalecendo, passando a assumir seu lugar as concepções capitalistas de propriedade – segundo tais concepções a propriedade deveria ser tratada agora não como privada, mas como exclusiva (WOOD, 2001). Fica claro aqui o que falamos anteriormente, sobre a condição do mercado passar a reger a vida em sociedade. O “cercamento”, portanto, é materializado pelo fim dos direitos comunais e consuetudinários.

As pessoas que agora passariam a ter que arrendar terras para produzir, viram-se submetidos à constante pressão por parte dos arrendatários para que a produtividade aumentasse. Porém, por detrás dessa pressão estava, na verdade, já se manifestando o imperativo do mercado.

Já se evidenciava a formação de um novo sistema com um tipo de mercado diferente de qualquer outro que tenha existido na história. Três são os imperativos característicos desse mercado: competição, acumulação e maximização dos lucros (Ibid.).

E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e tem que se expandir constantemente, de maneiras e em graus que não se parecem com os de nenhuma outra forma social. Ele pode e tem que acumular constantemente, buscar constantemente novos mercados, impor constantemente seus imperativos a novos territórios e novas esferas da vida, a todos os seres humanos e ao meio ambiente natural(WOOD, 2001, p. 78-79).

Uma nova sociabilidade passa a ser construída, transformando as motivações para o comércio. Isso dará lugar para o fomento de uma sociedade de mercado. Agora, não será mais a economia a ser inserida nas relações sociais, mas o contrário. Com a economia de mercado,

---

<sup>4</sup> “Aumento da produtividade da terra com vistas ao lucro.[...] Significa um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significa, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções da propriedade”(WOOD, 2001, p. 88-89).

toda a natureza, incluído nela os seres humanos, passariam a ser considerados como mercadorias.

Não é mais a sociedade, portanto, que rege o mercado, mas as “leis do mercado” é que passam a reger a vida em sociedade. Tem-se agora um modelo de mercado que atua segundo a lógica da competitividade e da busca incessante pelo lucro. Trata-se de um sistema de mercados auto-regulados, cujo adjetivo dado por Wood (2001) e Polanyi (2000) é “perturbador”.

Percebe-se, por conseguinte, que esse novo sistema que emerge ao passo que traz certos benefícios para a sociedade, como o desenvolvimento dos meios de produção, de outro lado retira muito mais, destrói, devasta, “mentes e corpos”, o subjetivo e o objetivo.

Produz-se um sistema de dependência, pois até mesmo para vender sua força de trabalho ou satisfazer uma das necessidades mais básicas existentes – que é o alimento – precisa-se recorrer ao mercado (WOOD, 2001).

Tanto os produtores, quanto os proprietários, entraram em um contexto de dependência do mercado jamais visto antes (Ibid.). Pode-se dizer que tal contexto inusitado levou ao surgimento de novas leis e com isso a uma nova dinâmica societária.

O nível da competição era tal que não implicava apenas em maior lucro para uns que para outros de acordo com seu desempenho, mas na perda da posse da terra. “Nesse ambiente competitivo, os fazendeiros produtivos prosperavam e suas posses tendiam a crescer, enquanto os produtores menos competitivos eram imprensados na parede e acabavam por se juntar às classes não proprietárias” (Ibid. 86).

Todo esse processo não acabou em caminhos piores, devido às ações dos estadistas Tudors e os primeiros Stuarts, como explica Polanyi (2000). Segundo ele, se essa tendência de progresso econômico não tivesse sido freada de certa forma, tal ritmo “poderia ter sido ruinoso, transformando o próprio desenvolvimento em um acontecimento degenerativo, ao invés de construtivo.” (Ibid. p. 55). É importante salientar aqui o papel do governo no controle desse ritmo. A ideia de um progresso econômico desenfreado, como bem apontado pelo autor, pode inibir nossa percepção de que ao governo cabe uma grande parcela de responsabilidade no trato de tais questões. “Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso” (Ibid. p. 55).

Em relação à Inglaterra, o autor explica que passou-se pelo cercamento sem muitos danos

apenas porque os Tudors e os primeiros Stuarts usaram o poder da Coroa para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico, até que ele se tornou suportável – utilizando o poder do governo central para socorrer as vítimas da transformação e tentando canalizar o processo de mudança de forma a tornar o seu curso menos devastador (Ibid. p. 56-57).

Contudo, essa proteção não se estendeu a todos. Polanyi (2000) explica que em relação ao povo comum da Inglaterra, as medidas de proteção necessárias contra os efeitos da Revolução Industrial não foram tomadas. “Os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contra movimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (Ibid. p. 98).

O cercamento dos campos, portanto, foi um processo de imposição de interesses particulares sobre os da coletividade - em um primeiro momento com a presença do governo tentando ditar seu ritmo -, e tendo como pano de fundo o discurso do progresso econômico e das melhorias que isso traria para todos. No entanto, apesar do surgimento de alguns empregos por conta de certo aumento na produção de lã, ou dos investimentos que os proprietários de terra agora poderiam fazer, Polanyi (2000) considera que os efeitos desse processo foram muito mais deletérios.

Sob a argumentação do melhoramento como elemento que beneficia a toda comunidade, até mesmo a escravidão e a expansão colonialista foram justificadas.

Se as terras não-beneficiadas das Américas não representavam nada além de um deserto, era um dever dos europeus, por ordenação divina, cercá-las e melhorá-las, tal como os homens “industriosos” e “racionalistas” tinham feito no estado natural original[...]. Se o mundo – ou parte dele – tinha sido retirado desse estado natural por ordem de Deus, por certo tudo o que permanecia nesse estado primitivo deveria seguir o mesmo caminho (WOOD, 2001, p. 97).

Sob a justificativa, portanto, de uma vontade divina e da construção de uma riqueza que “beneficiaria” toda a comunidade, direitos fundamentais foram sobrepostos por interesses particulares.

A produção passou a se desenvolver a partir das seguintes categorias sociais: dos trabalhadores (assalariados), dos proprietários (renda) e dos capitalistas (lucro). Tem-se então a passagem de um estado primitivo de produção para um estado conformado na acumulação capitalista. Se naquele todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador, neste a divisão do trabalho faz com que apenas uma parte dos bens sejam conquistados com o próprio esforço, já

que “a maior parte é conseguida mediante o trabalho de outras pessoas”, logo, “um indivíduo será rico ou pobre de acordo com a quantidade de trabalho alheio de que possa dispor ou que se ache em condições de adquirir” (Ibid. p. 58). Com a propriedade privada da terra esse contexto se agrava ainda mais (Ibidem). Não se levou em consideração que permitir “que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 94).

Mas, como o direito à propriedade exclusiva contribuiu para o avanço do capitalismo? Uma vez que a sociedade se viu livre das restrições que o sistema feudal impunha buscou-se construir seus próprios caminhos, a partir, por exemplo, da aquisição de propriedades e inserção no comércio – ou seja, eram livres para utilizarem suas propriedades como quisessem, até mesmo coibir o uso comunal com outras pessoas.

Por outro lado, como o homem é considerado um ser livre, e possui em si mesmo uma propriedade, pode agora vender sua força de trabalho “para quem e quando quiser” – ou seja, um outro tipo de liberdade. A combinação desses elementos foi decisiva para o avanço do sistema, principalmente por ter contribuído para formação da massa proletária.

O que precisa ser problematizado aqui são as condições em que tal processo se dará, principalmente as consequências para aqueles que não conseguiram se tornar proprietários de terra. É preciso problematizar, por exemplo, que os indivíduos agora passariam a ser reconhecidos como iguais perante a lei, mas não possuiriam iguais condições de sobrevivência. Mello (2011) esclarece que, na visão de Locke, no princípio o tamanho da propriedade era estipulado de acordo com a capacidade de trabalho que o proprietário dispunha. Entretanto,

o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando a troca de coisas úteis, mas perecíveis, por algo duradouro (ouro e prata), convencionalmente aceito pelos homens. Com o dinheiro surgiu o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade, que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra. O uso da moeda levou, finalmente, à concentração da riqueza e à distribuição desigual dos bens entre os homens. Esse foi, para Locke, o processo que determinou a passagem da propriedade limitada, baseada no trabalho, à propriedade ilimitada, fundada na acumulação possibilitada pelo advento do dinheiro (Ibid. 68).

Já se evidencia aqui, portanto, o nascimento do processo de acumulação primitiva. A crença era de que as desigualdades seriam resolvidas pelas buscas individuais pelos próprios

desejos, uma vez que o conjunto destas levaria ao progresso econômico. Portanto, seria pela produção de riqueza que o problema da justiça social se resolveria.

Entretanto, quanto à suposta riqueza que seria produzida, cumpriu apenas o papel de aumentar a “fatura no bolso” da classe dominante, ao passo que construía uma massa populacional miserável. Instaurava-se, assim, um capitalismo agrário cujas leis de movimento foram “precondições – que não existiram em nenhum outro lugar – do desenvolvimento de um capitalismo maduro, que de fato se basearia na exploração em massa do trabalho assalariado” (WOOD, 2001, p. 103).

A proletarização, que representou a transformação completa da força de trabalho em mercadoria, viria a conferir poderes coercitivos novos e mais extensos ao mercado, criando uma base trabalhadora completamente dependente dele e completamente vulnerável à disciplina do mercado, sem nenhuma mediação e sem recursos alternativos. [...] o mercado em si veio a se transformar, cada vez mais, num grande eixo da divisão de classes entre exploradores e explorados, entre compradores e vendedores de capacidade de trabalho. (Ibid. p. 112)

A força do desenvolvimento capitalista não estava, portanto, na atividade comercial ora existente. As novas leis de movimento que surgem no campo inglês é que modificaram as regras do comércio até então existentes, constituindo um novo modelo mercantil – a produção, por exemplo, passou de produtos para uso pessoal no cotidiano, para um mercado maciço, cuja base não se sustentava no lucro, mas na competitividade (Ibid.). Uma população que antes produzia os próprios alimentos agora se encontra desapropriada dos meios de produção, o que leva ao inevitável crescimento do mercado para atender a essa nova necessidade (Ibid.).

Sem um setor agrícola produtivo, capaz de sustentar uma grande força de trabalho não-agrícola, seria improvável que o primeiro capitalismo industrial do mundo viesse a emergir. Sem o capitalismo agrário da Inglaterra, não haveria massas de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos – como alimentos e produtos têxteis – que impulsionaram o processo de industrialização da Inglaterra (Ibid. p. 109-110).

É importante salientar o papel da força de trabalho despossuída no desenvolvimento do capitalismo industrial. Foi por meio, portanto, do contexto de dependência do mercado que os antigos trabalhadores do campo passaram a vivenciar, que criaram-se as condições necessárias para o avanço do capital. Com a separação do produtor de seus meios de produção

criou-se a condição ideal para o crescimento da classe proletária que passaria a servir a indústria, além de constituir o mercado interno – já que estavam apartados dos meios de subsistência (MARX, 2009). Assim, o pré requisito histórico do capitalismo foi a

concentração da propriedade, dos meios de produção nas mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência (DOBB, 2015, p. 17).

A classe capitalista surgiu, assim, não da “frugalidade e da abstinência, como os economistas tradicionalmente afirmaram, mas do desapossamento de outros através da superioridade econômica ou política” (DOBB, 2015, p. 226). Como afirmou Marx (2009, p. 861), “só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção”.

A transição entre o sistema feudal e o capitalista não foi um processo fácil, mas permeado por conflitos. Segundo Polanyi (2000), os interesses de capitalistas e burgueses divergiam. Aqueles pretendiam criar um mercado nacional ou interno, interligando campo e cidade nos moldes das novas leis de mercado aqui já apresentadas. Já estes, tendiam para o movimento oposto, tentando manter um comércio, tanto local quanto a longa distância, de caráter não competitivo e sem a inclusão do campo nesse ritmo de comércio. Tal situação, segundo o autor, levou à intervenção estatal, a qual “impingiu o sistema mercantil às cidades e às municipalidades ferrenhamente protecionistas”, pressionando “países agrários a se organizarem para o comércio e os negócios” (Ibid. p. 86).

A criação do “subdesenvolvimento” se deu, portanto, “por meio da penetração capitalista, transformando sociedades não-capitalistas de organizações relativamente autossuficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca[...]” – e isso, salienta-se, de modo por vezes impositivo (HARVEY, 2006, p. 59).

O imperativo da competitividade pressionou outros países a buscarem o próprio desenvolvimento tendo também como norte um caminho bem específico – as orientações capitalistas (WOOD, 2001). Logo, pode-se compreender que na Inglaterra nasceu o coração do capitalismo que bombearia para o restante do mundo seu “fluxo sanguíneo”.

O surgimento do maquinário mais complicado e o estabelecimento de fábricas, o mercado começa a sofrer alterações tornando-se autorregulável<sup>5</sup> – para que a utilização das máquinas seja viável é necessário manter uma produção ininterrupta, num contexto de mercado onde as transações passam a serem todas monetárias (POLANYI, 2000). Por isso,

todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa, e qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo “sistema de mercado” [...] Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. [...] Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado<sup>6</sup> (POLANYI, 2000, p. 60).

Temos, portanto, uma transformação radical única do tipo de economia que vigorava no feudalismo para a que agora se desenvolve com o capitalismo. Uma economia de mercado onde os preços passam a “ditar as regras” e não as necessidades humanas, onde a busca cada vez maior pelo lucro passa a ocupar lugar de destaque e até a ser naturalizada – como se essa predisposição fosse inerente à condição humana.

A transformação no mercado então não gera apenas mudanças objetivas nos modos de se fazer comércio, mas primeiramente uma severa mudança subjetiva dos sujeitos de modo a incorporarem e até desejarem seguir as novas leis de mercado. Agora, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Ibid. p. 77). E como muito bem colocado pelo autor, a sociedade não pode atrapalhar o funcionamento desse novo sistema econômico, precisa ser modelada para que este esteja livre para seguir suas próprias leis. Por isso se diz que “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (Ibid. p. 77).

A respeito das características do capitalismo, Wood (2001, p. 12) aponta que se trata de

um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da

---

<sup>5</sup>Delimitando certo espaço temporal para o surgimento desse mercado autorregulável, Polanyi (2000) explica que a partir do século XVI é que os mercados começam a tornarem-se mais numerosos e relevantes, no entanto, ainda não havia a ideia tão forte da autorregulação – fato que só aconteceria no século XIX.

<sup>6</sup>Todavia, sabemos que o discurso do mercado auto regulável não se aplica efetivamente desta forma, tendo a interferência estatal quando se é conveniente, inclusive para salvar grandes empresas da falência.

vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender à necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.

Para que se efetive tal objetivo alguns pressupostos são condicionantes. A esse respeito, aponta Harvey (2006): a manutenção de um exército industrial de reserva, os meios de produção suficientes no mercado e a existência de mercado para absorver a produção crescente. Esses pressupostos nos esclarecem que a quantidade imensa de indivíduos e famílias desempregados ou vivendo na extrema pobreza em todo o mundo, por exemplo, não se trata de uma falha corrigível do sistema capitalista. Se assim fosse, as correntes teóricas mais conservadoras ou reformistas poderiam até ter razão ao defenderem a possibilidade de continuidade de tal sistema, porém a partir de certos ajustes que tratem da problemática apontada.

Entretanto, o olhar voltado para a totalidade da história nos faz compreender que tal problemática é o que sustenta o modo de produção capitalista. É preciso que haja os miseráveis para que a alta classe possa se perpetuar. Isso significa que a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo pode gerar bem estar para as populações mais necessitadas é um tanto utópica, pois se assim o fosse

o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados (LÉNINE, 1986, p. 621-622).

O âmbito econômico, portanto, representa uma grande força nesse sistema. Tanto que Marx o tomou como objeto de estudo – o que não significa dizer que trata-se da esfera mais importante (BONENTE, 2016). Bonente (2016) elabora uma importante ressalva a esse respeito. A autora afirma que em Marx, economia “aparece em termos extremamente gerais, como a esfera de produção e reprodução da vida humana, e as categorias econômicas como

categorias dessa produção e reprodução” (p. 44). Identificada tal concepção de Marx, pode-se agora compreender que

a peculiaridade histórica da sociedade capitalista está diretamente associada ao fato de que a sua economia constitua mais do que uma base. No capitalismo, a economia forma efetivamente o centro da vida social, a partir do qual emana a dinâmica que subordina todos os demais momentos e esferas da existência. (BONENTE, 2016, p. 44)

A partir de tudo o que foi tratado até aqui, vale destacar que ao se estudar sobre a gênese da sociedade capitalista não se pode perder de vista que ela não se deu pela simples separação dos produtores dos seus meios de produção. Permanecer nesse entendimento implica em uma compreensão sobre tal contexto que acaba por levar a uma interpretação moral dele – como se a classe detentora de poder fosse má e, por isso, retirou dos produtores os meios de produção.

Se assim o fosse, a solução para a miséria que o mundo vive hoje estaria na posse dos meios de produção pelos trabalhadores. Todavia, entendemos que somente isso não bastaria, visto que o sistema capitalista para se perpetuar atua não somente no plano material, mas também no subjetivo. Logo, transpor toda essa nova lógica que vem sendo fomentada nas mentes a nível mundial e garantir uma base de sustentação social de revolução não se dará somente com a retomada dos meios de produção. Conforme afirma Marques Filho (2016)

nada há aqui de um juízo moral. O capitalismo é insustentável, não porque os controles das corporações sejam inescrupulosos<sup>7</sup>. Seria absurdo supor que os proprietários, acionistas e diretores executivos das corporações sejam pessoas desprovidas de senso moral [...]. O problema é que, por mais que desejem aprimorar a conduta ética de suas corporações, seus dirigentes *não podem* se permitir subordinar suas metas empresariais ao imperativo ambiental (p. 537).

Existe uma lógica de funcionamento do sistema, portanto, que escapa à vontade de quem joga o jogo. Trata-se dos imperativos capitalistas já abordados aqui. Contra a força do mercado não se pode fazer muito, pelo menos a curto ou médio prazo, principalmente quando o que está em risco é o ganho ou perda de poder aquisitivo do dinheiro (Ibid.).

Se a British Petroleum, por exemplo, renunciar a um investimento potencialmente lucrativo por causa de seu impacto ambiental, os investidores terão duas alternativas: substituirão o responsável por essa decisão “verde”,

---

<sup>7</sup> Ao menos não todos.

se tiverem poder para tanto; ou, se não tiverem, reorientarão seus investimentos para outras corporações ou mesmo outros setores da economia que apresentem melhores possibilidades de remuneração de seu dinheiro. (Ibid. p. 537).

Logo, o que estava como base do surgimento do sistema capitalista era uma nova sociabilidade tentando se estabelecer. Uma nova dinâmica societária que colocaria a economia como núcleo central em torno do qual as demais esferas da sociedade deveriam girar.

Feita essa importante observação podemos agora destacar como elementos principais do capitalismo: possui o âmbito econômico como principal esfera de sociabilidade; o que é produzido tem como finalidade a troca (mesmo sendo algo pertencente ao campo das necessidades básicas); a capacidade humana de trabalho torna-se uma mercadoria; a vida de toda sociedade é regida pelas regras da competição e maximização dos lucros; por meio da tecnologia o foco do sistema volta-se para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade; a maior parte do trabalho (onde se encontra a raiz da produção da riqueza social) é realizada por trabalhadores sem posses e, por isso, precisam vender sua força de trabalho se quiserem sobreviver – esses mesmos trabalhadores sem posses geram o lucro para os proprietários dos meios de produção; a produção não se dá pela lógica das necessidades humanas de consumo, mas pela busca de maior lucro; e, por fim, tal sistema busca para além do constante desenvolvimento da produção, a também expansão das suas áreas de dominação.

Em relação a esse último elemento é necessário tecer algumas considerações. A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético compreende-se que a realidade é fruto de determinantes diversos, ou seja, uma análise da realidade pautada por um viés unilateral implica em problemas de ordem teórica e metodológica. Nesse sentido, cabe aqui chamar a atenção para os vários determinantes que influenciaram a expansão do sistema capitalista, recorrendo, para tanto, à história.

Pode-se citar, por exemplo, o cercamento dos campos, o surgimento e fortalecimento das cidades, como também o livre mercado, a expansão do comércio, o desenvolvimento de técnicas de produção, o aumento populacional, a revolução industrial e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Todavia, podemos adicionar a essa lista mais um ingrediente, a saber, a dominação territorial – essa discussão é fundamental para este trabalho, portanto, será tratada na próxima seção.

## 1.2 A dominação territorial como estratégia fundamental para a expansão do sistema capitalista.

Analisando esse novo elemento fazemos referência primeiramente ao que já foi apontado neste trabalho, que é o cercamento dos campos. Como vimos, a tomada da terra dos produtores diretos pelos apropriadores contribuiu fortemente para o início do sistema no qual hoje vivemos. No entanto, esse tipo de dominação não manteve-se em escala local, ao contrário.

Segundo Bonente (2016), o capital necessita produzir valor em escala crescente e, para isso, é preciso manter a circulação também em escala crescente, o que levará à ampliação do trabalho excedente e dos mercados – condição para o desenvolvimento da produção capitalista. Portanto, produz-se muito, para vender muito, e assim poder ampliar o mercado para produzir mais e vender mais. Logo, tem-se uma tendência do capitalismo, qual seja, a expansão imanente. Para tanto, o “capital precisa incorporar áreas cada vez mais extensas ao seu limite de operação; pela sua própria natureza, precisa ir além de qualquer barreira espacial, criar condições objetivas para ampliação das trocas e conquistar o mundo como seu mercado” (MARX, 2011, p. 445 et seq., apud, BONENTE, 2016, p. 66).

Nesse sentido, o desenvolvimento da comunicação e do transporte – principalmente da máquina a vapor – foi decisivo para a integração espacial e “anulação do espaço pelo tempo”, possibilitando a busca de novos espaços para acumulação (HARVEY, 2006). Assim, o capitalismo seguiu derrubando as barreiras espaciais, na mesma medida que construía a sua própria paisagem (decadência e ascensão de centros de produção, construção de estruturas fabris e vias de transporte...) (Ibid.). Todo o empenho foi dedicado às estratégias de aproximação entre o centro de produção e mercado, fortalecendo o comércio exterior – o que, segundo Harvey (2006), foi importante para o processo de acumulação de capital. Com esses avanços, conseqüentemente, o território começa a ganhar um significado diferente e a desempenhar papel fundamental para a expansão capitalista.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2011, p. 13).

Latouche (1994) nos traz uma valiosa contribuição a respeito dessa expansão capitalista sobre as terras do mundo, que se deu a partir do que o autor denomina de “processo de ocidentalização”. Para ele, tal processo teve seu período promissor no século XVI com as grandes navegações. Um de seus objetivos era a conquista de boas terras, fato esse tão importante que grupos específicos eram encarregadas de tal responsabilidade.

Nesse sentido, o autor aponta três grupos denominados de os três “M” – militares, mercadores e missionários. Cada grupo possuía uma função nesse processo de conquista. “As companhias de mercenários garantem a conquista dos territórios e dos homens, as Companhias das Índias garantem a conquista dos mercados e a Companhia de Jesus garante a conquista espiritual” (LATOUCHE, 1994, p. 18). Tal organização permitiu o que o autor chama de “confisco do planeta pelo Ocidente”.

Importante é salientar que tal conquista não foi apenas militar ou política. “O empreendimento colonial participa também do projeto de total domínio da natureza” (Ibid. p. 18). Para tanto, o acúmulo de conhecimento tornou-se fundamental. Mas,

os objetivos políticos, econômicos e estratégicos nem por isso são esquecidos. Evidentemente, tudo se sustenta e se reforça. O domínio da natureza é um projeto total, totalitário mesmo. É preciso traçar mapas precisos, reavaliar os recursos naturais, inventariar os usos e costumes dos aborígenes (Ibid. p. 18).

Essa onda de colonização ficou conhecida como a “corrida das banheiras”, contexto no qual acirrou-se a disputa pelos “últimos territórios ‘não controlados’ do planeta” (Ibid. p.19). O autor explica que essa investida sobre o território do outro foi sustentada pelos frutos do desenvolvimento industrial, mas também pela perspectiva de superioridade que as potências europeias passaram a proclamar. Entendia-se que havia uma discrepância de desenvolvimento entre os povos o que configurava a superioridade de uns sobre os outros.

Assim, o homem branco europeu estava imbuído de uma missão sagrada. “Essa missão é um fardo, mas ele a empreende com uma alegria e rapacidade suspeitas. Missionários, mercadores e militares de diversas potências disputam de maneira agressiva, e por vezes sanguinária, o controle de novas regiões” (LATOUCHE, 1994, p. 19).

Essa é a lógica que conduziria a colonização. Havia colônias cuja constituição era quase exclusiva de pequenos proprietários, enquanto outras se formaram a partir da propriedade concentrada nas mãos de determinadas pessoas, formando, assim, duas classes: proprietários e assalariados (DOBB, 2015). Contudo, a maioria das colônias constituíram-se de escravos como principal de mão de obra (WILLIAMS, 1975,).

Uma das principais diferenças entre os dois primeiros tipos de colônia era que na primeira poucos recorriam ao trabalho assalariado, já que a aquisição de terras era mais fácil. Isso significa que a dificuldade para se conseguir empregados era maior, pois estes não precisavam se render a qualquer tipo de trabalho, por qualquer preço. “Tornou-se claro para os que desejavam reproduzir as relações capitalistas de produção no novo país que a pedra fundamental de seus esforços devia ser a restrição da propriedade da terra a uma minoria e a exclusão da maioria quanto a qualquer participação na propriedade” (Ibid., p. 225). Logo, o enriquecimento dos grandes proprietários e, conseqüentemente, o avanço do capitalismo, só se deu pelo espraiamento do ideário capitalista, o qual, dentre outros elementos, estabelece a formação forçada de uma classe destituída de propriedade, a tal ponto de ser obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver – veja que se trata da mesma lógica empregada no processo de cercamento dos campos na Inglaterra, sendo disseminada pelo mundo. “Tais processos, ao invés de se mostrarem restritos aos momentos inaugurais do capitalismo, são identificados permanentemente na sua geografia histórica” (ACSELRAD, et all. 2012, p. 168).

Segundo Latouche (1994), nesse momento surgiram homens e mais homens querendo ser reis, afinal, a posse da terra se apresenta como um meio de enriquecimento e conquista de poder. Alguns dados demonstram essa realidade, por exemplo: “em 1880, a Europa controlava teoricamente 55% do globo e utilizava efetivamente 35% de sua superfície” (MAGDOFF, 1986, apud, LATOUCHE, 1994, p. 20). Já o quadro abaixo traz o percentual da tomada de territórios em relação a um intervalo temporal.

Quadro 1 – Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos.

	<b>1876</b>	<b>1990</b>	<b>Diferenças</b>
<b>África</b>	10,8%	90,4%	+79,6%
<b>Polinésia</b>	56,8%	98,9%	+42,1%
<b>Ásia</b>	51,5%	56,6%	+5,1%
<b>Austrália</b>	100%	100%	--
<b>América</b>	27,5%	27,2%	-0,3%

Fonte: Lénine (1986, p. 632).

A partir desse quadro pode-se perceber que a África foi o território que sofreu mais rapidamente com a investida colonizadora. Quanto ao território da Austrália, já em 1876 todo ele já estava tomado.

Tem-se, dessa forma, um modelo de ocidentalização baseado na busca incessante por terras, a partir da dominação econômica, política, militar e cultural. O entendimento da época era que os

povos poderosos devem impor as leis aos povos fracos ou às raças inferiores, verdadeiramente degeneradas, para o melhor e para o pior. A velha Europa e a nova Europa, verdadeiro nome da América, como se dizia à época, acreditavam-se as legisladoras do universo, os “romanos modernos” [...] (LATOUCHE, 1994, p. 22).

Uma vez conquistadas essas terras os colonizadores depararam-se com um grande entrave para a expansão do sistema – a mão de obra. A população de trabalhadores livres daquela época não era suficiente para dar conta da demanda de trabalho nas plantações em larga escala, o que levou à escolha pelo trabalho escravo – uma decisão econômica, portanto (WILLIAMS, 1975).

O trabalho escravo era tão degradante que a predominância negra nele não foi por uma questão de racismo, mas porque a captura dos povos negros era mais fácil (a África estava próxima), e os primeiros povos escravizados, os indígenas, não suportaram a exploração física e psicológica. “Os índios sucumbiram rapidamente ao trabalho excessivo deles exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco, à sua incapacidade de ajustar-se ao novo modo de vida” (WILLIAMS, 1975, p. 12).

O sistema colonial de base escravista contribuiu para o avanço do capitalismo, portanto, tanto no estabelecimento de mão de obra não remunerada, o que favoreceu a acumulação de capital, quanto para a dinamização do mercado, por exemplo, com a comercialização de diversos produtos, a maior movimentação dos portos, a construção naval (o que estimulou a indústria) e o desenvolvimento do negócio de seguros (Ibid.). Podemos entender, assim, que o “sistema colonial era a espinha dorsal do capitalismo comercial da época mercantil” (Ibid. p. 158).

O estímulo ao trabalho escravo era então evidente, até o momento, porém, que o avanço do capitalismo ganhava novos contornos. Os capitalistas incentivaram a escravidão, mas depois buscaram destruí-la (WILLIAMS, 1975). No caso brasileiro, por exemplo, a Grã-Bretanha pressionou bastante o país para que abolisse o trabalho escravo, porém, podemos interpretar que a lógica não era a de um capitalismo civilizado, humanitário, que buscava erradicar do seu sistema formas degradantes de trabalho (SILVA, 1995). A intenção era, principalmente, que essa gama de pessoas tornassem-se trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, consumidores – o que não ocorre com quem é escravo (WILLIAMS,

1975). A pressão era tanta que foi proposto na Conferência Internacional de Verona que as potências europeias não aceitassem a produção dos países que ainda mantinham trabalho escravo (Ibid.).

Tudo isso nos mostra como o sistema capitalista não se configura como um corpo único harmonioso de pensamento, mas possui um núcleo de onde irradiam os novos traços do seu *modus operandi*, subordinando, aos poucos, todo o globo. Característica essa que ratifica seu caráter predatório e ditador, uma vez que utiliza-se do poderio econômico para subjugar todas as nações aos seus ditames, objetivando o alcance dos seus objetivos, utilizando, para isso, o poder de determinação sobre a vida das pessoas “ao bel-prazer”.

Tanto foi assim, que o próprio movimento capitalista pelo fim do trabalho escravo não se deu universalmente, mas focado inicialmente em algumas nações, visto que ainda dependia da produção de países com trabalho escravo, como o açúcar brasileiro (Ibid.).

Fica evidente, portanto, a lógica predatória que rege o sistema capitalista desde sua gênese – predatória na sua relação com a natureza, incluída nela os seres humanos.

Por isso é tão importante se ter em mente a perspectiva histórica ao analisar determinada realidade. É a partir desse tipo de análise que se pode desvendar muito sobre o atual contexto em que vivemos.

Falar do processo de colonização é tratar do debate sobre o desenvolvimento capitalista do século XVIII. A esse respeito Furtado (2009) explica que com a ascensão da indústria europeia há uma transformação da economia em escala quase planetária, tendo o norte do desenvolvimento econômico apontado por essa nova lógica de produção. Esse “poderoso núcleo dinâmico” – nas palavras do autor – desenvolver-se-ia a partir de três caminhos: desenvolvimento intra europeu, desenvolvimento para além das fronteiras europeias em regiões não ocupadas e desenvolvimento para além das fronteiras europeias em regiões já ocupadas.

Em relação ao desenvolvimento intra europeu, esse é “caracterizado pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela progressiva absorção dos fatores liberados em um nível mais alto de produtividade” (FURTADO, 2009, p. 160). Já o segundo caminho, a expansão para além das fronteiras europeias em terras ainda desocupadas, contou com fatores fundamentais como o ouro e o desenvolvimento dos meios de transporte (Ibid.).

Furtado (2009) explica que mesmo sendo uma expansão para fora das fronteiras não significou uma diferenciação do país de origem, afinal, “as economias australiana, canadense ou estadunidense nessa fase eram simples prolongamentos da economia industrial europeia” (p. 161).

As populações que emigravam para esses novos territórios levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa e, ao encontrarem maior abundância de recursos naturais, alcançavam, rapidamente, níveis de produtividade e renda bastante altos. Se consideramos que essas ‘colônias’ só se estabeleciam onde prevaleciam condições econômicas excepcionalmente favoráveis, explica-se que suas populações hajam alcançado, desde o início, elevados níveis de vida, comparativamente aos dos países europeus” (Ibid. p. 161).

O último caminho também se deu a partir da expansão para além das fronteiras europeias, porém em direção à regiões já ocupadas – ditas pelo autor como de antiga colonização – “algumas delas densamente povoadas, com seus sistemas econômicos seculares de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista” (FURTADO, 2009, p. 161). Nesse tipo de expansão o autor esclarece que prevaleceu a intenção pela abertura de linhas de comércio ou produção de matéria prima para os países centrais.

Desde os dias em que os templos de Tenochtitlan foram destruídos no México e uma catedral espanhola foi construída com as pedras que restaram, o colonialismo europeu tem-se ocupado em devastar as culturas centradas no lugar e impondo-lhes valores centrados no espaço. Em ondas sempre renovadas e em todos os cinco continentes, os colonialistas têm sido terrivelmente inventivos em saquear os povos de seus deuses, suas instituições e seus tesouros naturais. O estabelecimento de universidade na Nova Espanha, a introdução da lei britânica na Índia, o constrangimento dos índios norte-americanos para comercialização das peles, são exemplos históricos da maneira como ciência, Estado e mercado se difundiram pelo mundo (SACHS, 2000, p. 366).

O “sucesso” do sistema capitalista, portanto, era condicionado pelo espraiamento do seu modo de ser pelo mundo. Espraiamento esse que, a princípio, se deu com base no domínio territorial a partir da colonização - processo denominado por Latouche (1994) como ocidentalização do mundo. A intenção é a de criar “um só mundo” (Ibid.).

De acordo com Latouche (1994), essa ocidentalização de tipo colonial durou até as vésperas da 1ª Guerra Mundial – período no qual todo o globo já estava dominado pelo homem branco. A imagem que o autor traz para explicar como ficou o mundo é a de uma Europa considerada a fábrica do universo, ao passo que o restante do mundo seria apenas produtor de matérias-primas e produtos primários.

A dominação territorial chegou a tal ponto que o mundo foi repartido por completo e, como afirma Lénine (1986, p. 632), “no futuro só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja,

a passagem de territórios de um ‘proprietário’ para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um ‘dono’”.

Muitos podem considerar tal contexto como natural, ou algo que estava predestinado à humanidade, no entanto, nada disso teria existido se não fosse a intervenção humana. “Ela jamais teria existido ‘naturalmente’ se a ordem colonial e imperial não a tivesse instituído pela violência aberta (abertura dos mercados a tiros de canhão, culturas obrigatórias...) ou pela violência simbólica (intimidação, sedução)” (LATOUCHE, 1994, p. 22).

Logo, foi pela ação do homem que se criou tal modelo de dominação capitalista. Uma análise que podemos fazer a respeito desse contexto é que, para tal dominação ocorrer, um elemento fundamental foi necessário: o domínio sobre o território.

No estudo das sociedades, e da sociedade capitalista em particular (a noção de território) corresponde aos estudos dos recursos e do poder... O território é sempre presente, é sempre fato. Atribui relevância e consistência à análise materialista dos fenômenos econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos. Neste sentido, o território é depósito de processos, sendo construído pelas outras dimensões da realidade social e, ao mesmo tempo, surgindo como condição e causa de outros processos, fenômenos (RIBEIRO, 1999, p. 6-7, apud CRUZ, 2003, p. 7).

Tal domínio não se trata de um processo ocorrido à distância, mas com a presença concreta de sujeitos. E foi a partir desse domínio que foram sendo modificadas as “estruturas econômicas de todo o mundo, até os confins mais remotos” (LATOUCHE, 1994, p. 29).

Percebe-se que juntamente ao processo de ocidentalização do mundo caminhou a expansão e consolidação do sistema capitalista de produção. Uma combinação destruidora, comparada a uma máquina enlouquecida que

prosegue em sua obra de desenraizamento planetário. Arrancando os homens de seu chão, mesmo nos confins mais remotos do globo, a máquina os atira no deserto das zonas urbanizadas sem integrá-los, porém, à industrialização, à burocratização e à tecnificação ilimitadas que ela impulsiona. (LATOUCHE, 1996, p. 14)

Nessa corrida da expansão, portanto, surge uma relação de dominação entre regiões (BONENTE, 2016). A autora esclarece que tal realidade trata-se exatamente do avanço do modo de produção capitalista sobre as regiões com modos de produção pré-capitalistas. Assim, ela afirma que essas regiões que ainda não foram dominadas pelo sistema, ao entrar em contato com ele passam a percorrer um caminho de subordinação. A autora explica ainda

que o motivo para isso está na maior capacidade produtiva que o sistema possui e na operação de suas leis.

Na medida, portanto, em que o desenvolvimento do comércio (e do capital mercantil) cria sob esses modos de produção a necessidade de aumento das forças produtivas e estimula a ampliação da produção orientada para a troca (e pelo valor-de-troca), desagrega as antigas relações sociais[...] (BONENTE, 2016, p. 66).

Essa dominação em escala planetária que levou à criação de uma ligação dos povos, de certa forma trouxe um “desenvolvimento/progresso objetivo e ampliam as possibilidades de emancipação humana” (Ibid. p. 67). No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que tal desenvolvimento também possui um outro lado, “acompanhado da ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado e/ou da operação das contradições inerentes ao modo capitalista de produção em escala ampliada” (Ibid. p. 67).

Com a Revolução Industrial, por exemplo,

foi ainda o progresso, na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum. Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana. (POLANYI, 2000, p. 58)

É fundamental destacar aqui como a população mais explorada sofre mais rigidamente os efeitos do avanço desse sistema. Sofrem tanto no plano objetivo quanto no subjetivo. Pela citação anterior percebemos que a devastação das habitações, por exemplo, que ora ocorreu no processo de cercamento dos campos, anos depois repete-se de modo bem mais intenso.

Nas palavras de Polanyi (2000, p. 58), calcula-se que os perigos desse novo mecanismo institucional “que atacaram até a medula quando primeiro apareceram, na verdade jamais foram superados e que a história da civilização do século XIX consistiu, na sua maior parte, em tentativas de proteger a sociedade contra a devastação provocada por esse mecanismo”.

Como já mencionado neste trabalho, o capital necessita expandir-se constantemente. Ocorre que, com o avanço tecnológico, por exemplo, diminuem-se os postos de trabalho, o

que significa menos compradores e mais capital excedente (HARVEY, 2006). Buscar novos espaços e meios de investir esse excedente, portanto, é vital para a perpetuação do sistema.

Um exemplo dessa busca por novos lugares para a valorização do capital é o investimento em pesquisas para conhecimento das condições de outros planetas – o que deixa nítida a intenção do grande capital expandir-se para além das fronteiras do globo. No entanto, à medida que isso se torna inviável, por uma crise generalizada, por exemplo, as relações entre os agentes econômicos tornam-se bem mais tensas.

No decurso da crise, grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante, e os capitalistas canibalizam e liquidam uns aos outros, na ‘guerra de todos contra todos’, o derradeiro sinal do modo de produção capitalista. (HARVEY, 2006, p. 156)

Entretanto, tal processo não se mantém no nível econômico, mas invade a esfera política e até militar. Assim, se houver necessidade o capitalismo utiliza-se da guerra como estratégia de superação de uma crise – “[...] a destruição física e a desvalorização forçada resultantes da confrontação militar e da guerra podem ser consideradas como parte e parcela dos processos de formação e solução da crise” (Ibid. p. 157).

Segundo Harvey (2006), o capitalismo se perpetuou a partir do século XX em decorrência das duas grandes Guerras Mundiais – a materialidade da atualidade da barbárie na era moderna (MENEGAT, 2000). No final da década de 1930, o desemprego nos EUA estava muito alto e não havia esperança de melhoras no comércio mundial. Foi a partir então da II Guerra Mundial que os empregos passaram a aumentar (HARVEY, 2006). “Parece insano que essa força produtiva também necessite utilizar essa força destrutiva” (Ibid. p. 162). Entretanto, pensando pela lógica capitalista, essa denominada “destruição criativa” na verdade é uma grande estratégia. Se não há mais para onde levar o capital excedente para se valorizar, então se destrói para depois construir novamente.

Numa ordem mundial em desintegração, a luta para exportar a desvalorização ganha prioridade e a beligerância domina o tom do discurso político. Com isso, surge a ameaça renovada da guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo que nem mesmo o mais apto sobreviverá (HARVEY, 2006, p. 162).

Isso evidencia o quanto o sistema capitalista carrega em sua essência uma lógica competitiva altamente destrutiva. Tal quadro nos faz refletir, por exemplo, se essa mesma

lógica não tem influenciado os contextos de desastres ambientais. Essa questão será aprofundada no capítulo 2, mas apenas como exemplo podemos citar a já mencionada aqui conversão das florestas em pastagem, a produção para além das necessidades humanas esgotando as fontes de matérias primas, a obsolescência programada, o manejo irresponsável de substâncias tóxicas e a contaminação do ar pela emissão de gases nocivos. Poderíamos aqui tecer uma lista imensa de ações humanas próprias ou intensificadas pela lógica de produção capitalista que compõem processos de desastres ambientais diversos como as ondas de calor, as queimadas, as enchentes, a contaminação de seres vivos pelo derramamento de produtos tóxicos nas águas dos rios e mares, a contaminação do solo e dos alimentos.

Pelo exposto até aqui, pode-se compreender que o domínio sobre a terra, além do domínio sobre outras esferas como economia e cultura, foi o que também possibilitou uma organização mundial na qual existem países ditos centrais ou desenvolvidos, que possuem grande parcela de suas riquezas produzidas a partir da exploração dos países subdesenvolvidos. Além disso, esses países subdesenvolvidos ficam à mercê de uma ordem mundial que dita as regras do jogo e o lugar de cada um. A esses países, por exemplo, cabe principalmente o lugar de produtor de matéria prima para as indústrias de ponta dos países desenvolvidos, além de produtos alimentícios.

O domínio do território, portanto, de certa forma permanece até hoje e um exemplo é essa divisão internacional do trabalho. Ou seja, não há explicitamente hoje o discurso da colonização, porém a forma como o mundo está organizado no atual sistema capitalista não deixa muitas saídas para que os países subdesenvolvidos saiam do contexto de dependência em que vivem. Essa reflexão nos remete ao seguinte dilema: os países que hoje são periféricos possuem condições reais de superarem tal contexto e tornarem-se desenvolvidos? Essa é uma discussão fundamental, pois, como veremos mais à frente, dados internacionais já apontam que a maior quantidade de vítimas de desastres encontram-se nos países subdesenvolvidos – a pobreza aparece diretamente articulada aos processos de desastres.

Para compreendermos melhor tal contexto de subordinação entre países trataremos na próxima seção da formação social brasileira, buscando identificar como essa sociedade veio construindo seu modo de organização socioeconômica, ao mesmo tempo em que era capturada pela lógica internacional de desenvolvimento capitalista.

### **1.3. Impactos na formação social brasileira – o capitalismo periférico e a sina do desenvolvimento**

Vimos nas seções anteriores que o surgimento do capitalismo teve como principal elemento desencadeador a desapropriação dos meios de produção dos produtores. O capitalismo, portanto, existe pela condição de exploração de uma classe social sobre outra, a partir da retirada dos meios de produção de uma delas, e se expande inicialmente a partir da exploração de regiões tornadas como colônias. A manutenção de tal sistema se dá pela ainda exploração, mas dos agora países centrais sobre os periféricos submetidos a uma condição de dependência internacional.

Tal condição de dependência demonstra-se como um dos principais fatores de produção de desigualdade à nível internacional – entre países – como também nacional – entre regiões de um mesmo país, ou até mesmo inter cidades. Um dos elementos concretos que representam essa desigualdade refere-se ao não acesso de uma grande massa de trabalhadores à moradia digna e própria. Esse contexto nos remete à necessidade de compreendermos as especificidades da formação social e territorial brasileira, levando em consideração que tal conformação é regida por uma lógica sistêmica.

Responder essa questão torna-se fundamental para compreendermos qual relação se estabelece entre a conformação do território e o processo de desastre ambiental. Este é, portanto, o objetivo desta seção. Para alcançarmos seu propósito a dividimos em três fases.

Primeiramente trataremos das especificidades do processo de colonização brasileira, passando pela transição para a industrialização/urbanização e, por fim, o atual cenário no qual o Brasil se encontra em relação à questão da propriedade dos meios de produção e do acesso à moradia digna.

#### **1.3.1 Os rebatimentos da lógica capitalista no processo de colonização brasileira.**

Retornando ao Brasil colônia – século XVI – identificamos os elementos responsáveis por muito do que hoje temos enquanto nação. Para melhor explanação deles, abordaremos essa questão a partir de quatro elementos considerados como principais para este trabalho, a saber: o sentido da colonização, o uso predatório dos recursos naturais, a formação da classe trabalhadora e a conformação do território.

1) Sentido da colonização: Iniciamos essa reflexão a partir da lógica com que se deu tal processo de colonização na América. Diferentemente de outras colonizações ela seguiu um

objetivo muito claro, atender ao comércio internacional. Não se tinha em vista, ao menos em princípio, o povoamento do novo mundo.

É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América.[...] A ideia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isso só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas (PRADO JR. 2011, p. 20).

Segundo Prado Jr. (2011, p. 28), a colonização

nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes.

A economia brasileira, portanto, forma-se subordinada completamente aos interesses europeus. A produção nela, tanto na agricultura quanto na pecuária, é orientada para o atendimento dos interesses comerciais dos países colonizadores, para o benefício da metrópole.

Nunca o reino e sua política tiveram outro pensamento que utilizar sua colônia no sentido por ele apontado. O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas e assim praticava. Todos os atos da administração portuguesa em relação à colônia têm por objetivo favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio, e pelo contrário opor-se a tudo mais. Bastava que os colonos projetassem outra coisa que ocupar-se em tais atividades, e lá intervinha violentamente a metrópole a chamá-los à ordem: o caso das manufaturas, da siderurgia, do sal, de tanto outros, é bastante conhecido (Ibid. p. 131).

O sentido da colonização brasileira estava, assim, indubitavelmente delineado e posto. Cabia à colônia o papel de produtora para exportação, cabia a ela deixar-se explorar, ser mansa, obediente.

Segundo Prado Jr. (2011) era tão rígida essa lógica que, mesmo com o processo de “independência” do Brasil, esse prosseguiu pelo mesmo caminho. “O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial [...]” (Ibid. p. 132). Trata-se de uma marca no início da nossa história que influencia até hoje nosso país.

De tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que assiste sucessivamente as fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. Processo esse ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e continuará assim no futuro (Ibid. p. 132).

Como bem aponta o autor, mesmo o Brasil ultrapassando seu período de colônia não conseguiu livrar-se por completo do caráter antes estabelecido nas relações internacionais. Pode-se citar como exemplo os investimentos estrangeiros em prol da industrialização do país que, ao mesmo tempo em que gerava certas condições para o avanço da economia nessa direção, também aumentava a cota da dívida externa do Brasil, além de distanciar a burguesia brasileira dos principais núcleos econômicos de acumulação – fatos que criaram, assim, uma verdadeira armadilha para o desenvolvimento do país. Arruda (2012) explica que

o endividamento cada vez maior dessas economias constituía um forte obstáculo para internalizar os centros de decisão econômica. As atividades mais lucrativas – financiamento, comércio, transportes e construção de infraestrutura urbana – permaneciam sobre o controle dos investidores estrangeiros, restando secundária a participação da burguesia local (p. 110).

Não seria nada fácil para as antigas colônias e países dependentes, portanto, escapar das amarras com seu passado. Pensando a partir da lógica dominante isso não poderia mesmo ocorrer, pois tais países são engrenagens que exercendo seu papel permitem todo o sistema funcionar. Em outras palavras, se não houver países para serem explorados não poderá haver os países dominantes e, conseqüentemente, a continuidade do sistema. Tanto o é que a partir dos escritos marxistas Arruda (2012, p. 112-115) identificou cinco principais elementos que dificultaram esses países alcançarem o mesmo patamar de desenvolvimento capitalismo: 1- *“possibilidade de importar mercadorias que são mais baratas do que os produtos similares nacionais”*; 2- *“a dependência econômica e o endividamento crescente dos países ‘importadores de capital’”*; 3- *“a reexportação dos lucros”*; 4- *“o controle externo sobre o sistema de transportes e os recursos naturais”*; 5- *“o dumping praticado pelos Estados imperialistas”*. Não é nada difícil perceber que tais elementos estão diretamente ligados a alguma interferência internacional.

Percebe-se, portanto, que o Brasil não foi preparado para ser uma nação realmente independente, com condições para se manter autonomamente. Ao contrário, já nasceu com

amarras que o impedia de tentar alçar voos mais altos. Assim, apesar da imensidão territorial e das riquezas naturais à disposição, o Brasil até hoje não consegue se sobressair em quesitos relacionados ao desenvolvimento econômico, por exemplo, – isso comparando-o a países territorialmente menores até.

Pode-se compreender que mesmo com a proclamação da “independência”, o modo como o capitalismo se expandiu no Brasil, e mais amplamente na América Latina, produziu características muito específicas. Ou seja, o capitalismo nas periferias assumiu características singulares, podendo-se citar como as principais: a superexploração do trabalho e a alta concentração da propriedade e riqueza (ALMEIDA FILHO, 2013). Fica evidente que tais características tem em seu DNA o processo de colonização. Arruda (2012) muito bem explica esse contexto.

Apesar de politicamente independente, o Brasil – assim como outros países da América Latina – mantinha uma estrutura econômica que em certos aspectos pouco diferia do antigo sistema colonial [...]. A produção subordinou-se ao controle dos grupos agroexportadores que buscaram, após a emancipação política – conduzida por essas mesmas elites – reorganizar seus vínculos econômicos externos com a nação capitalista então hegemônica, ou seja, a Inglaterra. Portanto, o que se verifica, desde a primeira metade do século 19 até início do século 20, no Brasil, é uma redefinição dos laços de dependência que, longe de imprimir um estilo de desenvolvimento segundo os padrões tecnológicos dos países avançados, reiterava o tipo de inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho (p. 192).

2) Uso predatório dos recursos naturais: Esse sentido da colonização condicionou a forma com que os colonos passariam a lidar com esse novo território. Lembremos que, como já tratado neste trabalho, esse foi o período no qual na Europa afloravam os imperativos do mercado – a lembrar: competição, acumulação e maximização dos lucros (WOOD, 2011). A combinação entre dois fatores – imperativos do mercado e amplo território explorável – culminou em um *modus operandi* de colonização baseado na máxima exploração para aquele tempo, tanto dos recursos naturais, quanto do ser humano.

Nesse sentido, a lógica de produção predatória já se fará presente desde o início do processo de colonização brasileira.

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão de puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela

alimentava. Em cada um dos casos que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava. Para isso, imediatamente, se mobilizam os elementos necessários: povoa-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos e trabalhadores escravos – verdadeira turma de trabalho -, desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário, e com isso se organiza a produção. Não se sairá disso, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição (PRADO JR. , 2011, p. 133).

O autor explica que no campo da agricultura os processos utilizados pelos colonos era devastador, recorrendo-se já às queimadas que faziam rapidamente sumir as florestas que antes constituíam a maior parte do território. Dirá ele que no século XVIII até se tentará preservar os restos da floresta do litoral que existia entre Paraíba e Alagoas, entretanto, não por uma consciência mais elevada de sua importância para o desenvolvimento do país, mas apenas para garantir o fornecimento de madeira ao arsenal da Marinha Real.

Contribuirá particularmente para essa destruição o uso indiscriminado e descontrolado da lenha. Sobretudo responsáveis os engenhos de açúcar que absorviam quantidades enormes<sup>8</sup> [...]. A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigiam maior esforço da sua parte (Ibid. p. 141).

A separação entre a agricultura e a pecuária também é apontada pelo autor como elemento prejudicial para o solo, pois separa esse de uma fonte natural de adubação – já que não se trabalhava com outra. O resultado disso será o esgotamento dos solos e, a partir daí, a migração em busca de novos para explorar. Tratava-se, portanto, da instauração na colônia de uma agricultura extensiva e em larga escala.

Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, e não apenas colhendo seus frutos. Não se percebeu ou não havia inconvenientes imediatos: sobrava o espaço. É só aos poucos que se foi enxergando o alcance do mal. No Brasil, em fins do século XVIII e princípios do seguinte, já se começava a senti-lo; e havia consciência do que se passava (PRADO JR, 2011, p. 147).

---

<sup>8</sup> “O gasto de combustível nas fornalhas médias ia de doze a dezesseis carros de lenha por dia” (VILHENA, 1927, p. 180, apud PRADO JR, 2011, p. 141).

Uma observação importante feita pelo autor foi que a resolução dessa problemática não dependia apenas de um trabalho educativo com os habitantes, mas mostrava-se muito mais profunda. Tratava-se de um mal fruto do próprio sistema, o que requereria ações mais profundas, estruturais. Assim, é nesse contexto que o Brasil insere-se no século XIX na disputa internacional com países bem mais aparelhados, em um ambiente onde a liberdade e livre concorrência já se mostravam fortes e ameaçadores (Ibid.). A saída para não entrar em colapso foi o café. “Desbaratar-se-á com ele mais uma grande parcela dos dons com que a natureza nos dotara. Mas onde não havia mais destes dons a gastar, a providência falhou, e veio a colapso” (Ibid. p. 148).

3) Formação da classe trabalhadora: Para dar conta desse tipo de organização produtiva que se estabeleceu no Brasil colônia foi condição a aquisição de uma massa considerável de mão de obra. Os colonos europeus apenas aceitavam se instalar nas colônias dos trópicos caso houvesse quem trabalhasse para eles, no entanto, naquela época não havia na Europa tantas pessoas disponíveis ou dispostas a emigrar a qualquer preço (PRADO JR. 2011). O tipo de colônia que se estabelecerá no Brasil será diferente, portanto, das demais, como a América do Norte.

Aqui se conservará um “acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (Ibid. p. 28). Essa característica foi um elemento fundamental para a concentração de riqueza nas mãos de uma classe constituída pela minoria. Parcelas consideráveis de pessoas foram destituídas de seus territórios, de seus costumes, de suas próprias vontades – suas próprias vidas não mais as pertenciam. Pessoas essas que passariam a trabalhar forçadamente para a classe de proprietários de terras no Brasil colônia, gerando para eles riquezas que não se tem como exatamente mensurar, tamanha sua vultuosidade.

Os negros escravos, portanto, foram a base de sustentação da produção da riqueza brasileira, porém permaneceram à margem da sua distribuição. Riqueza essa, no entanto, em grande parte drenada para os colonizadores. Muito do que a Europa é hoje, em termos de desenvolvimento, deve-se à exploração das riquezas provenientes do Brasil colônia.

A organização do trabalho e da propriedade no país gerou em um primeiro momento, portanto, a formação de classes sociais marcadas por desigualdades gritantes. É importante frisar sobre essa organização da propriedade, pois para que o objetivo do projeto de colonização fosse alcançado, foi condição que a mão de obra estivesse destituída da possibilidade de ser um proprietário dos meios de produção.

O trabalho servil já havia desaparecido quase por completo na civilização ocidental, contudo, com a descoberta da América ele ressurgiu com grande força (PRADO JR., 2011). O escravo era aquele resultante de um processo próprio da sociedade, ou seja, havia certa tradição nesse processo – o que ocorrerá de modo totalmente diferente na escravidão do mundo moderno (Ibid.). Nesse a escravidão não se liga a nenhuma tradição.

Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas [...] nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (Ibid. p. 286-287).

Poderíamos dizer, assim, que os novos imperativos do mercado fizeram ressurgir uma prática de trabalho já considerada inconveniente. Uma prática que tornou-se a produtora de profundas violências e desigualdades que afetariam gerações, mesmo as que vieram a este mundo quando a escravidão não mais existia (ao menos no papel). Fica nítido, portanto, como mesmo não estando totalmente estruturado, o sistema capitalista já delineava uma sociabilidade necessária para sua expansão.

Mesmo após a abolição da escravatura a vida do trabalhador não se torna tão melhor assim como se esperava.

O que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material (e, em consequência, moral) que era o seu não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos que, abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e, portanto, a massa da população naquele nível ínfimo de existência (PRADO JR, 2011, p 129).

A lógica de funcionamento do sistema é clara em relação ao trabalho. É necessário que haja uma classe mais necessitada, dependente a ponto de precisar vender sua força de trabalho a baixo preço. Logo, se o sistema de organização do trabalho por meio da escravidão não se faz mais possível, criam-se outras estratégias de exploração da mão de obra, mantendo mais ou menos o mesmo nível de exploração do trabalho.

É importante salientar esse momento da nossa história, pois os efeitos do que acontece no passado quase nunca permanecem somente lá. A escravidão no Brasil significou a formação de um grande grupo de pessoas que sofreriam as situações mais vulneráveis que nenhum outro grupo poderia sofrer ali. Situações essas que teriam seus efeitos estendidos por

gerações. “As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo” (Ibid. p. 293).

Além da população escrava havia também uma outra categoria, a da população branca livre, mas que não era proprietária. Tal classe esbarrou também em muita dificuldade para se manter na colônia, visto que haviam poucas profissões destinadas a ela. Somada à situação dessa população branca estava a do imigrante.

Se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobrarão senão algumas raras ocupações rurais – feitor, mestre dos engenhos, etc.; algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio, negociante propriamente ou caixeiro. Nesta última profissão, ainda esbarra com outra restrição: o comércio é privilégio dos “reinóis”, os nascidos no reino. Os naturais da colônia encontram aí as portas fechadas [...]. Sobram ainda, para os indivíduos livres da colônia, as profissões liberais – advogados, cirurgiões, etc. São naturalmente ocupações por natureza de acesso restrito. Exigem aptidão especial, preparos e estudos que não se podem fazer na colônia, e portanto recursos de certa monta.[...] Restará a Igreja (PRADO JR. 2011, p. 296-297).

Movimentos abolicionistas nacionais e internacionais deixavam cada vez mais o Brasil sem saída. Somados a eles existiam ainda as resistências populares, como a dos escravos que ao retornarem vitoriosos da Guerra do Paraguai (1865-1870), recusavam-se a se submeter novamente ao antigo posto.

Como vimos anteriormente, ao mesmo tempo em que a classe de proprietários agrários não queria o fim do trabalho escravo, eram por outro lado pressionados pelos seus próprios compradores a fazê-lo (capitalistas europeus). Daí a importância de toda essa estratégia construída em torno do fim da escravidão de modo a não prejudicar os negócios.

Nesse sentido, era fundamental já se criar uma estratégia de enfrentamento do problema do fim da mão de obra escrava. Naquele momento, a condição mais viável estava na imigração – trazer pessoas de fora, livres, para trabalharem nas lavouras. Essa estratégia não se efetivou apenas pelo sabido fim da escravidão, mas também porque já se percebia à época que o quantitativo de escravos iria diminuir ao longo dos anos devido às péssimas condições de vida nos cativeiros (ARRUDA, 2012). Logo, o autor afirma que, assim que a Lei Euzébio de Queiroz foi promulgada, a classe política tratou imediatamente de buscar uma saída para que a mão de obra fosse garantida nas fazendas. Assim, fez-se a inclusão na própria Lei de Terras (promulgada duas semanas depois da Lei Euzébio de Queiroz) da possibilidade do

governo trazer imigrantes livres para o Brasil, às custas do tesouro, para trabalharem nas plantações.

Não obstante, havia uma condição máxima para esse processo de imigração se dar. “Não bastava estimular a entrada de homens juridicamente livres: estes deveriam ser também ‘livres’ de qualquer propriedade, ou seja, alienados em relação aos meios de produção” (Ibid. p. 224). Por isso que para essa política dar certo, era preciso que o processo de imigração se desse em massa – uma grande massa de pobres disputando um lugar para ser explorado!

Podemos concluir, portanto, que o Brasil foi povoado, em sua maioria, por indivíduos despossuídos dos meios de produção e forçados, estrategicamente, a viverem privações diversas, que os impediam de garantirem com dignidade a própria subsistência.

O Estado, como todos sabem, não hesitou em levar a cabo uma política assim tão generosa para a oligarquia cafeeira, oferecendo uma solução política para o problema da constituição dos exércitos (ativo e de reserva) de trabalhadores no campo [...] A ampla disponibilidade de mão de obra “livre” (inclusive de qualquer propriedade) era uma condição para o barateamento dos salários, logo, dos custos de produção. (ARRUDA, 2012, p. 224)

Percebe-se, assim, que para aqueles que eram livres, mas não possuíam tantos recursos financeiros, as condições de vida na colônia são bem difíceis. É importante lembrar que aqui fala-se dos homens, já que naquela época essas ocupações não poderiam ser desempenhadas por mulheres. Logo, aquelas filhas de famílias pobres não tinham sequer esperança de serem sustentadas pelo marido, já que não possuíam um dote para se casar com alguém com boas condições financeiras, assim, a única saída para essas mulheres era a prostituição (FLORENCE, 1875, apud PRADO JR., 2011).

Com a abolição da escravidão, tem-se agora, além dos brancos livres que já não tinham tantas oportunidades, os ex-escravos à procura de uma forma de inserção na sociedade. Será nítido no Brasil a formação daquele grupo dos

desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. [...] O número desse elemento indefinido socialmente é avantajado; e cresce contínua e ininterruptamente porque as causas que provocaram seu aparecimento são permanentes (PRADO JR. 2011, p. 299).

Toda essa população de despossuídos representava nada menos que a maioria existente na colônia (Ibid.).

[...] chegamos ao cabo de nossa história colonial, constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda a sua riqueza; e de outro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isso: máquina de trabalho apenas e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais que o fôramos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio (PRADO JR., 2011, p. 132).

A necessidade da garantia da manutenção desse status de classes era tão fundamental ao sistema que desde cedo as crianças já recebiam tratamento diferenciado em relação à educação, de acordo com a classe social a qual pertenciam.

Percebe-se que houve um grande obstáculo para a efetivação de uma política educacional justa, eficiente e eficaz no Brasil e o motivo estava diretamente relacionado a interesses particulares das elites, tanto que

os movimentos insurrecionais ocorridos no século XIX revelam o descompasso entre o imaginário do Brasil como uma nação livre e independente e os interesses particulares das elites. Esses interesses forjaram uma estrutura política que favorecia o clientelismo, impossibilitando tanto a elaboração de projetos nacionais quanto a efetivação das políticas locais de educação. (VEIGA, 2007, p. 151)

O preconceito que as elites mantinham em relação aos menos favorecidos era refletido na educação dos mesmos.

Esse preconceito tinha fundamento na pobreza, na mestiçagem e no hábito das relações escravistas. Muitos relatórios de diferentes províncias registram dúvidas quanto à possibilidade de o povo simples desenvolver os hábitos e o refinamento cultural necessários à civilização. Em síntese, as elites consideravam a maioria de seus conterrâneos desqualificada para inserção social. (VEIGA, 2007, p. 151)

Fonseca (2002) identificou em seu estudo três elementos principais que norteavam a educação de crianças livres, mas de mães escravas: “a educação para o trabalho, a educação moral de caráter religioso e a instrução” (apud PASSOS, 2012, p. 143). Isso significa que à criança negra não se reservava a cultura da leitura e escrita, “pois isso poderia comprometer sua função no processo produtivo” (PASSOS, 2012, p. 143).

A atribuição ao Estado, da responsabilidade de promover a educação e assegurar o preparo das camadas populares (crianças, jovens e adultos) para o mundo das novas relações de trabalho, não significava a inserção delas em uma efetiva cultura da leitura e da escrita. O que se evidencia é que a educação, para as crianças nascidas livres de mãe escrava, deveria ter nas atividades da “lavoura” seu principal foco. (PASSOS, 2012, p. 144)

Assim, apesar de iniciadas pequenas aberturas de ruptura com o sistema escravista, como a Lei do Ventre Livre, os negros passaram a ser “escravizados” de maneiras distintas, na medida em que a elite branca brasileira ditava as regras do lugar do negro na sociedade e até que nível de recursos educacionais teria acesso. Os negros seguiam sendo vistos como “objetos” que a classe dominante poderia continuar utilizando como meio para se alcançar os fins políticos e econômicos desejados.

Por isso, trabalhava-se com as crianças negras, do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, o suficiente para transformá-las em futuros trabalhadores obedientes. Portanto, pode-se concluir que

as práticas educativas não buscavam uma transformação no *status* dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contato entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão-de-obra do estrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de africanização junto à abolição do trabalho escravo. (FONSECA, 2002 p. 142, apud PASSOS, 2012, p. 143-144).

A educação possui íntima relação com o processo de passagem da mão de obra escrava para o trabalho livre, pois a preocupação da época era que os escravos precisavam ser preparados para as mudanças que ocorreriam a partir de sua inserção no processo produtivo como sujeitos livres. Essa preparação ficou a cargo em grande parte da escola (Ibid.).

Alguns cursos contavam com a presença de negros, pois eram formulados, segundo Peres (2002, apud PASSOS 2012), por abolicionistas, republicanos, críticos da igreja católica e defensores da instrução pública.

a maioria desses cursos emergia da iniciativa privada e eram marcados por uma “aura de não oficialidade”, predominando a filantropia e a caridade, já que, tanto para o Estado como para os setores da sociedade civil, que a promoviam os cursos, eram como estar cumprindo um “favor aos indivíduos desprivilegiados da sorte e uma missão em benefício do progresso e civilização da nação” (COSTA, 2006, p. 5013, apud PASSOS, 2012, p. 147).

Tal contexto demonstra como o Estado ausentou-se da responsabilidade de conduzir o desenvolvimento dos grupos discriminados durante anos, de modo a garantir oportunidades equitativas para que houvesse condições de se compensar em alguma medida as perdas ocorridas ao longo da história.

Pode-se perceber que o projeto educacional brasileiro não levou em consideração sua direta relação com a emancipação da população negra, mas o contrário, a educação foi utilizada como instrumento de aprisionamento e manutenção do *status quo*.

Em seus relatórios, os presidentes de província registravam e repetiam, gestão após gestão, uma queixa comum: a ausência ou frequência irregular dos alunos às aulas. Os motivos eram óbvios: a condição de pobreza em que vivia a maioria dos alunos, o trabalho infantil, o despreparo dos professores, a falta de material e de prédios adequados (VEIGA, 2007, p.151).

Não tendo mais os antigos senhores para prover o mínimo para as famílias negras, essas se viram libertas do sistema de escravidão, porém sem medidas estatais efetivas de proteção e emancipação. As soluções para sobrevivência acabaram confluindo para estratégias específicas, como o trabalho infantil, a subalternização a trabalhos precários e degradantes e a ocupação de áreas periféricas das cidades.

O trabalho infantil foi um meio encontrado para garantir algum aumento da renda familiar o que como consequência, impedia as crianças de frequentarem a escola. Henriques (2001) afirma que

além de moralmente inaceitável, o trabalho infantil compromete o desenvolvimento das crianças e adolescentes, em particular o desenvolvimento educacional e psicológico, limitando suas possibilidades de desempenho no mercado de trabalho e, daí, seu bem-estar futuro. Assim, o trabalho infantil apresenta-se como um importante indicador de mal-estar da sociedade, na medida em que compromete, simultaneamente, o nível atual do bem-estar da sociedade e o bem-estar das gerações futuras (p. 32).

O autor traz alguns dados sobre o indicador de trabalho infantil entre os anos de 1992 e 1999. Ao realizar um recorte racial de tal indicador é possível identificar que em relação tanto aos brancos quanto aos negros, houve uma melhora. Contudo, a velocidade de melhoria é muito maior para brancos que para negros.

Henriques (2001, p.32) mostra que

a proporção de crianças brancas entre 5 a 9 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho caiu em 45%, enquanto para seus pares negros a queda

observada foi somente 24%. Essa distinta intensidade na redução do trabalho infantil gerou, entre 1992 e 1999, um aumento do diferencial entre crianças brancas e crianças negras de mais de 20%.

Em 2016 no grupo das crianças de 5 a 13 anos que se encontravam em condição de trabalho infantil, 71,8% eram pretas ou pardas, representando um percentual bastante elevado frente às crianças brancas (IBGE, 2016).

A desigualdade alcançou até mesmo as condições de habitação da população negra. Os indicadores mostram que assim como no trabalho infantil, as condições de habitação também melhoraram tanto para os brancos quanto para os negros, contudo, a velocidade dessa melhoria mostra-se significativamente maior para os brancos, como afirma.

Apesar da melhoria relativa nas condições habitacionais da população brasileira em geral, a experiência recente indica uma trajetória de aumento das diferenças entre brancos e negros, sobretudo nos indicadores de acesso à coleta de lixo, escoamento sanitário, acesso à energia elétrica e abastecimento de água. Esse aumento das diferenças ocorre em um cenário socioeconômico em que os níveis de precariedade das condições habitacionais são maiores para os negros, em todos os anos da série e em todos os indicadores (Ibid. p. 42).

Temos, assim, um modelo de desenvolvimento capitalista implantado no Brasil que criou classes sociais, com forte marca da questão racial e de gênero, em uma lógica onde uma classe é favorecida por outra, de modo que a mobilidade entre elas era bastante rara, o que contribuiu para a geração de profundas disparidades econômicas que afetariam a vida das famílias e indivíduos daquele tempo e seus descendentes. Um modelo que comprometeu o próprio destino do país em sua superação, criando as armadilhas para que ele se mantivesse dependente hoje dos países centrais.

4) Conformação territorial: Chama a atenção também no processo de colonização brasileira o caráter desorganizado da ocupação do território, sem planejamento a longo prazo, havendo mais fortemente apenas a preocupação com o povoamento das fronteiras, objetivando a garantia da posse das terras (PRADO JR. 2011). Ocorre que esse movimento contribuiu para o desenvolvimento desigual das regiões, fato esse que gera consequências até hoje.

As regiões afastadas dos portos, por exemplo, foram bastante prejudicadas. Com isso, “a concorrência internacional e a queda de preços eliminarão essas regiões mais desfavorecidas; e sobrarão apenas, mas em posição medíocre, internacionalmente falando, o Nordeste e o Maranhão” (PRADO JR., 2011, p. 158). O próprio investimento estrangeiro já

no período de industrialização brasileira se deu apenas em alguns núcleos urbanos mais ligados ao mercado mundial (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife) (ARRUDA, 2012).

Isso demonstra que a mesma lógica de desenvolvimento desigual que evidenciava-se internacionalmente, também causava consequências inter-regionais em um mesmo país. Afinal, em um sistema onde se defende a livre concorrência não se trabalha em prol do crescimento de todos, mas prima-se pela “liberdade” de cada um buscar seus próprios meios de sobreviver no mercado.

Paulatinamente, o processo de povoamento ia adentrando o território a partir da atividade de mineração, mas principalmente por causa do estabelecimento das fazendas de gado (Ibid. 2011). A escolha da exploração do campo em larga escala, contrária a do tipo camponês, não foi por acaso, mas parte de um conjunto estratégico para atendimento da nova lógica que surgia na esfera econômica.

A grande exploração agrária – *o engenho, a fazenda* – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais dessa nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem oferecer. São essas em última análise os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia (PRADO JR. 2011, p. 124).

Lembremos que nesse período histórico, como já tratado aqui, a atividade no campo é que figura como a principal produtora de riqueza. Ainda não se trata nesse momento do grande período da Revolução Industrial que viria a tomar tal título. Somado a isso, os colonos que vieram para o Brasil não eram a população comum – os trabalhadores –, não vieram com o objetivo de simples povoamento que, para isso, precisariam cultivar o novo habitat, preservar. Ao contrário, o colono que para cá veio foi o “explorador, o grande empresário de um negócio” (Ibid. 2011, p. 124). Isso contribuiu para que o território se organizasse a partir de grandes e não pequenos proprietários.

Junto com eles veio uma das heranças dos processos que ocorreram na Europa nos séculos XVI e XVII, onde a preocupação de como alimentar a população por meio do uso das terras foi substituída pela preocupação em como investir capital nas terras (MOORE JR. 1983, p.15, apud ARRUDA, 2012).

Somada a essa herança, no Brasil colônia as terras não podiam ser livremente vendidas, o que criava um grande problema de acesso à moradia para as classes não favorecidas. Mesmo após esse período a questão continuou. Silva (1995) explica que no Brasil colônia haviam dois tipos de terra, as propriedades (que tinham um proprietário) e as devolutas (que não tinham um proprietário ou os ocupantes não possuíam o título de propriedade).

Na medida em que as fronteiras do café deslocam-se para o interior do país, a proporção das terras “devolutas” torna-se maior. Então os homens do café ocupam, apropriam-se dessas terras. Para fazer isso, era necessário estabelecer um título de propriedade, coisa fácil para a burguesia cafeeira, que controlava diretamente o poder. Assim, de um dia para o outro, essas terras tornavam-se sua propriedade e eles podiam nelas estabelecer o café. Como essas terras jamais haviam “pertencido” a alguém, a lei estava do lado do proprietário. Tratava-se simplesmente de expulsar os ocupantes. Para isso, a burguesia cafeeira empregava homens hábeis no gatilho. Se a resistência era muito grande, ela apelava para a milícia estadual ou mesmo para o exército (SILVA, 1995, p. 65).

Desde essa época, portanto, o poder do Estado já era empregado em benefício da classe dominante. Quando essa expansão encontrava pelo caminho terras que já possuíam proprietários, porém que ainda não haviam se incorporado ao grupo dos cafeicultores, só havia duas saídas: “integrar-se na expansão cafeeira ou vender suas terras. Todas as duas conduziam ao mesmo resultado: a dominação do capital” (SILVA, 1995, p. 65). Fica claro o quão agressiva é a política da propriedade no sistema capitalista, onde até mesmo proprietários são forçados a subordinarem-se uns aos outros, dependendo de qual o grupo econômico que possui o poder no momento.

A disputa estava, portanto, em se garantir a disponibilidade das terras não para toda a sociedade, mas para o capital, o que implicava no não acesso delas pelos trabalhadores – à população coube a migração para as zonas urbanas, dentre eles os imigrantes, quando não conseguiam retornar para o país de origem (Ibid.). Mesmo com a promulgação da Lei das Terras em 1850 o problema não foi resolvido, ao contrário. Arruda (2012) explica que foram

dois os objetivos das frações hegemônicas, quando fizeram aprovar a Lei das Terras: garantir o monopólio da propriedade territorial (nas mãos da antiga classe senhoril, então preocupada com o encaminhamento político da questão da questão da abolição) e, simultaneamente, “criar” um exército cujo contingente contribuiria para manter os salários no limite da subsistência. Obviamente, se o exército de reserva é (por definição) composto por indivíduos que nada mais possuem do que a sua própria força de trabalho, que deve ser vendida sob pena de morte por inanição, então a

situação desejável, do ponto de vista dos grandes proprietários de terra, seria considerada inteiramente incompatível com a pequena produção para o autoconsumo familiar (p.201).

A questão que ora se colocava era a seguinte: se os movimentos abolicionistas alcançarem seu objetivo um grande quantitativo de escravos estarão livres e poderão tomar terras, logo, é preciso garantir a posse delas primeiro.

Portanto,

era exatamente este o escopo da Lei de Terras: garantir uma transição “pacífica” em direção ao mercado de trabalho capitalista, sem abalos para os grandes proprietários, e nenhuma alteração nas relações entre estes e os não proprietários dos meios de produção. Em suma, uma modificação “pelo alto” que tornaria possível, em período de tempo mais ou menos prolongado, que a própria classe senhoril se metamorfoseasse, num processo de adaptação progressiva, em fazendeiros capitalistas (ARRUDA, 2012, p. 203).

Nesse sentido, com a superação do modelo escravista, uma nova racionalidade entra em vigor que, em relação à questão da moradia,

formaliza condições de poder de antigas elites na organização desses novos espaços com base na garantia do latifúndio na modernidade, lastreando o modelo da concentração fundiária do campo para a cidade ao se tornar a terra mercadoria nesse novo estatuto trazido pela Lei de Terras (1850), publicada, não coincidentemente, duas semanas após a proibição do tráfico negreiro (PEREIRA, 2012, p. 382).

Esse movimento determinou o início de um caminho desigual do acesso à moradia, que vem influenciando a realidade até os dias atuais. Em prol do crescimento econômico e da garantia dos interesses da classe dominante, direitos fundamentais da maior parte da população são subjugados.

Pelo exposto aqui, podemos compreender então como os principais elementos que compõem o modelo de colonização brasileira estavam tão diretamente ligados a uma lógica capitalista que se tornava global, e se transformavam mediante as necessidades dela. Tais elementos foram: a monocultura, o trabalho escravo e a grande propriedade, seguido de uma passagem ao trabalho assalariado e uma reformulação conservadora das relações de dependência com os países dominantes. Essa estrutura foi a base de formação social, política e econômica do que hoje é o Brasil.

No conjunto, a colônia não terá nunca uma organização econômica que mereça esse nome, e alcançará o seu termo sem conseguir equilibrar

estavelmente a sua vida. Oscilará com altos e baixos violentos, semeando cada vez um pouco mais de destruição e miséria neste vasto território que lhe foi dado operar. Os resultados, o balanço final de três séculos desse processo, não podia deixar de ser parcos, de um ativo muito pobre (PRADO JR. 2011, p. 133-134).

Não se trata, assim, de um país que primou em seu início pelo desenvolvimento do trabalhador, mas pela sua subordinação, exploração, precarização das condições de trabalho e privação das condições básicas de subsistência. Não primou pela valorização da vida humana e preservação dos recursos naturais, mas pelo espírito predatório, de exploração até o esgotamento seguido da descartabilidade.

Não primou pela construção de um país com sólidas e diversificadas bases de produção, pensando estrategicamente em seu desenvolvimento a longo prazo, no que seria melhor para si e não para outros países, mas focou no que era de interesse externo em cada momento e aí empenhou todos os seus recursos.

Não voltou-se para uma organização da economia de modo a ampliar as oportunidades, mas focalizou o acesso de tal atividade a uma minoria, abrindo assim o caminho para as grandes propriedades em detrimento das menores, o que gerou como principais consequências a concentração de riquezas, aumento das desigualdades sociais, da pobreza, da prostituição, do crime e da violência.

Toda essa reflexão sobre esses quatro elementos é fundamental para compreendermos os impactos deixados por esse modelo de produção agrária, escravista e predatória para nossa época. Já vimos aqui o quão raras eram as oportunidades da população trabalhadora, incluídos aí os ex-escravos, para estruturarem os meios de vida básicos para sobrevivência. Com o modelo da grande propriedade adotado, somado à Lei das Terras, as condições para aquisição de um espaço de moradia tornam-se deprimentes.

Com a abolição da escravatura parte da população negra estabelece-se nos quilombos, nos meios das florestas que sobraram, porém outra parte busca alternativa nas cidades com a expectativa de serem melhores as oportunidades de trabalho (PRADO JR. 2011). Nessa disputa também está a maior parte da população de brancos (despossuídos) e mestiços em busca do mesmo objetivo – sobreviver.

Prado Jr. (2011) expõe que ainda hoje a pecuária toma o Brasil, seu espaço, dificultando até mesmo, por isso, a instalação de indústrias. Contudo, muito mais que não deixar tanto espaço para essa outra atividade, a pecuária, somada às terras de especulação, toma o lugar da moradia, e mais que isso, de forma mais geral, toma o lugar do meio de

produção. No caso brasileiro, temos com o processo acima descrito uma desigual estrutura territorial sendo construída no país.

Dirá o governo de João Goulart ao lançar seu Plano Trienal de Desenvolvimento, sublinhando: ‘O traço característico dessa estrutura agrária arcaica e superada, que está em conflito perigoso com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, é a absurda e antieconômica distribuição das terras’ (MARINI, 2000, p. 23).

Podemos identificar na realidade brasileira, portanto, que essa divisão dos espaços físicos, que vem desde a colonização, tem contribuído para a concentração das melhores terras nas mãos de um pequeno grupo. Segundo Marini (2000), mais da metade das terras brasileiras pertencem a menos de 26% de proprietários,

enquanto em 10% destas mantém-se 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses numa situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que, através do aluguel da terra, toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários (MARINI, 2000, p. 23-24).

Corroborando com Marini, um estudo realizado pela OXFAM identificou que

no mundo inteiro, a concentração de renda e patrimônio está agravando a desigualdade. Atualmente, apenas 1% da população mundial detém a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. Esta tendência aparece também na concentração de terras no Brasil. Dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais do país. Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (OXFAM, 2016, p. 8).

Ou seja, identificamos aqui a mesma lógica de funcionamento do sistema do século XVI sendo empregada – produtores despossuídos e pequeno grupo no controle do maior percentual de terras. O autor esclarece ainda que qualquer alteração tecnológica introduzida na produção, não levará à melhorias para a vida do campesinato, mas ao contrário. Levará

ao desemprego, que força o trabalhador rural a fugir para as cidades, para onde vai, por um lado, a somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, aos

mocambos do Recife, às cidades satélites de Brasília e, por outro lado, a envilecer o nível dos salários urbanos pelo aumento da oferta de mão-de-obra (Ibid. p. 25).

A penetração das oligarquias na política as garantiu, assim, a condição para sua perpetuação e, conseqüentemente, de seus interesses. “Apesar de muitas lutas, debates e até mesmo legislações aprovadas, relativos à reforma agrária, o latifúndio persiste incólume após quatro séculos” (MARICATO, 2013, p. 42).

Tal contexto contribui para o fomento da inexistência do processo de reforma agrária<sup>9</sup>, destituindo, assim, indivíduos e famílias do acesso aos recursos materiais e financeiros necessários à sobrevivência. Afinal, como já dito neste trabalho, desde a época da colonização os proprietários de terra já perceberam o quão era fundamental manter uma massa considerável de despossuídos.

1.3.2 Do campo às cidades: a consolidação de uma sociedade ambientalmente destrutiva, socialmente excludente e insustentável.

Segundo Arruda (2012), a industrialização brasileira além de ter se iniciado tardiamente, ainda apresentou um desenvolvimento bastante limitado que se arrasta até hoje, tendo o período de 1889 a 1930 como o de transição entre modelos distintos – agroexportador e urbano-industrial. Desse período o autor cita que dois aspectos relacionados podem ser identificados:

a) uma reconfiguração no equilíbrio de forças entre agricultura e indústria, como consequência da luta dos representantes do complexo urbano-industrial para afirmar seus interesses de classe, ainda num contexto de hegemonia das facções agrárias e comerciais ligadas ao complexo cafeeiro; b) a redefinição das relações que vinculam a economia do país ao sistema capitalista mundial, operando a passagem para uma nova etapa na “dialética entre o interno e o externo” (constituição de um mercado mundial controlado pelos trustes e cartéis das potências imperialistas, aumento das exportações de capital e hegemonia política e econômica da burguesia agromercantil – que atuava em estreita colaboração com o capital financeiro, do qual era sócio menor) (ARRUDA, 2012, p. 120).

A lógica de mercado que se formava internacionalmente, portanto, não comportava mais o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro – considerado arcaico. Assim,

---

<sup>9</sup> Não se defende neste trabalho que a reforma agrária seja a solução para os problemas sociais, todavia, entende-se que é um elemento importante para a construção das condições necessárias para o enfrentamento dos mesmos.

podemos entender que o país passou a sofrer um duplo movimento de intervenção dos países imperialistas: por um lado para o abandono do trabalho escravo e formação da classe trabalhadora e, por outro, os investimentos de capital na indústria. Entretanto, é preciso salientar que a

penetração de capitais estrangeiros no Brasil, ainda que estes tenham contribuído para o desenvolvimento de alguns setores importantes ligados à economia de mercado interno, também funcionava no sentido de reforçar o caráter dependente da economia brasileira, mantendo-a numa posição de ator coadjuvante no comércio internacional, além de bastante vulnerável diante das pressões que eram exercidas pelos magnatas das finanças (Ibid. p. 121).

A disputa pelo poder entre essas duas classes se instaura, portanto. Todavia, não necessariamente esses dois modelos se apresentaram como excludentes um do outro, ao contrário. Apesar das disputas entre essas classes, foi a economia cafeeira que possibilitou a emergência dos elementos necessários para o avanço industrial: “capitais, trabalhadores, mercado consumidor, infraestrutura de transportes e meios de comunicação” – graças à grande acumulação de capital pela economia cafeeira foi que, no Brasil, o mercado nasceu, seguido das primeiras indústrias (Ibid. p. 217).

A partir de 1930 o Estado decidiu investir maciçamente na indústria – isso significa que interessava a ele a expansão dessa nova atividade (MARICATO, 2013). Entretanto, para que desse certo era preciso uma ampla gama de mãos de obra nas cidades, tanto trabalhadora, como de reserva, o que significava novas demandas para o Estado (infraestrutura, saúde, educação, habitação...) (CARVALHO, 2002).

Assim então ocorreu. A partir da montagem dos parques industriais na década de 1930, um fluxo migratório intenso iniciou-se do campo para cidades e – em parte também do exterior – em busca de melhores condições de vida. Em relação à mão de obra, vimos na seção anterior que a política de imigração favoreceu a aglomeração de indivíduos despossuídos no Brasil, criando um excedente no campo que encontrou nos núcleos urbanos uma possibilidade de ser absorvido pela indústria (ARRUDA, 2012).

A partir de 1950 essa massa urbana aumenta, consequência principalmente do modelo fordista de produção adotado (CARVALHO, 2002). Contudo, a

burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. Essa ambiguidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança da sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ela ocorra em

pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente (Ibid. p. 17-18).

Nesse sentido, temos como principais ingredientes do processo de urbanização e industrialização brasileira: a ainda dependência do Brasil em relação aos países centrais, trazendo de fora, inclusive, parâmetros urbanísticos para serem implementados aqui; somado a isso, a ainda existência de fortes resquícios do período colonial, como a manutenção da elite agrária (criando-se agora também a industrial e comercial), a falta de políticas públicas habitacionais voltadas para a real melhora da qualidade de vida do trabalhador, a concentração da riqueza nacional nas mãos de poucos, e a continuidade da formação do exército de reserva (agora denominado industrial).

Nesses moldes, pois, constrói-se o processo de urbanização e industrialização brasileira, os quais, segundo Siqueira (2010), tem o século XX como um marco, mais exatamente a partir de 1930, quando os interesses urbanos industriais assumem a hegemonia na orientação política econômica nacional.

O contexto de extrema desigualdade social que veio sendo construído pelas elites do Brasil desde a colônia não tardará para se materializar na nova lógica urbana “modernizadora” importada da Europa. Percebe-se que um duplo movimento ocorre concomitante – a industrialização e a urbanização. Aquela requer mão de obra e formação de um exército de reserva, como já vimos neste trabalho. Já essa, contrapõe-se a esse movimento migratório para as cidades, pautando-se em um ideário modernizador, de progresso, o qual tem como espelho a Europa. Assim, os costumes, a cultura, e até mesmo a aparência das cidades brasileiras, deveriam assemelhar-se às de lá (Ibid.).

Estava posto, então, a contradição urbana, revelando-se como mais uma expressão da “Questão Social”.

Essas contradições estavam expressamente manifestas na igual concentração de pobreza e miséria urbana, especialmente nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, no final do século XIX, apareceram as favelas, com as primeiras ocupações dos morros; enquanto que, na cidade de São Paulo, são os cortiços os focos mais expressivos das contradições urbanas.(CARVALHO, 2002, p. 47)

A partir desse padrão de urbanização é que a cidade brasileira será construída. Um padrão que segrega socialmente e espacialmente as pessoas. Com o projeto de urbanização assumido era preciso abrir caminhos, embelezar a cidade, o que significava expulsar os moradores das áreas populares. Assim, diversas habitações foram demolidas, obrigando os

moradores a buscarem refúgio nas áreas mais periféricas da cidade, ou nos morros (SIQUEIRA, 2010).

Aqui, “nascem as imensas periferias desprovidas de qualquer infraestrutura urbana ou equipamentos e serviços públicos. Essa condição vai marcar todas as cidades brasileiras nas décadas seguintes, promovendo um enorme ônus às gerações subsequentes”. (CARVALHO, 2002, p. 49). As cidades brasileiras, portanto, “se modernizaram, aliando desenvolvimento urbano e econômico, enquanto referência maior do processo de modernização, apoiado num elevado grau de concentração de riqueza e poder” (SIQUEIRA, 2010, p. 231).

É importante lembrar que o contexto brasileiro aqui explicitado trata-se apenas de um recorte de uma realidade maior que se evidenciava mundialmente, a partir da expansão e consolidação do sistema capitalista.

A recente globalização econômica pressupõe o desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo em novos patamares e fronteiras. Isto significa que as forças produtivas, o capital, a força de trabalho, a tecnologia e o mercado expandem-se em todos os lugares. A economia internacional e os mercados financeiros tornam-se cada vez mais integrados e unificados. Vale dizer que a urbanização deixa de ser um processo exclusivamente nacional para cada vez mais, tornar-se um processo mundial (CARVALHO, 2002, p. 50).

Nesse sentido, compreende-se que tais processos de segregação social e espacial também ocorriam em outros países, principalmente nos considerados de economia periférica.

É importante refletir que todo o processo que abordamos até aqui, sobre a Lei das Terras e a formação da classe trabalhadora livre, ocorreram anteriormente ao processo de urbanização. Isso significa que essa sofrerá influência da nova realidade que esses elementos criaram: a restrição do acesso à propriedade privada por grande parte da população, o aumento populacional das classes mais economicamente vulneráveis e a necessidade de absorção de mão de obra industrial, mantendo também um exército de reserva.

O processo de urbanização brasileira se deu então de forma desigual, com a manutenção dos privilégios da classe mais alta, assim como vinha ocorrendo desde a colonização. Maricato explica que na década de 1960 o setor imobiliário ganha força, no entanto,

o financiamento imobiliários não impulsionou a democratização do acesso à terra via instituição da função social da propriedade. Essa era a proposta da reforma urbana preconizada pelos arquitetos no Congresso do IAB de 1963. A atividade produtiva imobiliária nas cidades brasileiras não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo.

Para a maior parte da população que buscava a moradia nas cidades o mercado não se abriu. O acesso das classes médias e altas foi priorizado. Por outro lado, as iniciativas de promoção pública, os conhecidos conjuntos habitacionais populares, também não enfrentaram a questão fundiária urbana [...]. (MARICATO, 2013, p. 20-21)

Quando o setor privado não cria as condições para que outras classes possam também ter acesso à moradia, espera-se que o Estado o faça. Entretanto, o fato não ocorreu.

Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção os vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura (MARICATO, 1987, apud, MARICATO, 2013, p. 21).

A autora explica que entre as décadas de 1940 e 1980 pode-se observar um grande crescimento do PIB brasileiro, sendo até considerado um dos maiores do mundo. Entretanto, pelo exposto acima fica evidente que essa riqueza manteve-se concentrada. Por um lado esse modelo “funcionou” à medida que criou a classe média urbana, entretanto, deixou para trás a maior parte da população sem acesso a direitos sociais e civis básicos – trata-se da lógica do “quem possui patrimônio tem direitos” (MARICATO, 2013, p. 52). Adensando ainda mais o problema tem-se que os poucos recursos investidos pelo Estado tendem a ter sua aplicação direcionada pelo mercado imobiliário, criando a correlação entre mercado e gestão pública urbana citada pela autora.

Ela ainda explica que na década de 1980, o crescimento demográfico passa a superar o do PIB criando severos impactos sociais e ambientais, o que ampliou ainda mais o contexto de desigualdade social. Ou seja, quando o Estado possuía condição de resolver a questão histórica da moradia, ele não o fez, e é na época da recessão da “década perdida” que se começará a pagar um preço ainda maior por essa decisão, visto que esse impacto econômico “sobre uma sociedade já desigual aprofundou a exclusão social” (MARICATO, 2013, p. 29).

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização[...]. Pela primeira vez na história, o Brasil tem multidões, que assumem números inéditos, concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas, ou mesmo

planícies – marcadas pela pobreza homogênea (MARICATO, 2012, p. 22 e 41).

Sem condições de conquistarem seu espaço nos núcleos centrais – onde há mais recursos, infraestrutura – a massa de despossuídos adensa as regiões periféricas, formando verdadeiros bolsões de pobreza – “os municípios centrais cresceram em média 3,1% entre 1991 e 1996 enquanto que os municípios periféricos cresceram 14,7%” (Ibid., p. 25).

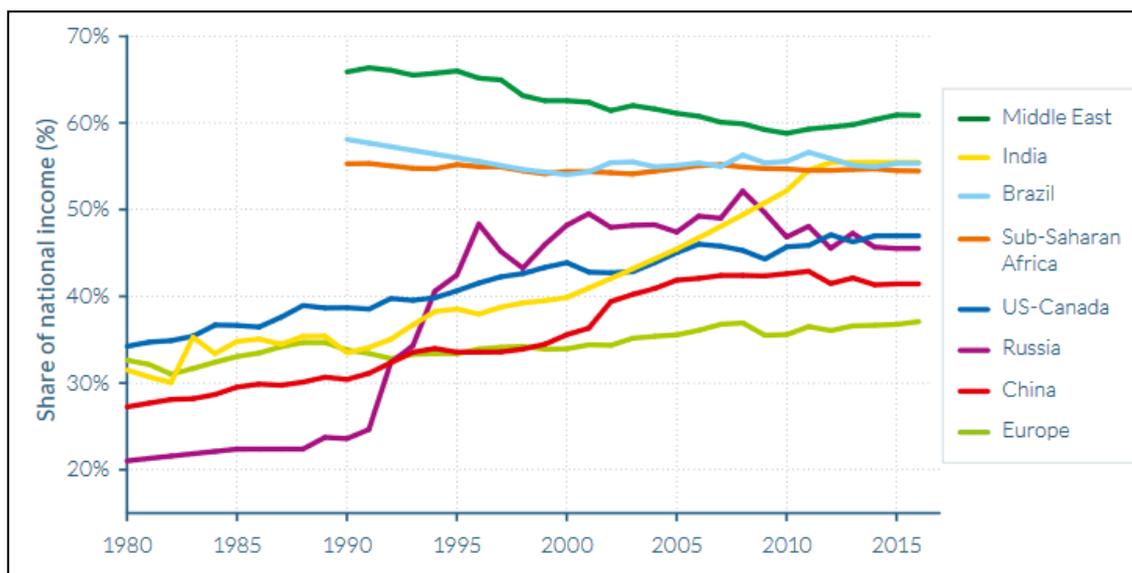
O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz sobre Brecht, podemos repetir que “a regra se tornou exceção e a exceção regra”. A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. (Ibid., p. 39).

Observa-se que como pano de fundo desse contexto desigual de acesso à moradia está um dos principais efeitos do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil: a péssima distribuição de renda que vem se arrastando ao longo de toda sua história. Pesquisas a nível mundial já apontam o Brasil como um dos países que se encontram no topo da lista dos mais desiguais, em relação à distribuição de riquezas.

No final de 2017 o World Inequality Lab divulgou um amplo relatório sobre a situação da desigualdade de renda no mundo. O trabalho teve como objetivo medir a desigualdade de renda e riqueza, contribuindo, assim, para construção de subsídios fundamentados para o debate público (ALVAREDO et al., 2017, tradução da autora). O Relatório aponta que a desigualdade de renda aumentou em todo o mundo, mesmo que em velocidade diferente. Em relação à série histórica de 1990 a 2015, o Brasil apreça como um país onde a alta desigualdade de renda persiste.

O gráfico 1 expõe a posição do Brasil em relação a outros países. Percebe-se o aumento da concentração ao longo dos anos em países como Rússia e Índia, por exemplo, enquanto que o Brasil já se encontra em um nível bastante elevado de desigualdade.

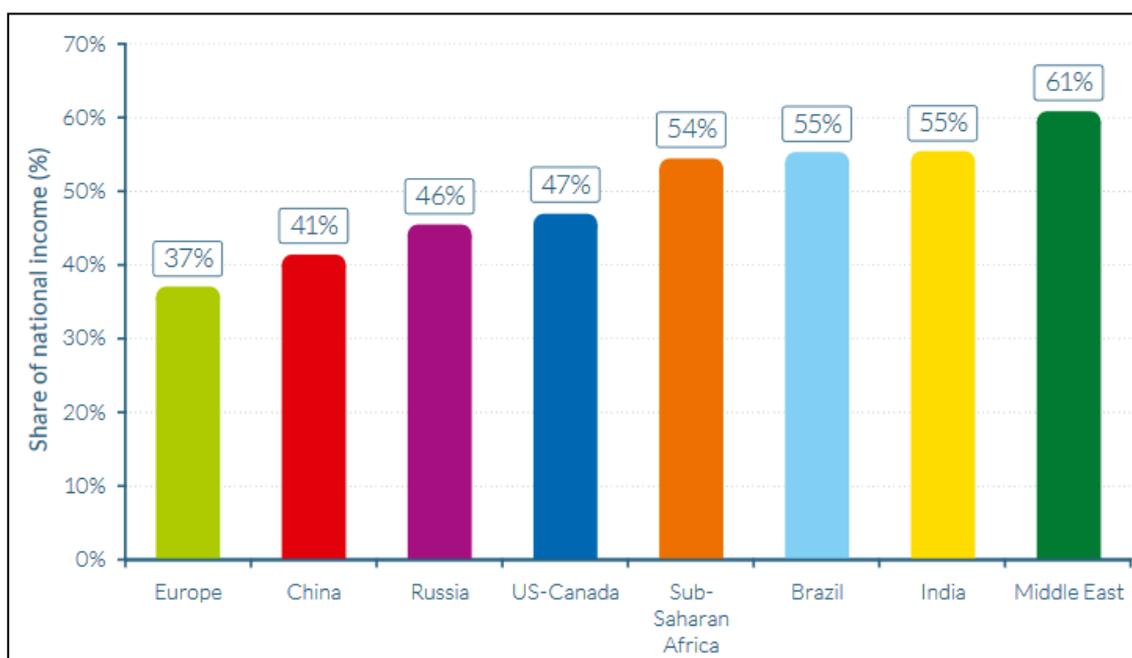
Gráfico 1 – Concentração de renda mundial entre os 10% mais ricos de cada país, 2016.



Fonte: World Inequality Report 2018 (ALVAREDO et al. 2017).

Já pelo gráfico 2 podemos visualizar o ranking dos países mais desiguais do mundo, de acordo com a seleção realizada para a pesquisa. O Brasil fica ao lado da África e Índia, expressando que em 2016 os 10% mais ricos da população brasileira se apropriaram de mais da metade da riqueza do país (55%), enquanto apenas 12% dessa riqueza é dividida para os 50% mais pobres.

Gráfico 2 – Ranking dos países com maior concentração de renda do mundo, 2016.



Fonte: World Inequality Report 2018 (ALVAREDO et al. 2017).

As desigualdades sociais influenciam diretamente na qualidade de vida das famílias e indivíduos, afetando, por exemplo, a saúde, educação, longevidade e até moradia. Compreender por onde o Brasil vem caminhando em relação ao aprofundamento das desigualdades sociais é de suma importância, portanto, para refletirmos como tal processo se materializa na conformação do território e, conseqüentemente, no não acesso à moradia segura.

Para além da má distribuição de renda, deve ser apontado outro fator também constituinte do pano de fundo de todo esse processo de exclusão - e que contribui para o adensamento das desigualdades - a saber, as orientações neoliberais. Segundo Gasparotto et all. (2014) o

neoliberalismo refere-se à retomada de forma intensa do ideário liberal, o qual apregoa a liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a auto-regulação dos mercados, ou seja, a não interferência do Estado na economia. O projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado no campo social. Há a valorização da área econômica em detrimento da social (p. 7).

No final dos anos de 1990, por exemplo, o Brasil seguiu a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), a qual apontava necessidade da suspensão de investimento público em áreas estratégicas, afetando, inclusive, o financiamento habitacional (MARICATO, 2013).

As políticas sociais na contemporaneidade são moldadas, portanto, por esse receituário neoliberal. Essas políticas acabam sendo submetidas à lógica do mercado, ficando resumidas em ações focalizadas e paliativas, forçando, assim, que as famílias e sociedade assumam a responsabilidade por um problema criado pelo próprio Estado (GASPAROTTO ET ALL. 2014).

Além de os objetivos de crescimento econômico não terem sido alcançados, o neoliberalismo impediu o avanço e ampliação das políticas sociais na ótica do direito, fazendo com que a situação social se agravasse, especialmente no Brasil, que, por sua herança histórica patrimonialista, colonialista e coronelista, ainda enfrenta dificuldades para a universalização e democratização dos direitos sociais (GASPAROTTO et all. 2014, p. 11).

O caráter fragmentado e ao mesmo tempo articulado do espaço urbano (CORRÊA, 1989) é uma expressão espacial das relações sociais, ou seja, a conformação do território urbano passa a ser expressão concreta da desigualdade entre as classes sociais. Com essa

conformação desigual, tem-se uma segregação territorial que “produz tanto o desenvolvimento e a apropriação desiguais do território, como dos seus recursos, fazendo com que a cidade se constitua de espaços, locais e equipamentos que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais” (FARAGE, 2014, p.3).

Pereira (2012) aponta que já nos escritos de Marx e Engels (século XIX), identificava-se a produção do urbano segundo a lógica do capitalismo “em relação à propriedade fundiária e como esta organiza o território e acentua a fragmentação/hierarquização das relações espaços-temporais” (p. 378).

A divisão social e técnica do trabalho acaba ganhando uma expressão territorial.

A propriedade privada fundiária, base da escassez habitacional, tem se constituído em peça-chave do processo de acumulação no modo de produção capitalista e necessariamente inaugura-se com a fundação da noção de urbano na modernidade (PEREIRA, 2012, p. 380).

Dessa forma, a autora esclarece que se tem na Europa do século XIX, uma conformação peculiar das moradias, onde por sua aparência, localização e até condições de salubridade, determinava-se a quem pertenciam. Sem contar com a especulação sempre presente, assegurando que até mesmo a habitação tornar-se-ia uma mercadoria. Assim também é no Brasil, onde as favelas e cortiços, por exemplo, pela sua primeira aparência logo denunciam qual o perfil de população que povoa o lugar.

Como já mencionado, o espaço urbano não se constitui segundo uma lei natural que rege a realidade, mas sim por meio de agentes sociais concretos orientados por interesses particulares. Corrêa (1989, p. 11) esclarece que esse espaço é fruto da ação desses agentes e

não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Em relação a tais agentes, o autor os identifica como: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos<sup>10</sup>” (Ibid. p. 12). Ou seja, os mesmos agentes do passado que compunham a elite, ainda hoje mantém a supremacia do poder na conformação do território. A partir da maior ou menor capacidade de controle do uso da terra

---

<sup>10</sup> Fazemos uma ressalva a esse último grupo apenas por questão de nomenclatura, pois entendemos que na sociedade capitalista não existem grupos excluídos, mas todos desempenham um papel no processo de manutenção do sistema – seja ele proprietário de meio de produção ou não, rico ou pobre.

esses grupos dispõem de também maiores ou menores condições de influenciarem a conformação do espaço urbano e, conseqüentemente, o acesso mais ou menos desigual à moradia digna.

Por tudo isso, compreende-se que a maior parte da população brasileira vem travando uma luta em busca da moradia desde os primórdios de sua história, evidenciando uma dinâmica já constituinte de um processo de desastre ambiental, afinal, não se trata de qualquer sociedade, mas sim de uma sociedade excludente, ambientalmente depredada e insustentável.

Esses elementos que vieram sendo construídos ao longo da história se encontrarão, portanto, com uma conformação específica da cidade, alicerçada na nova sociabilidade capitalista.

A problemática do acesso à moradia ganha contornos mais acentuados e se complexifica com o avanço da industrialização e aumento demográfico, como já mencionado. Contudo, as

décadas perdidas não são as únicas a registrarem as origens do que podemos chamar de tragédia urbana brasileira – enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, reincidência de epidemias, violência, etc. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, supostamente, se dar pelo mercado. Mas isso não aconteceu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição (MARICATO, 2012, p. 22).

Os salários eram tão baixos que a própria construção das casas ficava à cargo dos trabalhadores, até mesmo daqueles empregados formalmente na indústria – casebres que contrastavam com os automóveis particulares evidenciando o tipo de modelo de desenvolvimento que o Brasil seguia (Ibid.).

A dinâmica de apropriação do espaço urbano revela uma diferenciação do acesso à moradia de qualidade de acordo com o perfil da população demandante de habitação. Essa diferenciação é percebida no modelo de urbanização de *status* ou urbanização popular (CORRÊA, 1989). O autor explica que na urbanização de *status*, a partir de ações dos proprietários de terras bem localizadas, estas valorizam-se ainda mais por meio, por exemplo, da instalação de uma boa infraestrutura. São criados, portanto, os chamados bairros seletivos, destinados à população de *status*. Já à urbanização popular, quando há, são reservados os

terrenos mal localizados onde será instalada uma infraestrutura mínima e destinado àquelas pessoas com menor poder aquisitivo.

Criam-se loteamentos populares na periferia urbana: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos quotidianos desta periferia urbana dos proprietários fundiários. Tais loteamentos são ilegais face à legislação urbana em vigor. Em pouco tempo são legalizados, e por pressão popular conseguem alguns poucos serviços de infra-estrutura por conta do Estado. Isso gera nova valorização fundiária, atingindo inclusive os terrenos reservados pelos antigos proprietários fundiários, muitos deles intencionalmente situados entre os loteamentos e o espaço urbano contínuo (Ibid. p. 19).

Desprovidos de meios financeiros para aquisição de habitações dignas, muitas famílias submetem-se a condições de moradias precárias, expostos a inúmeros riscos com os quais não estão preparados para lidarem – e nem deveriam. Riscos esses como os desastres ambientais materializados pelas inundações, deslizamentos e secas, por exemplo. Nesse contexto, vive-se em uma constante expectativa de uma possível tragédia, da concretização do risco, vive-se um processo de desastre ambiental.

Para os donos do poder, a glória; para o proletariado urbano e rural, uma interpretação elástica da legislação que tratava da “manutenção da ordem”, jornadas de trabalho extenuantes, salários miseráveis, listas negras e pouca liberdade (de reunião, de alistamento eleitoral, de manifestação do pensamento...). (ARRUDA, 2012, p.371)

Nossa linha de raciocínio é confirmada então por Maricato (2013), ao reconhecer que a “tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)” (p. 23).

A raiz da história da sociedade brasileira está, portanto, fincada em um modelo de desenvolvimento adotado que configura-se como “desigual e combinado” (OLIVEIRA, 2003), onde persiste-se com a preservação das antigas oligarquias e a sobreposição dos direitos individuais pela relação de favor – principalmente quando se trata dos que estão em condição habitacional irregular (MARICATO, 2013). São os resquícios da sociedade pré-republicana pontuados pela autora: o patrimonialismo e o clientelismo.

Na ausência de alternativa habitacional regular a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode. As consequências desse universo de construção, completamente desregulado, ignorado pelo Estado,

são trágicas, dadas suas dimensões. A maior parte dos governos municipais e estaduais desistiram de responder pelo poder de “polícia” sobre o uso e a ocupação do solo. A ocupação predatória e irracional resultante dessa falta de controle é a principal causa de uma lista de males, inaceitáveis em pleno início do século XXI: enchentes, desmoronamentos, poluição hídrica, epidemias, etc. (MARICATO, 2013, p. 44-45).

Com o inviável acesso à moradia para a maior parte da população, e sem uma resposta política para resolução desse problema, o refúgio dessas pessoas nas cidades serão as regiões menos valorizadas no mercado imobiliário (pelo menos até que esse interesse não mude) – regiões em sua maioria distantes de equipamentos públicos, como também dos serviços básicos como de esgoto tratado. São os cortiços, os loteamentos ilegais, as favelas, marcadas muitas vezes pela violência, pelo tráfico ou até regiões situadas em áreas de risco de desastre ambiental, como em beiras de rios, encostas e baixadas propensas a alagamentos. O que podemos retirar de grande reflexão disso é que o ambiente construído é diretamente influenciado pelo nível de desigualdade social de sua sociedade. Além disso, o lugar destinado a cada um será determinando pelo nível de riqueza que possui.

Garantir o direito à cidade para a população mais pobre já seria um desafio. O espaço que a ela corresponde é o da “não cidade”, ou seja, dos bairros de urbanização incompleta, ilegal, sem mobilidade, etc. Garantir esse direito em uma área prestigiada pela reabilitação é um duplo desafio (MARICATO, 2013, p. 144).

As habitações construídas em áreas de risco de desastre no Brasil são, portanto, fruto em grande parte do processo de constituição de uma classe trabalhadora com salários a nível de subsistência, de um processo de urbanização desordenado, sem uma política habitacional voltada realmente para a população mais empobrecida, somado à herança de concentração da propriedade privada e riqueza nas mãos de uma minoria.

A modernização brasileira, pautada em um amplo e complexo quadro socioeconômico, marcado por um grande descompasso entre o avanço material da economia e o desenvolvimento social nacional, aprofundou as desigualdades sociais gestadas ainda no período colonial e fortificadas no decorrer do processo de desenvolvimento brasileiro, seja através da grande concentração de terra, poder e riquezas, do crescimento caótico das cidades, da inexistência de políticas públicas, da ausência do Estado e ou das desigualdades regionais. Desta forma ficavam encobertos os problemas que a racionalidade capitalista naturalmente viria a exprimir no assentamento da modernidade urbano-industrial (SIQUEIRA, 2010, p. 226).

Alguns podem questionar: Mas, e o papel do Estado? Por que ele permite que essas pessoas construam nas áreas de risco? Pela pesquisa realizada percebemos que grande parte da resolução do problema dos desastres passa pela também resolução da questão fundiária, da propriedade privada de imensidões de terras que se arrasta até hoje – muitas vezes terras inutilizadas. Enfrentar essa questão é remar contra a maré, é contrapor-se ao capital já que, desde a constituição da sociedade brasileira, a classe capitalista configura-se também como a classe proprietária (CARLOS et al. 2015). Daí a resistência dos proprietários de terras manterem-se no poder político, pois é de lá que até hoje conseguem embargar as proposições por uma reforma agrária brasileira.

Por outro lado, o Estado não pode fechar totalmente os olhos para a demanda por habitação. Assim, até que tal contexto mude ele segue não interferindo em processos de ocupação do solo.

Como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido permitida. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia<sup>11</sup>. A realidade urbana é prova insofismável disso. Nota-se inclusive uma relação entre áreas de preservação ambiental e áreas inadequadas à ocupação (beira de córregos, encostas deslizantes, várzeas inundáveis, beira de autopistas) e o uso do solo pela moradia pobre. Parece que tudo pode desde que não afronte as áreas valorizadas pelo mercado. Aí a lei se aplica. (MARICATO, 2013, p. 157).

Os desastres ambientais que hoje ocorrem não são, portanto, exageros da imprensa, instrumentos de difamação política, ou muito menos “naturais”. São sim fenômenos da natureza que ao entrarem em contato com as estruturas sociais de uma sociedade desigual, injusta, desencadeiam os momentos das crises dos desastres. São, por isso, reais, construídos socialmente, e suas raízes se encontram explicitadas ao longo de todo este trabalho. Por isso é tão importante irmos tão longe para compreendermos o Brasil hoje. Os problemas daquela época “foram sendo transmitidos como uma herança ou pesado tributo”, pagos até hoje (ARRUDA, 2012, p. 222).

---

<sup>11</sup> Ao menos quando ainda não é do seu interesse.

## **2. OS DESASTRES AMBIENTAIS NA ERA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA: UM PROCESSO EM CONSTANTE PRODUÇÃO E INTENSIFICAÇÃO.**

Como vimos no capítulo 1, o capitalismo nasce pautado em uma lógica de sociabilidade jamais vista na história, marcado por características profundas (como seu caráter destrutivo e compulsório), as quais passaram a contribuir para a entrada de todo o planeta em uma nova era, ferida com a miséria, a violência, as desigualdades sociais.

Neste capítulo, veremos como esse *modus operandi* intensificou-se no estágio de desenvolvimento capitalista conhecido como “a era dos monopólios”, reconhecida enquanto um estágio mais maduro do sistema, o que ratifica a visão dele enquanto essencialmente produtor e reproduzidor de desigualdades. Posto isso, adentraremos no debate sobre a intensificação dos processos de desastres ambientais nessa era, evidenciando uma articulação aí existente.

### **2.1 Os descaminhos dos países periféricos: dependência internacional e produção de desigualdades sociais.**

As economias subdesenvolvidas, como a latino-americana, estabeleceram uma relação de dependência com os países centrais desde que eram colônias e, mesmo formando-se os Estados Nacionais, continuaram como economias periféricas (CARDOSO; FALETTO, 2000).

Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários (CARDOSO; FALETTO, 2000, p. 507).

Segundo os autores, existe uma dependência nesse contexto de subdesenvolvimento, que pressupõe certa dominação, e pode chegar até à situação de decisões sobre produção e consumo dos países periféricos serem tomadas segundo interesses dos países desenvolvidos.

Integrando as diversas partes do mundo ao mercado mundial, o Ocidente fez mais do que modificar os modos de produção; ele destruiu o sentido do sistema social ao qual aqueles modos se estavam fortemente ligados. Desde então o econômico torna-se um campo autônomo da vida social e uma finalidade em si. Às formas antigas de ser mais, substitui-se o objetivo ocidental de ter mais. [...] Assim se universaliza a ambição do desenvolvimento. O desenvolvimento é a aspiração ao modelo de consumo

ocidental, ao poder da magia dos Brancos, ao status relacionado a esse modo de vida[...]. (Ibid. p. 29)

Vimos no capítulo 1 que mesmo com o cessar do denominado “pacto colonial”, as ex-colônias se encontram em posição ainda de forte vinculação com os países colonizadores. As ex-colônias teriam que construir uma nova relação com eles, visto que agora essa economia periférica tornou-se nação “independente” (Ibid.). Isso significa que com as novas relações que serão construídas, novos papéis também serão desempenhados pelas novas nações.

Por mais que se diga que houve o processo de independência desses países, alguns estudiosos como Baran, Frank, Marini, Bamberger, dentre outros, perceberam que na verdade mantinha-se uma relação de dependência entre os países periféricos e centrais. A partilha econômica e política do mundo acaba por gerar formas de relacionamento entre países que podem alterar-se ao longo do tempo – constituem-se os que possuem colônias, as colônias e os países dependentes (LÉNINE, 1986). Esses, “dum ponto de vista formal, político, gozam de independência”, no entanto, “na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” – como é o caso da América do Sul (Ibid. p. 639). Trata-se da divisão do mundo entre poucos Estados usuários e uma grande maioria de Estados devedores (Ibid.)

Segundo Nayyar (2014) a ascensão do “Ocidente” representou o declínio do “resto” na economia mundial. Essa dividiu-se entre os países que se industrializaram e exportavam manufaturas e os países que não conseguiram se industrializar e exportavam produtos primários.

O sistema capitalista em sua expansão mundial produziu os padrões de desigualdade tanto em sua etapa mercantilista como monopolista industrial e financeira até a atual globalização. O problema da apropriação, concentração e centralização do excedente econômico é o ponto crucial do desenvolvimento/subdesenvolvimento e, portanto, do sistema de interdependência mundial (MACHADO, 1999, p. 205).

Podemos compreender, então, que existe uma relação entre subdesenvolvimento, desenvolvimento e dependência. Além disso, a expansão capitalista não está diretamente vinculada ao fomento do desenvolvimento de todas as sociedades, ao contrário, para que países desenvolvidos possam se expandir é condição que existam os subdesenvolvidos. Ao olharmos para o sistema econômico internacional que hoje temos, fruto desse processo, percebemos que trata-se, simultaneamente, de

um sistema de poder – um sistema de dominação/dependência que tem favorecido, sistematicamente o desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos e o subdesenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos (SUNKEL, 2000, p. 551).

Há, portanto, uma tendência mundial ao fomento da desigualdade, já identificada por Marx (2011) como uma contradição, afinal, como pode um sistema que se baseia em liberdade e igualdade gerar desigualdade e falta de liberdade?

Claro que a explicação se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, que, assim, tornou-se uma conserva de classe capitalista. Essas relações de produção e acumulação, uma vez criadas, devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado (HARVEY, 2006, p. 84)

Mesmo havendo o processo de industrialização da América Latina, isso não significou sua elevação ao mesmo nível de desenvolvimento dos países centrais (SANTOS, 2000a). Apesar de haver agora a presença de indústrias nesses países periféricos, essas possuem um perfil diferente das que predominam nos países centrais – nesses, concentram-se as indústrias de ponta, enquanto que nos países dependentes prevalecem as indústrias poluentes e já distantes das inovações tecnológicas (Ibid.). Tais indústrias ainda geram como agravante desse contexto, o desemprego industrial devido ao incremento no uso do maquinário.

Não se sustenta, portanto, a concepção de que o caminho para o desenvolvimento é etapista. Uma ideia um tanto utópica já que os países hoje centrais iniciaram seu desenvolvimento juntamente com o de um mercado mundial, ao passo que os países periféricos tem tentado alcançar esse mesmo patamar de desenvolvimento, porém com tal mercado capitalista já consolidado (CARDOSO; FALETTO, 2000). Logo, como em realidades tão distintas, a saída hoje para o desenvolvimento dos países periféricos seria a mesma seguida pelos países centrais há séculos atrás?

Santos (2000b) explica que o entendimento que se tinha era que alguns países mantinham-se como subdesenvolvidos porque ainda não haviam sido incorporados ao capitalismo – eram ainda economias pré-capitalistas. No entanto, a

maior parte das economias do Terceiro Mundo teve papel muito importante no desenvolvimento mundial, como o caso do Brasil. Pensar essas economias como feudais e exteriores ao capitalismo era de uma ignorância histórica colossal. Contudo, era a ideia dominante. Pensar que essas

economias poderiam refazer o caminho do capitalismo também era uma ideia totalmente falsa (SANTOS, 2000b, s.p.).

Entende-se, assim, que apesar das economias periféricas serem consideradas como pré-capitalistas, na verdade o papel exercido por elas é condicionante do desenvolvimento dos países centrais (conforme vimos no capítulo 1). Logo, realmente não há como pensar tais economias como ainda apartadas do sistema, uma vez que a existência delas é o que possibilita a produção e reprodução dele, ou seja, o “subdesenvolvimento se inscreve na sua lógica expansionista” (MACHADO, 1999, p. 204). Isso nos revela que os países centrais foram se formando, em grande parte, às custas dos países periféricos.

Para Machado (1999), portanto, não há sentido em se compreender a dependência como procedente do subdesenvolvimento, uma vez que a dependência sempre esteve presente nas relações internacionais. Válido é, para ele, compreender que a construção da relação de dependência levou certos países a se manterem no campo do subdesenvolvimento, ou seja, ao longo da história foi-se realizando uma acumulação centralizada do capital que nos países centrais levou ao avanço tecnológico, ao passo que nos países periféricos à estagnação.

As economias centrais, depois de consolidarem seu sistema econômico nacional de maneira autocentrada, impulsionadas pelo dinamismo da reprodução do capital, ampliaram em escala mundial o seu espaço vital (*Lebesraum*), modelando assim a natureza extrovertida da economia periférica. Posteriormente, a partir do último pós-guerra, em decorrência da superacumulação de capital e das vantagens comparativas quanto ao emprego da mão-de-obra, realizaram o deslocamento da produção e do capital do centro para os países subdesenvolvidos, bloqueando o desenvolvimento das economias nacionais emergentes e superpondo-se aos próprios Estados nacionais, submetidos por razões óbvias aos seus interesses (Ibid. p. 204).

Logo, apesar do fim da colonização estar declarado, os países periféricos passaram a se prender aos países centrais por outras amarras. Nesse sentido, a

história econômica e financeira dos países da América Latina é a do crônico e crescente endividamento externo e de maior submissão ao capital forâneo. O resultado aí está na total internacionalização tanto do Estado como do incipiente setor privado, o que faz pensar que dentro do atual ordenamento internacional a nação está desaparecendo como categoria histórica (MACHADO, 1999, p. 200).

Para compreender melhor essas novas amarras, Marini (2000) explica que com a independência política da América Latina, esses países passam a se relacionar com a

Inglaterra em função das necessidades dela. Ocorre que as exportações não se deram apenas a partir de produtos primários, mas também de dívidas. No caso brasileiro,

a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: de 50% sobre o saldo nos anos sessenta, sobe para 99% na década seguinte. Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta em 79,6%, a dívida externa brasileira o faz em 144,6% e representa, em 1913, 60% do gasto público total (MARINI, 2000, p. 108-109).

Para o autor, foi nesse momento, portanto, que a América Latina insere-se em uma estrutura de divisão internacional do trabalho e que se instala a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Ibid. p. 109).

Os cem anos decorridos de 1850 a 1950 assistiram à integração progressiva da Ásia, África e a América Latina na economia mundial, através do comércio internacional, dos investimentos internacionais e das migrações internacionais, que criaram entre os países uma divisão do trabalho que teve consequências desiguais para o desenvolvimento (NAYYAR, p. 267).

É importante salientar que esse processo de dependência não se estabelece apenas nas relações político-econômicas, mas se materializa no próprio destino de vida ou morte das pessoas. Afinal, uma das funções exercidas pelos países dependentes é o fornecimento de pessoal para exército – a Grã-Bretanha, por exemplo, venceu a maior parte de suas batalhas pela conquista do Império Indiano, a partir de exércitos formados por indígenas (LÉNINE, 1986).

A “Grande Divergência” de renda entre os países teve estreita relação com a “Grande Especialização” na divisão do trabalho entre as nações.[...] De modo lento, mas seguro, esses países [Ásia, África e América Latina] tornaram-se dependentes dos países em processo de industrialização na Europa Ocidental, não apenas em termos de mercados e finanças, mas também na condição de seus próprios motores de crescimento (LEWIS, 1978). Isso levou à desindustrialização e ao subdesenvolvimento no que veio a ser o mundo em desenvolvimento, assim como levou à industrialização e ao desenvolvimento no que se tornou o mundo industrializado. Os dois efeitos foram parte do desenvolvimento do capitalismo na economia mundial (NAYYAR, p.78).

Prebisch (2000) aponta que há uma tentativa de justificar a divisão internacional do trabalho a partir de uma premissa, segundo a qual “o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda” (p. 71). Logo, não é necessário que todos os países se industrializem. Ocorre que a realidade demonstra o contrário. O autor indica uma falha nessa premissa, pois mesmo se o sentido de coletividade incluir os países periféricos, esses não são beneficiados pelos frutos produzidos.

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 2000, p. 72).

Esse não acesso aos frutos do progresso técnicos pode ser constatado na alteração da proporcionalidade entre o preço dos produtos primários e dos produtos finais industrializados (Ibid.). Em 1930, por exemplo, podia-se comprar um produto Y da indústria com determinado valor X de produto primário. No entanto, já em 1940, esse mesmo valor X já não era mais suficiente para adquirir o mesmo produto Y (Ibid.). Logo,

é evidente que a renda dos empresários e dos fatores produtivos, nos centros industriais, cresceu mais do que o aumento da produtividade, e na periferia, menos do que seu aumento corresponde. Em outras palavras, enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico (PREBISCH, 2000, p. 83).

O autor explica o motivo disso. Primeiramente é preciso salientar que a economia possui um movimento cíclico, composto por uma fase ascendente e uma descendente. Na primeira fase o lucro aumenta e parte dele é destinada para o aumento salarial. Já na segunda fase, ocorre o inverso com o lucro, ele se retrai. Ocorre que uma parte dele já está comprometida com os citados aumentos e por conta da pressão das organizações trabalhistas, dificilmente essa conquista recua. Logo, alguém terá que “pagar essa conta”.

A pressão, portanto, vai ser transferida para a periferia. Isso porque, segundo o autor, lá há uma desorganização maior dos trabalhadores da produção primária – com destaque para os da agricultura. Assim, não conseguem garantir salários compatíveis com os dos países centrais e, por isso, a renda dos países periféricos torna-se mais fácil de ser contraída.

De acordo com a CEPAL (2000), portanto, existe um progresso técnico sendo disseminado pelo mundo, porém esse movimento tem se dado de forma desigual entre as nações. Antes mesmo da primeira Guerra Mundial, esse

movimento iniciou-se na Grã-Bretanha, prosseguiu com graus variáveis de intensidade no continente europeu, adquiriu um impulso extraordinário nos Estados Unidos e finalmente abrangeu o Japão, quando este país se empenhou em assimilar rapidamente os modos de produção ocidentais. Assim se foram formando os grandes centros industriais do mundo, em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, ia tendo uma participação escassa no aperfeiçoamento da produtividade (CEPAL, 2000, p. 139).

Isso não quer dizer que na periferia não houve nenhum tipo de progresso técnico, porém esse se dava de modo muito limitado e em áreas específicas, apenas para possibilitar a produção de matéria-prima e alimentos para os centros industriais (Ibid.). Muitos foram os países e regiões que, segundo Nayyar (2014), foram contornados pelo processo de desenvolvimento.

Tanto quanto a exclusão de regiões, a exclusão de pessoas dentro dos países no processo de desenvolvimento faz parte dessa história. O crescimento econômico do mundo em desenvolvimento a partir de 1950 foi impressionante no conjunto, embora desigual nos países e regiões. Mas convém reconhecer que tal crescimento, mesmo que se houvesse distribuído de maneira mais equitativa no espaço geográfico, não seria suficiente para garantir a inclusão de pessoas. O problema essencial foi que, em muitos casos, o crescimento econômico acelerado não se transformou num desenvolvimento significativo que melhorasse as condições de vida e assegurasse o bem estar das pessoas comuns. Em alguns países, é claro, o crescimento rápido levou a esse desenvolvimento significativo, num número muito maior deles, isso não aconteceu. E um número expressivo de nações não teve crescimento nem desenvolvimento (Ibid. p. 249)

O contexto de subdesenvolvimento de grande parte do globo adensou-se com a intensificação da partilha do mundo, que ganhou contornos mais delineados a partir da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o qual possui como pressuposto o enfraquecimento do concorrente para que haja a concentração da riqueza nas mãos de poucos (LÉNINE, 1986). Segundo o autor,

a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações

internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contém minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário[...] Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matéria-prima em todo mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (p. 637 ).

A lógica que impera, portanto, desde o início do capitalismo, intensifica-se na era monopolista – o interesse não é a da busca da qualidade de vida da sociedade como um todo, mas a busca incessante pelo lucro. Isso faz com que até mesmo as terras que hoje não são aproveitadas tenham sua posse garantida pelos grandes grupos do capital, visto que “a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível” e essas terras “podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos” (LÉNINE, 1986, p. 638). Isso significa que uma grande massa populacional está à margem do acesso à moradia própria e meios de produção, por conta de interesses privados, interesses na exploração de uma riqueza que pode levar gerações para conseguir ser acessada.

Tanto Rivero (2002), quanto Marques Filho (2016), já sinalizaram, por exemplo, a grande tragédia que está em curso a partir da perda de solo cultivável. “Os solos já não produzem como antes, porque foram saturados de fertilizantes, salinizados por irrigações incorretas, desertificados pelo desmatamento e consumidos pela irrefreável urbanização” (RIVERO, 2002, p. 188).

A segurança alimentar mundial está em risco, portanto, principalmente quando se relaciona esse contexto à tendência mundial de expor os pequenos e médios agricultores à concorrência global (Ibid.). Colocamos, então, a seguinte questão: Sabemos que a era dos monopólios é reconhecida pela concentração do poder e, a produção de alimentos tem sido utilizada como recurso estratégico de política exterior, principalmente pelas grandes perdas de solo produtivo em todo o mundo. Tal contexto não tem levado ao grande capital a concentrar ainda mais terras como forma de reserva natural de riquezas?

Podemos apreender dessa realidade que o domínio sobre a terra é garantido hoje em virtude de um poder político-econômico gerado pelos monopólios. O tempo que hoje vivemos é o da supremacia do monopólio em detrimento da livre concorrência. Trata-se da criação

da grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e,

fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões (LÉNINE, 1986, p. 641).

Estamos, portanto, em uma fase superior de desenvolvimento do capitalismo - o imperialismo capitalista - cujas características fundamentais, segundo Lênine (1986), são: intensa concentração de produção e capital à ponto de se formarem os monopólios; surgimento do capital financeiro – “capital bancário de alguns bancos monopolistas, fundido com o capital das associações monopolistas de industriais” (Ibid. p. 641); intensificação da exportação de capitais em detrimento das mercadorias; articulação do capital financeiro com o processo de partilha do mundo entre as associações internacionais monopolistas, espalhando para todo o planeta da “política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (Ibid. p. 641); e, por fim, a decisão do termo de partilha do mundo sob responsabilidade apenas das grandes potências capitalistas mais importantes.

No processo de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista não somente sofreu influência os contornos geográficos do mundo. Muito fortemente alteraram-se as relações sociais. Com o capitalismo concorrencial temos uma lógica diferenciada de se lidar com a produção, prima-se, por exemplo, por se ter uma grande massa de consumidores.

No capitalismo monopolista, no entanto, grande parte do antigo exército industrial de reserva já passa a ser considerado um exército excluído, pessoas que jamais conseguirão inserir-se no mercado de trabalho. Logo, poderíamos deduzir que isso afetaria os lucros dos capitalistas já que se teria menos mercado consumidor. Entretanto, como vimos anteriormente, o capitalismo moderno tem no capital financeiro uma fonte bastante interessante para aquisição de lucros, não dependendo tanto mais assim unicamente da venda de mercadorias.

Tal contexto gera transformações profundas para a sociedade, visto que o ser humano passa a ser considerado como algo descartável, não se vê mais nas fábricas, por exemplo, o grande contingente de trabalhadores – afinal a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto tornou-se uma constante ascendente.

O novo modo de produção que se formou mesmo com uma capacidade crescente de produzir riqueza até então jamais vista, não foi capaz de diminuir a pobreza, mas o contrário, a intensificou. Essa dinâmica gerou desde o trabalhador rural expulso do campo que não conseguiu se inserir nos pólos urbanos-industriais, até o trabalhador em atividade que tem seu aumento de produtividade cada vez mais requerido, porém por um salário insuficiente, até mesmo para a própria subsistência (IAMAMOTO, 2001).

Tal contexto adensa-se visto que esse “trabalhador livre” teve sua garantia de sobrevivência depositada apenas em sua força de trabalho ou na caridade da sociedade, já que ele foi privado do acesso aos meios de produção, canalizados e centralizados pelo capital (processo esse, como vimos, condição para o advento do capitalismo).

Tem-se, assim, o que Iamamoto chama de “acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontra-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (2001, p. 15-16).

Se o capitalismo moderno chegou ao ponto de produzir uma massa populacional para além do exército de reserva, podemos compreender que esse sistema não depende tanto mais desses, o que implica em um processo de desvalorização da vida. Os grandes genocídios causados pelas guerras ou as milhares de mortes fruto dos – frisa-se – constantes desastres ambientais, são exemplos disso.

Se o sistema capitalista necessitou da produção de desigualdades para que pudesse nascer e chegou ao ponto de tornar a vida humana descartável, entende-se porque é necessária a divisão internacional do trabalho, e porque ela constituiu-se enquanto uma promessa de beneficiamento de países tanto desenvolvidos, quanto subdesenvolvidos, fato esse logo percebido como impossível.

De algum modo o grande capital necessitava dar continuidade a tal sistema, o que implicava na adesão dos países periféricos. Daí a justificativa de que todos seriam beneficiados em algum momento. Entretanto, o que se produziu foi uma distribuição desigual dos benefícios do progresso técnico, o que contribuiu para o agravamento do contexto de dependência entre países centrais e periféricos e, conseqüentemente, para o aumento das desigualdades sociais, principalmente a partir do estágio do capitalismo monopolista.

Nayyar (2014) aponta que o número dos países menos desenvolvidos (LDC<sup>12</sup>)

duplicou, passando de 24, no começo da década de 1970, para 48, no início da década de 2000.[...] Em 2010, na verdade, o patrimônio das vinte pessoas mais ricas do mundo era maior que a soma do PIB de todos os LDCs.[...] O desenvolvimento econômico não criou oportunidades sociais para a maioria das pessoas dos LDCs.[...] Com efeito, ao término da primeira década do século XXI, os indicadores sociais do desenvolvimento dos LDCs foram muito piores do que a média registrada no mundo em desenvolvimento. A alfabetização de adultos era inferior a 60%, comparados a 80% nos países em desenvolvimento. A expectativa de vida ao nascer era de 51 anos, comparados a 60 anos nos países em desenvolvimento. As taxas de

---

<sup>12</sup> “Sigla internacionalmente adotada da denominação original em inglês, Least Developed Countries.” (NAYYAR, 2014, p.241)

mortalidade infantil eram de 78 por mil nascimentos, comparados a 48 por mil nascimentos nos países em desenvolvimento (NAYYAR, 2014, p. 242).

Interessante de se destacar nessa citação é que o avanço da técnica e consequentemente da economia capitalista, não estava ligado a um interesse na melhora da qualidade de vida da população periférica, mas sim no atendimento a uma demanda industrial internacional.

A hipótese de Sunkel (2000), portanto, confirma-se. Segundo o autor, o mundo vive um processo de dupla polarização – no plano internacional e nacional. No caso do plano nacional ou interno, se reproduziria nos países “uma divisão em espaços físicos, grupos sociais e atividades econômicas avançados e modernos e, no outro, espaços físicos, grupos sociais e atividades econômicas atrasados, primitivos, marginalizados e dependentes” (p. 536).

Está posto o grande nó para o desenvolvimento dos países periféricos, visto que, na concepção de Nayyar (2014), “na busca do desenvolvimento, a erradicação da pobreza, a criação de empregos e o crescimento inclusivo são imperativos. Por um lado, compõem os objetivos essenciais do desenvolvimento; por outro, são instrumentais como o os meios primários para promover o desenvolvimento” (p. 279). Isso nos faz refletir no quão utópica acaba se tornando a ideia de que os países periféricos de hoje possuem condições de alcançarem o patamar de desenvolvidos, em uma sociedade orientada pelos pressupostos do sistema capitalista.

Vimos que o modelo de mercado prevaleceu, o que demonstra a força do avanço da lógica capitalista mais perversa. Juntamente a isso, políticas e instituições são recomendadas aos países em desenvolvimento, com o discurso de que a partir da execução de tais recomendações esses países estariam trilhando o caminho rumo ao desenvolvimento.

Entretanto, estudiosos têm demonstrado o quão ilusório é esse processo, afinal, as mesmas políticas e instituições sugeridas, ou até mesmo impostas pela força a muitos países em desenvolvimento, não foram utilizadas no processo inicial de desenvolvimento dos países hoje dominantes (CHANG, 2004). Na verdade, esses países

não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais ‘ruins’, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação - práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do

século XIX e do início do XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais ‘básicas’ como os bancos centrais e a responsabilidade limitada. Se for esse o caso, as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições ‘boa’ unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico? (Ibid. p. 13-14)

A obra de Chang (2004) demonstra claramente a lógica que tem imperado nos discursos de desenvolvimento e, por isso, o autor chama a atenção para o problema em se tecer argumentos sobre a condição de não desenvolvimento de muitos países a partir de uma perspectiva ahistórica. Discutem-se as condições necessárias para o avanço desses países, porém contornando os aspectos reais que os levaram a estarem hoje assim. Os países hoje desenvolvidos, por exemplo, no seu processo inicial de desenvolvimento, tomaram decisões que restringiam outros países de acessarem determinados bens.

Uma vez atingida a fronteira tecnológica, os PADs<sup>13</sup> recorreram a uma série de medidas para ficar à frente dos competidores reais ou potenciais. Dada a duração do período em que manteve a posição de ‘economia fronteira’, a Grã-Bretanha é o caso mais notório nesse aspecto, porém outros países também lançaram mão dos mesmos recursos sempre que possível. A Grã-Bretanha tomou providências para impedir a transferência de tecnologia para os concorrentes potenciais (por exemplo, o controle da migração da mão de obra especializada ou da exportação de maquinaria) e pressionou os países menos desenvolvidos para que abrissem seus mercados, inclusive empregando a força quando necessário (CHANG, 2004, p.37).

Além disso,

A Grã-Bretanha instituiu um vigoroso conjunto de políticas destinadas a impedir o desenvolvimento de manufaturas nas colônias, principalmente na América do Norte.”(p. 94) A intenção, segundo o autor, era impedir o surgimento de concorrência. Segundo o autor, no século XIX as colônias tinham seu desenvolvimento prejudicado de várias maneiras como no impedimento de comercialização com outros países e não permissão para imposição de tarifas (CHANG, 2004, p. 96).

Contraditoriamente, hoje as orientações aos países em desenvolvimento giram em torno principalmente da necessidade de abertura comercial e não regulação do mercado, entretanto, no

---

<sup>13</sup> Países atualmente denominados desenvolvidos.

século XIX, os EUA foram não só os mais fortes defensores das políticas protecionistas, como também a sede intelectual desse pensamento. [...] Já no último quartel do século XIX, a maioria dos economistas norte-americanos mais originais do período se mostravam ferrenhos defensores da proteção à indústria nascente” (Ibid. p. 61-62).

Pela lógica, dessa discussão dificilmente sairá uma proposta séria e realmente voltada para a superação dessa realidade - o que nos leva a questionar se os países desenvolvidos, na verdade, não estão tentando construir uma estrutura ideológica, política, econômica e cultural que mantenha o *status quo*.

Segundo Chang (2004), as políticas e instituições utilizadas pelos países hoje desenvolvidos no processo inicial de seu desenvolvimento, diferem bastante das recomendadas ou até impostas aos países atualmente em desenvolvimento. Ele identificou que o padrão utilizado para o desenvolvimento foram as políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) intervencionistas.

Quer dizer que os países desenvolvidos e o *establishment* internacional de política de desenvolvimento (EIPD), por eles controlado, recomendam políticas que os beneficiam, mas não os países em desenvolvimento? Haverá algum paralelo entre isso e a pressão exercida pela Grã-Bretanha, no século XIX, em prol do livre comércio e contra as políticas protecionistas dos Estados Unidos e de outros PADs que estavam tentando avançar por meio delas? Será justo afirmar que o acordo da OMC, que restringe a capacidade dos países em desenvolvimento de pôr em prática políticas de ICT ativistas, não passa de uma versão moderna, multilateral, dos ‘tratados desiguais’ que a Inglaterra e outros PADs costumavam impor aos países semi-independentes? Em outras palavras, acaso os países desenvolvidos estão ‘chutando a escada’, pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento? Infelizmente, a resposta a todas essas perguntas é sim (Ibid. p.211).

Trata-se de um equívoco, portanto, considerar o processo de desenvolvimento como algo natural, próprio da incorporação das estratégias e ações capitalistas. Como se o subdesenvolvimento fizesse parte do mundo pré-capitalista e o desenvolvimento começasse a partir da superação desse sistema considerado “arcaico”.

O subdesenvolvimento, assim não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de

capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de ‘evoluir’ para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização (OLIVEIRA, 2003, p. 126).

Se é por meio dessa dominação que se mantém o processo de exploração de uns países sobre outros - gerando assim riqueza -, por qual motivo os países desenvolvidos estariam prescrevendo a receita verdadeira para a superação dessa realidade?

Dupas (2007) em sua obra coloca a questão que é fundamental de ser refletida por todos os seres humanos do planeta. Diz ele que, foram tantos os saltos dados pelo homem na tecnologia, por exemplo, porém esses caminham junto com grandes tragédias, danos ambientais e miséria. Isso nos faz pensar: “somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos?” (Ibid. p. 73-74).

O autor faz uma colocação, e concordamos com ele, sobre os benefícios reais que o avanço do conhecimento trouxe para a humanidade. Entretanto, também é inegável que tal processo vem dando sinais claros e sérios de estar se perdendo.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (DUPAS, 2007, p. 73).

A ideia de desenvolvimento hegemônica hoje é a ideia baseada na expansão capitalista – como se o capitalismo devesse se expandir livremente para levar as soluções necessárias para os problemas do mundo. Isso nos remete a questão de que o ideal de progresso está alinhado a progresso capitalista. Um ideal nos é vendido dia a dia, o de que o capitalismo trará a solução aos nossos males, entretanto, trata-se

aqui de analisar a quem predominantemente esse *progresso* serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos (DUPAS, 2007, p. 74).

Imersa no marketing do progresso, a sociedade se encontra em grande parte convencida da possibilidade que a globalização tem de levar a “liberdade” até mesmo aos lugares mais remotos, aos lugares mais miseráveis. Todos são livres para vender sua força de trabalho e adquirir a mercadoria que consiga por ela pagar. Entretanto, indo de encontro a essa tal “liberdade” tem-se “a contínua elevação dos níveis de desemprego e informalidade no mercado de trabalho nas últimas décadas” (Ibid. p. 82). Como gerir esse processo? Como controla-lo para que não tenha o efeito bumerangue?

O fato presente é que as ‘reformas políticas’ neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. Quando da sua implementação, garantiram-nos que, embora essas ‘reformas’ talvez aumentassem a desigualdade a curto e, possivelmente também a longo prazo, elas gerariam um crescimento mais rápido e, enfim, alcançariam todos mais efetivamente do que as políticas intervencionistas do imediato pós-guerra. Os dados das últimas duas décadas mostram que só a parte negativa dessa previsão se confirmou. A desigualdade da renda aumentou tal como se previu, mas a prometida aceleração do crescimento não se verificou. Aliás, em comparação com o período 1960-1980, no qual predominaram as políticas ‘ruins’, o crescimento se desacelerou acentuadamente nas últimas duas décadas, sobretudo nos países em desenvolvimento (CHANG, 2004, p. 212).

A relação de dependência entre países centrais e periféricos tem se mantido a partir de todo um arcabouço de estratégias internacionalmente, nacionalmente e regionalmente articuladas, porém sob uma utopia constantemente vendida de que é possível alcançar o patamar de desenvolvimento dos países centrais.

Esse contexto tem servido, portanto, à manutenção do subdesenvolvimento, por meio principalmente da concentração e centralização do excedente econômico, levando à produção e intensificação das desigualdades sociais, em especial a partir da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Essa nova fase do sistema, tem por forte característica o aumento da exploração da vida nas mais diversas dimensões. É nela que se intensificam tanto as desigualdades sociais, quanto o nível de exploração sobre a natureza.

A lógica predatória típica do capitalismo tende a se exacerbar, pelo próprio modelo de desenvolvimento que se instala, baseado na acentuação de todos os seus imperativos.

A acumulação de capital não pode estacionar, assim como é inconcebível a existência de um capitalismo sem lucro. O capital não pode ser contido em sua permanente auto-expansão, e não importa se isso danifica a natureza,

pois o lema do capitalismo é “crescer ou morrer” (VASCONCELLOS, 2017, p. 251).

Todo esse contexto tem produzido as bases para a ocorrência das crises dos desastres ambientais. Por desastre ambiental pode-se compreender a

concretização do risco, isto é, uma interação deletéria entre um evento natural ou tecnológico e a organização social, que coloca em ruptura as rotinas de um dado lugar e gera elevados custos (temporais, materiais e psicossociais) de reabilitação e reconstrução (VALENCIO et all., 2005, p. 163-164).

Quando falamos, portanto, que as desigualdades sociais têm agravado os processos de desastres ambientais, frisamos “agravado” e não “criado”, pois os desastres não são fruto da sociedade capitalista, já existiam em outras formas de sociedade. Contudo, ao se deparar com essa nova racionalidade o processo de desastre toma contornos mais intensos e alcança lugar em todo o mundo, em especial na era dos monopólios. Isso indica que, de acordo com o desenvolvimento capitalista (entendido enquanto expansão e intensificação da sua lógica de produção e controle sobre a sociedade), os processos de desastres tendem a se intensificar.

## **2.2 Desastres ambientais: elementos fundamentais para uma reflexão crítica sobre a contemporaneidade.**

O debate sobre desastres ambientais é marcado por uma disputa conceitual, a qual influencia decisivamente o modo de compreendê-lo e lidar com ele. Por um lado, entende-se o desastre enquanto um evento pontual, configurando uma situação emergencial – no campo sociopolítico essa é a interpretação que tenta ser mantida (VALENCIO, 2012). Porém, com a contribuição das Ciências Sociais para o debate, outra via de interpretação sobre os desastres se expande. Segundo ela, os desastres ambientais são entendidos enquanto expressão social da vulnerabilidade (GILBERT, 1998). Essa concepção surge como uma superação ao primeiro paradigma, pois desloca a análise da causa dos desastres dos agentes físicos, para o contexto social.

Segundo Valencio (2009), um mesmo furacão que passa por várias regiões, com a mesma intensidade, deixa nelas danos distintos em virtude de uma dada estrutura social preexistente.

Os danos do momento do impacto e pós-impacto estarão associados à pobreza e ao funcionamento da rede de relações para aliviar o sofrimento social, o que tem implicações diretas na esfera política, sendo algo que antecede ao acontecimento trágico. Trata-se da injustiça ambiental prévia constituída no terreno (VALENCIO, 2009, p. 38).

Por injustiça ambiental compreende-se “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p. 02). Há, portanto, um tipo de desenvolvimento em curso que tem implementado projetos de desenvolvimento distintos de acordo com o País, Estado ou região, gerando graves ônus ambientais e sociais, os quais recaem predominantemente sobre as populações em maior situação de desigualdade socioeconômica.

Entende-se, assim que os desastres ambientais não são eventos físicos pontuais. Tais eventos (as fortes chuvas, os terremotos...), são fenômenos da natureza que tem se intensificado mediante o acúmulo de impactos do modo de produção capitalista sobre o planeta, mas também constituem o elemento catalisador do processo de desastre quando em interação com uma dada base social desigual, empobrecida e explorada.

Identificamos, então, que os processos de desastres ambientais tem sofrido um duplo movimento de construção e intensificação (construção porque novos processos surgem, e intensificação porque processos históricos se complexificam). Por um lado, o próprio modo de produção capitalista tem fomentado esse processo, em razão, por exemplo, da elevada e destrutiva exploração dos recursos naturais não renováveis e dos perfis de empreendimentos altamente poluidores. Por outro lado, a acumulação por espoliação,

através da qual se mercantilizam bens não mercantis, tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica. A utilização de metodologias de mapeamento de desigualdades ambientais relacionadas aos projetos de infraestrutura, siderurgia, mineração, agroexportação, monoculturas, entre outros, revela a sobreposição de tais projetos a territórios marcados pela presença de grupos tradicionais e/ou socialmente vulneráveis, no campo e nas cidades, grupos estes que são encarados, pelos agentes públicos e privados do projeto desenvolvimentista hegemônico, como obstáculos ao processo de acumulação de capital. (ACSELRAD, et all. 2012, p. 169).

A formação desse tecido social esgarçado tem tido como um dos principais agentes responsáveis o próprio Estado, a partir da sua contribuição para a primazia do mercado, da adoção de um modelo de desenvolvimento que valoriza o que vem de fora. As grandes empresas corporativas passam a controlar as economias dependentes (FERNANDES, 1975), contribuindo para a criação das condições necessárias para que grandes empreendimentos se instalem, por exemplo, mesmo que isso resulte em todos os prejuízos ora postos.

Se no capitalismo fordista, que vigorou do pós-Segunda Guerra até os anos 1970, as empresas competiam pelas localizações mais favoráveis, na fase subsequente da chamada acumulação flexível serão os governos locais, regionais e nacionais que passarão a buscar atrair investimentos recorrendo, quando necessário, à flexibilização das suas leis urbanísticas e ambientais. Assim, as grandes corporações passaram a exercer uma espécie de chantagem locacional sobre os governos locais, fazendo com que estes abrissem espaço para atividades ambientalmente danosas que tivessem sido recusadas ou fortemente restringidas por regulações nos seus países de origem (ACSELRAD et al., 2012, 167).

Toda essa compreensão só foi possível a partir do entendimento acerca da natureza dos desastres, à luz das teorias mais críticas. Essa nova perspectiva rompe com o paradigma de que todo o planeta é igualmente responsável pelos danos ambientais e, conseqüentemente, pelos desastres. “A noção de desigualdade ambiental, ao contrário, procura evidenciar que o “planeta” não é compartilhado de forma igual entre todos” (ACSELRAD, et al. 2012), o que alimenta de conteúdo político a questão ambiental, e possibilita a reflexão desta essencialmente associada à questão social. Assim, podemos questionar, por exemplo, se os “desastres são fraturas extraordinárias no desenvolvimento brasileiro ou são processos intrínsecos ao seu desenvolvimento” (VALENCIO, 2014, p. 109).

Por isso, as estratégias de despolitização do debate são muitas, buscando-se principalmente naturalizar a questão e difundir a ideia de que todos são responsáveis – assim, tira-se o foco de atenção sobre os verdadeiros elementos e atores que movimentam as engrenagens.

Para evitar que eclodam controvérsias públicas em que se discutam os modos de uso dos recursos ambientais, são vários os procedimentos de despolitização observáveis, entre eles: instaura-se uma desinformação sistemática sobre os projetos de desenvolvimento e seus impactos; disseminam-se técnicas de resolução de conflitos de modo a tratá-los caso a caso e dificultar o entendimento da lógica de conjunto que move o modelo de desenvolvimento; aumentam os casos de criminalização ou assédio processual contra os agentes de denúncia dos impactos indesejáveis – sejam eles representantes de movimentos sociais ou acadêmicos; desenvolve-se

uma para ciência etnocêntrica dos “impactos ambientais” que desconhece a perspectiva diferenciada dos atingidos pelos projetos de desenvolvimento; disseminam-se estratégias ditas de “não mercado”, através das quais as grandes corporações da mineração, hidreletricidade, petróleo e petroquímica ocupam funções tradicionais do Estado – correntemente abandonadas após a efetivação das reformas liberais – no fornecimento de serviços públicos como escolas e postos de saúde, neutralizando a capacidade crítica das populações locais; recorre-se a pressões pela flexibilização das normas ambientais entendidas como entraves à competição econômica; investe-se na reversão de direitos conquistados, procurando combater a cultura regulatória, alegando ser esta a fonte das ineficiências (ACSELRAD, et all. 2012, p. 167-168).

O debate sobre a desnaturalização dos desastres torna-se fundamental, portanto, para pensarmos as formas de enfrentamento desses processos, tanto pela via das lutas dos atingidos quanto pela ação via órgãos públicos. O fomento do discurso da desnaturalização dos desastres mostra-se como um dos principais desafios do momento. Ainda observa-se o uso predominante do entendimento do desastre como fenômeno natural, que acaba atingindo “pessoas teimosas” que insistem em construir em locais considerados de risco. Há, portanto, a culpabilização das vítimas e produção de Políticas de cunho criminalizador e punitivo (PEREIRA, 2017).

Para quem atua no contexto de desastre, seja como trabalhador ou pesquisador, sabe que não é raro se ouvir falas do tipo punitivo, pois o sujeito sabia que aquela área é de risco e mesmo assim quis continuar lá. Logo, na percepção dessas pessoas a tragédia serve como uma lição para esses sujeitos. No caso das inundações, alagamentos ou movimentação de massa, por exemplo, não se coloca em questão que essas pessoas não decidiram viver naquele lugar por simples vontade, mas porque “[...]o acesso legal à moradia está travado para a maioria da população e, dessa forma, está travando o desenvolvimento urbano sustentável. Nossas cidades são máquinas produtoras de irregularidades” (MARICATO, 2012, p. 94).

Essa ideia não está presente apenas a nível micro, nas pessoas ou em grupos, mas direciona a construção de Políticas Nacionais e Internacionais. Essas, por sua vez, não passaram a ser desenhadas por tal perspectiva somente na atualidade – trata-se de uma construção histórica que tem como ponto fomentador os séculos XVIII e XIX, a partir das ideias Iluministas, de centralidade do homem, de progresso, de liberdade (PEREIRA, 2017).

Esse corpo de ideias que foi sendo construído e difundido criou a oportunidade para o avanço das revoluções políticas, tendo como fortes movimentos o liberalismo e o socialismo. Os movimentos, portanto, passam a “beber” dessa fonte Iluminista, porém o que sairá como produto disso difere de uma vertente política para outra.

Ao longo da história o pensamento que foi sendo construído em termos de concepção de desenvolvimento teve no ideal Iluminista uma rica fonte. Essa interação resultou na concepção segundo a qual ao homem é atribuída uma centralidade, o controle dos processos da vida. Está então nas mãos dele a solução para a busca da riqueza, do fim da pobreza, estando ele agora “livre” para tal, “livre” para buscar o desenvolvimento – afinal, estamos falando de um momento de transição entre tipos distintos de sociedade, onde se expande a ideia de que o homem passaria a não mais depender do senhor feudal, estando agora livre para vender sua força de trabalho “para quem” e “quando quisesse”. O alcance desse objetivo, o alcance do sucesso, estará, portanto, nas mãos de cada um, ou seja, no mérito individual. Isso significa que ao cada um buscar o seu caminho, estará contribuindo para o crescimento econômico da sociedade como um todo (PEREIRA, 2017).

Esse corpo de ideias influencia ainda hoje a sociedade, manifestando-se inclusive nos momentos das crises dos desastres. As pessoas que se encontram nessa situação são consideradas como aquelas que não buscaram, não “correram atrás” da superação dessa condição, pois não cabe ao Estado esse papel. Se a família vive a situação de pobreza é porque não fez por onde superá-la. Logo, a resposta estatal tem sido cada vez mais efetivada pela via da violência, dos reassentamentos forçados, sem o mínimo de condições que garantam a preservação das redes de proteção entre familiares e vizinhança, ou até mesmo a proximidade com o local de trabalho e unidades públicas de saúde, educação, segurança, lazer, etc.

Torna-se evidente, portanto, como o pano teórico de fundo determina diretamente a concepção de como lidar com problemas concretos. Se cada um tem a liberdade de buscar a superação da pobreza, porém essa ainda persiste nos tempos de hoje, e se agrava, a culpa deve ser atribuída a essas mesmas pessoas que estão em tal situação. Logo, a escassez dos recursos naturais não é analisada pela perspectiva estrutural de inviabilidade de manutenção de um sistema de produção e consumo, como o que hoje opera mundialmente. Ao contrário, a culpa é posta na superpopulação dos países pobres, como se fossem esses os responsáveis por esse dano. Isso significa que a desigualdade também não é analisada sob essa perspectiva, ela não é vista como elemento constituinte do sistema capitalista, mas como um entrave a ele, algo a ser “combatido” (no discurso).

Em meio a esses discursos disseminados, principalmente por grupos ligados à mídia, seguem os frequentes e cada vez mais intensos desastres. Estes, porém, não atingem a todos da mesma forma. Já vimos que dependendo das condições econômicas dos sujeitos, a resposta ao desastre pode se dar de modos distintos. Os que possuem maior poder aquisitivo terão mais

facilidade em recuperar as perdas e continuar a vida. Isso se chegarem a ser atingidos já que as residências são construídas nos melhores e mais seguros espaços da cidade, o que revela a dimensão da desigualdade social historicamente construída tornando o desastre como mais uma das expressões da “questão social”.

Objetivadas no desemprego; na fome; nas múltiplas formas de violência; na falta de infraestrutura de saneamento básico; de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, hospitais, áreas de cultura, esporte e lazer; na falta de acesso a terra ou moradia digna; na insegurança ambiental e alimentar; na injustiça social e ambiental; muitas das expressões da questão social são aprofundadas em contextos de desastres. Nesse sentido, é possível afirmar que os desastres são também expressão da questão social, uma vez que tais objetivações anteriormente elencadas propiciam e aprofundam processos de vulnerabilização, notadamente em contextos de acirramento das desigualdades sociais e redução dos direitos sociais (SIQUEIRA, 2015, p. 61).

Logo, a historicidade deve ser levada em consideração como peça fundamental na análise dos processos de desastres.

Trata-se de prolongar os estudos desse campo para além do momento da “ruptura grave”, provocada por fenômenos físicos como chuvas, terremotos, movimentos de massa, dentre outros. O enfrentamento desse processo não deve se restringir ao dia do acontecimento do fenômeno natural (SIQUEIRA, 2015, p. 65).

Afinal, a intensificação das desigualdades sociais leva à construção e intensificação dos processos de desastres, como vimos. Quando pensamos, por exemplo, nas famílias que não possuem condições de adquirirem uma moradia em local seguro, em virtude do alto valor cobrado, precisamos mergulhar nessa análise buscando os elementos anteriores ao ato da compra. Não se trata simplesmente de poder comprar ou não, de decidir construir naquela área considerada de risco ou não. Trata-se de compreendermos o que a levou a ter que se submeter a tal situação. Por que ainda hoje, século XXI, tantas famílias e indivíduos são atingidos de forma tão brutal, e muitas vezes fatal, por desastres ambientais?

Características do mercado de terras, por exemplo, fazem com que as áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos etc.) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais. Essa cumulatividade de riscos socioeconômicos e ambientais implica grande desafio do ponto de vista das

políticas públicas que, na maior parte das vezes, tendem a ser compartimentalizadas segundo áreas de intervenção setorial” (TORRES, 1999, p. 70, apud VARGAS, 2006, p. 59-60).

Podemos compreender, portanto, que os processos que se dão no âmbito social, a forma desigual com que a sociedade tem se organizado, determina formas desiguais também em outras esferas. “Os indivíduos são postos em condições desiguais do ponto de vista ambiental porque são desiguais em outros planos” (VARGAS, 2006, p. 60). Portanto, há uma “associação entre ‘risco’ e ‘desigualdade’ [...]” há “diversidade social na construção do risco, assim como a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos riscos” (VARGAS, 2006, p.59). Por isso, a autora aponta a necessidade de considerar a noção de “desigualdade ambiental”.

Para além da ocorrência de desastres pelas condições e locais de moradia das famílias e indivíduos, salientamos esse fenômeno como algo muito mais amplo. O desastre não se trata apenas da movimentação de massa que soterra os imóveis e pessoas, e mata! Ou a inundação que arrasta pessoas, e mata! O desastre está também na emissão de poluentes que dificultam a respiração e causam doenças desestabilizando o cotidiano das pessoas e causando gastos com medicamentos. Ele está na poluição das águas que contaminam seres humanos e animais, assim como nas ondas de calor que estacionam em determinados locais forçando a população à migração.

As consequências ambientais do crescimento acelerado do mundo em desenvolvimento estão fadadas a ser significativas. As necessidades energéticas das duas megaeconomias, a China e a Índia, são enormes. Isso não é de surpreender, visto que os níveis de consumo per capita são baixos e as elasticidades-renda da demanda são altas.[...] O potencial negativo é óbvio, com o aumento das emissões de carbono, que poderiam transformar-se numa restrição ao crescimento. Mas há também um efeito positivo. A crescente conscientização sobre o estresse ambiental e as mudanças climáticas pode aumentar a disponibilidade de tecnologias limpas para os retardatários na industrialização. Também pode haver alguma mudança de fontes de energia que usam combustíveis fósseis para outras que reduzem as emissões de carbono (NAYYAR , 2014, p, 281-282)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A fala de Nayyar nos traz uma importante questão para ser pontuada. Na fala dele fica clara a ligação entre o aquecimento global e os impactos ambientais disso. Contudo, é preciso salientar que os desastres ambientais não devem ter como determinante unicamente o aquecimento global, caso contrário, estaríamos pondo de lado uma vasta gama de situações nas quais o desastre se materializa, porém não por esse motivo. Exemplo: despejo de materiais químicos em rios, rompimento de barragens, salinização do lençol freático.

Porém, essa afirmação não se mostra animadora hoje em dia, vide caso dos EUA em querer retornar com o uso de carvão, tentando até defender essa ideia em meio à Conferência do Clima da ONU (COP23).

O único evento oficial da delegação americana na COP 23 pretendia promover o "acesso universal aos combustíveis fósseis e à energia nuclear", tendo como oradores os executivos da Peabody Energy, uma multinacional do carvão, da NuScale Power, de engenharia nuclear, e da Tellurian, uma grande exportador de gás natural. Duas horas antes do início das discussões havia uma fila de mais de um quilômetro em frente ao local onde o evento estava programado para ocorrer, basicamente formada por jovens contrários ao ato (G1, 2017, s.p.).

Outro exemplo é um caso também recente, ocorrido no Estado de São Paulo/Brasil. Grupos realizaram um protesto distribuindo máscaras cirúrgicas nas ruas, além de colocá-las em estátuas públicas. O intuito foi chamar a atenção para um Projeto de Lei que estava tramitando na Câmara Municipal.

A ação, promovida pelas organizações Greenpeace, Minha Sampa e Cidade dos Sonhos, teve o objetivo de protestar contra o Projeto de Lei 300/2017, já chamado de "PL da Poluição", de autoria do vereador e presidente da Câmara Municipal, Milton Leite (DEM). O PL propõe adiar por 20 anos o prazo para que as empresas de ônibus da cidade adotem combustíveis limpos em sua frota. A proposta pretende alterar a Lei 14.933/2009, que determina que toda frota municipal de ônibus deve ser 100% abastecida por combustíveis renováveis a partir de 2018. Segundo a lei, a transição já deveria ter se iniciado ao ritmo de 10% ao ano. Entretanto, essa obrigação foi ignorada pelas empresas de transporte e pela própria prefeitura. Estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade afirma que a poluição no estado de São Paulo mata mais que o trânsito – são aproximadamente 11 mil mortes precoces por ano, uma média de 31 mortes por dia em 2015. No mesmo ano, os acidentes de trânsito vitimaram 7.867 pessoas (RBA, 2017, s.p.).

O PL foi aprovado em segunda discussão, na sessão extraordinária 96, legislatura 17, em 12/12/2017<sup>15</sup>. Esse caso nos traz vários elementos interessantes para discussão. Um deles se refere ao fato da poluição do ar não estar presente na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Não aparece na categoria dos Desastres Naturais, mas também não entra na categoria dos Desastres Tecnológicos, como o derramamento de produtos químicos em sistemas de abastecimento de água. Só aqui já temos uma contradição, pois por

---

<sup>15</sup> A tramitação pode ser conferida neste link: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.bin/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=proje&form=A&nextAction=search&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&exprSearch=P=PL3002017>.

mais que a poluição do ar ainda não seja considerada pela COBRADE, ela entra no processo de produção das chuvas ácidas que acabam no final contaminando, por exemplo, solo e água.

Em dezembro de 2016, em Beijing (China), um movimento para categorização da poluição do ar foi iniciado, porém sofreu dificuldade em se efetivar. A intenção foi de categorizá-lo como um Desastre Meteorológico, objetivando, a partir do seu reconhecimento por parte da legislação, a tomada de ação do governo. Entretanto, os “estudiosos disseram que a listagem do *smog* como desastre meteorológico causaria confusão e daria aos poluidores um pretexto para evadir responsabilidades” (AGÊNCIA XINHUA, 2016, s.p.).

Isso chama a atenção para a necessidade de se pressionar o debate sobre os Desastres como socialmente construídos, dentro das instâncias responsáveis tanto pelo poder legislativo, quanto executivo e judiciário.

Outro elemento interessante para discussão, trata-se de como fica claro na situação mencionada o tipo de desastre que o *modus operandi* da empresa de transporte tem gerado. Como a vida de toda a população está sendo posta em risco todos os dias, sejam ricos ou pobres, afinal, esse tipo de desastre realmente afeta a todos – ele não está ligado à construção de residência em área de risco. Ele se dá por meio da contaminação do ar para o qual não há barreiras.

Mas, será que mesmo nesse tipo de desastre as pessoas em situação mais vulnerável não sofreriam mais suas consequências? Entendemos que sim, afinal, as condições que as classes sociais possuem para lidar com as consequências desse contexto são distintas. O atendimento que o mais pobre terá no hospital público é diferente do que o mais rico terá no particular; as condições para aquisição de medicamentos e alimentação necessários para recuperação também são bem diferentes; as pessoas das classes mais altas possuem maiores condições de ficarem no repouso, se recuperando por dias, meses se precisar – afinal, a família possui as reservas econômicas necessárias para o sustento, o que não se dá com as famílias mais pobres. Enfim, poderíamos tecer uma lista de situações exemplos.

Um terceiro elemento desse exemplo expõe como as empresas facilmente e impunemente descumprem os acordos oficialmente estabelecidos, no que diz respeito às suas responsabilidades no processo de redução dos desastres. Nesse caso é claro como a atuação do Estado apresenta-se como fundamental para criar as saídas necessárias para as empresas.

O desenvolvimento capitalista chegou a um nível que a construção de processos de desastres não tem se restringido a determinados locais. A partir da globalização todo o mundo passa a viver debaixo da racionalidade capitalista, algumas regiões com mais intensidade, outras com menos. Toda a lógica capitalista de ser que vimos até aqui contribui decisivamente

para a intensificação dos processos de desastres. Identificamos que essa influência exercida se estabelece em diversos aspectos da vida cotidiana: na super exploração e esgotamento dos recursos naturais; na super produção somada a obsolescência programada que desembocará nos amontoados de lixo; na lógica desenfreada pela busca do lucro mesmo que a natureza pague o preço, como nos casos de poluição dos rios ou do ar, os desmatamentos, ou até mesmo que vidas humanas sejam ceifadas; nas orientações neoliberais de flexibilização das relações de trabalho, além da seletividade, focalização e Estado mínimo que produz frágeis políticas intencionalmente, impedindo, assim, que haja verdadeira superação das desigualdades sociais.

É perceptível que tais orientações neoliberais têm levado à construção e potencialização de desigualdades sociais, e consequente estabelecimento de famílias e indivíduos em áreas denominadas de risco, ou desprovidos de modo geral das condições necessárias para o enfrentamento das consequências dos processos de desastres.

Para além, portanto, do estabelecimento das classes economicamente mais vulneráveis nessas condições, a lógica de desenvolvimento capitalista tem colocado a população mundial em um contexto de desastre ambiental, visto que questões ligadas a aquecimento global e poluição afetam a todos. É evidente que quem possui maior poder aquisitivo consequentemente também possui maiores condições de enfrentarem esses processos, podendo mudar de país para outro, por exemplo. Entretanto, à medida que o avanço da lógica predatória de desenvolvimento intensifica-se e alcança todo o globo, essas saídas tornam-se cada vez mais escassas.

Os cientistas já alertam para consequências da elevação do nível do mar em decorrência do aquecimento global. Assim, os movimentos migratórios já foram previstos.

Na Índia, 2,3 milhões de pessoas estão sob a ameaça de, no futuro, ter de se deslocar por causa da devastação provocada por catástrofes naturais. Na China, o número estimado pela agência da ONU é de 1,3 milhão. O gigante oriental é seguido por Bangladesh (1,2 milhão), Vietnã (1 milhão), Filipinas (720 mil), Mianmar (570 mil), Paquistão (460 mil), Indonésia (380 mil), Rússia (250 mil) e Estados Unidos (230 mil) (ONUBR, 2017, s.p.).

Colocamos, portanto, o questionamento de até que ponto será possível migrar para outras partes do planeta, visto que o cenário que é projetado para daqui a 100 anos é de um

aquecimento de todo o globo, com intensificação dos desastres, principalmente tempestades e furacões (IPCC, 2013; NATIONAL GEOGRAPHIC<sup>16</sup>, 2014).

Nos últimos dois meses (junho e julho de 2018) ondas extremas de calor alcançaram países conhecidos pelas suas baixíssimas temperaturas.

A onda de calor na Sibéria provocou problemas sérios aos habitantes da região, segundo a Organização Mundial de Meteorologia (OMM). Diferentes localidades registraram, repetidamente, temperaturas de 40 graus ao longo do mês de junho. Ocorreram grandes incêndios, houve pane de energia elétrica, falhas nos transportes e outros serviços públicos e mortes por afogamento de pessoas que se atiraram à água para fugir do calor. A fumaça dos incêndios atingiu até o Canadá e os Estados Unidos, segundo Copérnico, o sistema de monitoramento por satélite da Agência Espacial Europeia e a Nasa (RODELLA, 2018, s.p.).

Feitas essas observações podemos adentrar na problematização da reflexão que Constantino (2016) expôs em seu artigo. O autor coloca que o que mata não são os desastres, mas sim a pobreza. Na visão dele

qualquer desastre natural hoje é visto como resultado certo do aquecimento global e, portanto, do capitalismo. O furacão Katrina, que devastou Nova Orleans, foi um exemplo claro disso. Como será que essa gente iria reagir aos desastres do passado, quando ninguém falava em aquecimento global? Em termos de força, o pior furacão se deu em 1935, seguido pelo Camille, em 1969. O Andrew, de 1992, vem depois, mas logo em seguida temos um em 1919 e outro em 1928. As enchentes chinesas matam milhares de pessoas desde o século XIX. Seria culpa do “aquecimento global” também? A histeria parece ter tomado conta de todos atualmente, levando a concluir que qualquer catástrofe natural tem a mão do homem, através das indústrias. Furacões, inclusive mais intensos, sempre nos acompanharam, mas eis que agora o homem é seu causador![...] Ou seja, enquanto os ecoterroristas preferem culpar a indústria e, portanto, o capitalismo pelos desastres, eis a dura realidade: é o capitalismo que salva essas vidas todas! São nos lugares sem progresso capitalista que vemos mais mortes. Eles morrem justamente pela pobreza, pela falta de infraestrutura, pela ausência de equipamentos modernos que podem antecipar o desastre e alertar a população. (CONSTANTINO, 2016, s.p.)

Consideramos relevante trazer a visão desse autor para este trabalho, pois demonstra nitidamente a racionalidade que impera em muitos campos de conhecimento, mas se opõe radicalmente a outros campos como o da Sociologia dos Desastres – o qual orienta este trabalho. Realmente pelos dados sobre a ocorrência de desastres e seus impactos constatamos

---

<sup>16</sup> Organização global sem fins lucrativos que promove projetos de pesquisa e preservação do ambiente ([www.nationalgeographic.com](http://www.nationalgeographic.com)).

que os países mais pobres possuem o maior número de vítimas fatais. Isso ocorre devido a diversos fatores como “lugares cuja exposição ao desastre é exacerbada pela pobreza, falta de sistemas de aviso prévio, má governança de riscos e ausência dos mecanismos de proteção civil que, nos países de alta renda, são garantidos” (UNISDR; CRED, 2016, p. 03, tradução da autora). O relatório intitulado “Poverty and Death: Disaster Mortality 1996-2015”, divulgado pelas Nações Unidas em 2016, afirma que

Dos 1,35 milhão de pessoas mortas por desastres naturais nos últimos 20 anos, mais da metade morreu em terremotos com o restante, devido a riscos relacionados ao clima. A esmagadora maioria dessas mortes ocorreu em países de baixa e média renda. Os países mais pobres pagaram o preço mais alto em termos de números de mortos por desastre e por 100.000 habitantes (UNISDR; CRED, 2016, p. 05, tradução da autora).

Os relatórios da ONU não demonstram apenas que os países mais pobres são os que mais sofrem, mas que além dos processos de desastres causarem mais danos nesses países, eles ainda intensificam as expressões da questão social, aumentando o número de pessoas extremamente pobres, por exemplo. O secretário geral da ONU António Guterres fez um discurso no Dia Internacional para a Redução de Desastres, ressaltando que “uma média de 24 milhões de pessoas são empurradas para a pobreza, a cada ano, pelos desastres” [...] Pobreza, urbanização acelerada, governança frágil, a deterioração dos ecossistemas e as mudanças climáticas estão acentuando o risco de desastres” (ONUBR, 2017, s.p.).

Na ocasião o representante especial do secretário-geral da ONU, Robert Glasser, afirmou que “à exceção das mortes e dos graves ferimentos (verificados) em situação de desastre, não há golpe mais esmagador do que a perda do lar, que é frequentemente o local de trabalho em muitos dos países mais afetados” (Ibid.).

Todavia, questionamos por que existe essa pobreza? Por que as pessoas se encontram nessa situação. Trata-se, portanto, de se fazer uma leitura mais aprofundada do real buscando as raízes desse fenômeno – analisar sob uma perspectiva ontológica. Discordamos veementemente com a visão de Constantino sobre ser o capitalismo aquele que salva vidas, como aquele que leva a solução para a pobreza e não o causador da dela.

A visão do autor se destoa da deste trabalho, pois considera o capitalismo enquanto aquele que precisa estar presente nos países pobres a fim de que esses consigam superar tal condição e não como aquele que produz a riqueza, mas ao mesmo tempo a pobreza. O autor não reconhece que esses países são pobres exatamente porque o capitalismo se faz presente, mas de maneira específica. Ele não considera a historicidade da pobreza e, assim, sua

argumentação não dá conta de compreender que para o sistema capitalista se manter é preciso que haja os miseráveis. O próprio padrão tecnológico imposto pelo capitalismo contribui para a criação da chamada massa “estrutural” de miseráveis, formando os amontoados humanos denominados por Haesbaert (2008) como aglomerados de exclusão. Pode não ser esse o ideal liberal clássico, porém foi no que o capitalismo se tornou.

Os argumentos aqui postos sobre o fracasso do ideal de progresso capitalista podem tentar ser refutados por alguns a partir de números que demonstrem o aumento do PIB. Entretanto, é preciso salientar que crescimento econômico não equivale, para nós, a desenvolvimento.

Há uma relação triangular entre crescimento, desigualdade e pobreza. O grau em que o crescimento econômico, seja qual for a sua taxa, traduz-se em redução da pobreza depende do que acontece com a desigualdade econômica. Quando não há mudança nessa desigualdade, os incrementos de produção ou renda acumulam-se em diferentes segmentos ou quantis da população, exatamente na mesma proporção da distribuição inicial da renda. Assim, uma proporção muito maior do aumento da renda acumula-se entre os ricos, que são uma parcela relativamente pequena da população, enquanto uma proporção muito menor desse aumento vai para os pobres, que são uma parcela relativamente grande da população. Daí decorre que o crescimento econômico traduz-se numa redução da pobreza que não chega a ser proporcional. (NAYYAR, p. 257)

Isso significa que muitos podem ser os discursos políticos que tentam demonstrar como conquistaram o aumento do crescimento econômico em seus países, no entanto, a tradução disso para a melhora na qualidade de vida da população em situação mais vulnerável é algo bem mais difícil. Nesse sentido, não é a presença desse sistema que construirá os caminhos para a prevenção dos riscos e desastres. É a presença desse sistema que fomenta esses fenômenos a partir das suas características já pontuadas aqui: sua lógica predatória, a busca incessante pelo lucro, a descartabilidade do ser humano, a primazia da lógica de mercado, a produção de riqueza a partir da exploração desenfreada dos recursos naturais limitados.

Podemos afirmar, portanto, que “é o próprio modelo de desenvolvimento que cria novas ou aumenta as vulnerabilidades existentes que deveria, por definição, diminuir” (MARCHEZINI, SARTORI, GONÇALVES, 2017, p. 205).

Quando falamos, por exemplo, em Políticas de enfrentamento das desigualdades sociais, precisamos refletir criticamente se são as pessoas vulneráveis ou a fragilidade das

Políticas (por motivo da própria lógica sistêmica) é que fomenta a produção das desigualdades.

A população latino-americana abaixo da linha de pobreza evoluiu sucessivamente de 41% do total em 1980 (136 milhões de pessoas) para 43% em 2000 (207 milhões); e em 2003 ela já alcançava 44% (237 milhões). Já o índice de população indigente crescia de 19% em 2001 para 20% em 2003. Esse número teve forte influência da Argentina, onde a taxa de pobreza quase duplicou de 1999 a 2003 (de 20% para 42%) e a indigência quase quadruplicou (de 5% para 19%) (DUPAS, 2007, p. 82).

A busca pelo lucro é incessante e voraz. É possível, portanto, que todos os países se desenvolvam e alcancem um mesmo patamar? Por dentro da atual lógica capitalista não! “As promessas de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento dos países periféricos, propagadas nos fóruns internacionais, não têm condições objetivas de efetividade frente aos interesses do capital em sua ação mundializada” (SILVA, 2003, p. 56).

Sendo assim, falando de maneira bem simples, os que se encontram em situação mais vulnerável continuarão existindo para sustentar o modo de vida dos mais desenvolvidos<sup>17</sup>, por isso, os menos desenvolvidos continuarão sofrendo mais com os processos de desastres - daí a importância em se fomentar o debate sobre a desnaturalização do desastre!

Apresenta-se no século XXI o ataque ao meio ambiente como uma das ameaças mais graves à humanidade, fruto da lógica de produção atual (DUPAS, 2007). O autor coloca que o aumento da população mundial nos próximos anos já é sabido, contudo para que todos consigam viver o padrão médio de vida do europeu ou norte americano, estima-se que será necessário se ter mais três planetas. Somado a isso, se intensificam as emissões de gases causadores do aquecimento global e a degradação das florestas.

O fato é que o envolvimento das corporações com os danos ambientais tornou-se mais problemático pela assunção plena, por parte das empresas, da definição dos vetores tecnológicos, ocorrida a partir da segunda metade do século XX; isso foi consequência da liberdade quase absoluta que as corporações assumiram pela escolha e criação dos produtos ou serviços que deverão ser transformados em objetos de desejo dos consumidores para manter viva a lógica da acumulação, essencial à produção de riqueza no capitalismo (Ibid. p. 86).

---

<sup>17</sup> Pelo menos até que uma revolução aconteça ou que o planeta seja completamente destruído, junto com nossa espécie.

Diversas são as tentativas de construção e implementação de projetos - como o ecodesenvolvimento<sup>18</sup> - voltados a um modelo de desenvolvimento que prime pela preservação do ambiente, incluído nele o ser humano. Caminham juntas a essas tentativas a construção de acordos internacionais, protocolos e realização de Conferências, todos voltados para assegurar alguma forma de “freio” ao modelo de desenvolvimento capitalista ora vigente.

Em meio a essas buscas o mundo continua em seu processo de desastre. A população sofre

com os efeitos catastróficos da degradação do meio ambiente natural e construído: os países de economia periférica aumentaram o seu endividamento financeiro com as agências internacionais (FMI, BID, Banco Mundial); as taxas de desemprego aumentaram praticamente em quase todos os países do mundo; a fome cresceu nos países do Sul, na África e Ásia; o agravamento da pobreza tornou-se irreversível; o problema da escassez de água aparecia em várias partes do globo terrestre; o chamado efeito estufa aumentava excessivamente o aquecimento do planeta; a população mundial produzia bilhões de toneladas de lixo provocado pelo consumo excessivo; o descuido com o humano e com o meio ambiente produziu acidentes como o de Chernobil; o acidente com o Césio-137 em Goiás (SILVA, 2003, p. 46).

Os movimentos pela busca de um caminho alternativo têm se ampliado, entretanto, assumir esses projetos significa entrar em um jogo de forças contra o mercado, daí, ao nosso ver, a dificuldade em se efetivar um modelo de desenvolvimento diferente do que hoje impera, já que todo o globo está subordinado à lógica do mercado, aos seus ditames, todo ele tornou-se dependente desse mercado. É como se não soubéssemos mais caminhar de outra forma, fora dele – como se desvencilhar de tal imperativo?

Os acordos multilaterais sobre Meio Ambiente no que se referem ao combate à pobreza, à transferência de tecnologia e da redução dos níveis de poluição nos países centrais foram completamente ignorados, pois a resolução destes problemas remete necessariamente, à extinção do modelo de desenvolvimento predatório hegemônico.[...] A lógica societária descamba para um mundo, cada vez mais, degradado, pauperizado, estranhado, espoliado, no qual a liberdade humana é solapada pelos acordos ambientais subservientes às regras do jogo da ordem vigente, das regras da OMC, FMI, do Banco Mundial e do unilateralismo americano. (SILVA, 2003, p. 53-54).

Por tudo que foi refletido aqui, possuímos condições de compreender o motivo de os desastres não serem considerados por nós como naturais, mas socialmente construídos. Sabemos que para garantir sua manutenção o sistema não pode abrir mão do campo ideológico, do campo do conhecimento, da construção de paradigmas. Logo, assim como o

---

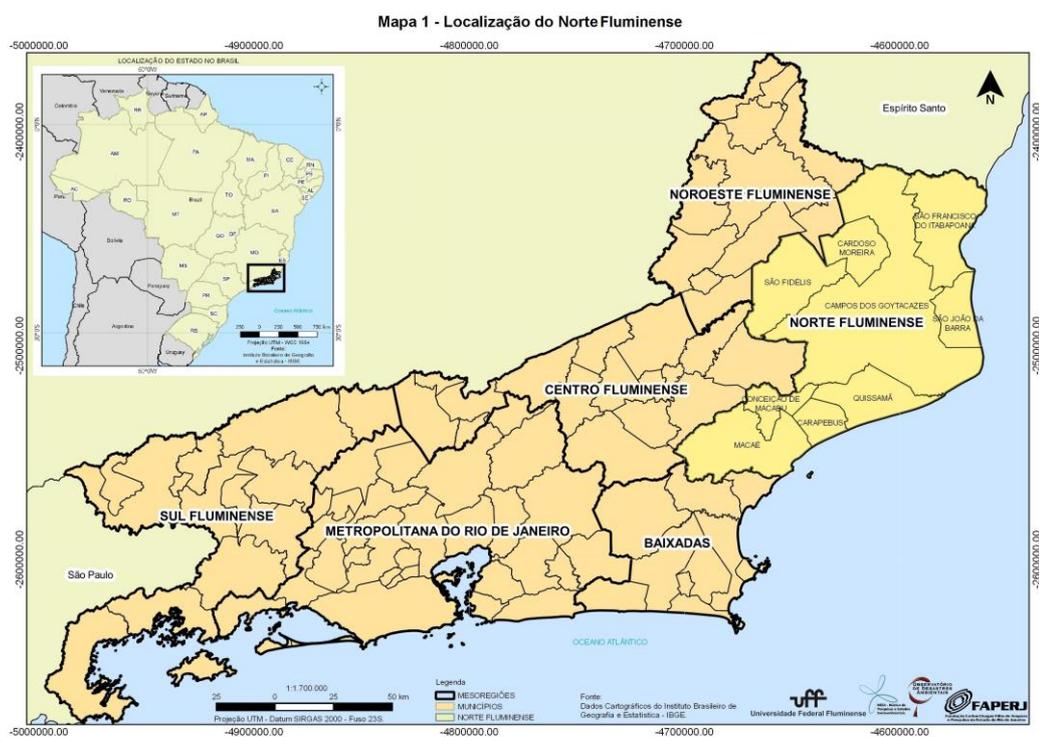
<sup>18</sup> SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

debate sobre as causas da pobreza e das desigualdades sociais permanece até hoje em disputa entre os campos de conhecimento, assim também o é em relação ao desastre ambiental ser um processo ou não, e em relação a ele ser natural ou socialmente construído.

### 3. O NORTE FLUMINENSE DO SÉCULO XVI ATÉ HOJE: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA CAPITALISTA NA CONSTRUÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE DESASTRES AMBIENTAIS.

Conforme ilustrado no mapa abaixo, o Norte Fluminense compreende os municípios de Carapebus, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra.

Mapa 1 – Localização da região Norte Fluminense.



Segundo o IBGE a região possuía, em 2017, uma expectativa de 922.564 mil habitantes. Sua área total é de 9.730Km<sup>2</sup> e a maior parte da população em 2010 concentrou-se em Campos dos Goytacazes (463.731) (IBGE CIDADES). A tabela abaixo expõe um panorama socioeconômico da região.

Tabela 1 – Panorama socioeconômico do Norte Fluminense.

Municípios	População estimada – [2017]*	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]*	População com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa[2016]*	Grau de dependência de transferências e royalties [2016]**
Cardoso Moreira	12.519	1,9 S.M.	39,50%	69%
Campos dos Goytacazes	490.288	2,5 S.M.	37,70%	41%
Carapebus	15.568	2,1 S.M.	36,30%	94%
Conceição de Macabú	22.461	1,7 S.M.	35,40%	77%
Macaé	244.139	6,6 S.M.	31,50%	45%
Quissamã	23.535	2,8 S.M.	37,90%	91%
São Francisco de Itabapoana	41.191	1,7 S.M.	44,80%	91%
São Fidélis	37.689	1,7 S.M.	35,10%	80%
São João da Barra	35.174	3,2 S.M.	38%	76%

Fonte: \*IBGE Cidades<sup>19</sup>. \*\* Rio de Janeiro (2017). Quadro elaborado pela autora.

Os dados revelam que os trabalhadores formais da maioria dos municípios da região recebem em média de 1,7 a 2,8 salários mínimos, o que representa uma baixa faixa salarial visto ser o Norte Fluminense um dos maiores produtores de Petróleo e Gás do Brasil. Em relação à população com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, por exemplo, a região possui a média de 37% da população nessa situação. É possível também identificar que em 2016, dos 9 municípios da região, 7 possuíam mais de 69% de grau de dependência financeira em relação à transferência de *royalties*, chegando alguns a alcançar mais de 90%. Isso aponta para um grave problema que tem marcado os municípios petrorrentistas (CRUZ, et all. 2016), na medida em que seu sustento em grande parte não se dá por produção de receita própria, mas por fonte de renda externa.

O Norte Fluminense é considerado um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que representa uma das principais “regiões brasileiras detentoras de maior potencial de desenvolvimento, em função da economia petrolífera”, a região também se encontra entre os piores indicadores de desenvolvimento humano e social “em termos de pobreza, indigência e exclusão social, às voltas com um mercado de trabalho, ainda, predominantemente restrito e precário. Em suma, tal paradoxo expressa-se na combinação de pobreza e

<sup>19</sup> Link de acesso ao site: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

subdesenvolvimento com recursos territoriais e financeiros fantásticos” (CRUZ, 2004a, p. 23).

O estudo sobre tal realidade acaba por entrelaçar-se com o estudo da própria “formação econômica do Brasil, uma vez que essa região foi uma das primeiras em que se desenvolveram atividades econômicas, desde o limiar do processo de colonização do país” (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 27). Muito do que já tratamos no capítulo 1, portanto, contribuirá para compreendermos a formação da Região Norte Fluminense e suas especificidades até os dias atuais.

### **3.1. As marcas predatórias do “desenvolvimento” na Região Norte Fluminense: uma reflexão a partir da formação socioterritorial e da exploração econômica.**

Nesta seção faremos uma análise ilustrada por desastres ambientais que ocorrem no Norte Fluminense, em articulação com o debate sobre os projetos de desenvolvimento que vigoraram e ainda persistem na região.

É válido destacar que como não há estudos de mesmo porte similares a este trabalho, relacionado ao recorte do objeto, não se pretendeu aqui realizar um inventário de todos os desastres da região, mas identificar quais são as ocorrências mais impactantes e frequentes.

Desde a chegada ao Brasil da primeira expedição exploradora vinda de Portugal (1501), a corte tratou de criar estratégias que garantissem a posse das extensas terras, a partir principalmente da instalação de feitorias que se moviam pelo litoral de acordo com o processo de exploração e esgotamento da madeira (SILVA; CARVALHO, 2004) – movimento este já apontado no capítulo 2 como uma prática altamente predatória baseada na lógica de exploração ao máximo.

Entretanto, a extração do pau-brasil não possibilitou a efetiva ocupação das terras recém descobertas, tendo em vista o caráter predatório que assumira, bem como o fato de tal atividade ter se sustentado grandemente na mão-de-obra nativa, os silvícolas. Somado a isso, a coroa portuguesa via as novas possessões ameaçadas pelas constantes invasões dos corsários franceses que contrabandeavam o pau-brasil, aproveitando-se das facilidades proporcionadas pela extensa costa brasileira e pelo apoio recebido de algumas comunidades indígenas que, não raro, uniam-se aos franceses e holandeses em guerra contra os portugueses (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 30) .

Vimos que com a dificuldade de se efetivar a colonização portuguesa, a coroa, a partir da estratégia do sistema de capitanias hereditárias, ofereceu vantagens para aqueles que

quisessem se arriscar nos empreendimentos de colonização. “Dentre as quinze capitanias criadas estava a de São Tomé, que compreendia o atual Estado do Rio de Janeiro” (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 31). Ao norte dessa capitania temos o que hoje se configura como Norte Fluminense.

No solo Norte Fluminense, o donatário plantou as primeiras mudas de cana-de-açúcar, construiu engenhos movidos a água [...] Visto que a mão-de-obra indígena mostrara-se insatisfatória, tratou de importar escravos negros africanos, os primeiros da região. (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 32)

Além da produção agro açucareira outras atividades econômicas, como a pecuária de corte e de leite e a produção de café, foram marcantes para a formação socioeconômica da região entre início do século XVI e meados do século XX (Ibid.).

Em 1632 introduziu-se a criação de bovino, em currais que se expandiram a ponto de serem arrendados para comerciantes – nesse momento efetiva-se o processo de colonização que dará origem em 1677 à Vila São Salvador, o agora município de Campos dos Goytacazes (SILVA; CARVALHO, 2004).

Identifica-se, assim, que a economia do Norte Fluminense, desde sua origem, se deu baseada em atividades que possuíam a posse de grandes extensões de terras como elemento primordial. Todavia, eram atividades que promoviam um alto nível de degradação ambiental em virtude da necessidade de desmatamento, além da drenagem de lagos e brejos, como veremos adiante. Além disso, essas terras eram restritas a um pequeno grupo, produzindo uma alta concentração da riqueza nas mãos de poucos, deixando a maior parte da população subjugada aos ditames dessa elite local.

Destacamos aqui o município de Campos dos Goytacazes, pois tratar da formação da economia do Norte Fluminense é também falar em grande parte de Campos dos Goytacazes, afinal, sua extensão territorial compreendia quase toda região à época. Além disso, foi um distrito do Rio de Janeiro com papel relevante na dinâmica econômica da região – foi por muitos anos o principal centro dinâmico. Tal importância

pode ser medida pelo expressivo número de engenhos que possuía à época e a conseqüente produção de açúcar; pelo considerável número de escravos necessários à produção; bem como pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de subsistência, que tomariam impulso no final do século XVIII e início do século XIX em função do crescimento da demanda de outras regiões, em especial do Rio de Janeiro. Já nesse período, Campos dos Goytacazes despontara como centro econômico da região, em função de sua expressiva produção açucareira, da concentração dos fluxos comerciais da região e de sua vasta extensão territorial (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 39).

No século XVIII a Europa entra em uma fase diferenciada da sua história: revolução industrial, crescimento populacional, expansão do mercado e aumento do consumo. Tal contexto fez aumentar a demanda pelos produtos das colônias. (Ibid.)

O crescente aumento da produção de açúcar associado à economia cafeeira do atual Noroeste Fluminense contribuíram, de forma decisiva, para a definição do primeiro ciclo de crescimento econômico do Norte Fluminense em moldes, ainda, pré-capitalistas (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 47).

Os engenhos de Campos dos Goytacazes chegaram a produzir até mais que os da capital (PARANHOS, 2006).

As primeiras usinas surgiram na região no final do século XIX. Possuíam máquinas mais modernas e a produção se tornou em larga escala. Muito dessa nova estrutura que estava sendo construída deve-se ao aumento da demanda por produtos, visto que a corte se instalou no Rio de Janeiro, a população aumentou e foi proclamada a independência do Brasil (Ibid.).

Os engenhos, porém, que não possuíam grandes recursos financeiros para compra e instalação de maquinaria, bem como compra de mais escravos, estariam fadados a fecharem. (SILVA; CARVALHO, 2004).

Em meio às idiossincrasias que caracterizaram a introdução do modo capitalista de produção no Norte Fluminense, que se seguiu à utilização das máquinas a vapor e inovações tecnológicas nos engenhos, surgiram os barões do açúcar: aristocracia rural detentora de suntuosas mansões, denominadas de solares, cujo poder econômico fundamentava-se na tríade terras, escravos e engenhos. A peculiaridade dos barões do açúcar é que, além de importante ascensão econômica obtida em decorrência da acumulação ampliada do capital, fruto, entre outros fatores, da industrialização dos engenhos, os mesmos tiveram ainda, intensa participação na administração pública, influenciando, sobremaneira, a evolução social, econômica e política da planície norte-fluminense, em especial, a partir da segunda metade do século XIX (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 43).

Os autores citam que a influência desses barões na vida política favoreceu a intervenção deles na infra-estrutura urbana com recursos próprios. Isso indica que as alterações realizadas certamente não foram ao acaso, mas para favorecer seus negócios, o que implicou em profundas transformações no ambiente, direcionadas por uma lógica mercantil.

No século XIX Campos dos Goytacazes alcança seu auge de produção, passando a ser uma das regiões com mais escravos do Brasil – é esse o “momento do surgimento dos ‘barões

do açúcar' em todo o Norte Fluminense, ensejando a dominação política, econômica e social por parte dessa elite açucareira, que começa a se instalar em suntuosas mansões” (Ibid. p. 04).

Com o advento do vapor como força motriz

não restou outra alternativa aos grandes latifundiários senão aderirem à mesma para o avanço de seus negócios. Assim é que os grandes senhores de engenhos de Campos, de São Fidélis, de Macaé e até mesmo os poucos de São João da Barra procuram aplicar recursos em seus estabelecimentos, com a finalidade de ampliá-los e aperfeiçoá-los, tendo alguns deles recebido, em contrapartida, títulos nobiliárquicos concedidos pelo governo imperial, considerando-se o serviço que prestavam à economia nacional. (PARANHOS, 2006, p.04)

Será no século XIX, portanto, o marco histórico do início das relações capitalistas industriais na região norte fluminense

e a utilização da força de trabalho escravo deveria ser fundamental para a manutenção do sistema. A mecanização dos engenhos, aliada ao advento de mais modernos e eficazes meios de transporte, provocaria profundas transformações na agroindústria do açúcar a partir de 1875, dando demonstrações inequívocas da entrada definitiva do capitalismo industrial na produção açucareira. Atestam isso a evolução dos engenhos para os engenhos centrais e destes para as usinas, com tecnologia mais avançada e necessitando de força de trabalho especializado, o que viria a ser encontrada, inclusive, na entrada de algum contingente de imigrantes na região.[...] a década de 1870 é o momento áureo da produção açucareira do norte fluminense, gerado pela acumulação de capitais originários dos engenhos a vapor que, com o aumento do consumo interno e do crescimento da população e sua renda per capita, concentrou, de forma abundante, os recursos financeiros nas mãos dos já abastados senhores de engenho da região.(PARANHOS, 2007, p. 86)

Segundo o autor, essa época foi marcada pelo enfraquecimento dos pequenos e médios produtores em decorrência do surgimento dos engenhos centrais e usinas. Tal processo levou a cada vez mais concentração da riqueza nas mãos de pequenos grupos de fazendeiros e empresários.

Com o avanço do modo capitalista de produção pelo mundo, baseado na economia de mercado, ao final do século XIX o Brasil, nele a região Norte Fluminense, não conseguia mais manter a mesma estrutura socioeconômica. O resultado das pressões por parte internacional, como também de movimentos e resistências internos, levou à abolição da escravidão em 1888 (SILVA; CARVALHO, 2004).

Iniciava-se então o período de menor dinamismo econômico da região. Os autores apontam quatro fatores: fim do trabalho escravo, desagregação do espaço territorial,

fortalecimento do ciclo do café e a perda da competitividade da agroindústria frente à produção de São Paulo. O fim do trabalho escravo impactou de modo decisivo a economia regional, visto que era esse perfil de trabalho que consolidou a expansão do sistema na região, pois possibilitou a acumulação de capital já que não era pago o salário – ademais, o tráfico de escravos tornou-se uma vantajosa fonte de lucro (Ibid.).

Além disso, o fim do trabalho escravo também impactou o que os autores chamaram de setor de subsistência, chegando a ponto de a região importar carne (Ibid.). A alta lucratividade do setor agroindustrial já era um fator que contribuía para esse impacto negativo, pois a atividade açucareira era posta em primeiro lugar. Com o fim da escravidão, o setor de subsistência sofreu ainda mais. Com isso, a

concentração das atividades produtivas no setor açucareiro, tendo em vista a desarticulação do setor de subsistência, criou uma estrutura econômica e social desequilibrada e perversa, em que prevaleceu a forte concentração de renda e a continuidade de oligarquias locais de um lado e, de outro, a proletarianização da mão de obra e o surgimento de populações periféricas (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 62).

Segundo os autores, as pequenas e médias propriedades, bem como grande parte da população, estavam engajadas no setor de subsistência. Com o declínio dele a concentração de renda ampliou-se “de modo a permitir à região condições minimamente satisfatórias para o seu ingresso, de forma competitiva no capitalismo industrial que afluía no país” (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 56).

Houve também bastante dificuldade para a formação do mercado de trabalho na região.

Do ponto de vista do empregador, os salários ofertados sempre foram muito próximos ao mínimo da subsistência. Do ponto de vista do empregado, prevalecia o preconceito contra o trabalho que se somava ao desestímulo, frente às baixas remunerações e à falta de qualificação do trabalhador (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 56).

Além desses fatores, a região também passou por dificuldades na diversificação do parque industrial. Os motivos foram:

O precário fornecimento de energia elétrica, que desestimulava a utilização de maquinaria mais moderna; a elevada concentração de renda, que contribuía para a restrição do consumo e a consequente expansão do mercado; baixos índices de poupança agregada; baixa qualificação da mão

de obra e capacidade empresarial limitada. (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 60).

Apesar do declínio da economia do Norte Fluminense no final do século XIX, a entrada do século XX ficou marcada pelo avanço da indústria sucroalcooleira (Ibid.). De acordo com os autores, essa nova relação de produção de base capitalista contribuirá para os processos de exclusão e concentração de renda.

Todavia, com a crise de 1929, a produção do Norte Fluminense é afetada pela baixa do consumo mundial. Somado a isso, os produtores do Norte Fluminense começaram a sofrer com a competitividade de produtores de outras regiões, principalmente os do Nordeste e de São Paulo – o desfecho acabou sendo a venda de muitas usinas (SILVA; CARVALHO, 2004).

À medida que as cidades do Norte Fluminense começam a crescer, suas contradições ganham mais visibilidade, materializadas, por exemplo, nos diferentes perfis de qualidade das construções, bem como nas diferentes áreas destinadas a elas – umas mais ambientalmente seguras que outras. Os problemas de ordem sanitária eram a marca em toda região, sendo intensificados pelos constantes processos de desastres (como inundações), ou até mesmo pelas próprias estratégias utilizadas para enfrentar esses fenômenos (como as obras de drenagem de lagoas e abertura de canais<sup>20</sup>). Nos momentos de inundação, por exemplo, as localidades sem sistema de esgoto eram fortemente afetadas, visto que a água contaminada invadia as residências, acumulando nas áreas baixas.

As reformas urbanas, entretanto, não passavam por um viés político de proteção social às famílias e indivíduos (incluindo aqui grande parte dos trabalhadores) que, não tendo onde morar, apenas conseguiam construir ou alugar precários casebres, grande parte em áreas consideradas com risco de inundações ou alagamentos.

Segundo Faria (2005), pela sua importância<sup>21</sup> para a região Norte Fluminense e para o Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes passa a ser marcada no século XIX pelo processo de modernização brasileira, tendo como elemento catalisador o surgimento de “projetos urbanísticos”, como o do engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito, já no século início do XX.

A abolição da escravidão e a instauração da República são os marcos históricos deste período, que irão impor um processo de transição

---

<sup>20</sup> Abordaremos essa questão mais detalhadamente à frente.

<sup>21</sup> A cidade foi visitada duas vezes pelo Presidente Getúlio Vargas (FARIA, 2000).

importante ao país, onde as estruturas arcaicas e coloniais, de caráter aristocrático e escravista, ainda existentes, começam a dar lugar ao “moderno” e ao “novo”. Neste transcurso em que o “atraso e o tradicional se incompatibilizam com o moderno”, os principais centros urbanos passam por significativas intervenções (TEIXEIRA, FARIA, 2013, p. 67).

Nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, projetos urbanísticos à serviço do capital já se efetivavam, servindo de espelho para o interior. “É também neste período, que ocorrem profundas mudanças no âmbito das relações sociais de trabalho. O aparecimento de uma classe social livre e pobre, muda o perfil humano das cidades, que passa a concentrar um expressivo contingente de despossuídos” (Ibid. p. 67).

Uma coisa então, “é o projeto, e outra é a maneira como a cidade de Campos vai enfrentar os problemas e se ajustar ao seu ‘projeto de modernização’ (FARIA, 2000, p. 02). Afinal, para além de limitadores concretos da realidade, contava-se também com situações imprevistas. Pode-se citar, por exemplo:

importância do meio físico insalubre<sup>22</sup> (pântanos, brejos e áreas alagadiças), enchentes e o agravamento desta insalubridade pela chegada de novos habitantes, pelo crescimento da população que vai sendo pouco a pouco, expulsa em direção as áreas pantanosas e insalubres. Nesta população pobre, é necessário contar, após a abolição da escravidão, a recente classe de «pequenos trabalhadores urbanos» cujas condições de vida e de habitat são particularmente ruins (Ibid. p. 02).

Em 1906, uma forte inundação toma a cidade e nesse período seus efeitos já são reconhecidos como ameaçadores à economia (GAZETA DO POVO, 1906, apud FARIA, 2000, p. 03).

O projeto de Saturnino de Brito foi idealizado em 1902, mas ainda em 1906 não havia sido posto em prática. É nesse contexto de crise de um desastre ambiental que Benedito Pereira Nunes, então representante no Senado Federal, realiza o seguinte discurso publicado pela Gazeta do Povo:

Em 1901 quando eu presidia a Câmara Municipal de Campos, eu disse que - realmente, Campos, dotada de uma natureza e de uma situação topográfica excepcionais e que poderia ser chamada a Sultana da Paraíba, se transformou, por negligências da engenharia indígena e da edificação colonial, numa cidade de ruas tortuosas, de becos e de ruelas escuras, cheio de casebres obscuros e insalubres, criando, assim, um ambiente de condições idênticas às das cidades asiáticas, onde a

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que as áreas ditas insalubres são os pântanos e brejos, por exemplo. Logo, trata-se de características próprias do ecossistema local, porém o discurso higienista as qualificou dessa forma, o que à época deu corpo às justificativas de destruição dessas áreas.

peste é endêmica. Os velhos casebres que existem ainda hoje e onde vive a classe operária pagando baixos aluguéis, confirmam este estado de coisas. Atentados flagrantes às regras de higiene, legitimando de maneira criminosa o direito dos proprietários pouco escrupulosos, exploradores conscientes dos pobres moradores de casebres úmidos, verdadeiros pardieiros pagos com o suor das vítimas (GAZETA DO POVO, apud FARIA, 2000, p. 3-4).

Tal discurso possui ainda outra parte, na qual é possível identificar um forte indicativo do pensamento que se dava à época e orientava as reformas no espaço urbano.

O problema de salubridade das habitações exige, mais do que nunca, a atenção do poder municipal. É necessário melhorar as condições de higiene das casas, transformar o sistema de edificações, expurgar a cidade dos velhos casebres, focos de infecção de toda a espécie – da tuberculose e da peste, principalmente. No ano passado fiz demolir nos termos da lei, 45 desses velhos pardieiros e as enchentes completaram, em parte, esta obra de saneamento (FREITAS, FARIA, 2011, p. 6)

Podemos destacar alguns pontos relevantes desse discurso. O primeiro refere-se à herança que o período colonial deixou para a cidade, destacando-se não apenas elementos referentes às estruturas habitacionais e arruamentos, mas também uma herança social ligada à produção de desigualdades sociais extremas, que criou as condições materiais propícias às crises dos desastres, uma vez que havia grande fragilidade das estruturas e organizações sociais.

Nesse sentido, apontamos o segundo elemento de destaque desse discurso, qual seja, o perfil do público habitante desses locais mais degradados: a classe operária, ou seja o maior contingente da classe trabalhadora da época.

A prefeitura à época realizava ações diversas que estariam contribuindo em demasia para a resolução do problema. Mesmo assim,

nem a situação da cidade, nem as condições de vida das populações pobres foram realmente modificadas. Apesar disso, o poder municipal persiste em aplicar seu projeto de modernização, essencialmente, na parte central da cidade (ao redor do núcleo original): pavimentando a Praça São Salvador, alargando ruas, renovando os edifícios, demolindo os ‘velhos casebres’, sem contar, o desenvolvimento das estradas de ferro, com a construção da ponte ferroviária sobre o Paraíba em 1906 e com a instalação de novas estações. O velho tecido urbano é transformado progressivamente, graças às reformas que visam, além do embelezamento da cidade, dar-lhe uma melhor funcionalidade, adaptando-a aos interesses da economia capitalista e da burguesia em plena ascensão. Finalmente, neste começo do século XX, é necessário dotar a cidade dos símbolos do progresso e de uma imagem de modernidade (FARIA, 2000, p. 06).

É importante destacar como esse “projeto de modernização” se concentrou na região central/urbana da cidade, expulsando a população de condições econômicas mais frágeis para a periferia – “vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e onde os serviços de infra-estrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços” (Ibid. p. 07).

O processo de desastre encontrava sua materialidade nessas localidades, mas também em áreas centrais, tendo como um dos condicionantes a concretização do projeto de modernização, o qual possuía como um dos pilares o embelezamento, primando, portanto, pela pavimentação das ruas e a já mencionada drenagem das lagoas e brejos para ceder espaço às construções. “Essas alterações tornam-se um fator agravante, uma vez que a água é impedida de se infiltrar, aumentando ainda mais a magnitude da vazão de escoamento superficial” (CEPED, 2013, p. 52). Portanto, “antes de serem desastres, as inundações são fenômenos naturais, intrínsecas ao regime dos rios. Quando esse fenômeno entra em contato com a sociedade, causando danos, passa a ser um desastre” (Ibid. p. 52).

Realmente a industrialização crescente e a entrada definitiva do país no modo de produção capitalista, geram uma nova ordem social e urbana que transforma inteiramente o modo de intervenção no espaço urbano. O urbanismo recém - nascido deve então responder às novas necessidades da sociedade e da economia, isto é, atender às necessidades da burguesia que se impõe (CEPED e UFSC, 2013, p. 08).

Em Campos dos Goytacazes as áreas mais altas da cidade eram mais valorizadas por estarem protegidas da enchente e, assim, recebiam maiores investimentos, como o caso do bairro construído ao redor do Liceu de Humanidades de Campos (FARIA, 2005). As áreas periféricas, no entanto, permaneciam à margem da modernização, sendo destinadas à população de baixa renda, bem como à “construção de presídios, cemitérios, hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (tuberculose, por exemplo), assim como os matadouros”. (FARIA, 2005, p. 4785).

Entendida como mercadoria pela produção capitalista, a moradia está sujeita à lógica de atuação do setor imobiliário que regula todas as etapas da produção de acordo com as leis de mercado, interferindo no acesso à habitação formal. O fato do poder público ter deixado a provisão de moradias quase exclusivamente à mercê do jogo do mercado, que sempre voltou seus investimentos para a população de maior renda, contribuiu para que o acesso a mesma ocorresse de forma desigual e excludente, acentuando o processo de segregação residencial. (FREITAS, FARIA, 2011, p. 1)

Lembremos que, como apontado anteriormente, os tipos de atividades econômicas implantadas na região basearam-se na concentração de terras nas mãos de poucos, produzindo uma restrição do acesso à moradia para grande parte da população.

Como agravante desse contexto, a intensão das intervenções urbanísticas estava em trazer um dito ar de “progresso” para a cidade, projeto dentro do qual não cabia a presença dos mais pobres. Essa opção assumida pela elite local se somará, no entanto, a um contexto socioeconômico de profundas desigualdades, fruto das decisões tomadas no passado.

A partir dos anos de 1970 o mercado internacional necessitou novamente de abastecimento de açúcar, em decorrência das várias guerras que vinham ocorrendo – com isso, a região Norte Fluminense voltou a produzir em maior quantidade, visto que leis permitindo a fusão de usinas foram sancionadas, além da permissão para obtenção de empréstimos (Ibid.).

Como a economia capitalista possui seus altos e baixos, não é difícil imaginar o que aconteceu. As instalações foram superdimensionadas, porém o endividamento passou a caminhar junto com os produtores (FREITAS, FARIA, 2011). Já no final dos anos de 1970 a economia açucareira na região entrava em dificuldade.

As baixas taxas de crescimento do PIB nacional, em meio à espiral inflacionária que se verificou no país, inviabilizaram o crédito privado para novos investimentos e acirravam a dependência dos produtores às, cada vês mais precárias, políticas de subsídios do Governo Federal. Portanto, é compreensível o impacto negativo determinado à região, quando o setor diminuiu a produção no final dos anos 1970 e entrou em colapso nos anos de 1980 e 1990. Os resultados mais visíveis da estagnação do setor e seu impacto sobre a região foram o fechamento de inúmeras usinas, e elevado grau de desemprego gerado e precarização das relações trabalhistas (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 65).

Importante salientar que a falência das usinas de açúcar e álcool impactou não somente o setor industrial, mas também o da agricultura (baseada na monocultura da cana), a qual era importante fornecedora dos usineiros.

O Norte Fluminense implementou um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura da cana, com percentuais de outras atividades econômicas não tão consideráveis perto do que o açúcar representava para a região. Consequentemente, uma vez que o preço do açúcar está em baixa ou as bases de sustentação governamental aos produtores não respondem mais como antes, não haverá outro meio de sustento a curto prazo, implicando, assim, na

acentuação das desigualdades sociais, no aumento do desemprego, no pauperismo, nos baixos salários, nos instáveis postos de trabalho.

Assim, o grande contingente da população desempregada passou a formar “bolsões de pobreza no entorno das principais cidades da região, principalmente, Campos dos Goytacazes, Macaé e São Fidélis” (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 65).

O Norte Fluminense, entre os anos de 1970 e 1990, passou então a ser conhecida como a

“região-problema”, uma vez que sua economia apresentava-se estagnada, com queda dos índices de produtividade e alto grau de desemprego sazonal, o que levava a um processo de pauperização, desenraizamento e deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades regionais (PIQUET, 2004, p. 28).

É importante lembrar que essa era a época de expansão da ideologia neoliberal, a qual

impôs a ideia de desregulamentação – do espaço público, ou do controle social; das relações de trabalho, da concorrência intercapitalista; e do fluxo de capitais e mercadorias –, igualando o desiguais, ao colocar, lado a lado, os que possuem capital, tecnologia, poder de investimento e capacidade monopolística ou oligopolística sobre a inovação tecnológica e o mercado, e aqueles que possuem somente a força de trabalho de baixo nível de qualificação, pequenos montantes de capital e uma defasagem nos níveis de renda e bem-estar social (CRUZ, 2004, p. 79).

Logo, nesse jogo desigual, o conceito de livre concorrência espalha-se, tornando as pessoas

responsáveis pelo próprio emprego – a empregabilidade –, sem que tivessem controle ou acesso aos elementos que ditam a sua dinâmica. Analogamente, ao reificar as ideias de eficácia e produtividade, também os lugares – cidades, territórios, nações – são responsáveis pelo seu desenvolvimento, pelo seu sucesso ou fracasso (Ibid. p. 79).

Como bem coloca o autor, é em meio a essa disputa que vão se formando os grupos dos vitoriosos, dos perdedores e mesmo dos descartados – independente de serem pessoas ou lugares. “O desenvolvimento volta a ser considerado tributário do movimento espontâneo decorrente do encontro de indivíduos racionais e livres, movidos pela ambição e pelos interesses, regulados pelo livre jogo das forças do mercado” (Ibid. p. 80) – exatamente a lógica que vimos no capítulo 2, quando tratamos da individualização dos problemas e culpabilização dos atingidos.

O modelo de desenvolvimento que passa a vigorar possui sua base constituída pelo ideal de mercado auto regulável e competitivo, sendo tal modelo tanto criado por essa nova racionalidade, quanto imposto e conduzido por ela. Assim, “as políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam, agora, a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigida aos excluídos, ou à população de risco” (CRUZ, 2004, p. 80).

Cruz (2004) aponta que na década de 1970 a expansão da lavoura somada às mudanças na produção direcionadas pelo capital industrial produziram mais alterações na demanda por trabalho.

a) Diminuíram e quase desapareceram as lavouras de subsistência os cultivos tradicionais, como a mandioca; b) generalizou-se a figura do bóia-fria, trabalhador temporário itinerante, residente nas favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias em regime de clandestinidade no vínculo, alternando o trabalho rural com o biscate urbano; c) praticamente desapareceram o complexo metal-mecânico e metalúrgico, integrantes da cadeia produtiva do açúcar, e as indústrias ligadas a insumos, subprodutos produtos da cana, como a do melado, a da cachaça a de doces, como a famosa goiaba cascão (CRUZ, 2003, apud CRUZ, 2004, p. 87).

Nesse período a lógica do monopólio já se fazia presente na região, produzindo como consequência “a reprodução de uma economia regional extremamente concentrada e polarizada em termos da renda e do mercado de trabalho. A modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional aumentaram o desemprego, ou o excedente de mão de obra” (CRUZ, 2004, p. 87). Segundo o autor isso criou sérios problemas para a força de trabalho da região, uma vez que não ocorriam especializações, já que a elite local mantinha a atividade econômica tradicional como a base do Norte Fluminense. Com isso, criou-se “um imenso mercado de força de trabalho desqualificada, refratária a ações de profissionalização e qualificação, pressionando os salários e preços dos serviços para baixo e precarizando as condições de exercício do trabalho” (Ibid. p. 87).

A partir dos anos 1980, a cidade se vê encurralada pela problemática do processo de *favelização*, acentuado, sobremaneira, pela falência das Usinas de cana-de-açúcar em Campos e pelos inevitáveis conflitos oriundos da expansão urbana insuficiente para o volume demográfico que recebera a cidade ou qualquer iniciativa de controle urbano que se tenha efetivado. (FARIA, 2005, p. 4789)

Como a habitação tornou-se uma mercadoria no capitalismo, seu preço está submetido aos interesses do Estado, dos proprietários de terras e setor imobiliário. Como toda

mercadoria, paga por ela quem pode. Como vimos ao longo deste trabalho, no entanto, a região Norte Fluminense foi uma das que mais recebeu escravos em todo o Brasil, sendo Campos dos Goytacazes uma das últimas cidades a pôr fim na escravidão.

Tal contexto, mesmo com a tentativa de branqueamento da população por meio da imigração de mão de obra branca, fez com que a população regional fosse constituída majoritariamente por ex-escravos. Isso significa que, levando em consideração toda a trajetória de exploração e violência vivida por esses sujeitos, a formação da sociedade na região foi marcada qualitativa e quantitativamente por essa população, tendo os efeitos desse contexto estendidos a várias gerações futuras. Afinal,

simplesmente se esqueceram<sup>23</sup> de pensar o negro, e as consequências que a emancipação lhes traria se não viesse acompanhada de um projeto econômico-social para essa classe que, de agora em diante, passava a engrossar substancialmente as fileiras dos homens pobres, excluídos e marginalizados da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2012, p. 163)

Somado aos ex-escravos estariam, mais adiante, os trabalhadores das plantações. Com a decadência do setor sucroalcooleiro e todo o território já repartido pelos grandes proprietários de terras, restou a esses trabalhadores o êxodo rural. Todavia, com as melhores e mais seguras propriedade urbanas também já pertencentes às elites, coube a essa população a busca pela ocupação, mesmo irregular, de outras áreas para construção de suas habitações. Identifica-se que uma das principais áreas buscadas pela população de baixa renda, para construção das suas moradias, foram as pertencentes ao Estado, margens dos rios, lagoas, estradas e vias férreas.

Nesse sentido, havia um processo de desastre ambiental em curso, que já se tornou uma marca da região Norte Fluminense, qual seja, o desastre relacionado à água, mais especificamente as águas dos rios. Isso indica que pessoas continuam vivendo à beira ou próximas o bastante desses rios para serem atingidas, confirmando nossa hipótese de que a produção de desigualdades sociais que, ao mesmo tempo que é fruto da conformação desigual do espaço, também o fomenta, tem gerado a periferização de determinados grupos populacionais em áreas passíveis de inundação, por exemplo.

No século XX, a região passa a contar com o crescimento do setor de exploração e produção de petróleo e gás. Campos dos Goytacazes era uma das cidades com grande chance de ser escolhida para instalação das empresas. Contudo, o projeto de desenvolvimento da

---

<sup>23</sup> Apesar da expressão utilizada pelo autor, compreendemos que não houve um esquecimento, mas um processo de invisibilização e negação da realidade vivenciada pelos negros.

região era ditado pela elite agroindustrial, o que aponta para uma possível interferência dela na vinda da Petrobras para Campos.

Jornais da época chegam mesmo a insinuar que os usineiros, por sua secular hegemonia econômica e política no município não viam com bons olhos a ida da Petrobras para Campos, pois tal fato aumentaria a concorrência pela mão-de-obra, diversificaria de forma indireta a economia e acabaria prejudicando a monocultura açucareira. Sendo assim, teriam interferido contra, usando todo o seu prestígio de produtores rurais, de defensores do Golpe de Estado de 64 e de membros da organização Tradição Família e Propriedade – TFP.(PIQUET, 2004, p. 29)

A cidade escolhida para a implantação dos empreendimentos foi, portanto, Macaé. A Bacia de Campos, então, entra em uma nova fase econômica. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, produziu em 2002 o equivalente a 82,56% do petróleo brasileiro (SILVA; CARVALHO, 2004). Segundo os autores, com o crescimento dessa atividade a região Norte Fluminense ganhou certo dinamismo econômico, como o crescimento da indústria extrativa mineral e a entrada de maiores valores de royalties e participações especiais no orçamento dos municípios.

Todavia,

Os orçamentos milionários que as prefeituras locais têm recebido pouco retornam para a população na forma de benefícios. Campos dos Goytacazes figura como um dos municípios onde a educação básica apresentou um dos piores desempenhos do Estado do Rio; Macaé disputa com a região metropolitana os mais altos índices de violência do Estado; os crimes de “colarinho branco” aparecem com frequência nas manchetes dos principais jornais do país (PIQUET, 2010, p. 92).

Além desses efeitos negativos produzidos em Macaé, pode-se adicionar: “praias poluídas, congestionamento nos transportes urbanos, déficits de moradias, de água e de esgoto” (PIQUET, 2004, p. 30).

O aumento das receitas municipais, portanto, não tem se materializado em diminuição das desigualdades sociais, na proteção ao meio ambiente ou no fomento do desenvolvimento social, em proporções ao menos próximas. Isso pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Comparativo entre Percentual de aumento de *royalties* mais participações especiais, e IDHM no Norte Fluminense.

	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Cardoso Moreira	Conceição de Macabu	Macaé	Quissamã	São Fidélis	São Francisco de Itabapoana	São João da Barra
	<i>Royalties</i> + Participações Especiais								
Percentual de aumento no Valor Real (de 2000 para 2010)	544%	174%	181%	168%	355%	180%	168%	186%	1554%
	IDHM								
IDHM (2000)	0.618	0.579	0.520	0.615	0.665	0.561	0.590	0.503	0.548
Ranking Estadual (2000)	36°	65°	89°	37°	4°	73°	58°	91°	82°
IDHM (2010)	0.716	0.713	0.648	0.712	0.764	0.704	0.691	0.639	0.671
Ranking Estadual (2010)	37°	41°	89°	47°	7°	55°	65°	91°	76°
Percentual de aumento no IDHMI (de 2000 para 2010)	16%	23%	25%	16%	15%	25%	17%	27%	22%

Fonte: Info Royalties<sup>24</sup> e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>25</sup>.

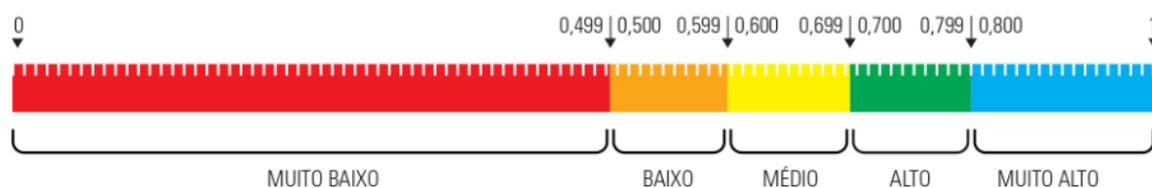
Podemos destacar alguns elementos para análise na tabela. Primeiramente, considerando que o Rio de Janeiro possui 92 municípios, dos 9 que fazem parte do Norte Fluminense, 6 apresentam posição no ranking do IDHM acima de 50°. Sendo a região uma das maiores produtoras de Petróleo e Gás do Brasil, a posição dos municípios fica muito aquém do esperado.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano e Social) é constituído por três indicadores: longevidade, educação e renda. Seu valor varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o nível de desenvolvimento humano.

<sup>24</sup> Link de acesso: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php#result>

<sup>25</sup> Link de acesso: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>

As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal variam de acordo com o demonstrado abaixo.



Pela tabela percebe-se que quase metade dos municípios do Norte Fluminense ainda se encontravam na faixa de desenvolvimento médio em 2010.

Outro elemento de análise refere-se à relação entre o aumento nos valores recebidos de *royalties* e participações especiais, comparado com a movimentação do ranking. São João da Barra teve um aumento percentual nos valores recebidos de mais de 1500%. Entretanto, sua mobilidade pelo ranking do IDHM foi bastante tímida de 2000 para 2010. Campos dos Goytacazes foi o segundo município com maior aumento percentual. Não tanto quanto o primeiro, mas considerável. Sua mobilidade pelo ranking foi bem pior, de 36º em 2000, para 37º em 2010.

Em geral, todos os municípios tiveram aumento percentual de recebimento do recurso acima de 100%. Todavia, 4 tiveram piora na posição do ranking do IDHM e 2 mantiveram a mesma posição.

A existência da riqueza petrolífera na região Norte Fluminense a colocou e um processo de transformações profundas que, pelo senso comum, poderia se compreender que os efeitos gerados seriam os mais positivos possíveis. Todavia, tal contexto

leva à coexistência de fortes contradições: mercado de trabalho segmentado, de elevada exigência tecnológica no setor petrolífero convivendo com formas de trabalho quase escravo nas usinas remanescentes; presença de grandes empresas transnacionais lado a lado a empresas locais que nada têm em comum com o sofisticado mundo do petróleo; elevados índices de subemprego e desemprego combinados a uma intensa demanda por mão-de-obra qualificada; uma elite social de poder econômico em declínio que monopoliza o discurso regionalista, vis à vis uma nova elite pouco afeita ao local (PIQUET, 2004, p. 27).

Mesmo o Norte Fluminense sendo constituído por 9 dos 10 municípios mais beneficiados pelo recebimento de *royalties* no Brasil, e, sabendo que a atividade petrolífera tem como matéria prima um recurso não renovável, ainda hoje não se vislumbra um projeto

integrado de desenvolvimento regional (Ibid.) – ao contrário, vislumbra-se o mesmo *modus operandi* de décadas passadas, com a economia especializando-se sempre em uma atividade o que cada vez mais a torna dependente.

Ao tornarem-se reféns das receitas dos royalties, sem iniciar alternativas de diversificação econômica e com orçamentos aplicados de maneira pontual, os cenários futuros sobre seu desenvolvimento apresentam alto grau de incerteza. Em função dos processos de mudanças econômicas, sociais e culturais, o desenvolvimento regional é objeto de grande interesse nos fóruns de debates locais que, entretanto, muitas vezes assumem um caráter apaixonado e de “defesa” da região, com pouca aderência à realidade (Ibid, p. 32)

Além disso, da mesma forma como se dava a exploração dos recursos naturais no período colonial, a região conta com um aglomerado industrial que, quando os recursos existentes acabam, “as empresas líderes do setor, de modo geral, dirigem-se para áreas que apresentam novas descobertas em algum lugar do planeta”. (PIQUET, 2010, p. 92-93). O caso do Norte Fluminense, portanto,

permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. Ele é representativo dos espaços do território nacional, herdeiros de práticas produtivas e políticas tradicionais, sob domínio de oligarquias rurais, quase sempre representantes de uma economia monocultora, com estruturas de poder e de relações sociais preservadas pela modernização conservadora realizada no país. Tais arranjos e dinâmicas permitem que um processo de crescimento profundo e contundente, acompanhado de modernização tecnológica, signifique reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento, da estagnação, da pobreza do desemprego. (CRUZ, 2004b. p. 88).

Esse caráter se revela até em âmbito nacional. A economia brasileira insere-se no mercado internacional de modo periférico, tendo como uma das principais características a sua re-primarização – o retorno à prevalência da produção de produtos primários em detrimento dos manufaturados. Esse tem sido um forte determinante para a posição periférica que a economia ocupa nas relações internacionais. O Norte Fluminense, conseqüentemente, acaba tornando-se uma expressão concreta dos efeitos perversos dessa conjuntura, pois

fragmentos do território nacional são contemplados com investimentos articulados *de fora e para fora*, que, embora dinâmicos, em termos de mercado de trabalho, renda e crescimento econômico e urbano, não contribuem para a integração do território, para a irradiação espacial do dinamismo econômico gerado, ou para a minimização das desigualdades socioespaciais, transformando-se em *ilhas de prosperidade* (CRUZ, 2012, p. 33).

Chamamos então a atenção para um ponto que merece reflexão. Vimos até aqui que a economia do Norte Fluminense desde sua origem se deu baseada na polarização e especialização em um determinado tipo de atividade, voltada para o atendimento a uma demanda externa. Isso implicou em profundos problemas para a região, pois uma economia não diversificada, por exemplo, torna-se refém das oscilações do mercado e cria uma força de trabalho que nem sempre poderá ser absorvida em outros tipos de atividades com rapidez.

A palavra de ordem que vem acompanhando a região ao longo da história tem sido, então, “dependência”. Com uma nova crise que já se instala a partir da queda dos valores dos *royalties* recebidos, ganha força na pauta de debate as incertezas quanto ao futuro da economia da região. Atualmente, o Norte Fluminense já vive os impactos dessa crise.

Somado a isso, com o acirramento dos imperativos capitalistas (como a busca incessante pelo lucro), o fortalecimento dos monopólios, o aprofundamento das desigualdades sociais, da pobreza e da dependência internacional, cria-se um clima de extrema instabilidade, principalmente nas regiões subdesenvolvidas do país. Colocamos em questão, portanto, se tal clima não tem contribuído decisivamente para que tais regiões deixem as “portas abertas” para o interesse do capital internacional, atitude essa expressa, por exemplo, na supervalorização de empreendimentos, mesmo que eles contribuam decisivamente para produção dos danos tratados aqui.

Ao que parece, o momento de crise tem contribuído para gerar a submissão dessas regiões, como o caso do Norte Fluminense, ao modelo de desenvolvimento direcionado pelo grande capital, pois, o discurso que mais se ouve do senso comum é que: o que vem de fora é que é bom; o que é grande é que dá certo; as multinacionais é que realmente criam empregos; o empreendimento causará alguns efeitos negativos, mas gerará muitos empregos...

Contudo, cada vez mais se evidencia a necessidade de se questionar essas visões. Chamamos a atenção, portanto, para um projeto de desenvolvimento para a região que já está em andamento, direcionado pelo Sistema FIRJAN e seus associados.

Em 2016 foi produzido um documento intitulado “Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025”, com base em pesquisas realizadas com empresários de todo Estado. Chamaremos esse Mapa de Plano para facilitar seu entendimento, posto que não se trata de um trabalho em que se especializa cartograficamente as informações. Tal Plano deixa claro a visão dos agentes envolvidos na sua produção, quanto ao entendimento de que para conquistar um Estado forte é preciso se ter uma indústria forte e o desenvolvimento equilibrado das regiões.

O Plano é constituído por 5 temas, sendo que os 4 primeiros, segundo a FIRJAN, “refletem as principais necessidades dos empresários e da sociedade em relação ao ambiente de negócios no estado do Rio e no Brasil” (FIRJAN, 2016). São eles: Sistema Tributário, Mercado de Trabalho, Infraestrutura, Gestão e Políticas Públicas. Trataremos aqui de alguns pontos de tensão entre as propostas desse plano e nossa interpretação sobre a realidade.

Em relação ao Sistema Tributário, o Plano apresenta 4 objetivos:

1. Reduzir a carga tributária para a indústria;
2. Reduzir as obrigações acessórias;
3. Simplificar o sistema tributário e
4. Aprimorar a gestão das contas públicas.

Sobre o objetivo 1 destacamos a crítica feita à alíquota média de ICMS, onde o Sistema FIRJAN pontua como um dos empecilhos, “o adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP)” (Ibid.). Além disso, a redução de carga tributária para as indústrias implica na diminuição da arrecadação de recursos para aplicação em políticas públicas. O objetivo 2 e 3 corroboram também para a situação citada.

É certo que as despesas de um governo precisam caminhar em acordo com o nível de arrecadação. Todavia, não concordamos com a justificativa posta pelo Sistema FIRJAN, ao afirmar que o tamanho excessivo do Estado seja um dos responsáveis pela ineficiente gestão brasileira. Interessa aqui destacar, por exemplo, o grande volume de recursos desviados nos mega sistemas de corrupção (envolvendo políticos e empresários), além do perdão de grandes e históricas dívidas de latifundiários por parte do governo, e a prioridade em se destinar os recursos públicos para pagamento da dívida externa. Esse olhar muda por completo as estratégias de enfrentamento dos problemas, visto que se entende que o gargalo econômico do país não está nos investimentos sociais (que aliás fomentam retorno financeiro), mas no próprio modo de conduzir a política, pautada na primazia do mercado e na busca pelo “progresso” a qualquer custo.

O segundo tema do Plano refere-se ao Mercado de Trabalho e também possui 4 objetivos:

1. Flexibilizar e simplificar a legislação trabalhista;
2. Promover a educação para o trabalho;
3. Reduzir o custo do trabalho e
4. Promover a saúde e a segurança do trabalhador

Tais objetivos, a nosso ver, comprometem ainda mais as condições sociais do Estado, visto que a flexibilização das leis trabalhistas incorre em propostas como: livre negociação

entre empresas e trabalhadores, além da regulamentação da terceirização para qualquer atividade (Ibid.). Com a extrema produção de desigualdades sociais na região, como vimos até aqui, tais propostas tendem a agravar ainda mais a situação socioeconômica dos trabalhadores.

Ademais, com o objetivo de reduzir os custos do trabalho, propõem-se ações como: a extinção da “regra de reajuste do salário mínimo, de modo a permitir que a negociação anual entre Executivo e Legislativo leve em consideração o cenário econômico”; “Revisar o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) e o cálculo do SAT<sup>26</sup>/RAT<sup>27</sup> e FAP<sup>28</sup>, para evitar afastamentos descabidos”; e a revisão da “regra de proporcionalidade do aviso prévio por tempo de serviço”. (FIRJAN, 2016, s.p.).

Já no tema sobre Gestão e Políticas Públicas, mantivemos alguma esperança de se ter objetivos voltados para o fomento ao desenvolvimento social. Todavia, frustradas as expectativas nos deparamos com objetivo do tipo: Fortalecer a segurança pública. Dentro desse quadro, as propostas em suma são:

1. Ampliar quadro de recursos humanos nos batalhões e delegacias;
2. Implantar sistema de informação para atividade de inteligência;
3. Reforçar atividade de combate ao roubo de cargas, principalmente nas áreas industriais;
4. Fortalecer a estrutura do disque denúncia.

Fica claro nessas propostas o tom que se quer dar às políticas públicas, não voltadas para o cerne dos problemas sociais, mas sim pautada na repressão.

Ou seja, estamos diante do nível mais alta de exploração que o sistema capitalista já alcançou – a acumulação por expropriação (HARVEY, 2005). Segundo Harvey, esse tipo de acumulação pode ser definida como

a continuação e proliferação daquelas práticas de acumulação que Marx chamou de acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’, na fase de ascensão do capitalismo. Elas incluem a comoditização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas (como no México e na Índia, em tempos recentes); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos

---

<sup>26</sup>SAT - Seguro Acidente do Trabalho.

<sup>27</sup> Riscos Ambientais do Trabalho.

<sup>28</sup> Fator Acidentário de Prevenção.

naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva. O Estado, com o seu monopólio da violência e da definição sobre o que é legal, desempenha um papel crucial tanto em apoiar, como em promover esses processos, recorrendo frequentemente à violência. A esta lista de mecanismos podemos acrescentar uma coleção de técnicas adicionais, como a extração de rendas por patentes e direitos de propriedade intelectual e a diminuição ou supressão de várias formas de direitos de propriedade comum (como previdência social pública, férias pagas, acesso à educação e saúde), conquistadas através de uma ou mais gerações de democráticas lutas de classes (HARVEY, 2007, p. 18).

Para além, então, da exploração da força de trabalho por questões ligadas ao próprio modo de produção, os direitos sociais conquistados também viram alvo desse processo.

A análise realizada até aqui abrange os elementos gerais desse Plano de Desenvolvimento – para todo o Estado do Rio de Janeiro. Contudo, a partir desse marco e das pesquisas realizadas com empresários do Estado, a FIRJAN elaborou agendas para cada região. Para o Norte Fluminense foi criada uma agenda com 6 propostas:

1. Criação, preservação e adequação de zonas industriais e empresariais;
2. Adequação da logística e da mobilidade urbana;
3. Disponibilidade e qualidade de energia, de telefonia e de banda larga;
4. Ordenamento habitacional;
5. Sistema de saneamento ambiental;
6. Educação e qualificação da mão de obra.

Abordaremos aqui algumas considerações acerca das ações traçadas para elas. Na proposta 1 são colocadas como ações a preservação das “áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais” e o controle do “crescimento residencial próximo às áreas industriais e seus acessos” (FIRJAN, 2016, p. 14). Na mesma lógica dessas ações, a proposta 4 traz como ação o impedimento da “ocupação irregular, em especial nas áreas industriais e seus entornos”, bem como a identificação, preservação e desenvolvimento de “novas áreas para núcleos habitacionais formados por residências, comércio e serviços” (Ibid. p. 18-19).

Esse tipo de planejamento da ocupação de áreas ainda não habitadas mostra-se como relevante, pois se evita os processos de reassentamento de famílias. Contudo, entende-se que as áreas que se propõe serem reservadas para as indústrias serão as que possuem melhor localização, principalmente seguras ambientalmente.

Como o Norte Fluminense possui uma alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, entende-se que isso somado às áreas reservadas para os empreendimentos

diminuiriam ainda mais as alternativas habitacionais seguras ambientalmente para a população, principalmente a de menor poder aquisitivo. É certo que o Plano propõe o incentivo ao desenvolvimento de novos núcleos habitacionais, principalmente por conta da migração que sempre ocorre em cidades que recebem grandes empreendimentos. Todavia, colocamos aqui algumas questões: Que perfis de núcleos habitacionais serão esses? A quem eles serão destinados? As famílias de baixa renda terão condições de adquirirem um imóvel nesses lugares?

Além dessas questões, cabe salientar que grande parte das condições postas nesse Plano dependem do governo local, ou seja, as prefeituras terão capacidade de atender à demanda social por habitação?

Outra questão polêmica desse Plano diz respeito a uma das ações propostas para o “Sistema de saneamento ambiental”: “Agilizar o processo de emissão da outorga de autorização para a captação direta de água pela indústria (construção de poços artesianos, uso de mananciais subterrâneos etc.)” (Ibid. p. 20).

Como veremos na próxima seção, a seca hidrológica tem sido uma marca da região Norte Fluminense. Logo, um Plano que coloca como base do desenvolvimento a instalação de indústrias, que têm como umas das principais condições de funcionamento a captação de água por diversas fontes, é preocupante. Algumas ações do Plano como o fomento ao reflorestamento, ampliação do tratamento de esgoto e reuso da água para fins de produção industrial são elementos interessantes. Contudo, para que essas estratégias saiam do papel também se faz necessária a intervenção governamental e a garantia da continuidade desse processo com a participação de todos os responsáveis.

Com essas pontuações não se quer dizer que tais empreendimentos realmente não gerem empregos ou beneficiem a região de alguma forma, porém, considera-se que a instalação do empreendimento por si já gera impactos negativos sobre o ambiente que, somado às condições aceitas para sua instalação e a não responsabilização pelos danos causados, agrava ainda mais a situação. O que se coloca em questão então é o fechar dos olhos das diversas instâncias políticas, econômicas e jurídicas, para os impactos negativos que os responsáveis não assumirão – atitude essa fomentada pela guerra de lugares, caracterizada pela intensa competitividade entre lugares (SANTOS, 2006), o que hoje se expressa tão forte no Brasil permitindo que o capital não necessite fazer grandes esforços para se instalar onde e quando quiser, conforme vimos no capítulo 2.

A guerra de lugares significa, antes de tudo, a imposição da lógica competitiva capitalista a níveis escalares cada vez menores, onde palavras como eficiência, plano de negócios, produtividade, lucro, concorrência, destacadamente pertencentes ao mundo empresarial, passam a incorporar-se à realidade das cidades e regiões definindo o seu “desempenho”. Os países fragmentam-se em “cidades/regiões – empresas” ávidas em mostrar que são mais eficazes do que as outras na atração de investimentos (BARRAL NETO, et all, 2008, p. 180).

Perde-se espaço, portanto, o planejamento voltado para o desenvolvimento tendo em vista os desequilíbrios entre regiões, destacando-se o “planejamento orientado pelo e para o mercado” (VAINER, 2007, p. 18). Assim, os representantes do capital globalizado passam a negociar “diretamente com os agentes locais das regiões que lhes interessa, passando para estes o receituário de exigências para sua atuação” (BARRAL NETO, et all, 2008, p. 179).

A desigualdade ambiental mostra-se assim constitutiva do capitalismo liberalizado, tal qual ocorre com a relação capital-trabalho. A mesma lógica de flexibilização das leis trabalhistas acionada para engendrar a competição entre os trabalhadores do mundo é a que tem operado analogamente com as normas ambientais, de modo a que as regulações dos diferentes territórios sejam submetidas a uma lógica competitiva, que acaba por as nivelar por baixo (ACSELRAD, et all., 2012, p. 167).

Sob a crença no discurso do desenvolvimento e do progresso, governos nas três esferas viabilizam as condições necessárias para a entrada do capital externo, para a chegada dos “salvadores”! Nesse sentido, até mesmo os municípios passam a buscar diretamente investimentos externos, entremeando-se na lógica competitiva intermunicipal ou inter-regional. Todavia, o

poder de concentração e polarização tende a produzir, localmente, um excedente relativo de população e de força de trabalho, formado por migrantes e residentes antigos não incorporados ao mercado de trabalho e à cidade, bem como um rápido e acentuado adensamento urbano, sem a devida contrapartida da infraestrutura e dos serviços, o que resulta na desordem urbana, na expansão da favelização, da pobreza e da miséria; do desemprego e do subemprego; da exclusão social; e, no limite, da violência e do crime organizado. Tende a ocorrer aumento da segregação e fragmentação sociais e territoriais, agravando periferias já existentes e produzindo novas, no entorno dos municípios e microrregiões contempladas, como é o caso do município de Macaé[...] (CRUZ, 2012, p.33-34).

Levando em conta as considerações feitas aqui apresentamos na seção seguinte um panorama sobre a produção e intensificação de processos de desastres ambientais na região de

modo mais detalhado. Optou-se trabalhar dessa forma, no intuito de revelar uma realidade vivida historicamente pela região, e que merece destaque.

### **3.2. Desastres ambientais socialmente construídos no Norte Fluminense.**

Esta seção apresentará em tópicos alguns dos principais fenômenos físicos/químicos constituintes de processos de desastres ambientais que ocorrem no Norte Fluminense. São eles: inundação, seca/estiagem, contaminação de água e erosão marinha. A partir dessa leitura será possível identificar como os desastres são socialmente construídos na região. Será possível também perceber que muitos desses fenômenos acabam gerando outros tipos de desastres ou um mesmo agente produtor de desastres pode gerar, de uma vez só, mais de um tipo deles.

#### **3.2.1 Inundação.**

A inundação caracteriza-se pela “submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas” (BRASIL, 2012a, p. 02). Absurdamente diferente da realidade que hoje se vive no Norte Fluminense era o período no qual a região ainda era habitada pelos povos nativos, os indígenas. Soffiati (2005) aponta como a região era abundante em alimentos e terras férteis – não se passava fome nem havia os que habitassem na exclusão.

“Todavia, os europeus e seus descendentes que se instalaram nesse território, olharam para os campos nativos e viram pastos ou terras agricultáveis. Olharam para as florestas e viram cifras. Olharam para os rios e imaginaram a existência de ouro em seus leitos. Em resumo, transplantou-se da Europa a ideia de desenvolvimento, conquanto sua conotação, à época, fosse distinta da que vigora atualmente. A aplicação de tal conceito, ou ao menos propósito, acabou por criar uma sociedade desigual e uma economia voltada, em grande parte, para o mercado interno e externo. Quebrou-se, nesse momento, o equilíbrio que hoje se procura recuperar, com tanta sofreguidão, em outros moldes, por meio desta entidade de ordinário mal explicitada que se denomina “desenvolvimento” (Ibid. p. 88-89).

Como citado na seção anterior, o século XIX foi marcado pelo aumento da demanda nacional e internacional por açúcar, o que levou os produtores a buscarem estratégias de ampliação da produção. O dano ao ambiente tornou-se mais intenso nesse período com

diversas lagoas, por exemplo, sendo drenadas e florestas sendo destruídas para que as terras fossem utilizadas na produção (Ibid.).

No século XX a prática da drenagem das lagoas continuou, agora também direcionada por projetos de reforma urbana, “[...]várias comissões de ‘saneamento’ foram criadas com o objetivo primordial de domesticar as águas superficiais da região, drenando lagoas e brejos para entregar seus leitos dessecados à cana, principalmente” (SOFFIATI, 2005, 97) – o autor cita um dos motivos das drenagens: evitar perdas na produção durante as cheias. Isso indica que as transformação no ambiente estavam se dando no intuito de beneficiar os produtores.

O governo de Getúlio Vargas, representando um Estado intervencionista na economia, criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense para a integração de terras ao processo produtivo e para o combate de endemias rurais. Os trabalhos da Comissão começaram em 1935 e foram tão bem sucedidos para os fins almejados que ela se transformou, em 1940, no Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) com atuação virtual em todo o território brasileiro (SOFFIATI, 2016, p. 117).

A extensão das terras tomadas pelos produtores chegou a 220 mil hectares, segundo o autor, “destruindo fisicamente lagoas e a vegetação nativa, além de poluir os sistemas hídricos com os efluentes oriundos da fabricação de álcool, principalmente com o vinhoto” (Ibid. p. 174).

A dimensão dos canais que foram abertos para drenar as águas era tão grande que, se “todos forem emendados uns nos outros, alcançam cerca de 1400 quilômetros, ou seja, uma extensão maior que o próprio Paraíba do Sul da nascente à foz (p. SOFFIATI, 2016, p. 127).

O que chama a atenção nesse contexto é a não necessidade de tamanha intervenção sobre o ambiente, já que a região possuía uma imensa extensão territorial desabitada, mas os assentamentos humanos decidiram se instalar exatamente nas planícies de inundação (BIDEGAIN, et al., 2002). Muito disso deveu-se principalmente, à não disponibilidade de terras livres, posto que a elite produtora local mantinha o domínio político, econômico e territorial sobre a região.

“Na verdade, repetiu-se na região uma velha sina mundial: a incapacidade do ser humano em conviver com terras alagadiças e nela praticar atividades econômicas rentáveis sem destruí-la, impulsionada pela necessidade de terras para expansão de monoatividades agrícolas” (Ibid. p. 53).

Os autores explicam que a população nativa da região vivia em conformidade com o meio ambiente e suas restrições, contudo, ao contrário dela, os colonizadores possuíam um

projeto de desenvolvimento, o qual já no século XVIII submeteu toda a planície aluvial da região às lavouras e pastagens, além de manter acelerado o processo de desmatamento e ocupação de terras. Trata-se da visão utilitarista que essa sociedade tem sobre a natureza, como ilustra a concepção a seguir: “As águas devem ser dominadas e colocadas a serviço da economia dominante sem sutilezas” (SOFFIATI, 2011, p. 19).

A região detentora de uma riqueza natural exuberante passou a caracterizar-se por “solos arenosos, planícies inundáveis, clima pouco úmido, devastação da vegetação natural, ausência de minerais valorizados” (MATTA, CARVALHO, 2003, p. 17). Os registros históricos, por exemplo, de moradores, bem como visitantes estrangeiros, não deixam dúvidas quanto às ricas florestas que o Norte Fluminense possuía.

Onde elas estão agora? Derrubadas e transformadas em dinheiro, seja na forma de combustível, seja na forma de matéria prima. Para onde se olhe atualmente no norte e noroeste fluminenses, só se encontra áreas com vegetação herbácea e erodida. É grande a responsabilidade das barragens e transposições, mas não se pode eximir os habitantes regionais pela busca de rendimentos fáceis e rápidos que contribuíram para desregular o regime hídrico da Bacia do Paraíba do Sul (SOFFIATI, 2015a, s.p.)

Hoje a região vive com constantes inundações e estiagens – dois extremos. Alguns dos fatores causais, como a referida drenagem das lagoas e o excessivo desmatamento, são apontados pelos estudiosos.

O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais aponta o Norte e Noroeste Fluminense como uma das mais atingidas por inundações no Estado do Rio de Janeiro (CEPED e UFSC, 2013). Um dos fatores identificados como contribuinte desse processo foi o “intenso desmatamento das bacias dos rios Pomba e Muriaé, tanto em território fluminense, quanto em território mineiro, acelerando, assim, o escoamento superficial e aumentando os picos de vazão destes rios” (Ibid. p. 52). Segundo Soffiati (2015a),

a excessiva drenagem e o avassalador desmatamento regional são fatores a agravar tanto as enchentes de 2007, 2008 e 2012, como a longa estiagem de 2014-2015, para só mencionar fenômenos climáticos extremos recentes. O passivo ambiental das populações regionais é muito grande. E elas estão pagando caro por tais fenômenos. Examinemos o caso das lagoas da margem esquerda dos Rios Paraíba do Sul e Muriaé. Antes da ação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, a umidade concentrada nas várzeas, lagoas e florestas dessa área controlava enchentes e estiagens, retendo ou liberando água. Depois da atuação do órgão, as lagoas foram em grande parte drenadas e as florestas devastadas (s.p.).

As inundações faziam parte do movimento natural da cheia dos rios (SOFFIATI, 2018a), todavia, entendemos que com o povoamento ela passa a configurar um processo de desastre ambiental à medida que afeta pessoas causando danos materiais e imateriais. Pelas áreas mais baixas da planície serem bastante extensa e com pouca declividade, as águas que provém da serra demoram mais na região (Ibid.). Isso contribui para que a magnitude das cheias seja mais considerável.

No tempo das cheias, os rios transbordavam e enchiam as lagoas. No caso particular do Rio Paraíba do Sul, as águas que transbordavam pela margem direita, não encontrando obstáculos, dirigiam-se às lagoas e não mais retornável ao leito quando normalizado seu nível (SOFFIATI, 2016, p.123).

Isso indica como a região já era uma área natural de inundação devido às características do relevo, conforme confirmam Costa e Teuber (2001). Mas, mesmo sabendo disso transformações radicais foram feitas no intuito de ocupar as terras.

É secular o problema de enchentes no Estado do Rio de Janeiro, fenômeno natural condicionado a fatores climáticos, principalmente às chuvas intensas de verão, cujos efeitos são agravados pelas características do relevo: rios e córregos com forte declividade drenando bruscamente das serras para as baixadas quase ao nível do mar. A ocupação dessas baixadas, áreas naturais de retenção das águas, pântanos e brejos, só foi possível mediante grandes obras de drenagem e de diques de proteção. [...] Sabe-se hoje que essas obras, embora proporcionem grandes melhorias locais em épocas de enchentes mais frequentes, muitas vezes transferem o problema para jusante e agravam significativamente a situação das enchentes excepcionais. Outros fatores antrópicos, como o desmatamento em grande escala, a urbanização e as atividades que reduzem as áreas naturais de retenção, inclusive áreas de inundação, aumentaram consideravelmente os volumes e os picos de cheias (COSTA, TEUBER, 2001, p. 06)

Contribuindo com a visão dos autores, Leite e Batista (2016), sobre as inundações, acrescentam que

esses eventos ocorrem de forma mais impactante quando as chuvas são muito intensas nas cabeceiras dos tributários do rio Paraíba do Sul, em especial, os do baixo curso como o Pomba e o Muriaé. Contudo, observa-se que além das causas de origem meteorológica, principalmente as relacionadas com a formação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), os transbordamentos vêm também se intensificando em função das transformações dos usos dos solos que têm contribuído com o aumento da carga de sedimentos na calha fluvial, e do descaso com as estruturas destinadas a proteger as áreas ribeirinhas. Nesse último caso, se encontram os canais de escoamento que aduzem a água do rio Paraíba nos momentos das cheias, os quais na maior parte do tempo encontram-se obstruídos por

sedimentos e vegetação sobrenadante, assim como também repletos de esgoto, e os diques de contenção que se encontram fissurados em diversos trechos (p. 1).

Não existindo mais as lagoas, essas águas acabam se concentrando nos locais mais baixos, onde já existem construções. Muito disso se deve à não utilização dos canais abertos em toda sua função - atualmente, eles se encontram abandonados. Além disso, pela pavimentação das vias as águas acabam encontrando bastante dificuldade de penetração no solo. A rede de canais

está assoreada e eutrofizada[...]. O sistema não funcionou como desejado por incompetência e por ficar inconcluso. Hoje, as comportas carecem de manutenção e de operação múltipla[...] Esses canais também se tornaram condutores de esgoto e lixo, principalmente os que foram envolvidos pelo meio urbano, como os Canais Campos-Macaé, Coqueiros, Cacumanga, Tocos, Santo Antônio, do Saco e outros (SOFFIATI, 2016, p. 127 e 128).

Soffiati (2011) aponta que em 1984, o Conselho Nacional do Meio Ambiente emitiu a Resolução nº 12 de 26 de setembro, com o intuito de minimizar os danos causados pelas obras do DNOS. Tal resolução colocou o prazo de 360 dias para a entrega de um estudo dos impactos ambientais das obras, porém ele não foi cumprido, o que fez o CONAMA prorrogar tal prazo por mais 270 dias em 1986. “Sentindo-se um órgão acima das leis, o DNOS nada cumpriu e, com sua extinção, deixou esta herança para o seu sucessor” (Ibid. p. 14).

Com o primeiro pacote de medidas do presidente Collor de Mello, o DNOS foi extinto[...]. Nos tempos neoliberais inaugurados pelo governo Collor de Mello, assistiu-se a uma retração do Estado. Assim, a imensa rede de canais e o sistema de comportas construídos pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e pelo DNOS, interligando as bacias do Rio Paraíba do Sul, da Lagoa Feia e do Rio Guaxindiba, ficaram ao relento e foram sendo ocupados pelos governos municipais (sobretudo por Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra), por associações de ruralistas e por particulares (Ibid. p.15).

Ou seja, o fim do DNOS e a não existência de outro órgão que o substituísse, levou o problema a se agravar, visto que a existência da elite agroindustrial na região contribuiu para a criação de conflitos entre ela e os pescadores, ecologistas, bem como pequenos proprietários rurais (provenientes do Movimento sem Terra) (Ibid.). “Os proprietários rurais e donos de usinas assumiram o controle das estruturas hidráulicas, operaram comportas e barraram os cursos d’água” (TRF, 2014).

As inundações/alagamentos na região também possuem outros determinantes de origem antrópica. Um exemplo emblemático ocorreu em Campos dos Goytacazes em 2008. Nesse ano uma forte precipitação contribuiu para que os níveis dos rios Imbé, Macabu e Preto subissem ocasionando inundações de proporções ainda não registradas na história, afetando principalmente as localidades de Ururai e Ponta Grossa dos Fildalcos (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012).

Fotografia 1 - Localidade de Ururai inundada.



Foto: Roberto Joia, 2008.

A fotografia 1 demonstra grande parte da localidade de Ururai invadida pelas águas, permanecendo de fora apenas a BR101. A solução para que o volume de água baixasse

(no momento em que a população estava com suas casas já quase submersas) foi a destruição, por explosão, de alguns diques, como na Fazenda do Louro, o que permitiria o escoamento das águas em direção à malha de canais, à Lagoa Feia e ao mar (Ibid. p. 7).

A decisão do Ministério Público Estadual colocou em tela um conflito histórico que ocorre não só em Campos, mas em toda região Norte Fluminense, qual seja, a dominação de bens naturais coletivos por proprietários de terras, em benefício particular. Segundo Soffiati (2018a) vários diques foram construídos por proprietários rurais objetivando a ampliação das suas fazendas. Tais diques, de acordo com o inquérito civil público nº224/2008 (fls.34/87), foram construídos de forma ilegal (TRF, 2014).

Houve o posicionamento da Secretária Estadual de Meio Ambiente, mas o impasse levou a questão ao judiciário, e foi assumida pela 2ª Promotoria da Justiça de Tutela Coletiva do Município. Coube ao Promotor a determinação da explosão dos diques, pressionando o Prefeito para que decretasse situação de emergência, e retirasse as famílias de suas residências em direção aos abrigos públicos (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012, p. 8).

O poder econômico e político das oligarquias fundiárias sobre a região é uma marca histórica da mesma e até nos dias atuais tenta-se, de alguma forma, reproduzir a dominação. Na ocasião do evento citado, os proprietários de terras investiram pesadamente para impedir a explosão dos diques, mesmo se sabendo que já haviam 15.022 pessoas desalojadas, 2.181 desabrigadas, construções públicas e privadas danificadas, prejuízo à economia local e ao funcionamento de serviços como educação e saúde (CAMPOS DOS GOYTACAZES-DEFESA CIVIL, 2008).

“Houve confronto? Sim. Como evitá-lo? Práticas antigas estavam sendo questionadas e contestadas. Logo, formou-se uma oposição às operações comandadas pelo MPE” (SOFFIATI, 2018b, s.p.). O autor explica que em decorrência da forte oposição não foi possível explodir o quinto dique. Várias acusações foram levantadas, de modo a inibir as ações de explosão. Afirmavam, por exemplo, que “rompimento dos diques permitiu à água acumulada avançar sobre localidades; certos lugares, como Retiro, foram invadidas por cobras”. Até mesmo um estudo científico foi realizado tentando demonstrar que o rompimento dos diques não contribuiu para reduzir o nível das águas.

Todavia, Soffiati (2018b) esclarece que na prática o que se viu foi o contrário. O conflito estabelecido aprofundou-se de tal maneira que “o Promotor de Justiça Estadual Marcelo Lessa, que comandava as operações, foi denunciado à Corregedoria do MPE. Mais tarde, depois que o momento crítico passou, depus a favor dele” (Ibid.).

A situação citada a presença dos diques impedia que o nível da água baixasse, mantendo impossibilitando o retorno dos moradores às suas residências. Contudo, há outra situação na qual a presença de dique representa uma ameaça diferente.

Em Campos dos Goytacazes ainda, em 2010/2011, a localidade de Três Vendas, situada às margens do rio Muriaé, foi atingida pelas águas em decorrência do rompimento do dique de contenção, por cima do qual passa a BR 356 (Ibid.), que, na verdade, não foi projetada para isso. “Ela corta uma planície de inundação e quando o rio enche, acaba por barrar a água” (TORRES, 2014, p. 149). Tal dique foi construído pelo extinto DNOS, em princípio para manter as propriedades rurais seguras de inundação (SIQUEIRA, 2012)

Entretanto, os moradores dali passaram a utiliza-lo com o mesmo propósito.

A localidade de Três Vendas possui uma característica peculiar por ter se formado por famílias de trabalhadores das agroindústrias sucroalcooleiras e das lavouras de cana de açúcar. Com uma população aproximada de 4000 habitantes, sucessivas gerações foram responsáveis pela construção de um espaço que reúne moradias, comércios, igrejas e escola, entre a rodovia, canaviais e entre duas usinas de fabricação de açúcar e álcool (Ibid. p. 268).

A fotografia 2 ilustra o dique rompido e as águas do rio Muriaé avançando para a margem habitada.

Fotografia 2 – Rompimento do dique que contem as águas do rio Muriaé.



Fonte: Teixeira, 2012. Foto: Gerson Gomes.

A ocorrência desse tipo de desastre é bastante comum na região. Quando há grandes precipitações os rios transbordam inundando áreas habitadas. Nessa situação, em Três Vendas o rio Muriaé encheu

alagando as cidades que estão em seu percurso. O que impede que os prejuízos nesta sejam maiores, pois, segundo relatos dos moradores, quando o rio começa a gerar problemas nos municípios a montante da localidade, eles já sabem que o rio vai encher e começam a retirar tudo o que podem do pavimento térreo de suas casas (TORRES, 2014, p. 149).

Segundo Teixeira (2012), muitos moradores se recusavam deixar suas casas com receio de serem roubadas. Assim, foi feito o corte de energia elétrica para forçá-los a saírem. Foram necessários cerca de 450 ônibus para o transporte das famílias (Ibid.).

Fotografia 3 – Moradores se protegem no segundo andar das casas.



Foto: Domingos Peixoto.

Além de Campos, Cardoso Moreira também foi atingido com o rompimento do dique. O município encontra-se às margens do rio Muriaé, sendo cortado pela referida Rodovia 356.

Percebe-se que as localidades atingidas se encontram próximas ao rio, o que põe em questão o motivo do estabelecimento das construções ali e não em local sem risco de inundação. Essa questão é um dos pontos fundamentais deste trabalho. Por que localidades inteiras, ou em parte, são erguidas em áreas com risco de inundação ou movimentação de massa? Identifica-se que grande parte da explicação dela se encontra no estudo sobre a cobertura e uso da terra.

“Tanto no município de Cardoso Moreira quanto em vários outros municípios da região do Norte Fluminense existe a forte presença da cultura da cana-de-açúcar como cultura principal de plantio” (VERLING, SILVA, 20017, p. 388). Esse tipo de atividade econômica, somada com a pastagem, historicamente vem contribuindo para a destruição do ecossistema regional, como a mata ciliar, o que produz o “aumento do escoamento superficial, com reflexo em eventos de inundações nas áreas urbanas” (Ibid. p. 388) e rurais. Ademais, a atividade da

pecuária contribui para a compactação do solo, dificultando a impermeabilização da água e facilitando seu escoamento superficial – o que fomenta o empobrecimento do solo e o maior aumento no nível da água quando ocorre inundação.

Entende-se, portanto, que a influência desses tipos de atividades sobre a produção e intensificação dos desastres já se evidencia sob essa perspectiva.

Além disso, a perda de terra para a agricultura e pecuária mostra-se como uma realidade nacional e tem contribuído não somente para a restrição do acesso à moradia segura e aumento das desigualdades sociais, como também para a destruição do ecossistema como os manguezais e florestas.

O quadro a seguir expressa os ganhos e perdas nacionais, entre 2000 e 2014, em relação à vegetação florestal, área de pastagem com manejo e área agrícola no Brasil.

Quadro 2 – Relação de perdas e ganhos sobre classes de cobertura da terra – Brasil.

Classes de cobertura	Perdeu (em Km <sup>2</sup> )	Ganhou (em Km <sup>2</sup> )	Saldo total (em Km <sup>2</sup> )
Vegetação florestal <sup>29</sup>	343346	5004	-338342
Pastagem com manejo <sup>30</sup>	75276	454590	+379314
Área agrícola <sup>31</sup>	28674	188446	+159772

Fonte: IBGE (2017b) – elaborado pela autora.

O quadro permite identificar que a vegetação florestal tem sido perdida quase na mesma proporção em que se aumentam as áreas de pastagem.

De acordo com o Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo IBGE, quase a metade do Estado “(47,2%) dos 43.782 km<sup>2</sup> tem predominância de pastagens” (IBGE, 2017a, s.p). O estudo apontou também que a área de plantio tem disso reduzida pelo avanço da pecuária. Isso se constata tanto pelos números apresentados no quadro acima, quanto visualmente pelo mapa a seguir.

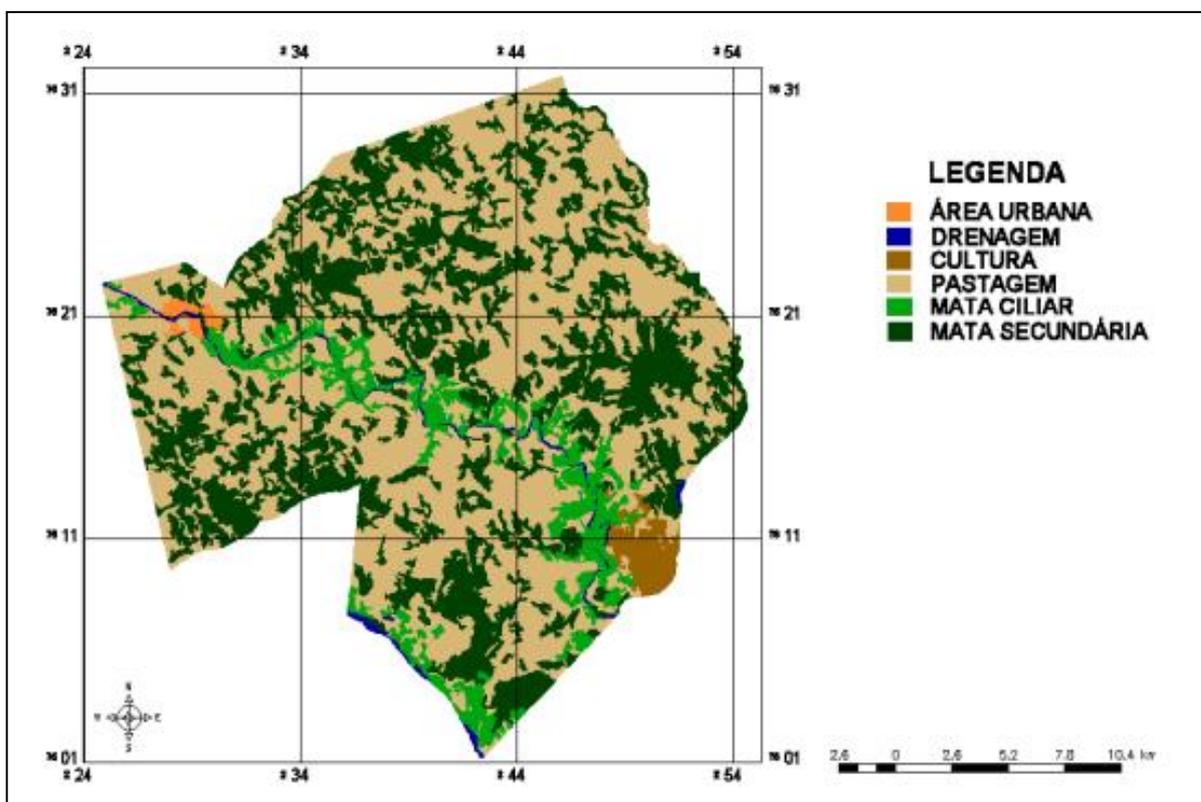
<sup>29</sup> “Área ocupada por florestas. Consideram-se florestais as formações arbóreas com porte superior a 5 metros de altura, incluindo-se aí as áreas de Floresta Densa, de Floresta Aberta, de Floresta Estacional, além da Floresta Ombrófila Mista. Inclui outras feições em razão de seu porte superior a 5 m de altura, como a Savana florestada, Campinarana florestada, Campinarana arborizada e os Manguezais”( IBGE, 2017b, p.25).

<sup>30</sup> “Áreas destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, com vegetação herbácea cultivada (braquiária, azevém, etc) ou vegetação campestre (natural), ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade. Estas interferências podem incluir a limpeza da terra (destocamento e despedramento); eliminação de ervas daninhas de forma mecânica ou química (aplicação de herbicidas); gradeação; calagem; adubação; entre outras”(Ibid.).

<sup>31</sup> “Área caracterizada por lavouras temporárias e lavouras permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e commodities do agronegócio. Inclui todas as terras cultivadas, que podem estar plantadas ou em descanso e também as áreas alagadas cultivadas. Pode ser representada por zonas agrícolas heterogêneas ou extensas áreas de plantations. Inclui também os tanques de aquicultura”(Ibid.).



Mapa 3 - Cobertura e uso da terra no Município de Cardoso Moreira, 2016.



Fonte: INPE, 2016, elaborado por Verling e Silva (2017).

É possível identificar a considerável redução da mata ciliar ao longo do rio Muriaé, bem como falhas na mata secundária pelo avanço da pastagem. Esta atividade é implementada na região de forma extensiva, e não requer quase mão-de-obra trabalhadora. Além disso, promove impactos ambientais que contribuem na criação das condições propícias ao agravamento dos desastres, como o desmatamento, a compactação com possível impermeabilização do solo, e o carreamento de material sólido para aumentar o assoreamento dos cursos de água. Isto faz reduzir a calha dos rios, córregos e canais, aumentando o volume de água de transbordo, principalmente em lugares onde há moradias e propriedade em suas margens. No caso de Cardoso Moreira, o núcleo urbano se apresenta às margens do rio Muriaé, como que restringido pela vasta área de propriedade privada dos fazendeiros.

O exposto, então, coloca em discussão a primazia do mercado e do poder das históricas elites locais, em detrimento da segurança da população e da proteção ao ecossistema.

A falta de alternativas habitacionais viáveis tem levado grande parte das pessoas a ocuparem áreas suscetíveis à inundações, como margens de rios e canais. Esse é o clássico

panorama do Norte Fluminense, reconhecida como a região “que concentra os maiores latifúndios” (ALENTEJANO, 2011, p. 32).

Mesmo com o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (especialmente em Campos dos Goytacazes) conquistando a desapropriação de terras ociosas das usinas, ainda não foi o suficiente para romper com as estruturas tradicionais de dominação (Ibid.), nem para atender a toda demanda da população.

Esse entendimento descredibiliza, portanto, os discursos que tentam culpabilizar os atingidos, imputando a eles a responsabilidade pelos danos causados, uma vez que “são teimosos e habitam essas áreas porque querem”.

Outro exemplo desse contexto trata-se dos recorrentes processos de inundações e alagamentos na cidade de Macaé, os quais possuem suas raízes em um passado não tão distante.

A bacia hidrográfica do rio Macaé passou a ser bastante afetada a partir da década de 1970, com a descoberta de novos poços petrolíferos na Bacia de Campos, o que atraiu vários investimentos, como a base da Petrobras, ocasionando o aumento tanto da indústria de serviços, quanto da população na região (JERONYMO et all, 2017). Alguns dos principais danos observados pelo aumento populacional referem-se à ocupação nas periferias e o uso dos ecossistemas que, frequentemente, levam à degradação dos mesmos, por exemplo, com o lançamento de esgotos domésticos sem tratamento e a ocupação das margens e das áreas inundáveis (Ibid.). É importante salientar que grande parte dessa degradação também se dá por via dos empreendimentos, com também lançamento de esgoto sem tratamento ou aterramento de áreas úmidas para viabilizar construções.

Além da atividade industrial o município de Macaé possui atividades secundárias como pecuária, geração de energia e turismo – essa última atividade tem contribuído também para o adensamento populacional, principalmente no distrito do Sana (Ibid.). Chamamos a atenção para essa concentração, pois ela tem sido uma das principais causas dos impactos sobre o ambiente, não por haver aumento no número de residentes, mas pelo padrão de consumo das pessoas e instituições, “consequência do modelo de desenvolvimento”. (PINHEIRO, 2008, p.43)

Muitos foram os que migraram para o município em busca de emprego, porém, segundo Jeronymo et all. (2017), as vagas ofertadas requeriam alta especialização profissional, o que não se evidenciava nessa população. A consequência então foi sua absorção pelos empregos com salários baixos, a informalidade e a ocupação desordenada (até mesmo em área ambientalmente frágil) – tudo isso intensificado pela ausência de políticas

públicas eficazes e muitas vezes tendo o poder público como agente agravante desse contexto, com a regularização de construções em áreas com risco de movimentação de massa, por exemplo (Ibid.).

Os trabalhadores empregados na montagem da infra-estrutura necessária às operações da Petrobras foram dispensados após o fim das obras, mas permaneceram em seus arredores. Na expectativa de se reintegrarem ao mercado de trabalho, esta legião de trabalhadores sem emprego buscou as áreas desocupadas, entre elas as praias rejeitadas pelas camadas médias e altas da sociedade e o manguezal do Rio Macaé (SOFFIATI, 2010, p. 141).

Com as obras de drenagem do DNOS, o “rio Macaé e seus afluentes passaram de rios sinuosos a retilíneos. Houve um aumento da vazão de suas águas, o dessecamento de uma vasta área alagada e alagável, além da substituição de ecossistemas nativos (campos alagados, brejos e mangues) por áreas de agropecuária” (Ibid. p. 98).

Aos poucos outras interferências antrópicas somavam-se a esse processo de desastre ambiental.

A rodovia RJ-106, entre a ponte sobre o Rio Macaé e o bairro do Lagamar, foi consolidada sobre a crista da praia e se transformou numa verdadeira barragem ao escoamento de águas pluviais. Tanto de um lado quanto de outro, a urbanização se estendeu de forma completamente desordenada. Assim, no lado que se situa no interior, ruas e casas costumam sofrer com alagamentos, pois muitos são os obstáculos que as águas encontram para chegar ao Rio Macaé. Por sua vez, o Canal Campos-Macaé, por demais assoreado, perdeu sua condição de drenagem. Do lado da praia, o poder público municipal não conseguiu ou não quis organizar a expansão urbana, permitindo que ruas, casas, depósitos e pequenas casas fossem construídas muito próximas do mar (SOFFIATI, 2010, p. 143).

Jeronymo et all. (2017) realizaram um estudo de caracterização dos assentamentos humanos na cidade de Macaé localizados em ecossistemas frágeis, áreas protegidas, com risco e degradadas. Foram identificadas 38 assentamentos nesse perfil dentre os quais 36 estão em área de risco (inundação, explosão, contaminação, deslizamento...) – todos os assentamentos humanos de famílias e indivíduos de baixo poder aquisitivo fazem parte desse grupo. Dos 38 assentamentos identificados, 30 eram compostos inteira ou parcialmente por construções que o autor chama de “irregular”. Desses 30 assentamentos, 26 eram sujeitos a inundações. Nesse estudo foram identificados assentamentos de alto poder aquisitivo também em áreas de risco, contudo, nesses locais a presença de serviços públicos de infraestrutura se apresenta mais efetivo.

Evidencia-se, assim, que há uma diferenciação da ação estatal nessas áreas de acordo com o perfil de público que ali vive. Quando a localidade é constituída por moradores de melhores condições econômicas, o investimento público para sanar ou minimizar os efeitos das crises dos desastres se concretiza. Todavia, quando se trata de uma população mais empobrecida o discurso da remoção ganha corpo, justificado por elementos como “área invadida”, ou “construção ilegal”.

A título de ilustração desse tipo de fenômeno em Macaé têm-se os constantes processos de inundação pela Lagoa de Imboassica. Segundo o Professor Francisco Esteves da UFRJ, “a Lagoa já perdeu cerca de 60% de sua área de alagamento e quase 10% de seu espelho d’água, justificando as constantes enchentes que ocorrem em seu entorno. ‘Não é a lagoa que invade as casas, mas ela apenas procura o lugar que era seu. Na verdade, as casas invadiram a lagoa’”. (ENNE, 2009, s.p.).

Segundo Enne (2009), para resolver o problema das inundações os próprios moradores abrem a barra ilegalmente, o que configura um crime ambiental.

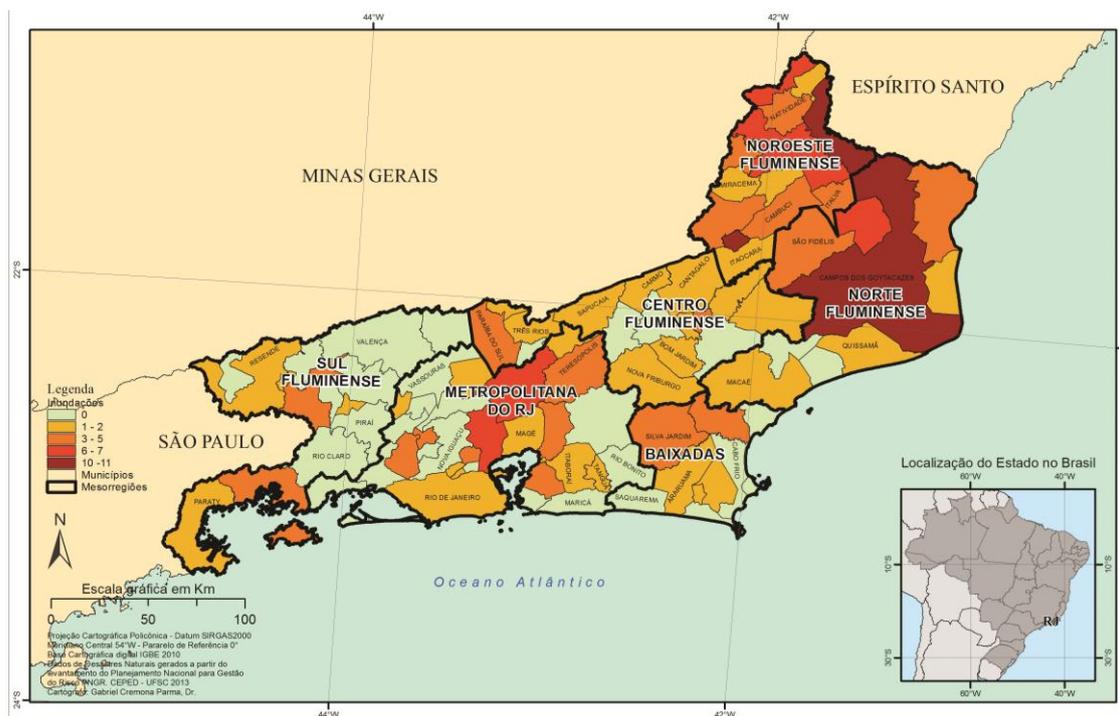
Em reportagem, o professor Francisco Esteves afirmou que

os maiores impactos sobre os recursos hídricos surgiram quando começaram na cidade as instalações para a exploração de petróleo. A construção da Linha Azul e os grandes aterros que foram realizados ao logo desta via são excelentes exemplos do uso não sustentável dos recursos hídricos em Macaé. A água da chuva ficava armazenada nos brejos marginais do Rio Macaé, e lentamente infiltrava no solo e reabastecia o lençol freático e o próprio rio, hoje é aquela água que causa os alagamentos dos prédios feitos sobre os aterros e da própria Linha Azul, causando grandes prejuízos à população. Fenômeno semelhante é observado na região do terminal de Parque de Tubos onde grande parte daquela região, inclusive o Terminal Parque de Tubos, surgiu a partir de aterros do espelho de água da Lagoa de Imboassica e o resultado são enchentes todos os anos, mesmo que com chuvas de pequena intensidade, com enormes prejuízos econômicos e sociais (REIS, 2018, p. 10)

As situações de inundações que ocorrem no Norte Fluminense se dão, portanto, em grande parte pela ocupação das áreas propícias para a ocorrência desse fenômeno, na maioria dos casos por populações de baixa renda que migraram do campo para a cidade em busca de emprego e moradia (já que as melhores terras no campo foram tomadas para a grande lavoura e pastagem), como também pelos trabalhadores de outras regiões que vieram para a região atraídos pelas oportunidades que os grandes empreendimentos poderiam trazer.

A realidade aqui trabalhada já se reflete em números, conforme mapa a seguir.

Mapa 4 – Registros de Inundações no Estado do Rio de Janeiro de 1991 a 2012.



Fonte: CEPED (2013).

Segundo o Centro de Estudo e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (CEPED), o Estado do Rio de Janeiro registrou os maiores índices de inundação, entre 1991 e 2012, na região Norte e Noroeste. No mapa, quanto mais forte a coloração maior foi o número de ocorrências. Campos dos Goytacazes foi o município mais afetado, seguido de Cardoso Moreira.

### 3.2.2 Estiagem/seca.

A estiagem caracteriza-se por um “período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição” (BRASIL, 2012b, p. 79). Com o agravamento desse contexto gera-se a seca, que se trata de “uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico” (Ibid. p. 79). Mesmo sabendo de tal distinção, trataremos neste trabalho desse tipo de desastre considerando seca e estiagem como um único tipo de fenômeno, muito em razão da dificuldade em se diferenciar um do outro na prática e também pela variação do uso dos termos percebido nas literaturas.

A escassez de água é um assunto que vem sendo amplamente debatido em todo o mundo em função dos riscos que impõe a subsistência dos seres humanos e do fato de estar sendo agravada pelas mudanças climáticas globais. Ela resulta tanto de condicionantes ambientais, como chuvas irregulares e ocorrência de extremos hidrológicos relacionados a estiagens ou secas, quanto dos usos socioeconômicos, a exemplo da poluição irreversível das águas, da exploração excessiva das fontes subterrâneas que, por sua vez, resultam em grande parte da gestão inadequada dos recursos hídricos. Tais fatores, de modo geral, costumam atuar em combinação, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade às populações que afetam, tal como vem ocorrendo na região do baixo rio Paraíba do Sul<sup>33</sup> (LEITE, 2014, p. 14).

Segundo a autora, a seca representa no Brasil um tipo de desastre predominante. Segundo o Anuário Brasileiro de Desastres Naturais de 2012, o Norte do Rio de Janeiro constitui uma das regiões brasileiras que apresentam

grande sensibilidade social a eventos extremos de secas. Tendo em vista o fato de ela ser muito dependente da ocorrência de chuvas, que, a exemplo de como acontece no Nordeste brasileiro, apresenta grande variabilidade temporal, e do fato de ser a região de menor grau de desenvolvimento econômico, a vulnerabilidade social das populações a secas intensas é bastante significativa (BRASIL, 2012b, p. 16).

No Brasil, em 2012 a seca/estiagem foi o tipo de desastre responsável pelo segundo maior número de pessoas enfermas (14.214) - ficando em primeiro lugar as enxurradas (14.318) -, e o tipo de desastre com o maior número de afetados (8.956.853) (BRASIL, 2012). No caso do Estado do Rio de Janeiro, não são todos os municípios que sofrem com esse tipo de desastre. De acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, entre 1991 e 2012 os municípios do Estado do Rio de Janeiro que registraram oficialmente esse tipo de desastre, concentraram-se no Norte e Noroeste Fluminense (CEPED, 2013), conforme mapa a seguir.

---

<sup>33</sup> A região do baixo rio Paraíba do Sul compreende o Norte e Noroeste Fluminense.

Mapa 5 – Registros de estiagem e seca no Estado do Rio de Janeiro de 1991 a 2012.



Fonte: CEPED, 2013.

Pelo mapa identifica-se que o município do Norte Fluminense mais impactado nesse período foi São Francisco de Itabapoana. É interessante perceber como as regiões Norte e Noroeste se destacam nesse tipo de fenômeno.

A seca/estiagem é um tipo de desastre mais difícil de identificar, caso oposto às inundações, por exemplo, que logo causam danos visíveis. Geralmente só se percebe quando ele alcança seu momento de crise, tendo, por exemplo, presença de animais mortos, ou plantações secas. O Nordeste brasileiro, portanto, é uma região emblemática desse fenômeno, todavia, já há estudos que indicam o avanço desse tipo de desastre para o “oeste e parte do leste da Amazônia, no Centro-Oeste, inclusive em torno de Brasília, em pontos dos estados do Sudeste e até no Sul”. (PIVETTA, p. 18, 2016)

Identificamos que essas estiagens/secas foram e ainda têm sido bastante influenciadas pelo modelo de desenvolvimento adotado, desde o período colonial. Nesse sentido, compreendemos que

situações de secas e de estiagens não são necessariamente consequências somente de índices pluviais abaixo do normal ou de teores de umidade de solos e ar deficitários. Pode-se citar como outro condicionante o manejo inadequado de corpos hídricos e de toda uma bacia hidrográfica, o que se

torna resultado de uma ação antrópica desordenada no ambiente (CEPED e UFSC, 2013, p. 33).

A drenagem das lagoas, e também brejos, não contribuiu apenas para a ocorrência de inundações no meio urbano, mas também para os constantes e longos processos de estiagem na região (SOFFIATI, 2016). Isso significa que essa ação sobre os ecossistemas lacustres influenciou a produção de dois tipos distintos de desastres: a inundação e a seca.

Um exemplo foi a abertura do canal das Flechas entre 1942 e 1949 (SOFFIATI, 2016). Tal canal foi aberto ligando a Lagoa Feia ao mar, com “a finalidade de acelerar o escoamento da água doce acumulada no continente para o mar” (Ibid. p. 170). A lógica capitalista, portanto, utilizou-se da “sabedoria” materializada em toda tecnologia empregada nesses projetos, para destruir um dos bens mais essenciais à vida – a água doce!

Além disso, em épocas de estiagem a falta das lagoas agora é profundamente sentida, pois tratavam-se de reservas naturais de água que poderiam ser utilizadas para o abastecimento, para a dessedentação de animais e até na irrigação de plantações.

As já citadas obras do DNOS, portanto, deixaram uma difícil herança para as gerações que viriam a povoar o Norte Fluminense. Vários são os municípios que com frequência decretam estado de calamidade por causa da seca. Em São Fidélis, por exemplo, em 2017 a população precisou ser atendida por carro pipa e novos poços emergenciais foram abertos pela prefeitura (NITAHARA, 2017). Mais de 360 hectares foram atingidos por queimadas; nascentes, mananciais e poços tiveram seu fluxo de água diminuído; houve perda de gado e baixa na produção agrícola e leiteira; o baixo nível do rio Paraíba impediu pescadores de exercerem suas atividade (Ibid.).

Fotografia 4 – Boi morto em estiagem em São Fidélis, 2017.



Fonte: SFNoticias.

São Francisco do Itabapoana vem perdendo um rio importantíssimo para a flora e fauna da região, bem como para a economia da mesma. Em reportagem, o eco-historiador Aristides Soffiati afirma que o

Itabapoana é um rio importante com vários afluentes e antes era cortado por várias florestas. Hoje o que se vê é um rio que agoniza, sem perspectiva de solução. Ele foi barrado em vários pontos para a geração de energia elétrica. As hidrelétricas dizem que não retém a água, mas isso não é verdade. Ele está com formação de lagos e a água não consegue subir. Os peixes não reproduzem e a foz está sendo desviada para o Sul. A seca também ajuda a agravar a situação (RIBEIRO, 2017, s.p.).

Fotografia 5 – rio Itabapoana com nível muito baixo, novembro de 2016.



Foto: Custódio Coimbra.

Com a seca do rio alguns pescadores tiveram que procurar outro meio de sustento e pequenos produtores não conseguem manter as plantações.

Na Lagoa Feia, uma comunidade inteira que tinha a pesca como uma das bases de sua economia foi afetada. Hoje, as duas pequenas empresas de beneficiamento de pescado que sobraram trazem a maior parte do peixe de Linhares, no Espírito Santo (GAUDO, 2016, s.p.).

Segundo entrevista do diretor do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas do Ceperj, Raulino Oliveira, as razões disso estão

diretamente relacionadas à degradação ambiental da região como um todo, como o desmatamento no Sul capixaba e no Norte/Noroeste fluminense, assim como a mineração predatória no Espírito Santo [...]São décadas de atividades nocivas na região, como o plantio de forma incompetente da cana de açúcar, causando prejuízos ao solo. Isso contribui para deixar o Itabapoana completamente assoreado. Foi essa morte que começou a modificar o limite dos dois estados<sup>34</sup> (Ibid.).

Em relação ao referido rio, a empresa Performance Centrais Hidrelétricas (PCH/Rio), bem como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram condenados pelo Ministério Público Federal por não haver um estudo técnico quanto à implantação de uma hidrelétrica no rio Itabapoana (RIBEIRO, 2017).

Uma das metodologias utilizadas pelos especialistas para o estudo sobre a estiagem é a análise das vazões de cursos d'água. De acordo com Leite (2014), um estudo realizado na bacia do Bananal, tributária do rio Paraíba do Sul, revelou que as mudanças ocorridas na paisagem teriam como elemento desencadeador a destruição da vegetação nativa para plantação de café, seguido da utilização das terras para pastos.

Considerando que o processo de substituição da cobertura vegetal ocorrido na bacia do rio Bananal foi apenas uma amostra do que ocorreu com o médio curso do rio Paraíba do Sul como um todo ao longo de 150 anos, é possível que as atuais tendências de decréscimo das vazões ali evidenciadas tenham sido ao menos iniciadas por tais transformações[...] É possível que todas essas intervenções, tanto as ocorridas no médio quanto no baixo curso, tenham contribuído para que as tendências de decréscimo das vazões e de aumento da carga de sedimentos no leito fluvial do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, tenham sido acentuadas ao longo do tempo. (LEITE, 2014, p. 18).

Outro elemento desencadeador dessa baixa vazão foi apontado pela autora.

No que se refere ao baixo curso, verifica-se que as mesmas se intensificaram a partir de meados da década de 50 do século XX e sugere-se que tenham relação com a transposição que ocorreu para o Sistema Guandu destinada ao abastecimento da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, a qual representou o desvio de uma proporção equivalente a quase 70% das vazões do rio em questão (Ibid. p. 20).

---

<sup>34</sup> Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Um terceiro elemento trata-se do aumento da demanda por água, somada à falta de infraestrutura para o fornecimento, principalmente que envolva a coleta e o tratamento de esgoto.

Este resultado pode ser atribuído às consequências do crescimento populacional que se intensificou a partir da década de 80 com a ascensão das atividades relacionadas à exploração do petróleo na bacia de Campos e, mais recentemente, com a implantação do Complexo Portuário do Açú. O aumento das demandas por água ocorridos desde então, não foram acompanhados por uma expansão equivalente dos serviços de infraestrutura de distribuição da água e coleta e tratamento de esgotos, algo que se reverteu, ao longo do tempo, em degradação da qualidade e consequente escassez dos recursos fluviais, as quais tomaram proporções desastrosas durante o atual período de estiagem. Trata-se de um modelo de crescimento que contribuiu significativamente para o aumento dos riscos e da vulnerabilidade das populações (Ibid. p. 20).

A autora explica que nas épocas de maior estiagem a vazão mostra-se ainda mais crítica, o que coloca sérios riscos para a região. Ela aponta que

caso tal tendência continue a se acentuar daqui para o futuro, é provável que os impactos socioeconômicos de caráter temporário que são identificados durante os períodos de estiagem venham a se tornar permanentes, ou seja, problemas relacionados ao abastecimento residencial, aumento da sedimentação fluvial que estimula a exploração ilegal de areia, baixo potencial de diluição dos esgotos e avanço do mar rio acima causando a salinização da água doce, tal como já ocorre no município de São João da Barra, localizado na foz do rio<sup>35</sup> (LEITE, 2014, p. 21).

Mesmo com tantos impactos causados, ainda no atual século XXI, identificamos práticas como as descritas aqui. Podemos citar como exemplo a permissão dada pelo Instituto Estadual do Ambiente para que parte da Lagoa da Onça fosse drenada por particulares, ficando, assim, reduzida à metade (SOFFIATI, 2015a). Essa prática representa o que entendemos por intensificação do processo de desastre, uma vez que ele já está em curso, porém novos elementos somam-se ao processo, intensificando seus efeitos – à curto, médio ou longo prazo.

Identificamos, portanto, que a estiagem/seca no Norte Fluminense decorre de influências em nível global (aquecimento global), nacional (desmatamento, principalmente na Amazônia) e local (a partir da destruição de reservatórios naturais do recurso hídrico, bem como manejo inadequado do mesmo e do solo).

---

<sup>35</sup> Na foz do rio localiza-se o Pontal de Atafona, conhecido nacionalmente pelo avanço rápido do mar.

O que temos na região é então a presença de dois tipos de seca mais marcantes: a seca climatológica e a seca hidrológica. A primeira ocorre “quando a pluviosidade (chuva) é baixa em relação às normais da área” (KOBAYAMA, et al. 2006, p. 80). Já a segunda ocorre “quando a deficiência ocorre nos estoques de água dos rios e açudes” (Ibid. p. 80).

Não somente ações do passado vem influenciando até hoje a seca hidrológica no Norte Fluminense. A instalação de alguns mega empreendimentos tem contribuído em grande parte. Destacamos o Projeto Minas-Rio, no âmbito do qual foi implantado o Complexo Industrial e Portuário do Açú (CIPA), em Barra do Açú, 5º Distrito do município de São João da Barra, localizado na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O CIPA “being built on the northern coast of Rio de Janeiro State by the EBX Group<sup>1</sup>. CIPA is owned by Brazilian multibillionaire, Eike Batista, and enjoys the direct involvement of three different levels of Brazilian government (i.e., municipal, state and federal)” (PEDLOWSKI, 2013, p. 93).

Um dos empreendimentos do projeto é a construção de um Mineroduto, o qual “liga a mina e unidade de beneficiamento de minério de ferro da *Anglo Ferrous Brazil*, em Minas Gerais, ao Porto do Açú” (COSTA, 2018, p. 78).

O empreendimento tem gerado a escassez de água pela má utilização e manejo do recurso. O MAM<sup>36</sup> (2018) aponta isso como um grave problema, visto que a água captada pelo mineroduto provém do Rio do Peixe em Dom Joaquim, e já causa à população do município um sofrimento cotidiano pela falta de água.

Ainda assim, a empresa não reconhece os danos causados nessa cidade. Se somarmos a quantidade de água que seria utilizada pelos oito empreendimentos chegaremos a um volume suficiente para abastecer a capital mineira, Belo Horizonte. Ou seja, o Estado tem entregue nossas águas para que grandes corporações da mineração saqueiem nossos minérios (MAM, 2018, s.p.).

Em Santo Antônio do Grama há moradores que recebem da mineradora água em galões, pois suas nascentes foram destruídas (LINHARES e PAMPLONA, 2018. s.p.).

Assim como o mineroduto, o CIPA também está ligado à produção de desastre ambiental relacionado à seca hidrológica, em decorrência da

---

<sup>36</sup> O MAM “surge de uma acumulação da experiência de espoliação histórica da mineração no Brasil, alinhada às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia. É no Norte do Brasil, sobretudo, que camponeses, nas suas mais vertentes faces: quilombola, indígena, ribeirinha, cabocla, camponês de fronteira (que já migrou de outros espaços), acirram desde o final dos anos de 1990 com maior intensidade contra os projetos de exploração e escoamento da mineração. São eles, e principalmente nas áreas de mineração do Brasil, que serão prejudicados pelo desapossamento territorial de um capital em crise estrutural, que encontra na natureza (terra, água, minério) uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros” (<http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>).

planejada captação de água para abastecer o Distrito Industrial de São João da Barra – DISJB e o estaleiro da OSX, que poderá trazer grandes impactos à região. Para se ter uma ideia da magnitude deste projeto, segundo o Plano de Recursos Hídricos, em 2005 a demanda industrial de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, situados na bacia do Paraíba do Sul, era de 11,14 m<sup>3</sup>/s, na equivalência de consumo de 1.206 empresas industriais. Se traçarmos um paralelo, só o Distrito Industrial de São João da Barra – DISJB – tem uma previsão de consumo para 1.082 unidades industriais de pequeno, médio e grande porte (COSTA, 2018, p. 107).

No caso do DISJB e do Porto do Açú, a vazão de projeto estimada foi de 10m<sup>3</sup>/s, o que equivale ao consumo de uma população de 2.816.000 habitantes, ou mesmo 85 vezes a população do município de São João da Barra (AGB, 2011, apud, COSTA, 2018, p. 107).

A preocupação com a falta de água doce suficiente para atender as demandas de todas as unidades produtivas que estão sendo implantadas no CIPA também é levantada por Soffiati (2011).

Assim, para além de contribuir com a seca hidrológica de modo indireto – a partir do aumento da população que demandará mais abastecimento – o Complexo Portuário do Açú também se mostra como agente direto na produção desse tipo de desastre, pela necessidade de captação de água que requer para abastecimento do Distrito Industrial e do Estaleiro.

A escassez de água, portanto, em interação com a estiagem/seca já presente na região, bem como com a contaminação da água e a perspectiva de aumento demográfico, nos possibilita traçar um panorama desalentador para o Norte Fluminense, que muitos governantes se negam a reconhecer e enfrentar.

Pode-se concluir então que a seca/estiagem na Região Norte Fluminense não se trata apenas de um problema climático, mas também político e social.

### 3.2.3 Contaminação de água.

A contaminação da água ocorre a partir do “derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas” (BRASIL, 2012b, p. 06).

Referente a esse tipo de desastre destacamos novamente a influência do CIPA. Com a chegada do empreendimento moradores e produtores rurais sofrem com a perda da posse de suas terras. Os que ainda resistem sofrem com as constantes ameaças de desapropriação, além

da dificuldade de produção de alimentos por causa da salinização<sup>37</sup> do lençol freático – afinal, foi construído um grande canal para dentro do continente.

Esse canal foi dragado e todo esse material foi disposto em um aterro hidráulico. Para isso, aterrou-se a restinga, com areia e água do mar, e isso infiltrou no solo e contaminou o lençol freático. Isso provocou a salinização, que faz com que não cresça o que se planta. Isso impacta a produção de alimentos - explica Eduardo Geopra, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (CASTRO, 2017, s.p.).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem acompanhado esse contexto e sua colocação exprime de modo claro como tal situação materializa a lógica capitalista sobre a posse e uso do território. Sobre as famílias de Barra do Açu, o MST diz que suas

histórias e experiências no território do Açu estão marcadas de ações arbitrárias do poder político, que se alia ao poder econômico, tendo o poder judiciário como o representante fiel dessa aliança. Para o Juízo da 1ª Vara de São João da Barra, trata-se de uma demanda simples: as empresas receberam a posse do estado. Ignora que a transformação do 5º Distrito em zona industrial representou uma manobra política do então governador Sergio Cabral; ignora o descaso das empresas e do estado em pagar as indenizações irrisórias e ainda assim não pagas; ignora que a área em que as famílias foram deslocadas é um terreno em disputa judicial, tornando mais ameaçadora a ida dessas famílias, pois provavelmente serão expulsas pelo mesmo poder judiciário que as obriga a se deslocar. Mas, o mais grave na decisão judicial é que se mostra visível na sua parcialidade. Desde que foi implantado, o porto do Açu não trouxe melhoria de vida para essas famílias, nem para os trabalhadores e trabalhadoras que vivem do empreendimento, mas acima de tudo, o ambiente nunca foi tão degradado. O Ministério Público chega a defender que tal empreendimento econômico “resultará do efetivo desenvolvimento econômico e industrial da região, com geração de emprego e renda”. Mais grave. O Ministério Público, que pela Constituição deveria atuar em defesa do patrimônio ambiental, prefere ignorar todos os impactos que a Porto do Açu, empresa que já pertenceu ao empresário Eike Batista, suspeito de relações não legais com o então Governador Sérgio Cabral, vem impondo ao meio ambiente. E o Ministério Público que, arrogantemente, se coloca como a reserva moral da Constituição Brasileira, prefere apoiar cegamente o empreendimento sem nenhuma preocupação com o futuro ambiental dessa região, marcada por uma enorme riqueza de flora e fauna (SORIANO, 2017, s.p.).

A concentração de terras na região é tão grande que o empreendimento construiu algumas casas (apenas 34) destinadas às famílias atingidas em uma propriedade em litígio – tais terras pertenciam ao grupo OTHON/Usina Barcelos (COSTA, 2018).

---

<sup>37</sup> Vale salientar que a salinização conseqüentemente leva à desertificação da região.

Além de não garantir toda a infraestrutura necessária para a produção agrícola, os reassentados foram orientados a não iniciar o plantio, em especial a de culturas permanentes – como árvores frutíferas – em função da empresa ainda não ter a propriedade dessa área (Ibid. p. 83).

Ou seja, o dano que está sendo gerado ao ambiente (incluindo nele o ser humano) não tem sido suficiente motivo para uma intervenção estatal protetiva em relação à região. Percebe-se a defesa das empresas pelo Estado, utilizando, inclusive, dos seus distintos níveis de poder.

A tomada das terras foi radical. A autora explica que por meio do Decreto N. 41.584 de 05/12/2008 desapropriou-se

noventa por cento (90%) das terras do 5º Distrito/Açu impactando 1500 famílias. Isso implica que, se elas fossem retiradas ao mesmo tempo, mesmo sendo indenizadas pela desapropriação de suas terras conforme determinado, as famílias estariam impossibilitadas de permanecerem nas proximidades, abstendo-se das relações pessoais com familiares e vizinhos, e de cooperação com os demais camponeses. E ainda, não haveria terra disponibilizada para comprarem e se reassentarem (Ibid. p. 83).

O caso do CIPA ficou conhecido internacionalmente pela rapidez com que o Estado interviu para a garantia da posse das terras por parte do empreendimento.

The first step to remove obstacles to the implementation of CIPA was taken on the evening of December 31 of 2008. When most Brazilians, including the hundreds of small farmer families of São João da Barra, were celebrating the arrival of the New Year, the *Câmara de Vereadores* (City Council), held a special session to approve a new zoning ordinance that changed the legal designation of its Fifth District from rural to industrial. In practical terms, Municipal Law 115/2008 opened, by stealth, a way for the Government of Rio de Janeiro State to publish several decrees that expropriated the entire area of the Fifth District using a Federal Law of 1941 (Law 3365/1941), which it is still used by the different levels of government to expropriate private land in the “public interest” (PEDLOWSKI, 2013, p. 97).

Com essa ação da Prefeitura Municipal de São João da Barra o governador do Estado do Rio de Janeiro pode, por meio de decretos, desapropriar 7.036 hectares de terras de agricultores e pescadores para que o Complexo do Açu fosse instalado (COSTA, 2018). Somada a essa formação de uma base de legitimação legal para atuação do Estado e setor privado, houve a apartação da sociedade das informações sobre tal processo – nos termos de Pedlowski (2013) – até o último minuto.

O Estado, nas suas três esferas, se antecipa na criação das condições gerais de produção, seja na alteração e flexibilização das legislações ambientais, seja nas mudanças operadas no Plano Diretor, retirando as áreas denominadas rurais – destinadas até então à agricultura e pecuária – e transformando-as em industriais. Essa concepção facilitou a desapropriação das terras dos camponeses, possibilitando seu repasse legal aos empreendedores; de início, à LLX, representada por Eike Batista; atualmente à PRUMO Logística S/A, principal holding de capital transnacional (COSTA, 2018, p. 72).

Em decorrência da resistência dos moradores, movimentos populares e estudos realizados por pesquisadores de Instituições Públicas de Ensino Superior, as estratégias de tomada de posse tiveram que se intensificar.

Despite the fact that CODIN<sup>38</sup> had previously made a complete inventory of landowners in the Fifth District, many condemnation proceedings were filed against “absentee or unknown” owners. This strategy was clearly designed to expedite the judicial decision-making constitutionally required of the State when a given piece of land is targeted for expropriation by not giving enough time to the affected landowner or squatter to hire lawyers to defend their rights (Ibid. p. 97).

Além de tal estratégia, a polícia militar, junto com seguranças particulares da EBX Group, usaram da intimidação para inibir as resistências, por vezes com a selagem das passagens para algumas propriedades e até com uso da força física (PEDLOWSKI, 2013).

Nesse caso ficou nítida a unidade entre as instituições do Estado no sentido de garantir a execução do empreendimento, demonstrando como o Estado utiliza dos seus aparatos legais de repressão para atender ao ideário de defesa dos interesses do mercado.

Para garantir os investimentos e a implantação desse projeto, os governos estaduais [Rio de Janeiro e Minas Gerais] e federal tomaram várias medidas e criaram uma série de incentivos fiscais. No caso de Minas Gerais, declarou-se de utilidade pública para desapropriação, em favor da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., as faixas de terras necessárias à construção das instalações complementares ao empreendimento mineroduto Minas-Rio e à implantação das minas de minério de ferro e da usina de beneficiamento, localizadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas respectivamente. Desapropriou também 752 propriedades nos 25 municípios por onde passará o mineroduto. Para instalação das obras e demais atividades de infraestrutura, decretou serem de utilidade pública as áreas para intervenção e supressão de vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, localizadas no Bioma Mata Atlântica, áreas de preservação permanente ou em outros espaços especialmente protegidos (REPRESENTAÇÃO MPF, 2012, p. 03, apud, COSTA, 2018, p.81).

---

<sup>38</sup> Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro.

A salinização das águas e dos solos até hoje causam danos ao ecossistema da região e sistemas agrícolas. Apenas uma multa foi aplicada (R\$1,3 milhão), contudo não foi paga em decorrência das manobras administrativas (PEDLOWSKI, 2018a). Em janeiro deste ano, a Prefeitura Municipal de São João da Barra liberou um *release* sobre um estudo feito na região, apontando a inexistência de salinização. Contudo, a empresa responsável pelo estudo não foi identificada, nem há informação sobre de quais propriedade foram retiradas as amostras, bem como em qual laboratório as análises foram feitas e com qual metodologia (PEDLOWSKI, 2018b). O autor cita que nos últimos 6 anos o caso da salinização tem sido

colocado em completo esquecimento por parte das autoridades e dos novos donos do Porto do Açú, o fundo de ‘private equity’ EIG Global Partners que têm se apegado à versão insustentável de que o grave incidente ambiental teria tido aspectos pontuais, tanto no tempo como no espaço (PEDLOWSKI, 2018a)

Confirmando o que mencionamos anteriormente, o modelo de desenvolvimento capitalista ora adotado pela região vê nos grandes empreendimentos a oportunidade de crescimento e resolução das mazelas sociais.

A visão presente em todo o processo de implantação do Porto do Açú e legitimada pelos representantes dos três Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – abrangendo as três esferas – municipal, estadual e federal – é que este megaempreendimento traria a redenção para São João da Barra, Campos dos Goytacazes e demais cidades do entorno do porto, porém não é isto que apontam os resultados do impacto (COSTA, 2018. p.75-76).

A visão local da busca pelo moderno e pelo progresso está tão impregnada pela lógica do grande capital que as mídias são utilizadas como instrumentos de propagação da ideia de que os grupos de camponeses e pescadores que resistem em se manter em suas propriedades, representam na verdade uma corrente contra o desenvolvimento da região (Ibid.).

No presente caso, a articulação realizada pelo Estado, o Capital e o Direito para viabilizar o Projeto Minas-Rio e, particularmente, o Complexo Industrial e Portuário do Açú, tem o desenvolvimento e o progresso como as justificativas para a utilização e realização de todos os arbítrios contra a população residente no local e as violações socioambientais ( COSTA, 2018, p. 95).

Chegamos, portanto, ao futuro que Lénine anunciou. Não há mais territórios sem proprietário, logo, as novas aquisições passam a se dar pela “passagem” de um dono para

outro dono. Passagem essa que em alguns casos não tem se dado pela ação de compra e venda legal, mas pela quase “tomada” da propriedade.

Para além do tipo de desastre ambiental sinalizado anteriormente, o Projeto Minas-Rio apresenta outra interferência na contaminação da água a partir do seu empreendimento do Mineroduto.

Os minerodutos constituídos de tubulações e estações que bombeiam o transporte de minério de ferro à distância vêm provocando conflitos de diversas dimensões: do ponto de vista socioambiental, na intervenção em terras produtivas e tradicionais, na destruição de mananciais, na poluição de rios e lagoas, no descarte de efluentes no ambiente marinho e no desperdício e subtração de água, desde as áreas visadas pela mineração e pontos de partida dos minerodutos até os locais da exportação a diferentes portos do sudeste e nordeste brasileiro, alguns implantados e outros projetados (COSTA, 2018, p. 104-105).

#### Segundo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM),

a Anglo American é uma multinacional com vasto histórico de sistemáticas violações de direitos humanos em todas as regiões do mundo onde atua. A construção do mineroduto do projeto Minas-Rio, por exemplo, foi alvo de diversas denúncias, incluindo autuações do Ministério Público do Trabalho por trabalhadores em situação análoga à escravidão nas obras. E mesmo após sua finalização em 2014 vários problemas continuaram sem resolução, como o drama de centenas de famílias que tiveram suas fontes de água destruídas e as casas rachadas com os tremores provocados pelo bombeamento do minério (MAM, 2018, s.p.).

Nos dias 12 e 29 de março de 2018 ocorreram rompimentos no mineroduto Minas-Rio, liberando 1.860 toneladas de minério de ferro em Santo Antônio do Gama (MG) (LINHARES e PAMPLONA, 2018).

Cerca de 26% do minério expelido pelos dutos foi para o córrego Santo Antônio. A maior parte atingiu uma barragem da Anglo – o que acabou suavizando o impacto – e áreas de pasto. O trabalho braçal, com pás e enxadas, ou mecânico, com caminhões de sucção, é retirar o minério grudado nas margens e no leito do rio. Pelo córrego, o minério se espalhou por 11 km e a captação de água para o abastecimento da cidade foi interrompida (Ibid. s.p.).

O mapa abaixo aponta o caminho percorrido pelo mineroduto, até o Porto do Açú, além da região que sofreu com seu rompimento. É possível visualizar que ele passa por alguns municípios da Região Norte Fluminense.

Mapa 6 – Região do rompimento do Mineroduto Minas-Rio.



Fonte: Linhares e Pamplona, 2018.

Como consideramos o desastre como processo, entendemos que mesmo que o rompimento ainda não tenha ocorrido na Região Norte Fluminense, esta já se encontra em um processo de desastre ambiental relacionado à possível contaminação de água e extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário. O rompimento propriamente seria caracterizado como o momento da crise do desastre. Da mesma forma como ocorreu o rompimento em Santo Antônio do Grama, o mesmo também pode vir a ocorrer no Norte Fluminense, já que se trata do mesmo empreendimento. Segundo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração,

em 26 de janeiro de 2018 a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de MG concedeu a Licença Prévia (LP) concomitante à Licença de Instalação (LI) para a “Etapa 3”, através da Câmara Temática de Mineração. Esta expansão garantirá à empresa um aumento significativo da exploração mineral no território. A concessão dessa licença foi concedida de forma arbitrária, sem participação popular e sem que a empresa resolvesse os graves problemas acumulados das etapas e anos anteriores. Importante frisar que a ampliação da extração terá como consequência direta o aumento do volume de polpa de minério de ferro que é transportada pelo mineroduto, o que gera mais pressão no seu funcionamento e maiores riscos de novas rupturas (MAM, 2018, s.p.).

Na cidade atingida moradores afirmaram em reportagem para a Folha de São Paulo que desde 2015 já esperavam que algo do tipo aconteceria, pois houve tremores de terra e

surgiram trincas. A moradora Vanessa Rosa dos Santos diz: *“Hoje eu posso chegar pra eles e dizer: eu avisei. Porque, se está tremendo, uma hora ou outro o cano não ia aguentar. E se fosse no meu terreno? E se meu marido estivesse no quintal? É insegurança. É falta de responsabilidade”*.

Para além desse tipo de contaminação a região Norte Fluminense sofre também com a contaminação dos cursos hídricos proveniente de lançamento de esgoto não tratado, atividades agrícolas e industriais.

No caso do lançamento de esgoto não tratado, algumas lagoas tiveram suas águas eutrofizadas.

A Lagoa de Imboassica, a partir dos anos de 1970, passou por um acelerado processo de urbanização, mas, aqui, por pessoas de média e alta rendas. Em consequência, os setores norte e oeste da lagoa sofreram aterros para a construção de casas residenciais e comerciais. A produção de esgoto saturou progressivamente suas águas, que foram eutrofizadas (SOFFIATI, 2010, p. 144).

Sobre o impacto da agricultura na contaminação das águas identificou-se que

a contaminação está relacionada ao grau de escoamento superficial e subsuperficial e conseqüentemente ao tipo de cobertura vegetal e ao tipo de plantio e manejo do solo. [...] Solos expostos sofrem a ação de compactação e a capacidade de infiltração pode diminuir dramaticamente, resultando em maior escoamento superficial. A exploração indevida do solo pode ocasionar processos de erosão hídrica, carreando sedimentos para os rios, e a perda da produtividade do solo pode levar ao incremento com agroquímicos que são transportados através das redes de drenagem em direção ao rio.(Ibid. p.43)

Os rejeitos industriais também tem contribuído fortemente para a piora desse contexto, gerando tanto problemas de ordem econômica, como também social e de saúde pública.

Os problemas causados pela poluição de origem industrial são relevantes na bacia do Paraíba do Sul. No trecho paulista do rio, a montante, são observados metais pesados (cádmio, cromo total, níquel e mercúrio), fenóis e oxigênio dissolvido em desacordo com os padrões de qualidade em algumas amostras[...] as áreas mais críticas em relação a despejos industriais brutos e líquidos estão no Rio de Janeiro, localizadas em Resende, Barra Mansa e Volta Redonda, causadas por indústrias de grande porte e poluentes importantes como fenóis, cianetos, sulfetos, metais pesados (cromo, zinco, cobre, chumbo, cádmio, mercúrio) e solventes orgânicos. Os resultados das análises de metais mostram que, na região mais industrializada de Barra Mansa e Volta Redonda, ocorrem as concentrações máximas de todos os metais, exceto o cobre, que apresentou maior índice na cidade de Resende. As maiores concentrações de hidrocarbonetos aromáticos polinucleares

também ocorrem nessa região[...] A qualidade da água vai decrescendo no sentido do fluxo do rio também na medida em que a poluição orgânica, a poluição fecal e o nível de nutrientes são crescentes em decorrência dos despejos domésticos de cidades (TCE, 2007).

Inúmeros são os casos de desastres ambientais na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Segundo Alves et all. (2013), trata-se do rio mais industrializado do Brasil, com aproximadamente 8.000 empresas localizadas em suas margens, além de instalações para exploração dos seus recursos hídricos para geração de energia elétrica.

Assim, o Rio Paraíba do Sul vem perdendo a qualidade dos seus recursos, devido à intensa urbanização e à industrialização. Os problemas emergem da ação destruidora do homem, que fez transposição das suas águas para o abastecimento de cidades, da construção de barragens e reservatórios, da exploração de areia, de despejos de esgoto doméstico, industrial e agrícola (Ibid. s.p.).

Um dos maiores desastres ambientais ocorridos foi o vazamento em 2003, de material contaminado da Indústria Cataguases de papel – cerca de 1,2 bilhão de litros de produtos químicos (Ibid.) – no rio Pomba, um dos principais afluentes do rio Paraíba do Sul.

A mancha tóxica liberada no Rio Pomba atingiu rapidamente a calha principal do Rio Paraíba do Sul e, conseqüentemente, 39 municípios da Zona da Mata e oito cidades do Norte Fluminense que, juntos, possuíam naquela época uma população estimada em 600.000 habitantes (ALVES, et all, 2013, s.p.).

Fotografia 6 - Encontro da água contaminada com a água do rio - 2003.



Fonte: CEPED, 2015.

Os danos foram severos, desde a parada no abastecimento de água, até à dizimação de espécies de peixes.

diversos animais, como bois, cavalos, jacarés e peixes foram vistos mortos ao longo do percurso dos rios atingidos. Além disso, foram mortos milhares de alevinos depositados no rio pelos pescadores locais como forma de revitalização. Em São Francisco de Itabapoana, a faixa de areia que separava o mar da Lagoa da Praia foi destruída, ocasionando a contaminação da lagoa e dos manguezais pela lama negra (Ibid. s.p.).

Os principais impactos socioeconômicos sentidos na região foram:

- Corte na distribuição de água para diversas indústrias e 36 municípios, prejudicando mais de 700.000 pessoas;
- Suspensão temporária das atividades da pesca e extração de areia para a construção civil;
- Paralisação das aulas;
- Custos com a perfuração de poços artesianos e aluguel de caminhões pipa;
- Queda na demanda por pescado oriundo das áreas afetadas;
- Queda na arrecadação tributária nos municípios afetados, uma vez que as indústrias deixaram de produzir durante 10 a 20 dias (CEPED, 2015, s.p.).

De acordo com Eduardo Santos de Oliveira (Procurador da República) já era sabido à época que haviam meios mais seguros para se gerenciar a barragem de Cataguases, no

entanto, o escolhido se deu pelo seu menor custo (PÚBLICA, 2016, s.p.). Dez anos antes do rompimento a Indústria já havia sido alertada para a necessidade de se desativar a barragem (Ibid.).

Este e outros desastres ambientais demonstram a necessidade da sociedade de analisar o acesso desigual aos recursos naturais e a distribuição dos custos de sua exploração, Constata-se que, apesar de a fonte causadora do impacto de Cataguases ter sido a grande indústria, não foram os seus proprietários que sofreram com a maior carga do dano ambiental na região do acidente, mas sim as comunidades política e economicamente mais frágeis, o que provocou a ida à Justiça Ambiental (ALVES et all. 2013, s.p.).

#### 3.2.4 Erosão costeira/marinha.

Refere-se ao “processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés” (BRASIL, 2012a, s.p.).

Esse tipo de desastre tem se mostrado frequente em diversas partes do Brasil e acarretado prejuízos tanto sociais, como culturais e econômicos.

Segundo os cientistas, os fatores desse novo embate são todos eles de origem humana e de âmbito planetário, regional e local. Os de natureza planetária são o aquecimento global e a elevação do nível do mar por expansão de suas moléculas devido ao aquecimento e o derretimento de geleiras marinhas e continentais. Na conta dos regionais, os estudiosos depositam o desmatamento das bacias hídricas da Região Sudeste e o grande desmatamento delas. No que toca aos locais, a responsabilidade é atribuída às obras de engenharia costeira, como em Barra do Furado, no Açu e em Marataízes, por enquanto (SOFFIATI, 2015b, s.p.).

Nesta parte do trabalho trataremos de três exemplos de erosão marinha, os quais ainda ocorrem em Atafona, Barra do Açu e Barra do Furado.

Em Atafona, distrito do município de São João da Barra, ficou conhecida nacionalmente pelo forte avanço do mar no Pontal, processo esse que já dura cerca de quase 7 décadas.

Segundo estudiosos, ele talvez tenha começado em 1950. A explicação mais aceita, e defendida por Dieter Müeche, Enise Valentini e Claudio Neves, sustenta que o desmatamento da bacia, as diversas barragens construídas nela, as transposições e um guia corrente implantado na foz reduziram a vazão líquida e sólida do rio, permitindo a invasão do mar, que erode a praia e

transfere cada vez mais o estuário do rio, ou seja, a zona de água salobra (SOFFIATI, 2015b, s.p.).

Fotografia 7 – Praia de Atafona atingida por erosão marinha.



Foto: Ralph Braz, 2015.

Ribeiro et all. (2004) afirmam que tal processo tem se intensificado a partir de 2007, chegando à velocidade de 5 metros por ano. Os motivos desse fenômeno ainda estão sendo discutidos pelos pesquisadores, todavia já se pode apontar os principais: “regime de ventos e de ondas; contenção de sedimentos nos barramentos ao longo do rio Paraíba do Sul; regularização da vazão do rio e sua descarga no Oceano Atlântico; crescente assoreamento do rio em seu baixo curso” (Ibid. p. 130).

Na visão de especialistas, isto se deu por causa do enfraquecimento do rio Paraíba, provocado pela barragem de Santa Cecília (a qual abastece 80% da região metropolitana do Rio de Janeiro) e também pela degradação ambiental (AZEVEDO, 2004, p. 66).

É fato, portanto, que a erosão marinha em Atafona possui determinantes próprios da natureza, como os fortes ventos, as ondas e as marés. Todavia, somado a esses agentes existem os de ordem antrópica. De acordo com o professor de Engenharia Cartográfica da UERJ Gilberto Pessanha, “as barragens construídas no rio Paraíba do Sul provocaram a diminuição da quantidade de água e de sedimentos que seguem para o litoral” (UERJ EM QUESTÃO, 2011, p. 04).

A consequência disso é menos areia para “engordar” a praia. Hoje, não há como saber se a erosão costeira é causada por um evento natural ou provocada pelo homem. Pelo que observamos é possível afirmar que a responsabilidade é de 50% para cada lado (Ibid. p. 04).

Complementando a visão de Gilberto Pessanha, o oceanógrafo David Zee afirma que essa baixa vazão contribui para o enfraquecimento do equilíbrio de forças entre mar e rio – logo, tal equilíbrio que antes existia está se acabando, tornando o ciclo hídrico desbalanceado (O DIA, 2015, s.p.)

Tal erosão, no entanto, não se configuraria em desastre ambiental caso não houvesse pessoas atingidas. Todavia, a história de formação de Atafona é marcada, ao menos em seu início, por uma população de baixa condição financeira à busca de um local para construir suas residências e que, ao mesmo tempo, os permitissem trabalhar. Foi assim que a região do Pontal de Atafona teve como seus primeiros habitantes famílias que viviam basicamente da atividade da pesca, as quais ergueram as primeiras construções bastante precárias (Ibid.). Pela própria dinâmica da atividade da pesca, somada à escassez de terras livres, a alternativa foi habitar as áreas próximas ao rio Paraíba e o mar. Atualmente, “a camada social de mais baixa renda da população, isto é, os pescadores perderam, em sua grande maioria, suas casas e tiveram que mudar de atividade alterando, assim, seu “modus vivendi” (ARGENTO, COSTA, 2005, p. 1208-1209).

Outro exemplo desse tipo de fenômeno vem ocorrendo na Praia do Açú, também distrito de São João da Barra. No contexto desse tipo de desastre, também identificamos a interferência do CIPA. “No Açú, o grande responsabilizado por um processo erosivo que se estende até o Cabo de São Tomé é o estaleiro do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú” (SOFFIATI, 2015b, s.p.). Segundo o autor um estudo foi encomendado ao especialista em engenharia costeira Paulo Rosman, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo seu parecer, não há “nenhuma relação de causa e efeito entre as obras do estaleiro e a erosão da praia. Em seu entender, a erosão se deve mais à elevação do nível do mar e à ocupação ilegal por casas na orla marítima” (Ibid.).

Todavia, outros estudos foram realizados comprovando a interferência dos espigões construídos pelo empreendimento.

Os geógrafos Marcos Antonio Pedlowski, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, e Eduardo Bulhões, da Universidade Federal Fluminense/Núcleo Campos, demonstram que os espigões do estaleiro estão

impedindo o transporte de sedimentos arenosos extraídos pelo mar da Praia do Açú em direção ao norte e ao sul. Assim, a praia só perde sedimentos, sem que eles sejam repostos. Daí a erosão (Ibid. s.p.).

O MPF solicitou uma pesquisa na região do empreendimento ao Professor Eduardo Bulhoes. O estudo concluiu que “há um obstáculo no caminho – dois espigões de pedras construídos no canal, na transposição da areia flutuante – que atrapalham o fluxo”. (COSTA, 2018, p. 181).

Fotografia 8 – Praia do Açú atingida por erosão marinha.



Fonte: Blog do Roberto Moraes, 2014.

Devido ao grande impacto do desastre, moradores do Açú chegaram a protocolar uma denúncia junto ao Ministério Público Federal (manifestação de nº 2015053502) (Ibid.)

Já em Campos dos Goytacazes tem-se Barra do Furado, que faz divisa com Quissamã. Em sentido ao mar do lado esquerdo fica a Praia de Boa Vista/Campos e do lado direito Barra do Furado/Quissamã.

Essa localidade vem passando por um processo de erosão marinha contínua que, assim como Açú, possui como um dos principais determinantes a intervenção humana no ambiente a partir da construção de estruturas entre o continente e o mar.

O caso de Barra do Furado, na foz do Canal da Flecha no mar, é relativamente simples de explicar. Naquele ponto da costa, as correntes marinhas são muito fortes, principalmente a corrente dominante, que se desloca de oeste para leste, transportando grande quantidade de sedimentos

arenosos. Qualquer travessão sólido inserido no mar retém areia do lado direito e provoca erosão do lado esquerdo. A finalidade da construção dos dois espigões de pedra pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento na foz do Canal da Flecha, em 1981, foi manter a barra sempre franca, ao contrário do que acontecia antes dos espigões: as correntes tapavam a foz com areia. O resultado foi o rápido acúmulo de areia do lado de Quissamã e a erosão do lado de Campos, continuando a foz a ser vedada (SOFFIATI, 2015b, s.p.).

Fotografia 9 – Erosão marinha próxima ao Canal da Flecha.



Fonte: Blog do Roberto Moraes, 2013.

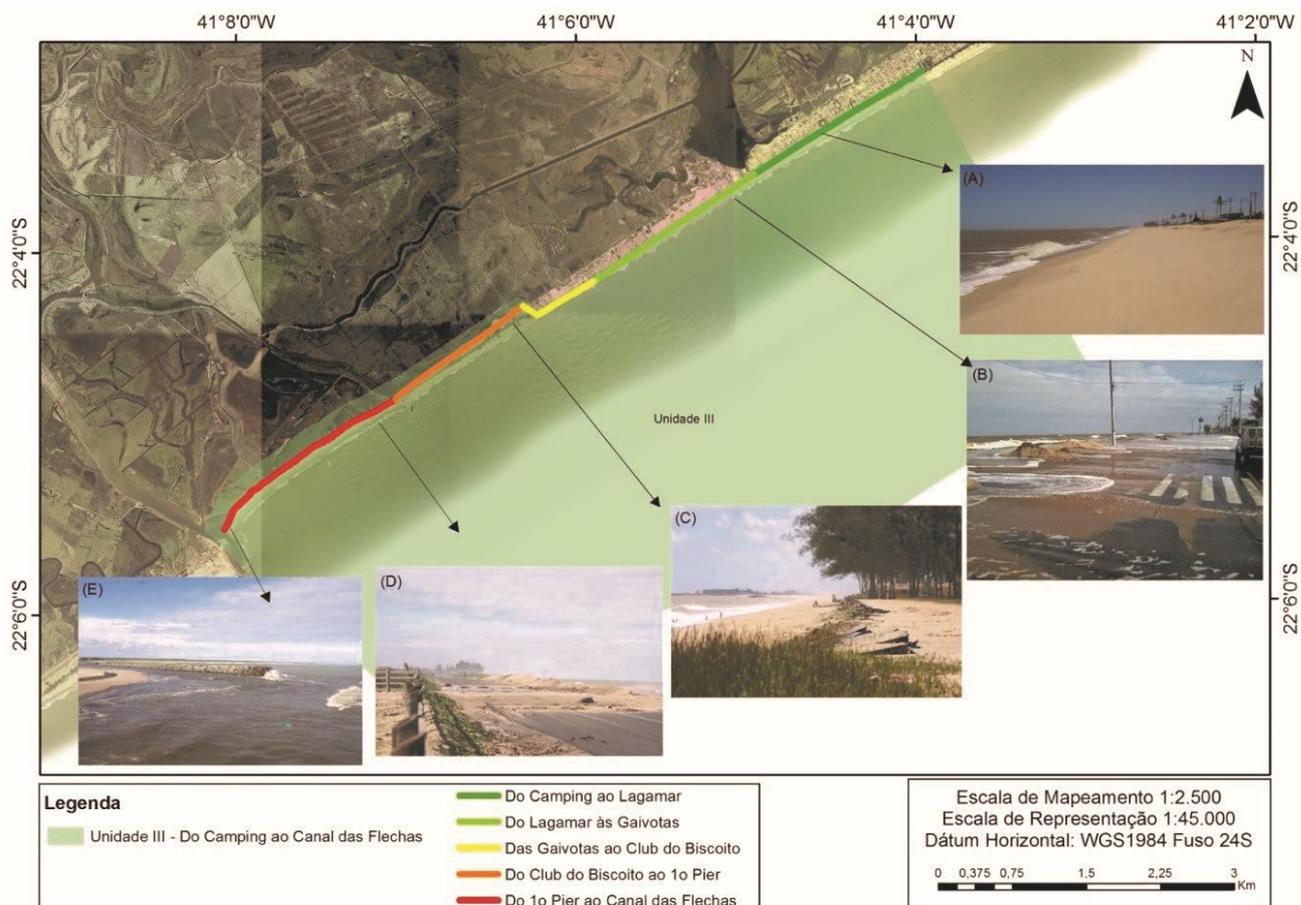
Na fotografia acima se visualiza a base das obras do Complexo de Barra do Furado. Chamamos a atenção para a imensa faixa de areia na margem pertencente à Quissamã, em detrimento da margem pertencente a Campos dos Goytacazes.

O empreendimento – conquanto muito dispendioso aos cofres públicos – resultou em retumbante fracasso. Os molhes não conseguiram impedir o assoreamento da barra do Canal da Flecha, acumulou areia junto ao espigão em Quissamã, engordando a praia, e erodiu a praia da Boa Vista, junto ao espigão construído do lado de Campos (CRUZ, 2010, p. 9).

Poucas são as notícias ou estudos sobre o fenômeno nessa localidade e muito menos se encontra facilmente alguma publicação relacionando-o a um processo de desastre ambiental –

talvez em grande parte por ter sua maior área territorial afetada sem habitações. Todavia, ao olharmos o mapa da região percebemos residências próximas ao local onde a erosão vem se intensificando. Um estudo realizado por Bulhoes et all. (2016) mostra inclusive que algumas áreas residenciais já vem sendo afetadas, principalmente nas épocas de ressaca do mar.

Mapa 7 – Região atingida pela erosão marinha próxima ao Canal da Flecha.



Fonte: Bulhoes et all. (2016). Mapa e Fotos A, C, D e E: Autores. Foto B: O Diário de Campos.

De acordo com os autores, o trecho do Camping ao Lagamar (Foto A) já é uma área urbanizada e desde lá já se evidencia um processo de erosão. Além disso, no trecho das Gaivotas ao Clube do Biscoito (faixa amarela) há tendência “de erosão continuada da praia e avanço do mar com destruição da estrada, loteamentos, casas e árvores, extinção de faixa de areia e da restinga” (BULHOES et all., 2016, p. 297).

Já o trecho do Clube do Biscoito ao 1º Pier (linha laranja), foi o último considerado com alguma urbanização. Nele há tendência de acentuação da erosão com consequente

salinização da terra, além da destruição de estrada e loteamentos (Ibid.). As fotos B, C e D mostram momentos em que o mar invadiu a pista de passagem. Em 2010 duas famílias tiveram que deixar suas residências na localidade de Gaivotas, devido ao avanço do mar (RIBEIRO, 2010).

Pelo que foi tratado neste capítulo percebemos, ao analisar a história da Região Norte Fluminense desde sua origem, elementos que já se apresentavam como constituintes de processos de desastres ambientais, como a dificuldade de acesso à habitação em local ambientalmente seguro, a produção de intensa desigualdade social e a destruição de ecossistemas. Tais processos que vieram sendo construídos e intensificados ao longo da formação da região, ainda hoje são percebidos e apresentam momentos de crises constantes que afetam a rotina da sociedade (principalmente as populações mais empobrecidas), criam e intensificam situações de desigualdade social e prejudicam até mesmo o setor econômico.

Para além desses elementos históricos, novos contextos surgem contribuindo para a produção de novos processos de desastres, ou até intensificando processos já existentes, como a abertura dos municípios para instalação de empreendimentos produtores de riscos socioambientais.

Tal realidade coloca como desafio aos pesquisadores da área o aprofundamento do debate junto à academia e aos atingidos, como também junto às instâncias formuladoras de políticas públicas, buscando refletir sobre o papel de cada política nesse contexto, os equívocos cometidos e as possibilidades futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta neste trabalho revelou-se bastante desafiadora. Em primeiro lugar, pela diversidade teórica existente na literatura, o que implicou em muitas reflexões acerca das escolhas que faríamos. Em segundo lugar, pelo denso esforço requerido para se produzir as mediações necessárias, de modo a não perder de vista a fundamental articulação entre aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, essenciais para a interpretação e explicação sobre o objeto investigado.

Muitos caminhos poderiam ser tomados para o desenvolvimento dessa pesquisa, contudo, optou-se por realizar um resgate histórico sobre o surgimento do capitalismo, pois compreendemos que o entendimento acerca das especificidades desse processo muito contribuiria para também entendermos a lógica de desenvolvimento que influenciou tanto na formação socioeconômica brasileira, quanto do Norte Fluminense.

Propomos um estudo sobre a relação existente entre o modelo de desenvolvimento capitalista e a construção e intensificação dos desastres ambientais, mais especificamente na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Nossa hipótese, então, confirmou-se, conforme expresso a seguir.

Vimos que o sistema capitalista não surge espontaneamente com a humanidade, mas avança a partir de uma nova sociabilidade que começa a ganhar corpo na Europa, mudando radicalmente as leis socioeconômicas. Esse novo sistema tem na reversão de bens comuns à propriedade privada o principal elemento de acumulação de capital. Como a produção de riqueza à época se dava primordialmente pelo trabalho com a terra, um grande contingente populacional passou a não mais usufruir dos direitos consuetudinários sobre ela, tendo que se submeter ao mercado tanto para vender sua força de trabalho, quanto para adquirir produtos necessários à própria subsistência.

Com a restrição cada vez maior do acesso à terra, um perfil específico de população foi sendo formada, marcada pela miséria, pela profunda desigualdade social, pela ausência dos meios básicos de reprodução social, o que conseqüentemente agravou o contexto de violência e crimes.

A expansão dessa lógica pelo mundo não demorou, principalmente pelos imperativos que ela trazia e pelas ações brutais de colonização de novas terras e pessoas. Essa dominação sobre o outro e o que pertence ao outro levou à descoberta de riquezas naturais, as quais passaram a ser alvo de intensa exploração, passando a natureza a ser compreendida enquanto objeto de satisfação das necessidades humanas, algo que existe para servir. Foi a partir dessa

lógica que as ações mais devastadoras se deram sobre ecossistemas diversos, em busca da acumulação de riquezas e poder. Nesse sentido, diz-se que o capitalismo tem por característica inata um caráter destrutivo.

O avanço do sistema pelo mundo se deu a partir do movimento de ocidentalização baseada na colonização. Assim, o mundo passou a ser dividido entre países colonizadores e suas colônias. Estas possuíam diferentes perfis, mas a maior parte constituiu-se de colônias de exploração com base na mão de obra escrava da África. Esse momento na história foi fundamental para o processo a acumulação de capital, principalmente de países europeus. Destaca-se nesse período o entendimento dos colonizadores sobre a necessidade de se manter a maior parte da população alheia à propriedade privada, de modo a subordiná-la a um sistema onde se deve vender a força de trabalho para sobreviver e recorrer ao mercado para a manutenção das necessidades de subsistência.

Com o processo de industrialização, os países centrais passaram a pressionar os que ainda mantinham mão de obra escrava a pôr fim a esse perfil de trabalho, não em virtude de um caráter humanitário, mas pelo interesse de formação de mão de obra assalariada, a qual passaria participar do mercado (não mais como produto, mas como consumidor).

Findo esse período na história, as agora ex-colônias se viram imersas em profundos problemas gerados por todo esse processo. No Brasil destaca-se: a posição periférica assumida na economia internacional, pelo sentido da colonização que prevaleceu no país; uma herança de destruição de ecossistemas diversos em prol da busca pelo “crescimento”; uma formação social profundamente desigual, principalmente pela ausência de políticas públicas voltadas para o atendimento ao ex-escravos e marcada pela dominação das oligarquias fundiárias; e uma conformação socioespacial que materializa tais desigualdades sociais e expressa o conflito de classes.

Percebe-se que ao longo dos anos de colonização os elementos necessários para a produção e reprodução das desigualdades sociais foram sendo construídos. Podemos citar:

- A dominação do território brasileiro por uma oligarquia - que ainda hoje se perpetua e mantém seu poder a partir da vinculação à política;
- A formação da classe de trabalhadores despossuídos da propriedade privada (compreendido também os meios de produção);
- A própria adoção de um modelo de desenvolvimento pautado na “submissão” aos países dominantes, o que vem perpetuado o contexto de dependência e estratificação de uma colocação inferior do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho;

- A ampla massa populacional com acesso restrito aos meios que poderiam leva-la a romper com a pobreza (como a educação de qualidade);
- O estímulo à imigração que aumentou a gama de pessoas em busca de trabalho e, conseqüentemente, a baixa do salário pela oferta maior que a demanda;
- A manutenção do exército de reserva, tanto no campo, quanto na cidade; os investimentos na habitação, pelos setores públicos e privados, direcionados prioritariamente para o atendimento da classe média e alta;
- O acesso a posições políticas condicionado principalmente pelo nível de posses;
- O avanço do capital sobre as diversas esferas da vida, sejam elas condições básicas para sobrevivência humana ou não – daí vem os processos de especulação imobiliária, por exemplo, e a retirada de famílias de suas propriedades de acordo com os interesses econômicos; a implantação do receituário neoliberal, dentre outros.

Pós período colonial, os países centrais e periféricos passam a outro patamar de interação, onde estes se mantem em uma condição de subdesenvolvimento, porém na expectativa de um dia alcançar a mesma posição dos países centrais. Todavia, entende-se que essa expectativa faz parte do processo de dominação de uns sobre outros, servindo como canal para difusão de ideias e entrada do capital nos países periféricos, como também extração das suas riquezas.

A concepção de desenvolvimento que impera hoje na sociedade, portanto, é o desenvolvimento do próprio capitalismo, é uma concepção proveniente da racionalidade capitalista, a qual põe os países considerados desenvolvidos como modelos a serem atingidos. Pressiona-se os países subdesenvolvidos para a execução de determinadas orientações emanadas das organizações multilaterais, contudo, se abafa o debate sobre os verdadeiros caminhos que levaram os países desenvolvidos a alcançarem tal patamar. Ignora-se o processo de exploração entre países que gerou a riqueza para uns e a pobreza para outros nos primórdios do sistema capitalista de produção, assim como também se ignoram os novos contornos da exploração entre países, ainda hoje fortemente existentes.

Exploração essa que mantém os países subdesenvolvidos à mercê muitas vezes da vontade dos países centrais e sem as condições reais para superação da sua condição. E assim, o subdesenvolvimento se perpetua, sendo cada vez mais, ao mesmo tempo, agravado e intensificado pela desigualdade social, bem como se tornando o próprio agravador desse contexto. O sistema capitalista desde sua origem, portanto, mostra-se como produtor e

reprodutor de desigualdades, tendo um modelo de desenvolvimento incompatível com os direitos humanos, assim como com a preservação do planeta.

Essa lógica se fortalece ainda mais a partir da entrada do capitalismo na era dos monopólios. Com a centralização e concentração de capital, conseqüentemente os países dominantes acabam por acumular também mais poder. A exploração sobre os países periféricos intensifica-se, assim, pautada principalmente na volumosa dívida externa e em um ideário de desenvolvimento propagado pelo mundo, mais conhecido como orientações neoliberais. É nessa fase que as desigualdades sociais se acirram e aprofundam, bem como a dependência internacional, e se evidencia o processo de acumulação por expropriação.

O debate sobre os desastres ambientais está, portanto, intrinsecamente relacionado a esse processo histórico de produção e intensificação das desigualdades sociais, assim como ao modo como esse sistema tem se expandido. Na busca dos meios para sobrevivência, famílias e indivíduos, por questões econômicas, acabam recorrendo a locais ambientalmente vulneráveis para construção das suas moradias (como encostas ou margens de rios). Por outro lado, acaba-se produzindo um ambiente inseguro em determinadas localidades, a partir, por exemplo, da construção de barragens. Ou seja, nesse caso, não foram os sujeitos que se estabeleceram em local propício à ocorrência de desastre, mas o risco foi produzido posteriormente à instalação dessas pessoas que, por condições também econômicas e pela própria estrutura social formada naquele lugar, acabam permanecendo ali. A desigualdade social acaba contribuindo também para que em momento das crises dos desastres uns tenham maiores condições de se protegerem, que outros – assim como maiores condições de reestruturarem suas vidas pós impacto.

Além disso, a lógica de expansão predatória do capitalismo tem levado a mudanças profundas nos ecossistemas, contribuindo, por exemplo, para o aquecimento global, para a elevação do nível do mar, para a destruição de mananciais de água agravando os processos de seca hidrológica e climática. Os imperativos capitalistas levam, portanto, à exploração desmedida dos recursos naturais não renováveis, assim como o uso inadequado, por exemplo, das terras, a partir de atividades econômicas que degradam o solo e produzem sua desertificação, empobrecimento, afetando a segurança alimentar mundial.

Identifica-se que essa lógica capitalista tem, portanto, colocado a população mundial em um contexto de desastre ambiental, uma vez que determinados processos são construídos de modo a atingir qualquer lugar do planeta, como as mencionadas ondas de calor.

É por dentro dessa lógica que trabalhamos o Norte Fluminense, tentando desvelar as influências do modelo de desenvolvimento desse sistema na construção e intensificação dos desastres ambientais na região.

Vimos que o Norte Fluminense desde a colonização brasileira foi uma referência econômica nacional, contribuindo para a consolidação do sistema capitalista à medida que pautava sua economia no atendimento às demandas internacionais, por exemplo. É, portanto, uma região marcada pelo que o colonialismo poderia gerar de pior em termos de construção de uma cultura predatória sobre a natureza, bem como a formação de uma sociedade altamente segregadora e desigual. Para além da herança colonialista, é também uma região marcada pelos imperativos capitalistas que, atualmente, tem promovido ampla abertura para o capital internacional à custa de grande depredação ambiental e social.

O Norte Fluminense desde sua origem tinha por característica a especialização na atividade agropecuária, com alto nível de degradação ambiental, cuja base se dava na concentração e centralização de terras nas mãos de poucos. Isso, somado a pouca mão de obra empregada, a não especialização desta para outras atividades, aos baixos salários, e a ausência de políticas públicas voltadas para a grande população de ex-escravos, culminou na formação de uma sociedade altamente desigual.

O projeto urbanístico implantado, de inspiração europeia, fomentou essa desigualdade, pois se pautou na busca de um suposto “progresso”, dentro do qual não cabia a figura do pobre. Tal processo gerou, portanto, a periferização da classe trabalhadora, evidenciando que o sentido dado ao desenvolvimento passava pela ausência de pobreza. Entretanto, ausência esta não resolvida, mas invisibilizada, apartada nas periferias da cidade, nas áreas mais degradadas onde os recursos públicos básicos ainda não haviam chegado. Foi nas áreas ambientalmente vulneráveis, portanto, que grande parte da população mais pobre buscou abrigo – ao menos até o momento em que o lugar não passasse a ser de interesse do mercado. Foi nas áreas alagadiças, nos pântanos, nas beiras de encostas e rios, por exemplo, que muitas famílias estabeleceram suas moradias, e ainda o fazem. O não acesso à moradia digna, portanto, principalmente pela profunda concentração de renda regional, foi um dos principais fomentadores dos processos de desastres na região.

Em alguns momentos, o próprio poder público foi o responsável pela retirada dessas pessoas das áreas centrais da cidade – em virtude do projeto urbanístico. Porém, em outros momentos, o próprio desastre ambiental era utilizado como estratégia de remoção. Isso sugere que os desastres não eram resolvidos, em alguns casos, propositalmente – a não ser quando já era de interesse da elite local. A esse respeito, cabe um aprofundamento com novo estudo.

Hoje a região é reconhecida pelo seu potencial de desenvolvimento em decorrência dos recursos provenientes do *royalties* e participações especiais, todavia, tamanha riqueza não tem se traduzido em diminuição das desigualdades sociais, ao menos em proporções próximas ao incremento dos valores recebidos. Ao contrário, os pesquisadores locais vêm salientando sobre a sina da região em relação à sempre dependência a uma determinada atividade, deixando-a altamente vulnerável às oscilações do mercado.

Verifica-se que alguns elementos principais vêm contribuindo fortemente para a construção de um clima de instabilidade regional, a saber: a incerteza sobre o futuro da região com a queda dos valores recebidos dos *royalties*, o acirramento dos imperativos capitalistas, o fortalecimento dos monopólios e o aprofundamento das desigualdades sociais. Questiona-se se tal instabilidade não tem contribuído para a abertura da região para o grande capital, a partir da entrada dela na lógica da guerra de lugares, mesmo que isso venha custar um alto ônus ambiental e social.

Tal questionamento mostra-se como extremamente relevante neste trabalho, pois se identificou que os processos de desastres ambientais no Norte Fluminense possuem determinantes históricos, constituídos desde a origem da região, como o processo de desmatamento; drenagem das lagoas; construção de diques; restrição do acesso à terra e, conseqüentemente, à moradia segura; formação de uma classe trabalhadora com baixa remuneração; mal uso dos recursos financeiros; fechamento da região a determinadas atividades econômicas ambientalmente degradantes; invisibilização de grande parte da população formada por ex-escravos. Tais determinantes em interação ainda hoje produzem efeitos sobre a construção e intensificação dos processos de desastres. Tratam-se, portanto, de decisões tomadas ao longo da história, não ao acaso, mas já direcionadas por uma lógica sistêmica que já se fazia presente nos primeiros habitantes colonizadores da região.

Contudo, também se identificaram determinantes atuais, a partir principalmente da instalação de megaempreendimentos internacionais. Por mais que estes produzam profundos danos ambientais e sociais, como vem acontecendo no Açú (São João da Barra), a justificativa parece ressoar nos diversos exemplos trabalhados aqui: “os danos podem ser alguns, porém o *desenvolvimento* que o empreendimento trará será superior”.

Ao questionarmos, portanto, se os desastres ambientais são um impedimento ao desenvolvimento do sistema capitalista ou parte inerente a ele, podemos responder: os dois. Em alguns momentos, o desastre mostra-se como um impeditivo ao desenvolvimento capitalista, compreendido enquanto expansão das suas atividades.

São casos onde os danos passam a ser tão impactantes que, a partir da mobilização social, por exemplo, alguns impedimentos judiciais a empreendimentos são postos. Ou então, quando safras inteiras são destruídas pelas águas, ou rebanhos morrem por falta de alimento e água suficiente. Entretanto, o desastre também se mostra intrínseco ao sistema capitalista e não externo a ele. Como vimos ao longo de todo o trabalho, sua lógica de funcionamento tornou-se decisiva para o aprofundamento das crises dos desastres. Pode-se compreender que o capitalismo produz seu próprio mal. Todavia, com sua capacidade de criar estratégias para a valorização do capital, identifica-se que até mesmo o desastre passou a ser utilizado como meio de acumulação: dos governos (com os recorrentes e suspeitos decretos de calamidade pública); das empresas seguradoras, com a cada vez maior venda de seguros; do grande capital aliado ao Estado em constantes processos de destruição e recriação. Tal contexto expõe o caráter dialético do modo de desenvolvimento capitalista, mediante os processos de desastres ambientais, e deixa algumas questões: Muitos processos de desastres não são efetivamente enfrentados propositalmente? O Estado tem se beneficiado de alguma forma com esses processos?

Concluindo, em meio ao arcaico e ao moderno, em meio à abundância de riqueza e os bolsões de pobreza, grande parte da população dessa curiosa região denominada Norte Fluminense vem sendo atingida por processos de desastres ambientais há séculos, caracterizados pela sua recorrência, tanto na quantidade, quanto no tipo. Logo, não se pode mais dizer que são fenômenos inesperados, que nos pegam desprevenidos! Com isso, chegamos a um dos maiores motivos para realização deste trabalho: contribuir para que esse debate se fortaleça na academia, onde devem ser criadas as estratégias de desqualificação dos discursos culpabilizadores sobre os atingidos, bem como para a produção de uma visão mais crítica sobre essa realidade.

Espera-se que esta dissertação seja mais uma pedrinha na construção da ponte de um outro olhar sobre os processos de desastres, e possa servir de instrumento de reflexão, amadurecimento intelectual, mobilização de consciência, mesmo com todos os desafios que nos são postos no dia a dia – seja no trabalho, na academia, na política. Afinal, o tempo nos ensina que mesmo em meio às dificuldade, o melhor é não recuar.

O tempo muito me ensinou: ensinou a amar a vida, não desistir de lutar, renascer na derrota, renunciar às palavras e pensamentos negativos, acreditar nos valores humanos, e a ser otimista. Aprendi que mais vale tentar do que recuar... Antes acreditar que duvidar. Que o que vale na vida, não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada. (Cora Coralina)

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, et all. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos CES**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 17, 2012.

AGÊNCIA XINHUA. **Classificação de poluição do ar como "desastre meteorológico" causa controvérsia**. 2016. Disponível em: < [http://portuguese.xinhuanet.com/2016-12/14/c\\_135905152.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2016-12/14/c_135905152.htm) >. Acesso em dezembro de 2017.

ALENTEJANO, Paulo. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. In.: PEDLOWSKY, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla Aguiar. **Desconstruindo o latifúndio**. A saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In.: \_\_\_\_\_ (org.). **Desenvolvimento e dependência** : cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília : Ipea, 2013.

ALVAREDO, Facundo, et al. **World Inequality Report 2018**. World Inequality Lab. 2017. Disponível em: <<http://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>. Acesso em janeiro de 2018.

ALVES, Verônica Bomfim de Souza et all. Impactos do acidente na Indústria de Papel e Celulose Cataguases, no Rio Paraíba do Sul. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2013.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARGENTO, Mauro Sérgio Fernandes; COSTA, Daniella Tancredo de Matos Alves. Os impactos sócio - ambientais da praia de Atafona – litoral Norte Fluminense. In.: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10. **Anais...** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Márcia Vianna Hissa. **Atafona, patrimônio mar adentro: formação, planejamento e destruição do Balneário de Atafona – RJ**. Dissertação (Mestrado). Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Campos dos Goytacazes/RJ, 2004.

BARRAL NETO, Jayme Freitas, et all. O Petróleo como grande financiador da “guerra de lugares”: o caso dos municípios da Bacia de Campos – RJ . In.: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RII. 10. **Anais...** Santiago de Querétaro, México. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012**. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou esta do de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. 2012a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Anuário brasileiro de desastres naturais**: 2012. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. - Brasília: CENAD, 2012b.

BATISTA, Henrique Gomes. Dez anos após desastre, 12 barragens na divisa com Minas põem em risco Paraíba do Sul. **O GLOBO**, Jornal Online. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/dez-anos-apos-desastre-12-barragens-na-divisa-com-minas-poem-em-risco-paraiba-do-sul-7989260>>. Acesso em junho de 2018.

BULHOES, Eduardo Manuel Rosa, et all. Projeto de gestão integrada da orla marítima. A experiência do município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. In.: **Soc. & Nat.**, Uberlândia, n. 28, v. 2, 2016.

BIDEGAIN, Paulo, et all. **Lagoas do Norte Fluminense** – Perfil Ambiental. Rio de Janeiro: Semads, 2002.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**. Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

CAMPOS 24 HORAS. **Rio Paraíba do Sul está ameaçado de sofrer desastre ambiental**. Jornal Online. <<http://campos24horas.com.br/noticia/rio-paraiba-do-sul-esta-ameacado-de-sofrer-desastre-ambiental>>. Acesso em junho de 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAES (CIDADE) – DEFESA CIVIL. **Avaliação de danos**. Campos dos Goytacazes/RJ: Defesa Civil, novembro de 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, et al. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Edemir de. Cidades brasileiras, crescimento e desigualdade social. **ORG & DEMO**, São Paulo, v.3, p. 45-54, 2002. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/439>>. Acesso em dezembro de 2017.

CASTRO, Juliana. **Desalojados por empreendimento de Eike comentam prisão do empresário**. Agência o Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/desalojados-por-empreendimento-de-eike-comentam-prisao-do-empresario-20871989>. Acesso em agosto de 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES – CEPED. **Atlas brasileiro de desastres naturais**: 1991 a 2012. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: UFSC, 2013.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL – CEPED. **Derramamento de Lixívia Negra em Cataguases**. Santa Catarina: UFSC, 2015.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução – Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA-CEPAL. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONSTANTINO, Rodrigo. **O que mata é a pobreza, não os desastres naturais**. Gazeta do Povo. Outubro de 2016. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-que-mata-e-pobreza-nao-os-desastres-naturais/>>. Acesso em novembro de 2017.

COSTA, Helder; TEUBER, Wilfried. **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro – uma abordagem geral**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

COSTA, Ana Maria Almeida da. **O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, A. L. J. da. As escolas noturnas da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). In: **Congresso luso-brasileiro de história da educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação (COLUBHE)**, 6. Anais eletrônicos... Uberlândia: UFU, 2006.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução. In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004a.

\_\_\_\_\_. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004b.

\_\_\_\_\_. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.14, n. Especial 1, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudo de impacto socioeconômico do CBF – Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado – em Quissamã/RJ**. Relatório Final. 2010.

CRUZ, José Luis Vianna da. et all. (Des)integração periférica e espaços regionais globalizados. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBEROAMERICANA DE PESQUISADORES EM GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. 14. **Anais...** Monterrey, México, 2016.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Tradução: Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos estudos - CEBRAP**, n.77, p.73-89, março de 2007.

ENNE, Erika. Lagoa de Imboassica já perdeu 60% de sua área de alagamento. **Jornal O Debate Online**. 2009. Disponível em: <<https://odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/7386/lagoa-de-imboassica-ja-perdeu-60-de-sua-area-de-alagamento>>. Acesso em junho de 2018.

FARAGE, E. A Constituição dos Distintos Territórios da Cidade: O Estado na Conformação das Favelas Cariocas. In. **Libertas**. V. 14, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2860>>. Acesso em jan. 2016.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. In.: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 6. **Anais...** Natal – RN, 2000. Disponível em:<[http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/FAVELA\\_BAIRRO\\_4202\\_1177359458.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/FAVELA_BAIRRO_4202_1177359458.pdf) >. Acesso em Abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In.: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10. **Anais...** Universidade de São Paulo/SP, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2016-2025**. Agenda Regional Norte Fluminense. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. In.: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – UFES. n.1. **Anais...** Espírito Santo. 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FLORENCE, Hércules. Esboço da viagem de Langsdorff no interior do Brasil desde setembro de 1825 até março de 1829. **RIHB**, n. 38, 1875.

GALDO, Rafael. Alterações em traçado de rio podem mudar divisa com o Espírito Santo. **Jornal O Globo**, 2016.

GASPAROTTO, Geovana Prante et all. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In.: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. 11. / **MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS**. 7. Santa Cruz do Sul/RS, 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11812>>. Acesso em janeiro de 2018.

GILBERT, Claude. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In.: QUARANTELLI, E. L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Canada: Routledge, 1998.

G1 MG. **Processos contra mineradora Samarco após desastre de Mariana**. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-contra-mineradora-samarco-apos-desastre-de-mariana.ghtml>. Acesso em agosto de 2017.

G1. **Governo dos EUA tenta promover carvão na conferência do clima da ONU e jovens fazem protesto**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/governo-dos-eua-tenta-promover-carvao-na-conferencia-do-clima-da-onu-e-jovens-fazem-protesto.ghtml>>. Acesso em dezembro de 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista espaço e debates**, São Paulo, n. 6, ano II, 1982.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, abril 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em junho de 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, ano 2, n. 3, 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

IANNI, Otávio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE registra efeitos do aquecimento global na costa brasileira**. Sítio eletrônico. 2007. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=916&busca=1&t=ibge-registra-efeitos-aquecimento-global-costa-brasileira>>. Acesso em maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **IBGE mapeia a cobertura e o uso da terra no estado do Rio de Janeiro**. Agência IBGE Notícias, 2017a. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9513-ibge-mapeia-a-cobertura-e-o-uso-da-terra-no-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil 2000 – 2010 – 2012 – 2014**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Trabalho infantil 2016**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2016. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf)>. Acesso em julho de 2018.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Resúmen para responsables de políticas. In: **Cambio Climático 2013: Bases físicas**. Contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, Estados Unidos de América: Cambridge University Press, 2013.

JERONYMO, Carlos André Luz, et all. Evolução do uso e cobertura da terra e a formação de assentamentos humanos em ecossistemas frágeis, áreas protegidas, de risco ou degradadas: o caso da cidade de Macaé (RJ-BRASIL). **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 2, 2017.

KOBIYAMA, Masato et all. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaios sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEITE, Adriana Filgueira. Tendências das vazões mínimas e resultantes socioambientais das estiagens no baixo Rio Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. In.: ENCONTRO INTERNACIONAL DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS. **Anais...** Rio Claro/SP, 2014.

LEITE, Adriana Filgueira; BATISTA, Willian Isidório. Transbordamentos no baixo rio Paraíba do Sul (RJ): o caso do evento de janeiro/2007. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA. 48. **Anais...** Porto Alegre, 2016.

LENINE, Vladimir Ilich. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In.: **Obras escolhidas**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

LEWIS, W. Arthur. **The Evolution of the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

LINHARES, Carolina; PAMPLONA, Nicola. Rompimentos de mineroduto MG-RJ da Anglo impactam água e empregos. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/04/rompimentos-de-mineroduto-mg-rj-da-anglo-impactam-agua-e-empregos.shtml>>. Acesso em maio de 2018.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v.13, n. 35, 1999.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio; SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 06. **Anais...** 18 a 21 de setembro de 2012, Belém – PA.

MAM – MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **Maior mineroduto do mundo rompe e causa estragos em Minas Gerais**. 2018. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2018/03/13/maior-mineroduto-do-mundo-rompe-e-causa-estragos-em-minas-gerais/>>. Acesso e maio de 2018.

MARCHEZINI, Victor; SARTORI, Juliana; GONÇALVES, Juliano Costa. Desenvolvimento, desastres e reconstrução: o caso de São Luiz do Paraitinga/SP, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 13, n. 2, p. 202-226, mai-ago / 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Rui Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. 29. ed. Livro I: O processo de produção do capital. v. 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. 23. ed. Livro I: O processo de produção do capital. v. 2. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

MATTA, Ludmila Gonçalves da; CARVALHO, Ailton Mota de. Razões da desigualdade: o caso da Região Norte Fluminense. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 11. **Anais...** Campinas/SP, 2003.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Revista Em Pauta**. n 31, v. 11, p. 97-117. Rio de Janeiro, 2013.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In.: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “o federalista”. v. 1. São Paulo: Editora Ática, 2011.

MENEGAT, Marildo. A crise da modernidade e a barbárie. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, 2000.

MILLS, Charles Wright. Sobre **o artesanato intelectual e outros ensaios**. Seleção e introdução: Celso Castro. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORAES, Roberto. **Situação atual do Complexo de Barra do Furado**. Sítio eletrônico do Roberto Moraes, 2013. Disponível em:< <http://www.robertomoraes.com.br/2013/03/situacao-atual-do-complexo-de-barra-do.html>>. Acesso em maio de 2018.

MOORE JR. Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **An existential question for Miami**. Project Years of Living Dangerously – Documentário científico. 2014.

NAYYAR, Deepak, **A corrida pelo crescimento**: Países em desenvolvimento na economia mundial. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NITAHARA, Akemi. **Falta de chuva leva municípios do noroeste fluminense a situação de emergência**. Agência Brasil. 2017. Disponível em:< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/falta-de-chuva-leva-municipios-do-noroeste-fluminense-situacao-de-emergencia>>. Acesso em junho de 2018.

O DIA. **Seca agrava avanço do mar em São João da Barra**. Jornal Online. 2015. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/odiaestado/2015-03-07/seca-agrava-avanco-do-mar-em-sao-joao-da-barra.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiaestado/2015-03-07/seca-agrava-avanco-do-mar-em-sao-joao-da-barra.html)>. Acesso em junho de 2018.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. **Ordem, instituições e governança**: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Desastres naturais levam 24 milhões de pessoas por ano a situações de pobreza**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/desastres-naturais-levam-24-milhoes-de-pessoas-por-ano-a-situacoes-de-pobreza/>>. Acesso em dezembro de 2017.

O GLOBO; RJTV. **Governo destrói outro dique que teria agravado enchente em Campos**. Sítio online, EXTRA. 2008. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/governo-destroi-outro-dique-que-teria-agravado-enchente-em-campos-621644.html>>. Acesso em dezembro de 2017.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**. Pesquisa elaborada por Sérgio Sauer, Acácio Zuniga Leite, Karla Rosane Aguiar Oliveira e Tiago Bueno Flores. São Paulo: OXFAM BRASIL, 2016. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf)>. Acesso em julho de 2018.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. **Revista Histórica**, n.8, 2006.

\_\_\_\_\_. O Trabalho Escravo na Província do Rio de Janeiro. **Revista da ASBRAP**, n. 13, 2007.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, v. 1, n. 1. nov. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/lazeredo/Downloads/323-757-1-PB.pdf>>. Acesso em novembro de 2017.

PEREIRA, T. D. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 376 - 389, ago./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Financeirização e criminalização da pobreza: ênfases do desenvolvimento na crise do capital. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 134-148, mai/ago/2017.

PERES, E. “Sob(re) o silêncio das fontes ... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”. In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação**. n. 4. jul-dez, 2002.

PINHEIRO, Marcus. **Barracos preocupam moradores**. Jornal Folha da Manhã Online. 2016. Disponível em: <<http://www.fmanha.com.br/geral/barracos-preocupam-moradores>>. Acesso em Agosto de 2016.

PINHEIRO, Mariana Rodrigues de C. **Avaliação dos usos preponderantes e qualidade da água como subsídios para os instrumentos de gestão dos recursos hídricos aplicada à bacia hidrográfica do rio Macaé**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos. Campos dos Goytacazes, 2008.

PIQUET, Rosélia. O Norte Fluminense em tempo presente. In.: **Rio de Janeiro: um olhar socioespacial**. SANTOS, Angela Moulin S. P. et all. Rio de Janeiro: Grama, 2010.

\_\_\_\_\_. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, ano 6, n. 9, 2004.

PIVETTA, Marcos. Um Brasil mais vulnerável no século XXI. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 249. 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/17/um-brasil-mais-vulneravel-no-seculo-xxi/>>. Acesso em maio de 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PUBLICA. **O que vem depois do desastre?** Agência de Jornalismo Investigativo. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/03/o-que-vem-depois-do-desastre/>>. Acesso em junho de 2018.

RBA – REDE BRASIL ATUAL. **Protesto contra 'PL da Poluição' distribui máscaras cirúrgicas em São Paulo**. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/saude/2017/08/protesto-contra-pl-da-poluicao-distribui-mascaras-cirurgicas-em-sao-paulo>>. Acesso em dezembro de 2017.

REIS, Juliane. NUEPEM/UFRJ aponta as causa de enchentes no município de Macaé. **Jornal O Debate Online**. 2018. Disponível em: <<https://www.odebateon.com.br/site/flippingavancado/detalhe/6208/edicao-9525-30-31-03-e-01-02-04-2018>>. Acesso em junho de 2018.

RIBEIRO, Gilberto Pessanha et all. Análise espaço-temporal no suporte à avaliação do processo de erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ). **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 56/02, 2004.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes/RJ. 2012.

RIBEIRO, Jane. Degradação e seca castigam o rio Itabapoana. **Jornal Folha da Manhã online**. 2017. Disponível em: <[http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2017/10/geral/1225858-seca-castiga-o-rio-itabapoana.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/10/geral/1225858-seca-castiga-o-rio-itabapoana.html)>. Acesso em junho de 2018.

RIBEIRO, Eduardo. **Defesa Civil retira famílias de áreas de risco do Farol**. Sítio Eletrônico, 2010. Disponível em:

<[https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=1016](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1016)>. Acesso em junho de 2018.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1?p\\_auth=7rshn3tX&p\\_p\\_id=estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerj\\_estudosocioeconomicomunicipiosportlet&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerj\\_estudosocioeconomicomunicipiosportlet\\_doSearch=doSearch&\\_estudosocioeconomicomunicipios\\_WAR\\_tcerj\\_estudosocioeconomicomunicipiosportlet\\_javax.portlet.action=doSearch](http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1?p_auth=7rshn3tX&p_p_id=estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerj_estudosocioeconomicomunicipiosportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerj_estudosocioeconomicomunicipiosportlet_doSearch=doSearch&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerj_estudosocioeconomicomunicipiosportlet_javax.portlet.action=doSearch)>. Acesso em julho de 2018.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

RODELLA, Francesco. A surpreendente onda de calor em países conhecidos pelo frio extremo. **Jornal El País**. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/17/ciencia/1531826911\\_786274.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/17/ciencia/1531826911_786274.html)>. Acesso em julho de 2018.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

SANTOS, Theotônio dos. **A atualidade da teoria da dependência**. 2000b. Disponível em: <<http://monitordigital.com.br/a-atualidade-da-teoria-da-dependencia/>>. Acesso em março de 2017.

SANTOS, Milton, et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Andréa Lima da. **“A morada do(a) teimoso(a)”**: as práticas socioambientais de resistência em Mãe Luiza/Natal – um território (in)sustentável. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA, 1995

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da; CARVALHO, Ailton Mota de. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004.

SILVA NETO, Romeu e. O papel das administrações municipais no processo de desenvolvimento local – uma proposta para a Região Norte Fluminense. In.: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Conflitos em contextos de desastres relacionados com a água. In: SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata, et al. (org.). **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade das bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa, 2015.

\_\_\_\_\_. Proteção Social e enchentes: desafios profissionais em questão. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas**. v. III. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 25, p. 215-234, 2010. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2552> >. Acesso em Dezembro de 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. v. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SOFFIATI, Arthur. **Do global ao local: reflexões sobre ecologismo e eco-história**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

\_\_\_\_\_. Propostas de desenvolvimento para o Norte-noroeste Fluminense em perspectiva histórica. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 7, n. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. Gerenciamento Ecológico dos canais do Norte Fluminense. **Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Niterói/RJ, n. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os anéis e os dedos**. Sítio eletrônico: Roberto Moraes. 2015a. Disponível em:< <http://www.robertomoraes.com.br/2015/08/soffiati-diante-da-crise-hidrica-elenca.html> >. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Embates entre o mar e o continente**. Sítio eletrônico: Roberto Moraes. 2015b. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2015/03/soffiati-em-novo-artigo-fala-sobre-os.html>>. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Proposta substitutiva para o Estaleiro da OSX na Praia do Açú**. Sítio eletrônico: Roberto Moraes. 2011. Disponível em:< <http://www.robertomoraes.com.br/2011/01/soffiati-de-todos-os-empresendimentos.html> >. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. As enchentes na baixada dos Goytacazes. **Jornal Folha da Manhã**. 2018a. Disponível em:< <http://opinioes.folha1.com.br/2018/03/28/arthur-soffiati-porque-das-enchentes-em-campos-e-como-evita-las/> >. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Chuvas e cheias na região, há 10 anos e agora. **Jornal Folha da Manhã**. 2018b. Disponível em: < <http://opinioes.folha1.com.br/2018/03/17/arthur-soffiati-chuvas-e-cheias-na-regiao-ha-10-anos-e-agora/>>. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Macaé em quatro tempos**. Oficina sobre Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas : o caso de Macaé (RJ). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), 7 a 9 de dezembro de 2010.

SORIANO, Rafael. **Agricultores do Açú, no RJ, sofrem nova injustiça**. 2017. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/07/18/agricultores-do-acu-no-rj-sofrem-nova-injustica.html>. Acesso em agosto de 2017.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**. v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423>> . Acesso em Janeiro de 2016.

SPOSATI Aldaiza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos dos (desassistidos) sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortes, 1991.

SUGIMOTO, Luiz. Restinga fluminense é objeto de investigação geocológica. **Jornal da UNICAMP**, Campinas/SP, 2016. Disponível em: < [http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju\\_647\\_paginacor\\_04\\_web.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_647_paginacor_04_web.pdf)>. Acesso em maio de 2018.

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, Simonne; FARIA, Teresa de J. Peixoto. Saber Científico e poder instituído como campo de disputas no processo de instalação e gestão da água em Campos dos Goytacazes: o legado da Companhia The Campos Syndicate Limited. **AGUA Y TERRITORIO**, Espanha, n. 1, 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo. **Com inundação, moradores de Campos (RJ) ficam em casa para evitar saques e criticam autoridades**. UOL Notícias. 2012. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/06/com-inundacao-moradores-de-campos-rj-ficam-em-casa-para-evitar-saques-e-criticam-autoridades.htm#fotoNav=46>>. Acesso em maio de 2018.

TORRES, Thaís Ferreira. Processos de urbanização e problemas de drenagem em áreas ambientalmente frágeis: estudo de caso da localidade de Três Vendas, município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.8 n.2, p. 143-163, jul./dez. 2014.

TORRES, H. da G. A demografia do risco ambiental. In.: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.) **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: Ed. Senac, 1999.

TRF –TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. **Apelação Civil AC 2008.51.03.003067-2**. Rio de Janeiro: TRF, 2014. Disponível em:< <https://trf->

2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24946143/ac-apelacao-civel-ac-200851030030672-trf2/inteiro-teor-113685848#>. Acesso em junho de 2018.

UNISDR – THE UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION; CRED – CENTER FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS. **Poverty & Death: disaster mortality – 1996-2015**. UNISDR: 2016.

UERJ EM QUESTÃO. Projeto estuda erosão costeira no norte do estado. **Jornal Bimestral**, Rio de Janeiro, n. 91, ano XVIII, 2011.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio de 2007.

VALENCIO, Norma Felicidade L. S. A crise social denominada desastre: subsídios para uma lembrança coletiva acerca do foco principal do problema. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas**. v. III. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, Norma Felicidade L. S, et all. (org.). **Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, Norma Felicidade L. S. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Política e Sociedade**, n. 7, outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Desastres no Brasil: a face hídrica do antidesenvolvimento. In.: VALENCIO, Norma Felicidade L. S.; SIENA, Mariana (org.). **Sociologia dos desastres**. Construção, interfaces e perspectivas. v. 4. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

VALENCIO, Norma Felicidade L. S. et all. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, n. 7, 2005.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. A construção social da moradia de risco: a experiência de Juiz de Fora (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 1 , maio 2006.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto A devastação anti-ecológica do capital. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 63, jan./abr. 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007, 328 p.

VERLING, Yago de Souza; Silva, Vinicius de Amorim. A COBERTURA E O USO DA TERRA: episódios de inundações no Município de Cardoso Moreira RJ, Brasil. In.: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 17; CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA. 1. **Anais...** Campinas/SP, 2017.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.